

volume 20 • número 1

cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

O PAPEL SOCIAL DO PROJETO



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

Volume 20 • Número 1

ISSN 1809-4120

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>

EQUIPE EDITORIAL

Maria Isabel Villac, Editora

Ana Gabriela Godinho Lima, Editora Temática

Maria Augusta Justi Pisani, Editora Temática

Rafael Schmidt, Editor Executivo

Bianca Jo Silva, Assistente Editorial

Mariana Alves da Silva Nascimento, Assistente Editorial

Redson Pagnan, Assistente Editorial

Ricardo Del Valle, Assistente Editorial

Rita Miréle Patron Chaves, Assistente Editorial

Samuel Bertrand Melo Nazareth, Assistente Editorial

PARECERISTAS ADHOC

Agnes Yuri Uehara | Universidade Paulista

Alejandra Monti | Universidade Nacional de Rosário

Ana Paula Koury | Universidade São Judas Tadeu

Andrea Agda Carvalho de Sousa | Universidade de Fortaleza

Andrezza Pimental dos Santos | Pontífice Universidade Católica - Paraná

Andrezza Pimental dos Santos | Unicesumar

Anna Paula Moura Canez | Centro Universitário Ritter dos Reis

Barbara Thomas | Centro Universitário Redentor

Bruno Zaitter | Pontífice Universidade Católica - Paraná

Carlos Almeida | Universidade de Lisboa

Cibele Haddad Taralli | FAU Universidade de São Paulo

Claudia Virginia Stinco | Universidade Presbiteriana Mackenzie

Cláudia Naves David Amorim | Universidade de Brasília

Douglas Barreto | Universidade Federal de São Carlos

Elisabetta Romano | Universidade Federal da Paraíba

Eneida de Almeida | Universidade São Judas Tadeu

Eulalia Portela Negrelos | Instituto de Arquitetura e Urbanismo - São Paulo

Eunice Helena Sguizzardi Abascal | Universidade Presbiteriana Mackenzie

Fernanda Macedo Haddad | Universidade Paulista

Flávia Ribeiro Botechia | Universidade Federal do Espírito Santo



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

Guilherme Augusto Soares da Motta | Universidade Presbiteriana Mackenzie

Janaina Almeida Stedile | Universidade Presbiteriana Mackenzie

Jodival Costa | Universidade Federal do Amapá

Juliana Ramme | Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Larissa Patron Chaves | Universidade Federal de Pelotas

Luis Arturo Vázquez Honorato | Universidad Veracruzana

Marcia Ferreira Prestes | Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Marcia Sandoval Gregori | Faculdade Oswaldo Cruz

Maria Luisa Trindade Bestetti | Universidade de São Paulo

Márcia Mura | Universidade de São Paulo

Paula Braga | Universidade Federal de Santa Catarina

Ricardo Luiz Silva | Serviço Social do Comércio - São Paulo

Roberto Heiden | Universidade Federal de Pelotas

Sergio Moacir Marques | Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Simone Aparecida Polli | Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Viviane Rubio | Universidade Presbiteriana Mackenzie

Volia Regina Costa Kato | Universidade Presbiteriana Mackenzie

Yumi Yamawaki | Universidade Tecnológica Federal do Paraná

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS

Daniel Leão

REVISÃO

Daisy Pereira Daniel

LOGOTIPO

Bebé Castanheira

PROJETO GRÁFICO

Marcia Gregory

DIAGRAMAÇÃO FINAL

Samuel Bertrand Melo Nazareth

Redson Pagnan



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

SUMÁRIO. Volume 20 • Número 1

EDITORIAL

ARQUITETURA E POLÍTICA

MARIA ISABEL VILLAC

ARTIGOS

- 07** **APRENDENDO O INFORMAL SOB O OLHAR DA ECOSOFIA**
VINCENT LAUREAU
- 43** **O JOGO DA CIDADE: PRÁTICAS LÚDICAS E PARTICIPAÇÃO URBANA**
JOANA MARTINS
- 59** **PROCESSOS COLABORATIVOS DE MICROINTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO**
SUZANY RAMOS
LARISSA RAMOS
- 73** **ESPACIALIDADE URBANA VIVENCIADA: SENTIDOS, INTERPRETAÇÕES
E RESSIGNIFICADOS**
ANDRÉ DE SOUZA SILVA
JULIAN GRUB
FELIPE FERLA DA COSTA
- 88** **SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES PARA DIÁLOGOS INTERCULTURAIS: PROCESSO
PROJETUAL COLABORATIVO E VALORIZAÇÃO DO POVO KAINGANG**
FERNANDA MACHADO DILL
VANESSA GOULART DORNELES
- 107** **ANOTAÇÕES SOBRE O PLANO E PROJETO EM FAVELAS**
PEDRO DA LUZ MOREIRA
- 131** **COMPLEXOS HABITACIONAIS INTROSPECTIVOS E VITALIDADE URBANA: O
CASO DE PRAIA DE GAIVOTAS - VILA VELHA, ES**
FERNANDA ROZO MARANHÃO
LARISSA LETÍCIA ANDARA RAMOS
LUCIANA APARECIDA NETTO DE JESUS
- 148** **HABITAR, OCUPAR, PRODUZIR: HIPÓTESES PROJETUAIS
NA CIDADE DESIGUAL**
LUÍSA FERREIRA MARTINS
DÉBORA SANCHES



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

**163 A CONSTRUÇÃO DAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS DAS COMUNIDADES
RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: O CASO DA COMUNIDADE CRISTO
RESSUSCITADO EM MANACAPURU - AM**

MARIA CRISTINA CELUPPI

CÉLIA REGINA MEIRELLES

PROJETOS

178 CATIA 1100 - SISTEMA DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

GABRIEL VISCONTI STOPELLO

189 A MORADIA ESTUDANTIL DA UNICAMP (1990 - 1992): 30 ANOS DEPOIS

JOAN VILLÀ

Editorial

Arquitetura e Política

O valor, não somente do papel social do arquiteto, mas da responsabilidade social que o exercício profissional humano exige, percorre os artigos e projetos desta edição. Nesta edição, mostramos a evidência que, diante da contemporaneidade e das situações-limites em que as sociedades e o planeta se encontram, a realidade é mais vigorosa que o ideal de perfeição e ordem que tanto acompanha a imaginação de projetos e obras no raciocínio de arquitetos e urbanistas. Destacamos, brevemente, o artigo que abre esta edição dos Cadernos, “Apreendendo o informal sob o olhar da ecosofia”, de Vincent Laureau, arquiteto, docente da Escola Nacional Superior de Arquitetura de Paris Val De Seine, em que o autor discute complexidade advinda de uma qualidade que conjuga mecanismos de solidariedade e virtudes ecológicas. A conjugação ecossistêmica orienta tanto o projeto e uma cultura construtiva compartilhada, como a criação simultânea e interdependente de ambas as escalas – Arquitetura e Desenho Urbano – que envolvem a configuração de espaços para viver em coletivo.

Apontamos, ainda, que os demais artigos publicados, enviados de diversos lugares do Brasil, também distinguem diretrizes para projetos na escala urbana a qual observa a apropriação e a valorização de culturas locais e que promove e se engaja em processos colaborativos, dentro da ampla temática da Habitação Social que representa, para a gente deste país, uma deficiência político-social premente.

Por essas aberturas, em que a questão da complexidade inaugura concepções que afirmam a responsabilidade profissional do arquiteto solidária à realidade, nesta edição, se divulga, ainda, projetos emblemáticos, com referências à questão da inserção social de comunidades periféricas e olhares para a habitação, tanto construída por técnica tradicional reinterpretada como por autoconstrução, na qual a mulher tem papel preponderante e, também, por técnica contemporânea, na proposta que pensa a vida possível em lugares onde a natureza é inóspita ao gênero humano.

Maria Isabel Villac

Aprendendo o informal sob o olhar da ecosofia

Learning the informal under the eyes of ecophy

Aprender lo informal bajo los ojos de la ecofia

Vincent Laureau, (ENSA Paris Val de Seine [Escola Nacional Superior de Arquitetura de Paris Val de Seine] / CRH-LAVUE [Centro de Pesquisa Habitacional - Laboratório de Arquitetura, Cidade e Meio Ambiente]).

E-mail: vincent.laureau@paris-valdeseine.archi.fr

Resumo

Este artigo é baseado em uma tese de doutorado em Planejamento Urbano intitulada *La ville et la terre, apprendre de Bamako: le cas de Bozobuguni, un quartier autoconstruit* [A cidade e a terra, aprendendo com Bamako: o caso de Bozobuguni, um bairro autoconstruído] (LAUREAU, 2014), em que o autor analisa um bairro informal da cidade de Bamako, no Mali, procurando identificar algumas características ecológicas. Esta pesquisa utiliza a definição de "ecosofia" proposta por Félix Guattari (1989), em *Les trois écologies* [As três ecologias].

Palavras-chave: Informal; Ecosofia; Mali; Terra crua; Vernáculo.

Abstract

This paper is based on a PhD dissertation in Urban Planning entitled *La ville et la terre, apprendre de Bamako: le cas de Bozobuguni, un quartier autoconstruit* [The city and the land, learning from Bamako: the case of Bozobuguni, a self-built neighborhood] (LAUREAU, 2014), in which the author analyzes an informal neighborhood of the city of Bamako, Mali, seeking to identify some ecological characteristics. This research

uses the definition of "ecophy" proposed by Félix Guattari (1989), in *Les trois écologies* [The three ecologies].

Keywords: Informal; Ecophy; Mali; Raw earth; Vernacular.

Resumen

Este artículo se basa en una tesis doctoral en urbanismo titulada: *La ville et la terre, apprendre de Bamako: le cas de Bozobuguni, un quartier autoconstruit* [La ciudad y la tierra, aprendiendo de Bamako: el caso de Bozobuguni, un barrio autoconstruido] (LAUREAU, 2014). El autor analiza un barrio informal de la ciudad de Bamako, en Malí, buscando identificar algunas características ecológicas. Esta investigación utiliza la definición de "ecofia" propuesta por Félix Guattari (1989), en *Les trois écologies* [Las tres ecologías].

Palabras clave: Informal; Ecofia; Malí; Tierra cruda; Arquitectura vernácula.

INTRODUÇÃO

Uma das questões fundamentais do nosso tempo é (re)aprender a habitar o planeta Terra. Essa é uma questão que dialoga diretamente com diferentes disciplinas, tais como o Planejamento Territorial, Urbano e a Arquitetura. Sob um manto de dúvida, todas essas disciplinas têm seus modelos atuais abalados. Diante de tal constatação, o primeiro ímpeto é recorrer aos modelos antigos, trazendo-nos de volta à pré-modernidade. Todavia, não há nada de invejável nesse retrocesso. Ademais, não reúne um fervor igual ao da questão climática e o antigo modelo vernacular luta para alcançar o posto de modelo. Portanto, é preferível substituí-lo por um “vernáculo contemporâneo” (LOUBES, 2010), que tem a imensa vantagem de ser usado na atualidade, facilitando, assim, sua análise e o esclarecimento de seus fundamentos. Todavia, a dúvida que impera é: onde encontrar esse vernáculo contemporâneo?

A disciplina da Arquitetura viu o surgimento de algumas grandes figuras¹ que adotaram essa abordagem, no entanto, por definição, o vernáculo existe fora das disciplinas. Portanto, mesmo que esses percursos de arquitetos ilustres sejam perfeitamente recomendáveis, eles são difíceis de praticá-los. Essas viagens individuais são tentativas pessoais, interpretações próprias, quiçá, traduções. Mas no afã de ampliar esse tipo de abordagem, para estar à altura do desafio, é preferível ir diretamente à fonte dos princípios para que cada um possa fazer sua própria interpretação. Para tal, mister se faz explorar não só a “arquitetura sem arquitetos” (RUDOVSKY, 1964), mas a de hoje. A das margens, dos abandonados, dos bairros de lata, guetos, favelas, aquelas que se assentam nos buracos “da cidade genérica”, como diz Michel Agier (1999, p. 155). É importante se interessar pela urbanização informal e lhe dar todas as ferramentas de nossas disciplinas para revelar toda a engenhosidade, *know-how*, princípios, razões, lógica (LOUBES, 2010, p. 45). A análise feita pelo prisma da disciplina é um passo preliminar para depois se avançar no sentido geral de uma teorização e, por fim, voltar a situações e aplicações sempre específicas, porque dependentes de oportunidades. Para terminar de nos convencer da validade dessa hipótese, poderíamos evocar Yona Friedman cuja explicação é “[...] as favelas são, de certo ponto de vista, as ‘oficinas do futuro’ para um mundo que escorrega para a pobreza generalizada” (FRIEDMAN, 1978, p. 131). Seguindo esses passos, podemos contar com um texto de Michel Lussault intitulado “L’informel comme principe” (2012). Nesse artigo, Michel Lussault demonstra a vitalidade dos princípios que regem a urbanização informal e sugere, inclusive, “tentar inferir novas maneiras de fazer as coisas” (LUSSAULT, 2012, p. 11).

Foi precisamente com o objetivo de encontrar um terreno informal com baixo impacto ambiental que este estudo se concentrou, prioritariamente, numa área

1 Hassan Fathy (1900-1989), André Ravéreau (1919-2017), Yona Friedman (1923-), Philippe Madec (1954-), Francis Kéré (1965-), Anna Heringer (1977-), Carin Smuts etc.

geográfica onde a pegada ecológica² é uma das mais baixas do mundo: a África Ocidental, mais precisamente, Mali.

Em Mali, a questão ecológica está atualmente próxima de zero,³ o que o torna um caso muito interessante de se observar do ponto de vista ambiental. Soma-se a isso o fato de que a taxa de urbanização do país é, atualmente, muito alta. A cidade de Bamako testemunha uma dinâmica urbana particularmente notável. Entre 1990 e 2012, em todo o território maliano, a taxa média de crescimento anual da população urbana foi de 4,8%.⁴ É uma das taxas mais altas do mundo, o que coloca a nação na 8ª posição mundial. Essa notável dinâmica urbana reforça o interesse que se pode ter por essa região do mundo. Ademais, a cidade de Bamako tem uma taxa de urbanização informal de 65,9% da população urbana.⁵ A urbanização informal é o modo de urbanização demograficamente predominante nessa cidade. Consequentemente, o estudo deste caso parece ainda mais justificado. A análise foi focada na cidade de Bamako, particularmente em um pequeno acampamento de pesca de Bozos, localizado nas margens do rio Níger, chamado Bozobuguni. Os critérios que permitiram a escolha desse acampamento são múltiplos. A proximidade com o centro histórico da cidade é um critério importante, pois permite questionar de forma exacerbada a definição contemporânea da urbanidade maliana. A ocupação ilegal de terras pelos moradores também é um parâmetro importante a ser observado. Na verdade, o fato de a ocupação da terra ser ilegal (em relação à lei oficial de terras), reativa as alavancas de uma lei mais antiga comumente chamada de "direito consuetudinário". Esse dado é extremamente interessante, pois permite testemunhar o (re)surgimento de uma "autogestão" cultural do espaço (LEFEBVRE, 1968, p. 113), causando genuína resiliência cultural. Reforça-se, também, que a maioria dos habitantes desse distrito é da mesma região (Ségou). Finalmente, esse campo foi escolhido entre, aproximadamente, vinte outros campos semelhantes (CROIX *et al.*, 2013). É um caso especial que merece ser analisado por ser representativo de um tipo que pode ser encontrado em vários outros pontos ao longo do rio no distrito de Bamako.

Note-se que os pescadores bozo seminômades, sendo a maioria demográfica no local, têm a particularidade de serem dotados de uma cultura construtiva dual. Eles estão acostumados a usar dois registros de materiais radicalmente diferentes. Um primeiro registro de construção (sedentário) permite que eles usem o material terrestre. Os bozos também são conhecidos, por todos, como os melhores pedreiros no uso da terra.⁶ Um segundo registro de construção, extraído diretamente da cultura construtiva nômade dos bozos, que costumam realizar campanhas de pesca itinerante, construindo e movendo construções leves (madeira, bambu) cobertas com painéis de palha trançada (chamada seko).

2 A pegada ecológica permite avaliar o impacto de um modo de vida, aplicando-o à superfície do terreno explorado para suportar esse modo de vida.

3 Cf. <http://data.footprintnetwork.org>

4 Cf. www.unicef.org

5 Cf. www.unhabitat.org

6 Assim, os Sahos - verdadeiras tessituras em terra - são um excelente exemplo para ilustrar esse *know-how* construtivo.

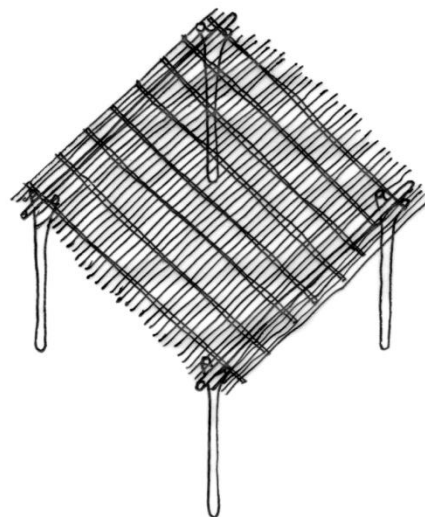
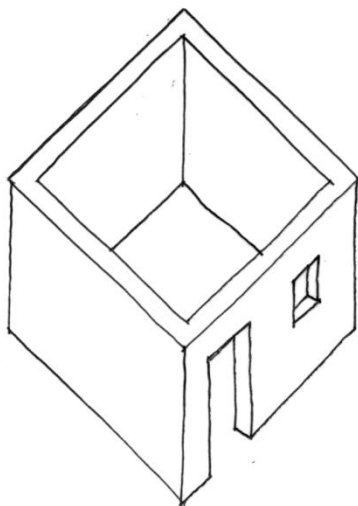


Figura 1: Registro de cultura construtiva dual. Ségou, Mali (LAUREAU, 2014).

Vale ressaltar que o objetivo deste artigo é se basear no registro da urbanização informal de Bamako para identificar os elementos que permitem fazer um inventário dos princípios conducentes à arquitetura ecológica e à urbanização ecológica. Portanto, é importante definir o próprio princípio da ecologia para que saibamos exatamente o que procurar. No contexto deste artigo, nós nos limitaremos à definição de ecologia desenvolvida por Félix Guattari, em um texto intitulado *Les trois écologies* [As três ecologias] (1989). O ponto nodal da definição dada por Guattari é o momento em que ele explica que não se pode dissociar os

três ingredientes fundamentais que estruturam a ecologia de forma sistêmica. Essas três ecologias inseparáveis são: "ecologia ambiental", "ecologia social" e "ecologia mental" (GUATTARI, 1989). Para este artigo, tentaremos usar essas três categorias, no afã de inventariar um certo número de "princípios" ecológicos que emergem do campo (LUSSAULT, 2012). Para fins puramente didáticos, separaremos esses elementos de modo a facilitar sua compreensibilidade. Todavia, a separação desses elementos só o é na teoria, pois, na prática, devem ser pensados transversalmente para que se gere um alto grau de complexidade.

ECOLOGIA AMBIENTAL MATERIAIS LOCAIS

Para discutir as manifestações de campo da "ecologia ambiental" (GUATTARI, 1989), comecemos citando o uso de materiais locais. Uma das principais características do campo de pesquisa é que as construções são feitas principalmente com materiais de um raio de algumas centenas de metros.

A virtude mais óbvia é a de uma "ecologia ambiental", evidente por si mesma (economia de transporte, economia de energia, reversibilidade, reutilização etc.). O próprio fato de procurar materiais também se revela um processo benéfico em vários níveis. Na verdade, a busca por materiais de construção conduz o recém-chegado a uma exploração social e espacial de seu ambiente. Cada construtor é conduzido a encontrar seus vizinhos, que dirão onde estão os depósitos conhecidos de materiais de construção. Essa ação de pesquisa envolve, portanto, uma exploração do espaço associada aos encontros, participando, assim, de uma "ecologia social" (GUATTARI, 1989).

Vamos agora fazer um rápido inventário dos materiais disponíveis localmente: terra crua do reaproveitamento da destruição feita nos bairros antigos,⁷ madeira de caixotes do centro da cidade, papel de embalagem de uma fábrica de colchões próxima, caixas de transporte do mercado de frutas, areia do rio (usada para fazer blocos de concreto localmente), argila que é extraída de uma ilha no rio próximo. O aterro adjacente ao distrito também se assemelha a um imenso depósito de materiais de todos os tipos, mas raramente fornece materiais de construção, outrossim, são materiais que geram atividades de reciclagem.

7 Essa terra reutilizada é conhecida por ser de melhor qualidade do que o solo recém-minerado. No passado, vários adjuvantes eram associados ao solo, como goma arábica ou manteiga de karité. Esses ingredientes agora são muito raros e caros para serem usados ainda hoje.

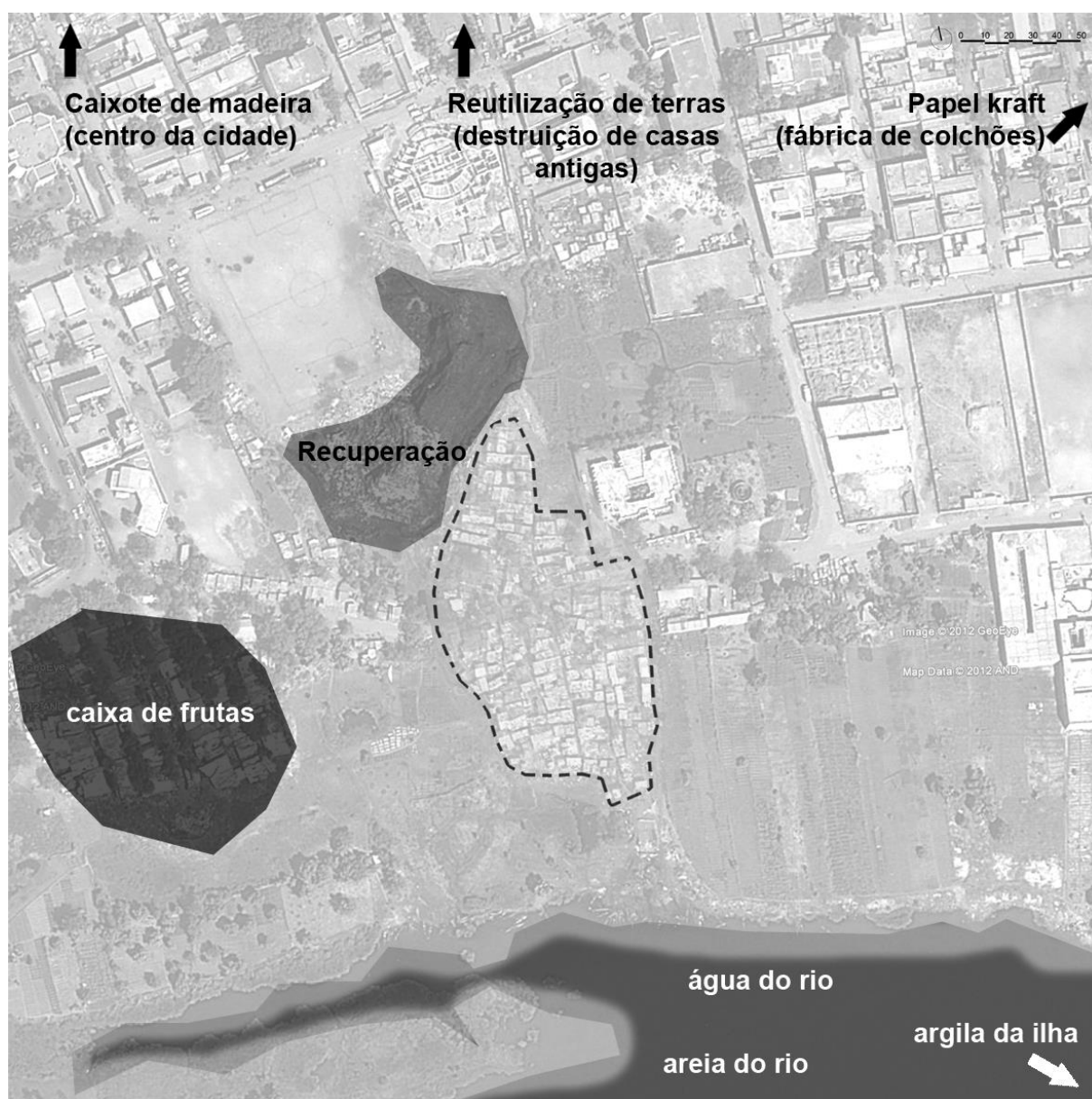


Figura 2: Materiais locais. Bozobuguni, Bamako, Mali (LAUREAU, 2013).

É interessante notar que parte da terra bruta vem do reaproveitamento retirado de edifícios antigos. Na fotografia a seguir, podemos observar a britagem manual de vários tijolos reaproveitados.⁸ Esse material, reduzido a pó, é umedecido para gerar instantaneamente uma nova argamassa de terra para construir uma nova parede.

⁸ É uma oportunidade para lembrar que a terra bruta é um dos únicos materiais que não sofre descomissionamento a cada ciclo de reaproveitamento. A terra tem a particularidade de não enfraquecer suas propriedades em uma operação de reuso. É provavelmente um dos únicos materiais a ter essa capacidade.



Figura 3: Terra de reaproveitamento. Bozobuguni, Bamako, Mali (LAUREAU, 2014).

O contexto de pobreza econômica exacerba o uso de recursos locais. Os recursos materiais de assentamentos informais às vezes podem variar de um bairro para outro na mesma cidade. Deve-se entender que, quando o recurso econômico está ausente, os recursos materiais podem revelar-se muito diferentes. Em Bamako, por exemplo, encontramos bairros informais em paisagens muito distintas: um contexto de margem de rio, um planalto rochoso ou uma planície laterítica. Ademais, cada uma dessas paisagens urbanas cria uma estética do informal diferente. Nesse caso, poderíamos falar de hipercontextualismo. O uso de materiais locais dá à vizinhança um efeito "camaleão". Na verdade, quando você observa esse distrito de longe, ele literalmente se mistura com a paisagem. Essa é uma característica do vernáculo.

VENTILAÇÃO NATURAL

A ecologia ambiental também se manifesta em diferentes dispositivos bioclimáticos. Destaca-se, entre eles, a preocupação com a ventilação natural. Durante o período mais quente, as temperaturas muito altas nessa latitude tornam cada corrente de ar particularmente agradável. E veremos que essa mesma atenção está disponível em todos os níveis.

No nível do detalhe, por exemplo, muitas vezes encontramos portas ventiladas. Elas permitem que o ar passe pela porta (mesmo se a porta permanecer fechada o dia todo). O espaço é assim preservado de um risco significativo de superaquecimento. Essas portas são feitas na base de uma moldura de hastes de bambu, reforçadas por uma triangulação. Uma tela porosa é então esticada sobre toda a superfície da moldura, permitindo que o ar passe (neste caso, um saco velho de arroz). Esse detalhe vem diretamente das tradicionais construções bozos realizadas por ocasião dos acampamentos de pesca nômades. Em áreas rurais, a moldura da porta é frequentemente coberta com um painel de palha trançada, que também deixa passar o ar.



Figura 4: Porta ventilada. Bozobuguni, Bamako, Mali (LAUREAU, 2014).

Na escala do lote, vemos que as construções em cimento são alvo de especial atenção em termos de circulação do ar. Por lógica, portas e janelas são uma parte natural da estratégia de renovação do ar, mas não são os únicos elementos. Elementos de cimento em forma de quadrado, chamados claustros, são encontrados com frequência, o que permite a geração de circulação de ar para que o ar quente possa escapar livremente dos edifícios. Nota-se, às vezes, que o fluxo de ar é habilmente implantado de modo a criar uma diagonal no espaço. Essa estratégia tem a vantagem de colocar em movimento o ar contido nos dois triângulos assim formados. Podemos ver a utilização de um último tipo de abertura destinada diretamente para renovação do ar. Ela está localizada na periferia dos edifícios duros, logo abaixo do telhado. São perfurações pontuais, projetadas para permitir que o ar quente, que se acumulou sob o telhado de zinco, escape.

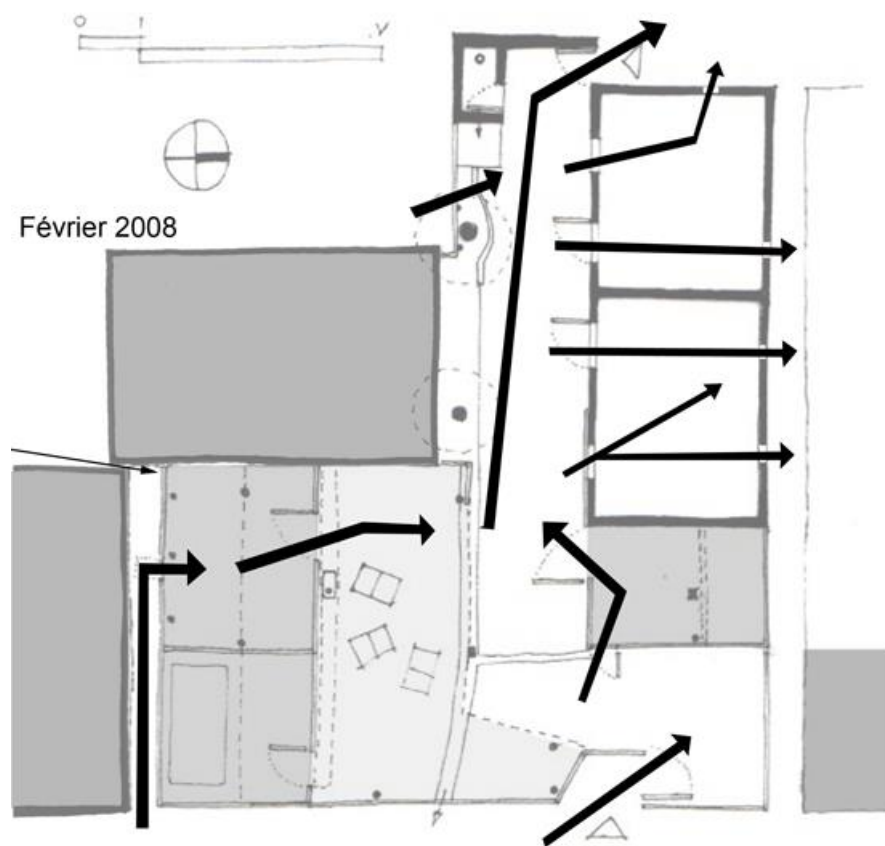


Figura 5: Espaço ventilado. Bozobuguni, Bamako, Mali (LAUREAU, 2009).

Já na escala urbana, podemos ver que essa preocupação com a circulação do ar se manifesta de forma bastante notável. O mapa acima destaca todas as porosidades urbanas permitindo que o ar puro seja canalizado, vindo do rio (localizado no Sul) para conduzi-lo ao coração do bairro (na direção do Norte).



Figura 6: Urbanismo ventilado. Bozobuguni, Bamako, Mali (LAUREAU, 2013).

Essa observação em grande escala é tanto mais surpreendente quanto este distrito que não está sujeito a uma urbanização planificada, muito pelo contrário, é o resultado de uma aglomeração de células individuais. Nesse caso, como explicar a materialização de tais “corredores de ventos”? A explicação mais provável é que todos estão cientes da importância dessas porosidades urbanas que tornam os períodos de calor mais suportáveis. Portanto, essa atenção é objeto de *pooling*, por meio de um somatório de múltiplos microprojetos,⁹ conduzindo a uma notável partilha de ar puro (como um bem comum).

Espaço/Tempo

A ecologia ambiental também envolve a articulação das relações entre espaço e tempo (tempo de apropriação espacial, tempo das estações etc.). Em um contexto de fragilidade de materiais, o espaço está extremamente sintonizado com o tempo, essa condição é exacerbada pela pobreza econômica. Aqui, novamente, as observações de campo permitem avaliar a intensidade das relações espaço/tempo em diferentes escalas.

No nível de detalhe, notamos que os materiais são usados em diferentes partes da estrutura dependendo dos diferentes graus de resistência a serem alcançados. Por exemplo, em uma parede de terra crua, pode-se encontrar várias qualidades de solo entre o topo da parede e a parte contínua.¹⁰ Uma base também será feita de um material particularmente resistente para suportar possíveis inundações. A leitura dos diferentes graus de resistência dos materiais mostra que a mesma arquitetura pode ser erguida em várias velocidades. O contexto de pobreza exagera essa lógica de forma grosseira, uma vez que cada gasto é cuidadosamente otimizado. Vemos, assim, surgindo na materialidade do espaço os lugares onde a construção é particularmente solicitada, o que é uma verdadeira lição de construção.

⁹ Para visualizar essa circulação de ar, tivemos que nos livrar da noção de propriedade privada para acessar a noção de "comum".

¹⁰ A cabeceira da parede é um local particularmente importante para o tratamento, porque se ocorrer infiltração de água, toda a construção estará em perigo.

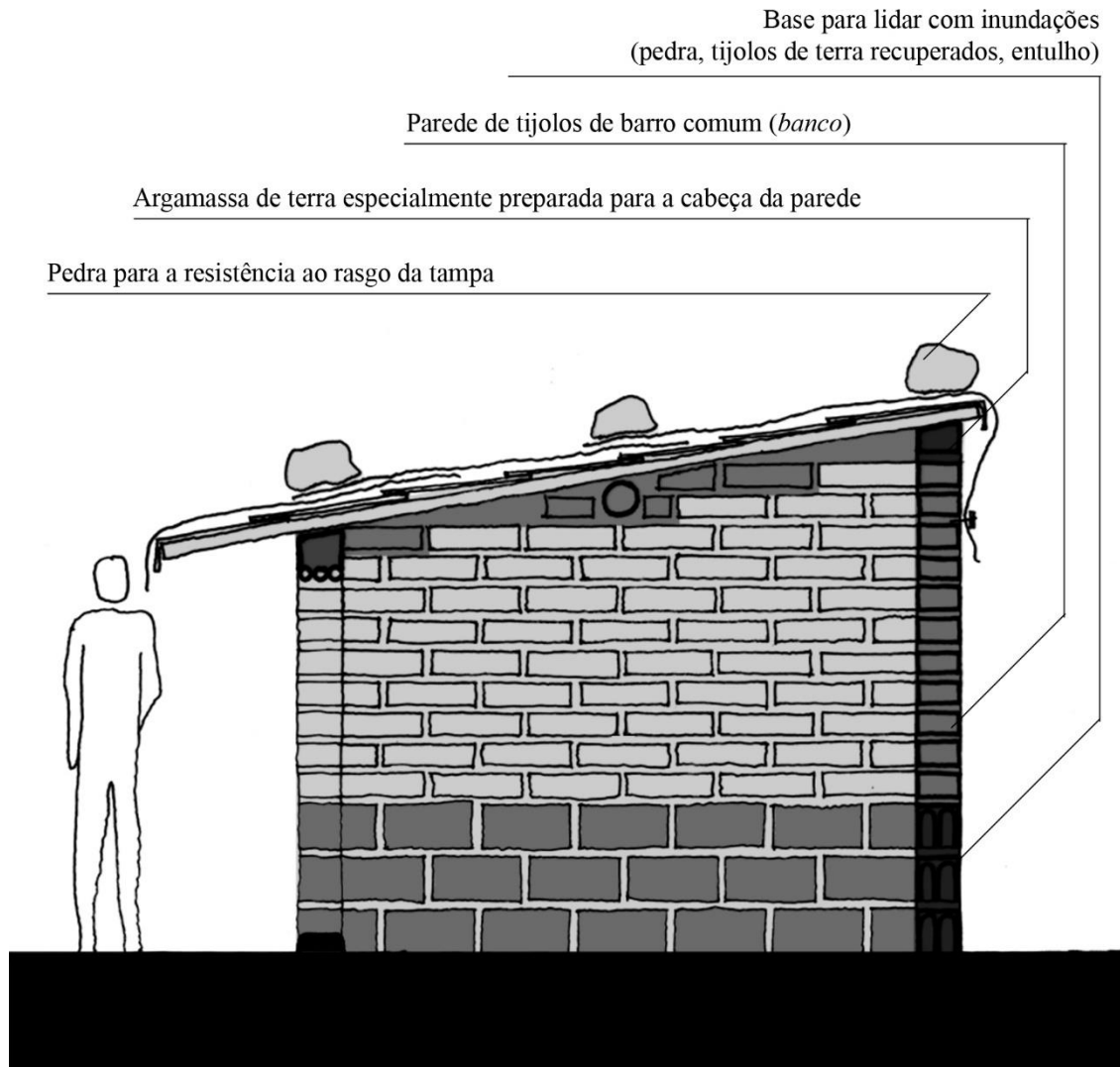


Figura 7: Uma arquitetura possui várias velocidades. Bozobuguni, Bamako, Mali (Laureau, 2014).

Na escala da construção, muitas vezes tivemos a oportunidade de perceber como o espaço é continuamente melhorado por meio de inúmeros microcanteiros de obras. O conjunto cria um vasto movimento progressivo.¹¹ Essa progressividade do espaço ao longo do tempo, na realidade, testemunha uma apropriação do espaço que se revela por meio da materialidade do espaço em uma ponderação, um "endurecimento" (DUBRESSON; YAPI-DIAHOU, 1988). Diante de um processo tão dinâmico, podemos ver até que ponto o espaço não pode ser verdadeiramente compreendido sem incluir a noção de tempo.

¹¹ Tal observação só pode ser feita por um longo período de tempo, por isso é extremamente raro ser capaz de testemunhar tal fenômeno.

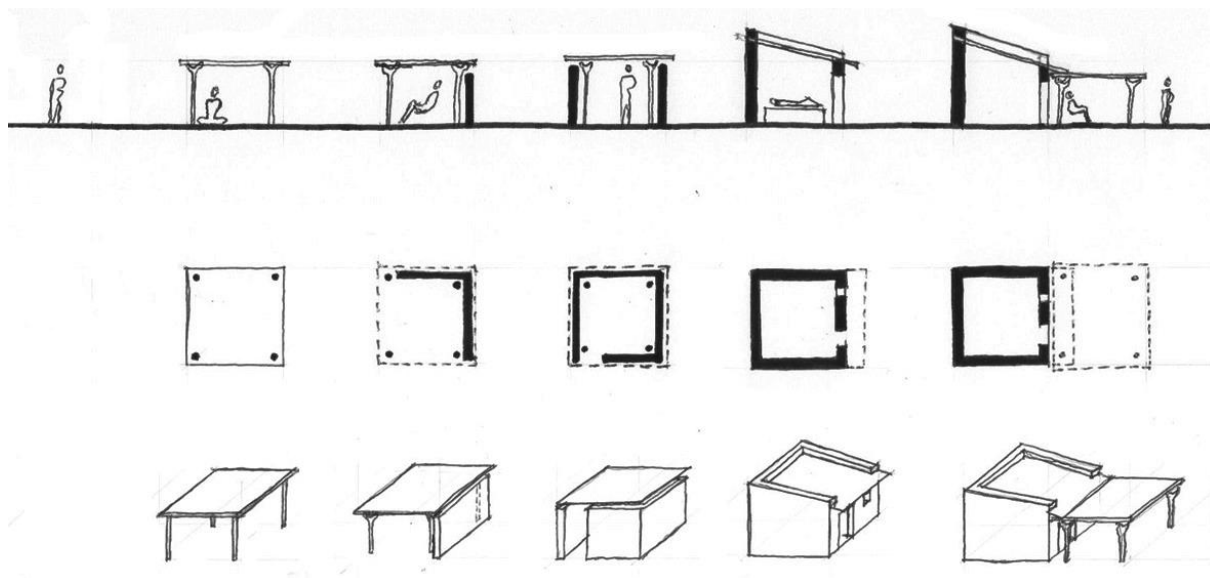


Figura 8: Espaço progressivo. Bozobuguni, Bamako, Mali (LAUREAU, 2014).

No nível distrital, vemos que a manifestação do tempo no espaço, especialmente por meio dos materiais utilizados, oferece uma chave importante para a compreensão do espaço urbano. Um material leve como a palha é o sinal de uma instalação relativamente recente, é um período de teste para o habitante. Um material pesado como a terra corresponde a uma confirmação. Ademais, a terra incorre em um certo nível de despesas.¹² Finalmente, uma construção dura (em cimento) acaba sendo extremamente cara e algumas pessoas podem, às vezes, passar a vida inteira financiando tal construção. Essas três famílias de materiais expressam diversos graus de sedentarismo diretamente ligados a investimentos. A materialidade acaba sendo um elemento-chave para a compreensão temporal do espaço.

¹² A construção em terra requer uma abordagem de projeto real, é um ato cuidadosamente pensado, que não é espontâneo.

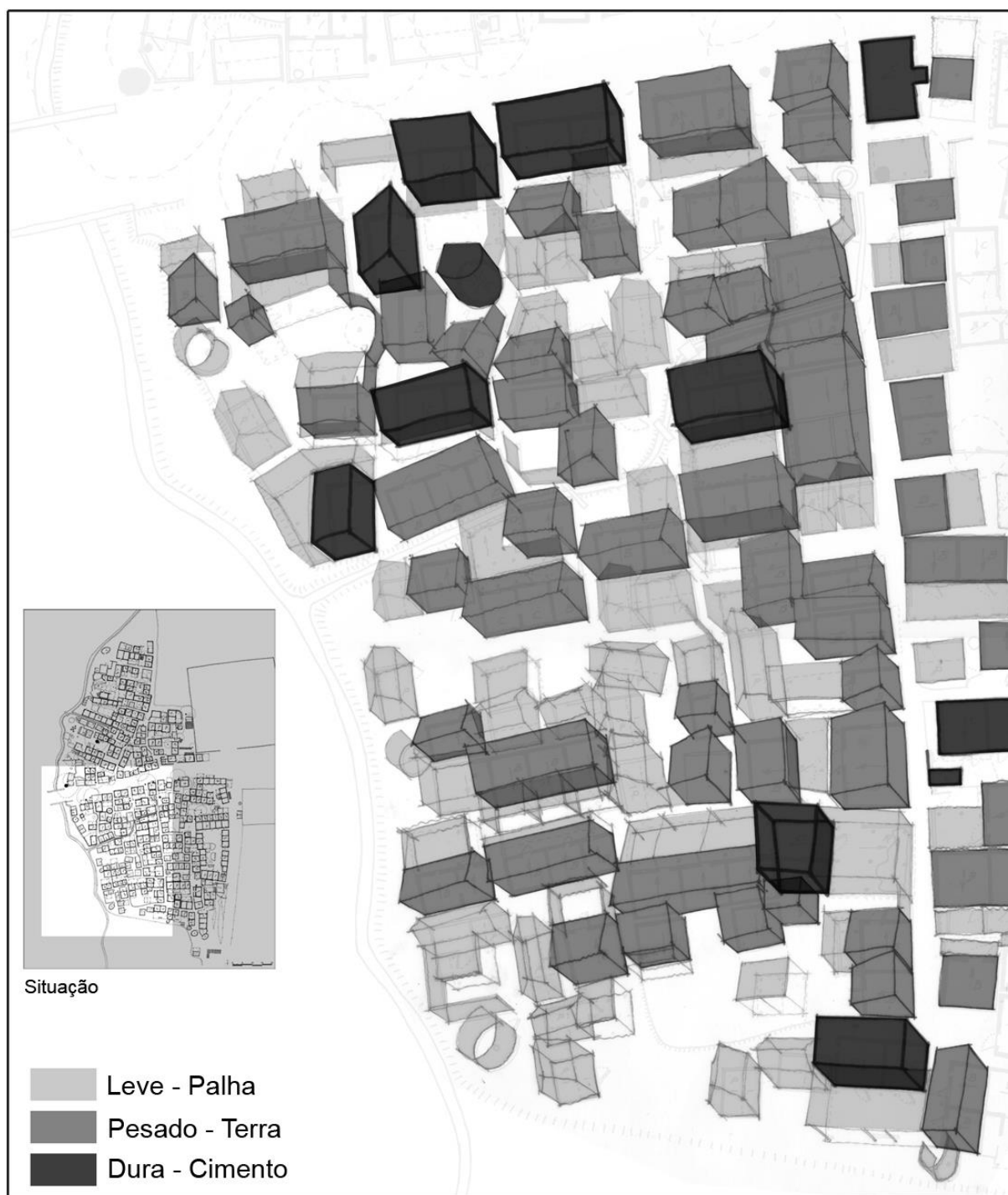


Figura 9: Planejamento urbano em várias velocidades. Bozobuguni, Bamako, Mali (LAUREAU, 2014).

Ecologia social Esferas de intimidade

Em campo maliense, a ecologia social é particularmente interessante de observar. Com efeito, a cultura do Mali desenvolve relações sociais muito intensas. É, portanto, um campo ideal para analisar a materialização dessas relações sociais no espaço.

O nível do quarto é um lugar extremamente íntimo. É, portanto, muito raro ser convidado a entrar. Neste exemplo, descobrimos, no ambiente do quarto, como o espaço foi estruturado para acomodar dois habitantes. Podemos ver que nessa sala duas esferas de privacidade individual foram recriadas. Cada uma dessas esferas é composta da mesma maneira. Uma cortina suspensa protege da vista, depois um mosquiteiro cria uma verdadeira "bolha" de privacidade e, finalmente, os lençóis dão as boas-vindas ao corpo em repouso. É surpreendente notar a extrema precisão desse dispositivo de espaço que permite diminuir esses diferentes graus de intimidade até na própria construção.

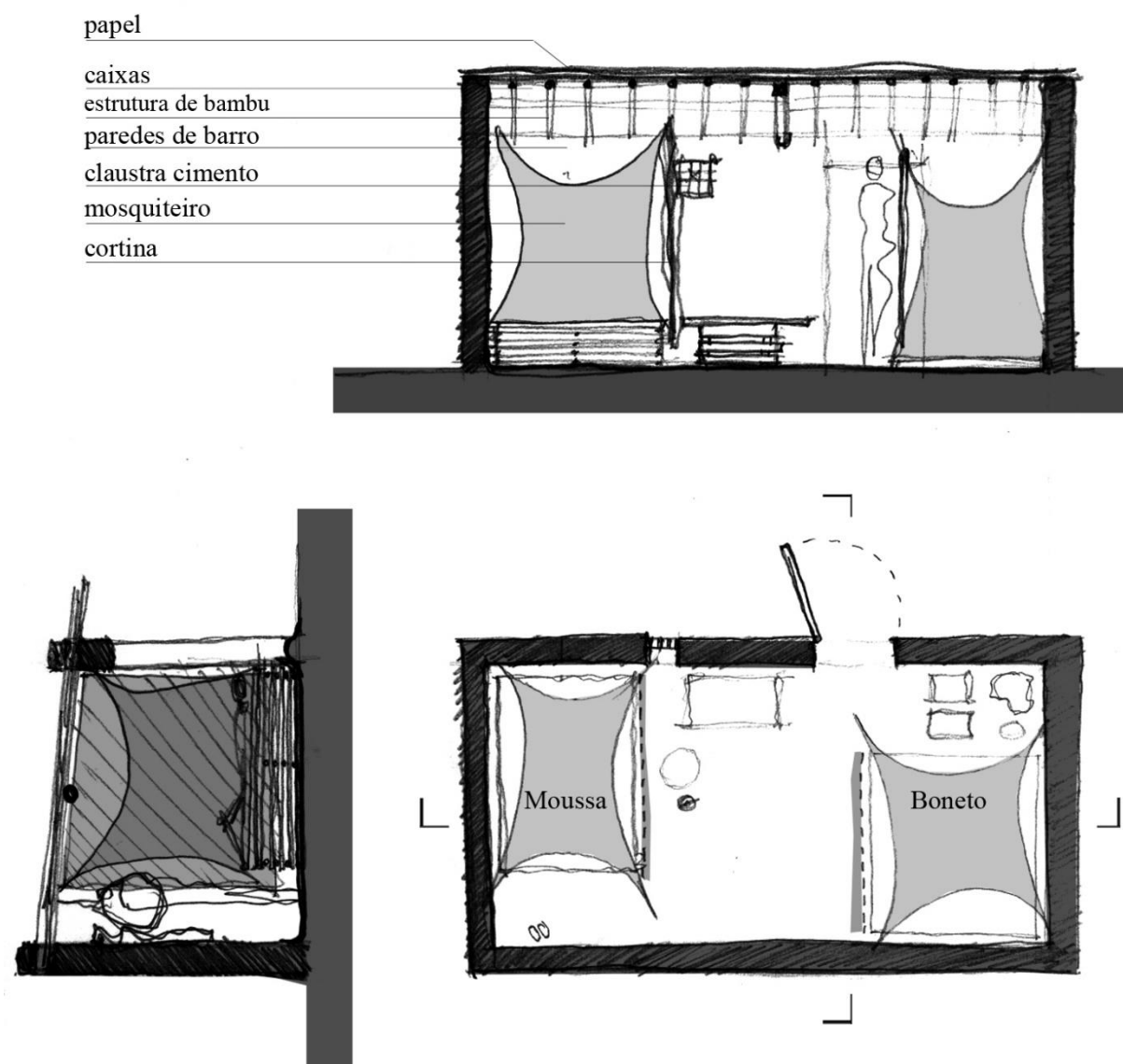


Figura 10: A privacidade do quarto. Bozobuguni, Bamako, Mali (LAUREAU, 2014).

No nível do pátio, podemos observar o mesmo fenômeno se desenrolando. A escala do pátio é particularmente interessante, porque dá a oportunidade de observar uma graduação bastante precisa da intimidade a partir de um conjunto de diferentes parâmetros convergentes. A intensidade da luz combina com a leveza da construção para materializar um espaço público. Ao contrário, a escuridão do quarto está de acordo com a construção pesada e maciça para proteger a privacidade. Entre esses dois arquétipos se desdobra uma gama de dispositivos graduais, permitindo apreciar um espaço extremamente preciso e perfeitamente codificado. Descreveremos o exemplo desse percurso para apreciar as diferentes etapas. O espaço público da rua ou beco é sem dúvida o espaço mais aberto, sendo, portanto, o mais luminoso. Móveis muito leves são

movidos diariamente no espaço público, que é assim compartilhado. Em seguida, encontramos os quintais que são um primeiro nível significativo de privatização. Com efeito, o quintal representa um lugar de partilha para a família. Quando os meios financeiros permitem, o percurso é protegido por uma cerca, mas quando isso não é possível, o limite é, por vezes, de natureza simbólica (como o tronco de uma árvore ou a altura de um degrau, por exemplo). Devido à densidade dos edifícios circundantes, o pátio costuma ser sombreado. Nos pátios, antes de entrar no quarto, existe um novo patamar, trata-se da “varanda”, que se manifesta primeiro por uma cobertura luminosa (gerando uma sombra direta na porta do quarto).¹³ Essa varanda, às vezes, é protegida da visão por telas, permitindo a circulação do ar e do som. Nesse local, a luz é perfeitamente controlada ao longo do dia. Finalmente, encontramos a pesada câmara de barro (conforme descrita acima), mergulhada na escuridão, ao mesmo tempo definindo o lugar mais íntimo.

13 A varanda está, portanto, diretamente envolvida na estratégia bioclimática.

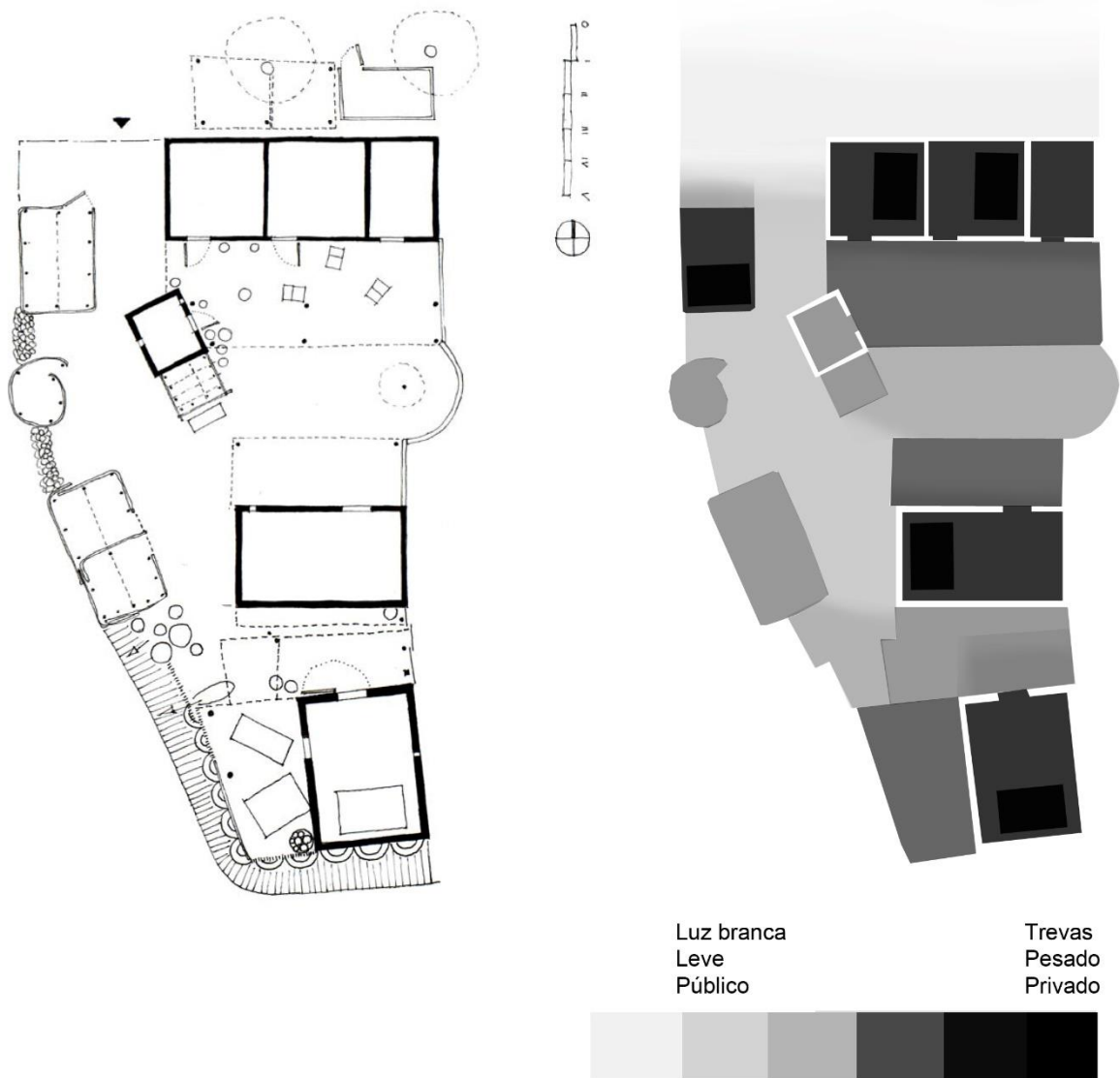


Figura 11: A escala intermediária do pátio. Bozobuguni, Bamako, Mali (LAUREAU, 2014).

Na escala urbana, esse ordenamento rigoroso parece estar muito longe da imagem caótica que às vezes pode ter quando esse espaço é descoberto pela primeira vez sem ser iniciado nos códigos. A intensidade da luz aparece, então, como um índice precioso e intangível do gradiente que regula os vários níveis entre o espaço público e o privado. Trata-se de um ordenamento do espaço urbano pela luz e não pela geometria. É uma ordem social que se expressa no espaço.

Essa materialização das diferentes "esferas" revela a constituição no espaço concreto de uma "espuma" social (SLOTERDIJK, 2003).



Figura 12: Estruturação luminosa do espaço urbano. Bozobuguni, Bamako, Mali (LAUREAU, 2013).

"Onde você mora?"

O famoso arquiteto Aldo Van Eyck (1918-1999) fez várias viagens ao Mali, nomeadamente aos Dogons.¹⁴ Essa experiência iniciática foi transcrita em um texto intitulado "The Interior of Time" (VAN EYCK, 1972).¹⁵ O seguinte documento segue o testemunho de Fritz Morgenthaler publicado no artigo de Aldo Van Eyck. Ele descreve o momento em que o guia de Morgenthaler (Dommo) se propõe a mostrar-lhe "sua casa" e, então, o leva a diferentes lugares específicos da aldeia onde Dommo se sente particularmente em casa. (VAN EYCK, MORGENTHALER, 1972, p. 122-124).

Esse testemunho nos marcou. Pareceu-nos ainda mais relevante quando encontramos o mesmo fenômeno no terreno por meio da relação com Moussa Koné. Essa representação é construída a partir do grau de frequência dos espaços que tivemos de percorrer com Moussa durante a prática de "observação flutuante".¹⁶ Infelizmente, não tivemos a oportunidade de perguntar-lhe "onde é a sua casa?", a fim de elaborar um mapa preciso. Continuamos convencido de que tal documento revelaria um grau maior de complexidade do que esse documento.

As redes humanas criam vínculos intangíveis em territórios e cidades; elas estão sobrepostas no espaço. As redes sociais tecem, assim, malhas mais ou menos estreitas de conexões, interconexões, interação, *networking* etc. Uma família, por exemplo, nem sempre está circunscrita em um lugar delimitado, outrossim, por vezes se divide em lugares diferentes e até em bairros diferentes. A família de Moussa, por exemplo, está espalhada por diversos pontos do bairro. Muitas polaridades familiares estão, portanto, espalhadas por todo o espaço da vizinhança. Essa configuração espacial gera idas e vindas, movimentos, travessias, sobreposições. Isso gera interações sociais com toda a comunidade, provoca encontro e discussão com a vizinhança. A fronteira público-privado se torna embaçada, incerta, porosa e mutante. Na hora das refeições, Moussa, que tem seu próprio espaço (seu próprio quintal), volta para a casa de sua mãe para comer e lá encontra seus irmãos. A família se reúne e depois se dispersa, semelhante a um batimento cardíaco na vizinhança. Como homens e mulheres não comem ao mesmo tempo ou no mesmo lugar, a família inteira raramente se reúne em um só lugar. A família, então, assume a forma de uma rede interconectada e entrelaçada no espaço urbano. As ruas se transformam nos corredores de uma enorme casa. Como resultado, cada indivíduo possui um mapa pessoal dos lugares que frequenta no dia a dia, gerando inúmeras oportunidades de interação social. A representação adjacente, portanto, destaca o que Henri Lefebvre chamou de "espaço social" (LEFEBVRE, 1974).

14 EYCK, Aldo Van. Architecture of Dogon. *Architectural Forum* 1961, Septembre, p. 116-121.

15 O arquiteto Aldo Van Eyck utiliza a terminologia de Fritz Morgenthaler encontrada em um texto intitulado "Les Dogons". EYCK, 1972. *L'intérieur du temps. In: Le sens de la ville*. Paris: Seuil, 1972.

16 "A observação flutuante" é uma técnica de observação, proposta por Colette Pétonnet, que parece particularmente adequada à urbanização informal. Pétonnet explica que é uma questão de permanecer "disponível e vago" em todas as circunstâncias, para "descobrir as regras subjacentes" do campo (PÉTONNET, 1979 [2002], p. 11).

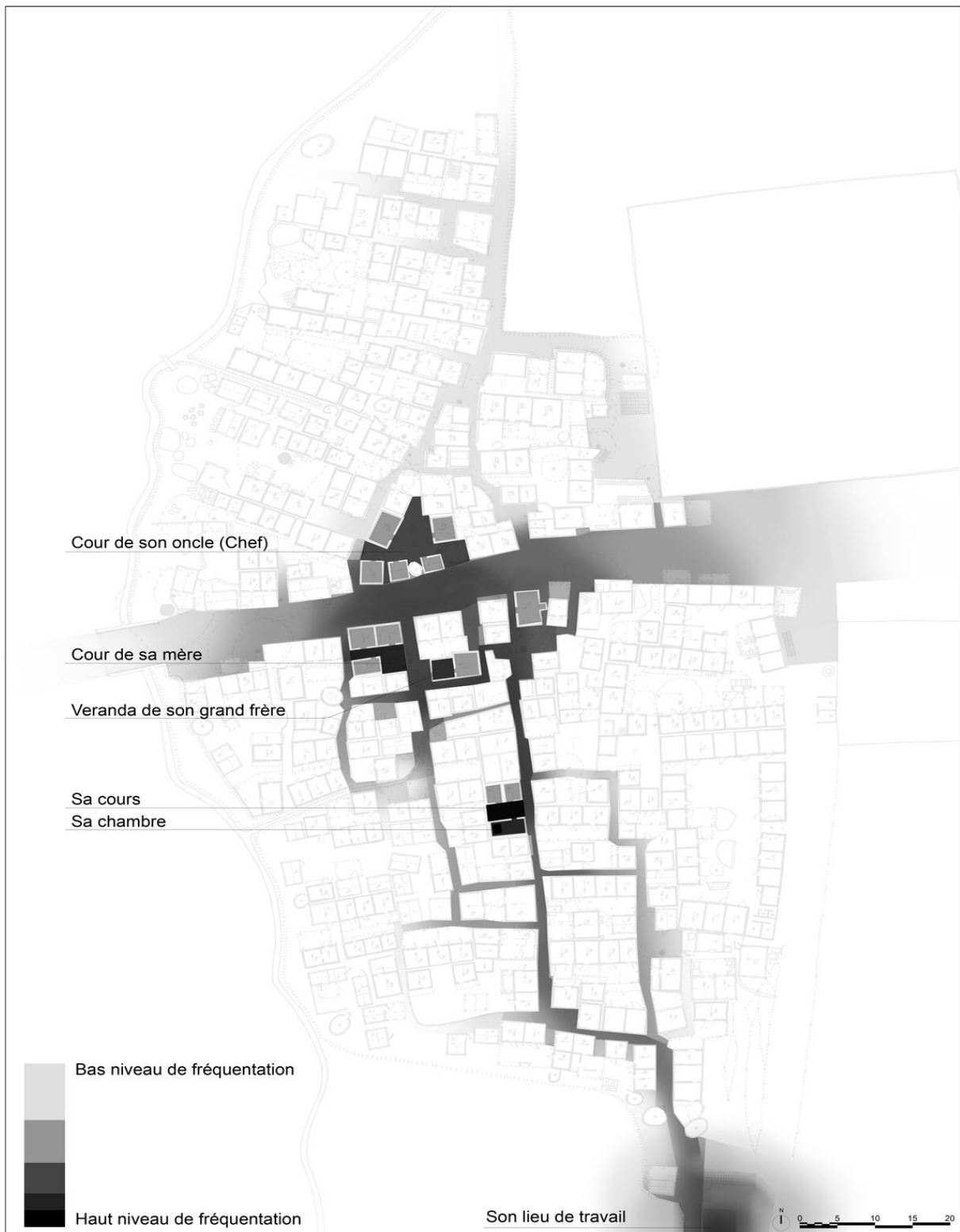


Figura 13: “Onde você mora?”. Bozobuguni, Bamako, Mali (LAUREAU, 2013).

Autoconstruir em conjunto

Em termos de ecologia social, parece que o fato de construir juntas as várias "esferas" individuais (SLOTERDIJK, 2003) revela uma importância bem particular. No Mali, muitas vezes ouvimos a seguinte frase: "todos são pedreiros". Na verdade, todos têm algum conhecimento de construção, porém, sob ampla concordância, "alguns são mais talentosos que outros". Para ilustrar esse ponto, veremos o exemplo de um canteiro de obras localizado em Bamako, que foi sujeito a uma observação rigorosa (ao longo de quatro domingos sucessivos). Este exemplo permitirá verificar em que medida o canteiro realizado pelos habitantes permite integrar uma notável ecologia social, ao mesmo tempo que mantém uma cultura popular construtiva.

Os jovens adultos constituem o coração do local. Um deles é designado responsável: ele liderará o trabalho e será responsável por executar os detalhes mais importantes.¹⁷ Os demais serão simples operários e farão as tarefas elementares (misturar, adicionar material etc.).



Figura 14: Jovens adultos. Bozobuguni, Bamako, Mali (LAUREAU, 2012).

Um dia de obra, enquanto a parede em construção estava ao nível da base, um vizinho (que não tem ligação direta com a família) passa pelo local e percebe que um tijolo não está muito bem posicionado. Ele, então, interrompe os jovens adultos para ajudá-los e, após algumas explicações, ele mesmo reposiciona o

¹⁷ Em geral, é o mais talentoso na área da construção quem é nomeado responsável por esta posição.

tijolo defeituoso e só depois retoma seu caminho. Com esse exemplo, compreende-se que a cultura construtiva é um assunto comum que é da responsabilidade de todos.



Figura 15: Um vizinho intervém. Bozobuguni, Bamako, Mali (LAUREAU, 2012).

Outro dia, o jovem encarregado da obra teve de se ausentar. A família chama, então, outro vizinho, que é pedreiro de profissão, para meio dia de trabalho. A

parede fica bastante alta e ele tem de fazer a alvenaria, em pé, em cima da parede enquanto se move para trás para não enfraquecer os tijolos que acabaram de ser colocados. Não há nada de improvisado em tal gesto, pelo contrário, é uma verdadeira cultura construtiva que se expressa.



Figura 16: Um profissional. Bozobuguni, Bamako, Mali (LAUREAU, 2012).

Finalmente, as crianças também são envolvidas. De fato, podemos notar que as crianças naturalmente se oferecem para ajudar os mais velhos. A peculiaridade dessa observação é que todos as deixam fazer e até acompanham gentilmente essa espontaneidade natural das crianças, pois todos sabem que essa é a primeira maneira de aprender e todos se lembram de ter passado por essa mesma fase, com a mesma idade.



Figura 17: Crianças. Bozobuguni, Bamako, Mali (LAUREAU, 2014).

Durante esse período, as mulheres se ocupam na cozinha ao lado com o preparo do almoço. Essa mesma refeição será compartilhada por todos os jovens adultos participantes do *workcamp*.

Esse projeto (privado) é verdadeiramente semelhante a um meio de transmissão de conhecimento intergeracional no qual todos têm um papel a desempenhar. O tempo no canteiro de obras passa a ser o lugar da transmissão do conhecimento, que se revela uma importante engrenagem de uma cultura intangível. Essa cultura construtiva intangível é mantida essencialmente pela ecologia social por meio de mecanismos de solidariedade.

Ecologia mental

O lugar informal de aprendizagem de códigos urbanos

Para evocar a "ecologia mental" de Félix Guattari (1989), parece importante mencionar Colette Pétonnet, em seu livro *On est tous dans le brouillard* (1979). Pétonnet nos faz compreender que o espaço informal gera um espaço e um tempo adaptados à aprendizagem dos códigos urbanos. Em seu livro, ela descreve em detalhes os processos de apropriação relativos a uma favela, tomando o exemplo da região de Paris nos anos 1970. Ela descreve, em detalhes, as virtudes da integração de recém-chegados. Explica, em particular, o quanto reunir uma comunidade da mesma origem promove as trocas sociais. Essa origem comum da aldeia em um distrito, configura para o recém-chegado um ambiente com códigos conhecidos, um contexto propício à apropriação progressiva. O ambiente de vizinhança parece oferecer um universo cujos certos códigos se assemelham aos do mundo rural, o que proporciona "conforto mental" (PÉTONNET, 1979 [2002], p. 49). É, portanto, um lugar de "refúgio" (PÉTONNET, 1979 [2002], p. 81), onde é possível encontrar uma linguagem, um modo de viver, um costume, um lugar de "resistência global à desculturação brutal, [...] que atua como um instrumento artesanal de suave aculturação" (PÉTONNET, 1979 [2002], p. 81, grifo nosso). O espaço informal opera uma mistura de códigos rurais e urbanos, permitindo uma apropriação "suave" do comportamento da cidade. Collette Pétonnet também detalha a importância da comunidade dos veteranos no aprendizado de códigos urbanos para os novos:

Este espaço, portanto, aproveitado fortuitamente ou para os fins pretendidos, cria as relações dos idosos cujo tempo livre é aproveitado para acumular conhecimentos e trocar comentários sobre o que têm em comum, ou seja, sobre o próprio bairro: seus avatares, suas mudanças, a vida de seu povo. Eles o dominam, vivenciam e fazem sua história, que depois transmitem aos recém-chegados, jovens ou estrangeiros, ajudando-os a se integrarem mais rapidamente (PÉTONNET, 1979 [2002], p. 53).

O espaço urbano é, portanto, o meio de uma "memória coletiva" (HALLBWACHS, 1950) em que os idosos operam uma interpretação explícita desse espaço. Os mais velhos passam a ser os facilitadores, os professores de uma leitura/escrita do código urbano. Esses dados permitem mensurar o papel central dos idosos no equilíbrio social e no processo de apropriação urbana. Pétonnet (1979 [2002]) nos explica que tem na memória o processo que deu origem à conformação das formas urbanas, pelo que são capazes de justificar e explicar as "razões" do espaço. Os "velhos" desempenham, portanto, o papel de facilitadores de uma memória urbana dos lugares, facilitando a integração dos mais novos e dos recém-chegados. Observe que, no terreno, "o galpão do velho" ocupa uma posição central no nível da vizinhança. Essa posição central pode ser explicada como um posto de observação do espaço compartilhado, permitindo o controle e o ensino de códigos sociais no nível do bairro. Um projeto urbano voltado para a integração urbana deve, portanto, basear-se no papel formador dos mais velhos sobre os mais jovens na estruturação do espaço.

A urbanização informal oferece um período de incubação que permite a aprendizagem necessária e progressiva dos códigos urbanos.

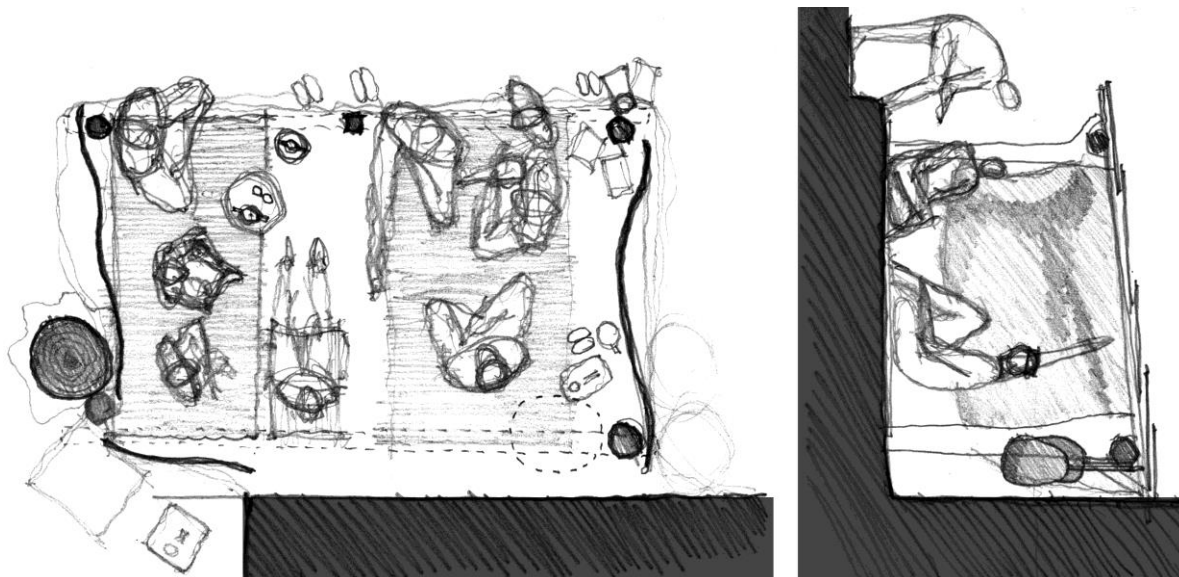


Figura 18: "O galpão do velho", Bamako, Mali (LAUREAU, 2012).

Um patrimônio imaterial sujeito a rituais

A ecologia mental também se manifesta no campo, aprofundando-se na noção de patrimônio imaterial. Os materiais da urbanização informal são muito frágeis, portanto, rituais de reparo (ou reconstrução) são regularmente chamados para compensar a fraqueza intrínseca dos materiais. Ao mesmo tempo, a fragilidade dos materiais estimula e mantém a cultura construtiva tradicional.

O espaço da terra representa um híbrido cultural cujas raízes se originam em todo o território do Mali. Doravante, um conjunto de conceitos intimamente articulados com a ideia de patrimônio são convidados ao coração do espaço urbano: paisagem cultural, cultura imaterial, cultura urbana, cultura rural etc. O local de construção permanente que o espaço do terreno representa questiona os rituais de construção para colocar o tempo do local como operador socioespacial essencial para uma correta compreensão do espaço. Nesse contexto, o tempo do canteiro de obras surge como expressão intangível de um patrimônio que se expressa no presente, adaptando-se a uma condição urbana em constante mudança. O processo urbano torna-se, portanto, um importante marcador da questão do patrimônio contemporâneo.

Como as palavras intangíveis de uma sociedade construída sobre a oralidade, a arquitetura de terra não tem durabilidade. O espaço terrestre, em virtude da sua fragilidade, não tem forma de permanência, salvo os monumentos religiosos que

só encontram constância graças ao fervor popular que institui rituais. Diante do peso da matéria terrestre, na sua fragilidade intrínseca, da ameaça constante de retorno ao estado de pó, a arquitetura torna-se imaterial. São os indivíduos, por sua força física, que fazem a arquitetura de barro. As formas arquitetônicas resistem ao tempo por meio de uma herança de gestos (que acaba se revelando um meio). Como o material barro é abundante, não carrega consigo nenhum valor intrínseco, é o gesto que dá forma ao espaço ao mesmo tempo que lhe confere um valor cultural. Então, aqui e certamente mais do que em outro lugar, são os indivíduos que moldam a cidade, como extensão de sua cultura em uma “obra aberta” (ECO, 1962).

Se a cultura imaterial é, de fato, a fonte de energia dessa arquitetura, então ela também atua como um meio cultural conhecido, o que gera certo conforto mental para os habitantes (PÉTONNET, 1979, [2002]). Esse banho cultural permite facilitar um uso do espaço que se apropria diretamente da antiga cultura rural. Esse contexto provoca todo o tipo de inovações no confronto de antigos reflexos rurais imersos num ambiente urbano contemporâneo. Essa situação, esse tipo de sobreposição entre duas realidades, parece gerar uma notável inflexão da cultura construtiva, dando origem a verdadeiras inovações. A qualidade dessas inovações repousa em parte no fato de que estão firmemente enraizadas em uma cultura intangível especialmente desenvolvida no Mali. A expressão do informal urbano é a concretização de uma continuidade entre o urbano e o rural, entre o passado e o presente, entre o material e o imaterial.



Figura 19: Um patrimônio de gestos. Bozobuguni, Bamako, Mali (LAUREAU, 2012).

Considerações Finais

A pesquisa nasceu de um ponto de vista particular: o de um olhar estrangeiro, que passa a observar essa realidade urbana com seu próprio olhar, sua própria cultura, projetando assim suas próprias questões em um terreno distante. Philippe Potié especifica que a "jornada iniciática é uma ocorrência que se encontra na maioria das abordagens teóricas." (POTIÉ, 2011, p. 59). Potié ainda explica que um grande número de escritos teóricos em arquitetura se estabelece a partir de uma viagem,¹⁸ Sébastien Marot também confirma esse ponto ao definir um conjunto de textos arquitetônicos sob o nome de "Manifestos Situados".¹⁹ O autor evoca obras escritas por arquitetos que usam cidades reais para afirmar "o que vai acontecer". Então, o autor lista um certo número de obras que vão nessa direção: *As pedras de Veneza*, de John Ruskin (1893); *Los Angeles: a arquitetura de quatro ecologias*,²⁰ de Reyner Banham (1971); *Aprendendo com Las-Vegas de Venturi*, de Scott Brown (1972); *Cidade-Colagem*, de Colin Rowe (1978); *Delirious New-York*, de Rem Koolhaas (1978); *Berlin comme archipel verte*, de Oswald Mathias Ungers (1977), *Chicago à la Carte*, de Alvin Boyarsky (1970), *La Métropole Imaginaire, un atlas de Paris*, de Bruno Fortier (1989). Acrescentamos a esta lista alguns trabalhos recentes que seguem esse mesmo caminho, mas observam um ambiente urbano pobre. Encontramos, por exemplo, a obra de André Ravéreau (1987) *Le M'zab une leçon d'architecture*, mas também a de Paola Berenstein Jacques (2006), *Learning from favelas: aprendizado da alteridade*, assim como a obra de Christophe Hutin (2010), *L'enseignement de Soweto*. Podemos perceber por essa notável lista o quanto, na história da arquitetura, os escritos teóricos são, de forma recorrente, baseados tanto no deslocamento de seus autores quanto no ensino que depreendem de um lugar. Podemos assim encontrar na figura do "manifesto situado" um método legítimo de escrita que permite evidenciar elementos inscritos num território que, pela especificidade de um "ponto de vista", podem ser valorizados.

Dito isso, não queremos seguir o caminho mais fácil e cair no angelismo. É óbvio que a urbanização informal não pode ser vista como um modelo de perfeição ecológica. Tal mudança apenas encorajaria o abandono que esse tipo de bairro experimenta regularmente. Portanto, é muito importante sublinhar que uma área como a que acabamos de descrever é afetada por um grande número de males que ainda aguardam solução: risco de incêndios, falta de equipamentos, falta de saneamento, abastecimento deficiente de água potável etc. No entanto, é interessante observar como essa situação de abandono permite o surgimento de uma auto-organização espontânea. Essa autogestão, que possibilita atenuar o abandono, pode, após análise, revelar certas virtudes ecológicas.

Neste artigo, as virtudes ecológicas foram reveladas por meio do prisma dos três componentes da "ecosofia" enunciados por Felix Guattari (1989). Para a conveniência das demonstrações, separamos claramente esses três componentes,

18 Philippe Potié explica que "as obras de Banham, Venturi, Koolhaas, por exemplo, 'fazem teoria' ao visitar uma cidade cuja história eleva à condição de ídolo e monumento" (Potié, 2011, p. 59).

19 Termo usado por Sébastien Marot durante o Colóquio "A caneta e o arquiteto" - em 28/05/2010 na ENSAPLV. Os "manifestos situados" também são o tema de um curso ministrado na Escola de Arquitetura Marne la Vallée, URL: <http://www.marnelavallee.archi.fr/ficheCours.php?id=225&idPartie=2>

20 No artigo original, lê-se: *Los Angeles: the architecture of four ecologies*. Título da obra de Banham: *Los Angeles: The architecture of four ecologies* [Nota da Revisora]

mas é importante ter em mente que todos esses elementos não devem ser considerados isoladamente. Na verdade, todos esses três componentes são verdadeiramente interdependentes. Tomemos um exemplo para ilustrar: o fato de utilizar materiais locais obviamente gera efeitos benéficos na "ecologia ambiental" (GUATTARI, 1989), em particular por meio da economia de energia. Mas também descobrimos que o fato de buscar materiais locais impulsiona os recém-chegados a irem ao encontro de seus vizinhos próximos, ao mesmo tempo dinamizando a "ecologia social" (GUATTARI, 1989). Para levar a demonstração a termo, poderíamos também argumentar que o fato de usar materiais locais (semelhantes aos materiais do ambiente rural original), permite gerar uma paz de espírito, levando também a uma "ecologia mental" (GUATTARI, 1989).

Essas interações sistêmicas entre as três ecologias (GUATTARI, 1989) geram alto grau de complexidade.²¹ Se tal ecossistema urbano parece difícil de entender, em termos de análise urbana, sem um conhecimento detalhado do território, bem como um destaque das características culturais intangíveis, o fato é que a obra *As três ecologias* (1989), de Félix Guattari, pode ser uma ferramenta de trabalho essencial para a concepção de um projeto urbano. Essa ferramenta pode, especialmente, permitir aos projetistas verificar constantemente suas hipóteses de trabalho através do prisma desses três componentes.

O estudo deste caso permite tirar várias conclusões. Em primeiro lugar, ao contrário da crença popular, a urbanização informal não é desprovida de estrutura, nem mesmo de ordem. Simplesmente, não é uma ordem visual, gráfica ou mesmo geométrica. Aqui, novamente, a referência a Guattari permite apresentar uma estruturação sistêmica por meio de três formas de ordens intangíveis. Em primeiro lugar, uma ordem social se manifesta, especialmente nas diferentes esferas de intimidade. Uma ordem ambiental então aparece em estratégias bioclimáticas. E, finalmente, uma ordem mental se expressa nos gestos do patrimônio imaterial. Essas três ordens estão, mais uma vez, extremamente interligadas.

Deve-se notar também que a urbanização informal não é uma forma congelada no tempo. Na verdade, o espaço está em constante mudança de acordo com as inúmeras microconstruções diárias. A organização social que delimita esse espaço urbano também está em permanente reorganização, de modo a se conformar o máximo possível às restrições atuais. Essa condição é ainda mais exacerbada em um ambiente pobre, que se conjuga ao disponível por necessidade.

Notamos também que a urbanização informal reúne todas as condições que permitem o surgimento de vários tipos de inovações: inovações sociais (sistemas de troca solidária), inovações técnicas (bricolagem permanente em torno dos recursos locais) (LAUREAU, 2018), inovações ambientais (estratégias bioclimáticas). A urbanização informal, por se libertar das normas, torna-se um dos lugares onde uma nova forma de habitar o mundo pode ser inventada. É um verdadeiro campo de experimentação, que permite (re)forjar vínculos tanto com a pré-modernidade como com todos os sistemas vernáculos.

21 Tal grau de complexidade poderia possibilitar uma abordagem da "lógica do viver" enunciada por Edgar Morin (1973).

O contexto ilegal dessa região permite uma mudança decisiva, pois ao libertar-se do direito de propriedade, autoriza a utilização de materiais antigos como terra ou palha. Com efeito, como essas construções são ilegais, não se inserem no quadro da especulação imobiliária, o que permite ao setor de construção multiplicar os registros de soluções à disposição dos construtores. Em outras palavras, a não aplicação da lei fundiária oficial estimula e legitima o uso atual de materiais antigos com muitas virtudes "ecosóficas" (GUATTARI, 1989).

O informal permite experimentar a representação do "tempo espiral" enunciado por Bruno Latour (1991). Bruno Latour, em sua obra *Nous n'avons jamais été modernes* (1991), mostra que a representação do tempo é um elemento determinante em nossa maneira de ver o mundo. O autor explica que o pensamento moderno é construído em uma oposição radical entre passado, presente e futuro. "A flecha do tempo é inequívoca [...] o mundo moderno é uma invenção total e irreversível que rompe com o passado [...]" (LATOUR, 1991, p. 70-94). Para o autor, a modernidade cria um distanciamento do passado, uma separação franca, uma vedação.

Além disso, em oposição à moderna "flecha do tempo" que vai do passado e se projeta no futuro, ele oferece outra representação do tempo na forma de uma "espiral".

Suponhamos, por exemplo, que agrupemos elementos contemporâneos ao longo de uma espiral e não mais de uma linha. Temos um futuro e um passado, mas o futuro tem a forma de um círculo que se expande em todas as direções e o passado não é ultrapassado, mas retomado, repetido, cercado, protegido, re combinado, reinterpretado e refeito (LATOUR, 1991, p. 102).

Esse "tempo em espiral" permite que nos sintamos próximos de algo passado, mesmo depois de milhares de anos. Então, a afirmação de uma distância moderna entre a história e o presente é anulada. O tempo torna-se elástico, permite-nos atravessar eras, zigzaguear livremente entre os tempos, em suma, "ordenar" no tempo. O autor, então, abre passagens no tempo, buracos. Essa representação do tempo abre uma ampla gama de soluções antigas. Nesse sentido, parece que a representação do tempo na forma de uma "espiral" lança uma nova luz sobre a urbanização informal. Com efeito, essa representação, de repente, permite legitimar o uso: de velhas técnicas, de velhos materiais, mas também de antigos direitos do solo (com o uso do direito consuetudinário, por exemplo). As margens urbanas então abrem parênteses na cidade moderna e experimentam nesses lugares uma cidade orgânica enraizada em um ecossistema urbano. Essas margens não estão acima do solo, elas são o solo. Esses lugares são o surgimento de uma resistência cultural portadora de princípios ecossistêmicos. Essa representação do tempo oferece plena e completa legitimidade a uma "produção do espaço" (LEFEBVRE, 1974, [2000]) que experimenta todos os dias soluções econômicas e hipercontextualizadas.

A análise arquitetônica e urbana do espaço informal não pode ser realizada sem romper radicalmente com todos os preconceitos que nos impediram de vê-lo até agora. Em outras palavras, temos que deixar de ver o informal apenas como uma fonte de problemas, para podermos vê-lo também como um recipiente de soluções. Na mesma linha, é aconselhável livrar-se de uma antropologia que tende a consertar as coisas, para usar uma "antropologia dinâmica", a que afirma

Georges Balandier (1971). Essa abordagem nos permite abrir nossos olhos para as emergências e as inovações dos campos da urbanização informal.

O informal pode ser visto de um ângulo "farmacológico" (STIEGLER, 2010). Essa postura nos convida a considerar os elementos e aceitar suas ambivalências. Pharmakon pode ser visto como um veneno, que também pode se revelar um remédio. A partir desse conceito, temos aqui uma interessante ferramenta intelectual que permite analisar uma realidade urbana há muito considerada um "veneno". Ao longo da modernidade arquitetônica, nos esforçamos para tentar erradicar as favelas, sem nunca realmente conseguir. Portanto, talvez seja hora de usar a farmacologia como uma nova lente para visualizar a análise da urbanização informal. A partir desse prisma, talvez possamos ver o surgimento de um grande inventário de princípios que apontam para um novo "uso do mundo" (BOUVIER, 1963, [2001]).

Se o informal pode, agora, aparecer como um lugar onde a ecologia arquitetônica e urbana é vivenciada, de acordo com *As Três Ecologias* (GUATTARI, 1989), então, podemos dar uma legitimidade real para ser. Ao mesmo tempo, podemos nos concentrar neste vernáculo contemporâneo com toda a nossa atenção, bem como com todas as nossas faculdades analíticas.

Este artigo levanta várias questões que, por si mesmas, abrem literalmente um novo campo de pesquisa. Mas, provavelmente, também é uma nova maneira de olhar para o *design* arquitetônico e urbano:

Como aprender com o informal? Podemos aprender a ver a cidade de uma nova perspectiva? Qual é o papel do arquiteto em tal contexto? Será que um "vernáculo erudito" (LOUBES, 2010, p. 55) poderia emergir do informal? Como modificar a imagem dessa realidade urbana para reaprender a vê-la? Como medir o papel ecossistêmico desses bairros no estudo de um metabolismo urbano contemporâneo? O papel ecossistêmico desses assentamentos informais não revela uma vasta "injustiça espacial"? Essa pesquisa não exige uma reprogramação de valores? Como generalizar os princípios ecológicos do informal de modo a promover transferências interculturais? Como o setor informal poderia nos ensinar a reconsiderar o peso ecológico de certos princípios como o direito à propriedade, por exemplo? Como regularizar um ecossistema urbano, sem romper os componentes dos quais emergem as virtudes ecológicas?

REFERÊNCIAS

- AL-RACHID, E. **Reflexions sur les espaces ouverts**. Tese (Doutorado em Urbanismo)—UNIVERSIDADE, Paris XII, 1989. Disponível em: <http://www.theses.fr/1989PA120054>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- AGIER, M. **L'invention de la ville, banlieues, townships, invasions et favelas, éditions des archives contemporaines**. Paris: Archives Contemporaines, 1999 [2008]. 176 p.

- BALANDIER, G. **Sens et puissance**: les dynamiques sociales. Paris: PUF, 1971.
- CROIX, K. de la; FERRY, L.; LANDY, F.; TRAORÉ, B.; MUTHER, N.; TANGARA, B.; DIDIER, M. Quelle "place" pour des pêcheurs urbains? Le cas de Bamako (Mali). **Cybergeo**: European Journal of Geography, Espace, Société, Territoire. Disponível em: <http://cybergeo.revues.org/25977>. Acesso: em 3 ago. 2013. DOI 10.4000/cybergeo.25977.
- BOUVIER, N. **L'usage du monde**. Paris: Petite Bibliothèque Payot/Voyageurs, 1963 [2001].
- ECO, U. **L'œuvre ouverte**. Ed. Points. 1962.
- FRIEDMAN, Y. **L'architecture de survie, Une philosophie de la pauvreté**. Paris: L'éclat. 1978 [2003].
- GUATTARI, F. **Les trois écologies**. Paris: Galilée. 1989.
- LATOUR, B. **Nous n'avons jamais été modernes, Essai d'anthropologie symétrique**. Paris: La découverte. 1991.
- LAUREAU, V. When a nomad tradition meets the city. In: **Earth constructions and tradition** (vol. 2). IVA-Verlag, 2018.
- LAUREAU, V. **La ville et la terre, apprendre de Bamako**: le cas de Bozobuguni, un quartier autoconstruit, Thèse de doctorat en Urbanisme et aménagement, Laboratoire Mosaïques-LAVUE, Université Paris-Ouest-Nanterre-La Défense, Soutenue le 14/02/2014. Mis en ligne le XXXXX, consulté le 29 novembre 2019. URL: <https://www.theses.fr/2014PA100018>. 2014.
- LAUREAU, V. La ville en terre au Mali. Le chantier comme patrimoine. **Cybergeo**: European Journal of Geography, Aménagement, Urbanisme. 2013. Disponível em: <http://cybergeo.revues.org/25907>. Acesso em: 20 dez. 2020. DOI 10.4000/cybergeo.25907.
- LEFEBVRE, H. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1968.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974 [2000].
- LOUBES, J-P. **Traité d'architecture sauvage, manifeste pour une architecture située**. Paris: Sextan, 2010.
- LUSSAULT, M. **L'informel comme principe. Tous urbains**, n. 0, 2012.
- MORIN, E. **Le paradigme perdu: la nature humaine**. Paris: Seuil, 1973.
- PÉTONNET, Colette. **On est tous dans le brouillard**. Paris: C.T.H.S., 1979 [2002].
- RUDOVSKY, B. **Architecture without architects, A short introduction to non-pedigreed architecture**. University of New Mexico Press, Albuquerque, 156p. 1964.

SLOTERDIJK, P. **Ecumes, Sphérologie plurielle**. Paris: Sphères III, Maren Sell, 2003 [2005].

STIEGLER, B. **Ce qui fait que la vie vaut la peine d'être vécue - De la pharmacologie**. Paris: Flammarion, 2010.

VAN EYCK, A. **L'intérieur du temps. Le sens de la ville**. Paris: Seuil, 1972.

Apreendendo o informal sob o olhar da ecosofia | Título original: Apprendre de l'informel, au prisme de l'écosophie | Vincent Laureau (ENSA Paris Val de Seine [Escola Nacional Superior de Arquitetura de Paris Val de Seine] / CRH-LAVUE [Centro de Pesquisa Habitacional - Laboratório de Arquitetura, Cidade e Meio Ambiente])

Tradução do francês por Isabella Victoria Eleonora. Estudou Tradução/Língua Inglesa na PUC-SP e Música no Instituto de Artes da Unesp. Possui certificado de tradutora pela NAATI (National Accreditation Authority for Translators and Interpreters). É também consultora linguística na Asian Absolute, Londres; Stillman Translations, Córdoba; Parole Traduções, Rio de Janeiro; Catálogo de Tradutores, São Paulo e outras agências no Brasil e exterior.

O JOGO DA CIDADE: PRÁTICAS LÚDICAS E PARTICIPAÇÃO URBANA

THE CITY GAME: PLAYING PRACTICES AND URBAN PARTICIPATION

EL JUEGO DE LA CIUDAD: PRÁCTICAS DE JUEGO Y PARTICIPACIÓN URBANA

*Joana Martins, mestre em arquitetura, PUC-Rio.
E-mail: martinspereirajoana@gmail.com*

Resumo

Este artigo aborda os elementos lúdicos como possíveis ferramentas de participação, engajamento social e de diálogo entre os arquitetos e os usuários da cidade. Ao estimular o interesse pelo debate urbano em um público não especializado, os jogos podem ser vistos como formadores de cultura política por abordar temas como coletividade, democracia e dissenso. Este artigo apresenta a elaboração e o desenvolvimento do Jogo da Cidade, que busca trabalhar, por meio da cooperação, a ideia da participação como um jogo de negociação e de conflito.

Palavras-chave: Participação; Jogo; Democracia; Cultura Política; Formação Urbana.

Abstract

This paper addresses the playful elements as possible tools for participation, social engagement and dialogue between architects and city users. By stimulating interest in urban debate in a non-specialized audience, games can be seen as builders of political culture by addressing issues such as collectivity, democracy and dissent. This article presents the elaboration and development of the City Game, which seeks to work, through cooperation, the idea of participation as a game of negotiation and conflict.

Keywords: Participation; Play; Democracy; Political Culture; Urban Education.

Resumen

Este artículo plantea los elementos lúdicos como posibles herramientas para la participación, el compromiso social y el diálogo entre arquitectos y usuarios de la ciudad. Al estimular el interés en el debate urbano en una audiencia no especializada, se puede ver que los juegos forman una cultura política al abordar temas como la colectividad, la democracia y la disidencia. Este artículo presenta la elaboración y desarrollo del Juego de la Ciudad, que busca trabajar, a través de la cooperación, la idea de participación como un juego de negociación y conflicto.

Palabras clave: Participación; Juego; Democracia; Cultura Política; Educación Urbana.

PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA

O tema¹ da participação na arquitetura vem sendo estudado com mais intensidade a partir da crise do Modernismo, na década de 1960, e das provocações levantadas pelo grupo Team X, no âmbito do CIAM X.² Desde então, diversos autores vêm desenvolvendo o assunto. No texto de 1969 “A ladder of citizen participation”, a comunicadora americana Sherry Arnstein, define graus de participação. De acordo com Arnstein, um processo participativo pode compreender diferentes intensidades: desde uma manipulação dos participantes – na qual a população é usada como justificativa para interesses pré-estabelecidos por agentes externos – até um controle popular total, sem intermediários entre a população e a fonte de recursos.

A autora argumenta que diferentes níveis de participação demandam diferentes tempos e relações entre os agentes. Assim, ao estudar processos participativos no campo da arquitetura, abrem-se questões relacionadas à compatibilidade do tempo de um processo participativo com o tempo da obra, ao papel do arquiteto nesses processos e à comunicação entre o corpo técnico e a população não especializada.

Um grau de participação mais intenso demanda que o diálogo se estabeleça a partir de uma linguagem compreendida por todos os agentes, na qual todos conseguem se comunicar e compartilhar ideias e conhecimentos. A questão da comunicação entre os agentes está diretamente relacionada, em processos de arquitetura, ao tema da representação e ao papel que arquitetas e arquitetos exercem nesses processos. Como podemos dialogar com a população não especializada e apresentar argumentos técnicos de maneira mais acessível? Quais ferramentas de comunicação e representação podem ajudar no diagnóstico e no desenvolvimento de um projeto participativo? Diversas experiências nesse campo relatam que a linguagem técnica e abstrata da arquitetura muitas vezes não é compreendida por agentes que não estão capacitados e/ou possuem baixo grau de escolarização. Nesse sentido, nos interessamos em pesquisar mecanismos de diálogo com esse público.

O arquiteto inglês Markus Miessen, ao estudar processos participativos, argumenta que não basta, porém, a existência de instrumentos de participação se a população os rejeita ou simplesmente não se engaja. O arquiteto alerta para a possibilidade de uma visão romântica da participação que poderia gerar um “pesadelo da participação”, ou seja, uma aversão a esses processos. Corroborando com Miessen, alguns autores contemporâneos das ciências políticas apontam para fatores culturais que podem interferir nos processos participativos. Os cientistas políticos Gabriel Almond e Sidney Verba estudam o conceito de “cultura cívica” e associam a cultura política de uma comunidade à qualidade de sua democracia e, conseqüentemente, ao tipo de participação que seus cidadãos exercem. No Brasil, pesquisadores como Ricardo Abramovay

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Código de Financiamento: 001

2 Os CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna) foram criados em 1928 para definir, promover e propagar os princípios da arquitetura moderna em termos internacionais. O CIAM X, em 1956, foi organizado por membros mais jovens, que questionaram as diretrizes modernas e deram origem ao Team X.

apontam que, apesar de termos uma constituição que define instrumentos diretos de participação, não há, propriamente, uma cultura política participativa.

Se a implantação de instrumentos de participação não basta, como estimular os cidadãos e as cidadãs a exercerem seu papel político? Em busca de mecanismos que possam engajar a população, algumas iniciativas vêm explorando práticas lúdicas como uma linguagem mais acessível. Os jogos se caracterizam, segundo o historiador holandês Johan Huizinga (1971), como um estado de exceção, fora do cotidiano. Dessa maneira, constituem uma realidade autônoma, mas que depende da relação constante com seus mundos de referência, em afastamentos e aproximações, resultando em produzir algo além do que representa (ISER, 1996). Assim, os jogos são vistos por Huizinga (1971) como formadores de cultura, pois, por meio do divertimento, atingem-se memórias, criam-se laços sociais e, através da imaginação e da cumplicidade, uma nova compreensão de mundo real pode surgir.

Também é possível identificar no jogo democrático um caráter lúdico, por ser uma estrutura de poder, com regras e personagens. A participação, então, pode ser entendida como um “jogo”, por requerer uma negociação entre os agentes envolvidos. Essa analogia do jogo democrático, somada à ideia de que os jogos são formadores de cultura, tem guiado iniciativas ligadas ao desenvolvimento de jogos como ferramentas de participação popular.

Esse artigo relata o processo de desenvolvimento do Jogo da Cidade, elaborado pela autora deste artigo, na Lanchonete<>Lanchonete, no âmbito de uma pesquisa de mestrado³ voltada ao estudo dos jogos como possível ferramenta de diálogo entre os arquitetos e os usuários da cidade, com o objetivo de envolver a população no debate urbano.

A GAMBOA E A LANCHONETE<>LANCHONETE

A Lanchonete<>Lanchonete é uma iniciativa da artista Thelma Vilas Boas que ocupou, inicialmente, o térreo do espaço de arte Saracvra, na Rua Sacadura Cabral, região portuária do Rio de Janeiro. A Lanchonete surgiu, em 2016, como uma residência artística que buscava o diálogo de um espaço de arte com a rua a partir do chamado à mesa. Com um convite para entrar na porta e enquanto a artista cozinhava, a Lanchonete foi se transformando em um lugar de conversas, trocas, escuta e de estar a partir do preparo e consumo de alimentos não industrializados, como frutas, legumes e verduras. A partir dessa experiência de abertura e conexão com a rua, diversas demandas e públicos surgiram.

Uma região tradicionalmente habitada pelas classes de baixa renda e destinada a usos industriais, a região portuária foi alvo de remoções e demolições durante as transformações urbanas decorrentes dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, realizados na cidade. A região foi escolhida para um projeto de reforma urbana denominado “Porto Maravilha” que foi objeto de várias críticas e polêmicas – seja

³ Dissertação de mestrado defendida em março de 2020, no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio, sob orientação da Profa. Dra. Ana Luiza Nobre.

por seu modelo de consórcio público-privado, pelo limite de gabarito das novas torres comerciais ou pela falta de investimento em habitação de interesse social. Não havendo propostas de melhoria da qualidade de vida dos seus moradores, evidenciou-se o caráter turístico do projeto. Esse processo de transformações e apagamentos fez emergir várias camadas da história dessa região, como o Cais do Valongo⁴ e o Cemitério dos Pretos Novos. O contexto, porém, segue sendo de uma população com pouco acesso à educação, saúde, saneamento e transporte, sendo a maioria das moradias informais e com grande população de moradores de rua e dependentes químicos.

Ao se abrir para a rua, permitindo que as pessoas entrassem e participassem, a Lanchonete procurou escutar as demandas, carências e complexidades dessa população. Como reflexo desse contexto, as crianças que moram nessa região têm pouco acesso a equipamentos de esporte, cultura ou educação para além do turno escolar. Thelma, então, percebeu que as crianças, entre os 7 e 12 anos, são as que estão mais disponíveis e têm menos amarras sociais e voltou sua prática principalmente para as crianças da região.

Assim, a Lanchonete foi se constituindo ao longo dos anos como uma prática artística ao propor um espaço de troca e questionamentos sobre diversos assuntos por intermédio da arte. Outros artistas e profissionais de diversas áreas se somaram à iniciativa para propor oficinas direcionadas, principalmente, às crianças. As atividades variam da pintura à fotografia, à serigrafia, à música, à culinária, ao cinema.

Em junho de 2019, a Lanchonete alugou um galpão (Figuras 1 e 2), na Rua Pedro Ernesto. Durante o ano de 2019, com um espaço mais amplo, foi formada a Associação Cultural da Lanchonete e as atividades se tornaram mais regulares, dando-se início a um processo de formalização que tem como objetivo a constituição da Escola Por Vir em 2020, uma cozinha-escola.



Figuras 1 e 2: Fachada e espaço interno do galpão da Lanchonete<=>Lanchonete. Fonte: Instagram @lanchonete.lanchonete e arquivo da autora.

4 Acredita-se que o porto do Rio tenha sido o porto que mais recebeu escravos vindos da África no mundo. Ao escavar o solo para a realização das obras, diversos objetos, construções e ossadas foram encontrados, inclusive o antigo cais.

ONDE ESTÁ MINHA CASA NO MAPA?

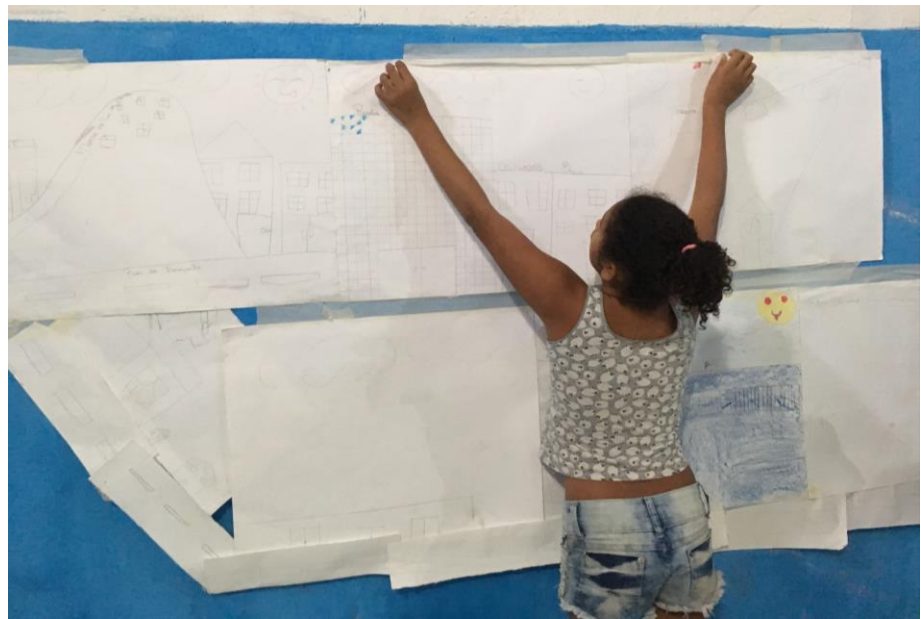
Iniciei minha aproximação com a Lanchonete em junho de 2019, com o objetivo de desenvolver uma prática lúdica que suscitasse o diálogo sobre questões urbanas dessa região com as crianças. A estratégia, definida em conjunto com a Thelma, foi passar a frequentar a Lanchonete semanalmente, observar e me envolver com as crianças e com essa região para então começar a pensar jogos possíveis para esse contexto.

Em julho, a Lanchonete foi convidada pelo Centro Cultural Casa do Povo, em São Paulo, para apresentar seu trabalho e contribuir para a implementação de um jardim na instituição. Com isso, um grande desafio: viajar com cinco crianças da Lanchonete para São Paulo. Além de questões burocráticas, houve uma preparação para essa viagem que passou por entender onde estavam e para onde iam. Com a ajuda da artista Lailana Krinski, uma semana antes da viagem, as atividades da Lanchonete foram voltadas para a apresentação e construção de mapas.

A primeira atividade foi falar sobre dois mapas políticos em formato de pôsteres trazidos pela Thelma, um do Brasil e outro do centro do Rio de Janeiro. As crianças pareciam não ter muita familiaridade com os mapas e não souberam reconhecer o Rio de Janeiro no mapa do Brasil. Ao ver o mapa que mostrava a região central do Rio, as crianças não conseguiram encontrar as ruas onde moram nem pontos de referência.

Como prosseguimento da atividade, sugerimos que elas desenhasssem como é o bairro delas para mostrar para os paulistas que não conhecessem essa região. Cada uma pegou uma folha de tamanho A3 e escolheu um ponto de referência do bairro para desenhar. Sem que qualquer adulto sugerisse, elas desenharam o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), a Praça da Harmonia, o galpão da Lanchonete, a casa onde moram ou onde mora alguma das outras crianças da Lanchonete e o Teleférico do Morro da Providência. Depois, sugerimos que elas tentassem dispor os desenhos espacialmente, colocando-os lado a lado sobre o chão (Figuras 3 e 4). As crianças começaram a discutir a localização de alguns de seus pontos de referência nas ruas. Apesar de algumas dúvidas e discordâncias, elas chegaram a uma “arrumação” final em duas fileiras paralelas de folhas A3. Percebemos que as fileiras correspondiam à Rua Pedro Ernesto e à Rua do Livramento, que são paralelas.

Essa atividade foi fundamental para a pesquisa, porque revelou, pela primeira vez, qual é o universo urbano que aquelas crianças conhecem e dominam. A maioria das crianças que frequenta a Lanchonete mora em ocupações informais de imóveis do casario da Gamboa, principalmente na Rua Pedro Ernesto e na Rua do Livramento. Elas costumam se deslocar sozinhas e a pé entre suas casas, as casas de amigos e familiares, a escola, a praça e a Lanchonete. Ao desenharem o seu bairro, elas desenharam seus locais de referência e as duas ruas principais por onde circulam e das quais sabem o nome.



Figuras 3 e 4: Crianças desenhando os pontos de referência do bairro. Fonte: arquivo pessoal da autora.

A partir do que já havia observado e dessa atividade de desenho do entorno, começamos a pensar como seria um jogo para esse contexto. Nos chamamos atenção a autonomia no deslocamento dessas crianças, o que lhes permitia um entendimento geográfico de seu bairro, mesmo que distanciado de representações abstratas como mapas e plantas tradicionais. Nos pareceu importante colocar em diálogo as referências e cartografias sentimentais delas com algumas cartografias tradicionais – o mapa a partir de um ponto de vista aéreo. Logo percebemos que não faria sentido pensar o jogo como objeto único

dessa construção, seria preciso desenvolvê-lo em conjunto com as crianças, envolvendo-as no seu processo de desenvolvimento.

Decidimos começar essa aproximação com um mapeamento, aproveitando os desenhos já feitos pelas crianças na atividade anterior. Registramos em fotos os 7 desenhos feitos por elas e vetorizamos os desenhos no computador usando o programa Adobe Illustrator. Seleccionamos e exportamos no Google Earth uma imagem de satélite daquela região, com a Praça da Harmonia no centro, em um recorte indo do Morro da Providência ao Porto, por ser a área que elas circulam e dominam. Imprimimos a cores a foto de satélite em um papel de gramatura 90 g, tamanho A0 e os desenhos em tamanho A5 em papel adesivo. Assim, elas poderiam localizar os lugares que desenharam e colar no mapa. Para não produzir um mapa apenas geográfico, mas também afetivo, era preciso mapear o que elas veem e sentem nesse território. Então, procuramos na Internet ícones que pudessem demonstrar emoções e outros possíveis elementos desse mapa, como árvores, lixo, bolas de futebol, carros e bicicletas.

Durante três dias, realizamos essa atividade de mapeamento com em média três crianças por dia, com idades entre 7 e 10 anos. No começo, as crianças tentaram encontrar a Praça da Harmonia e o lugar onde nós estávamos. Procurando a praça, elas apontaram para áreas do mapa com árvores, mas que não eram a praça. Lembrei-as de que na praça tem uma quadra de futebol e poderíamos procurar pela quadra. Rapidamente, elas acharam a quadra da Praça da Harmonia e viram que havia árvores perto. Em seguida, tentamos localizar no mapa onde nós estávamos. Essa parte foi mais difícil; elas só localizaram porque um adulto se interessou pela conversa e mostrou onde era o mercado da região. A partir do mercado, as crianças conseguiram encontrar vários outros pontos de referência, como a escola onde estudam, uma banca de jornal e uma agência de banco (Figura 5). Depois dessas descobertas, se animaram para encontrar a sua própria casa. Percebemos que, para se localizar, elas pensavam a partir do caminho que fazem a pé: primeiro procuravam um ponto de referência e pensavam o percurso que era preciso fazer até o lugar que queriam encontrar e, então, andavam com o dedo sobre o mapa, seguindo reto, virando à direita ou à esquerda. Isso indica que a experiência que elas têm da cidade que habitam tem mais a ver com deslocamentos a pé do que com percursos feitos de carro ou ônibus.

Outros indicativos de possíveis leituras do território começaram a surgir ao longo da atividade. Uma das crianças colou adesivos de caveira em um dos armazéns do porto e no mar, justificando que era perigoso ir nesses lugares porque havia risco de queda e afogamento. Outra criança comentou que já tinha ido nesses armazéns em um passeio da escola. Esses comentários podem ser indicativos de que as crianças não costumam circular sozinhas pelo trecho do Boulevard Olímpico próximo aos armazéns, onde, em geral, há menor circulação de pessoas.

Uma das crianças procurou onde estava o Morro da Providência e disse que ia colar armas lá, outra encontrou o Batalhão de Polícia Militar que fica na Praça da Harmonia e colou armas e carros de polícia. Uma delas comentou que no Batalhão também há aulas de luta e de futebol e colou adesivos de bola. Depois de um tempo, uma delas colou um coração no batalhão, perguntamos se ela gostava do batalhão e ela respondeu que sim. Outra criança complementou dizendo que os

policiais as protegem e prometeram dar um uniforme para ela. Essas falas nos chamaram a atenção para novas possibilidades de leitura da cidade. É comum que arquitetos e demais pesquisadores que estudem locais marginalizados suponham que a relação desses moradores com a polícia é ruim, baseada em um histórico de abuso de poder, repressão e genocídio por parte dos agentes do Estado. No entanto, o que as crianças da Gamboa apontam é que os policiais nem sempre representam algo ruim para elas. Não é possível avançar em considerações sem um estudo social desses atores e das demais camadas e estruturas de poder paralelo que existem na região, mas a imagem que essas crianças indicaram abre a imaginação para uma cidade onde novas relações entre agentes seja possível.

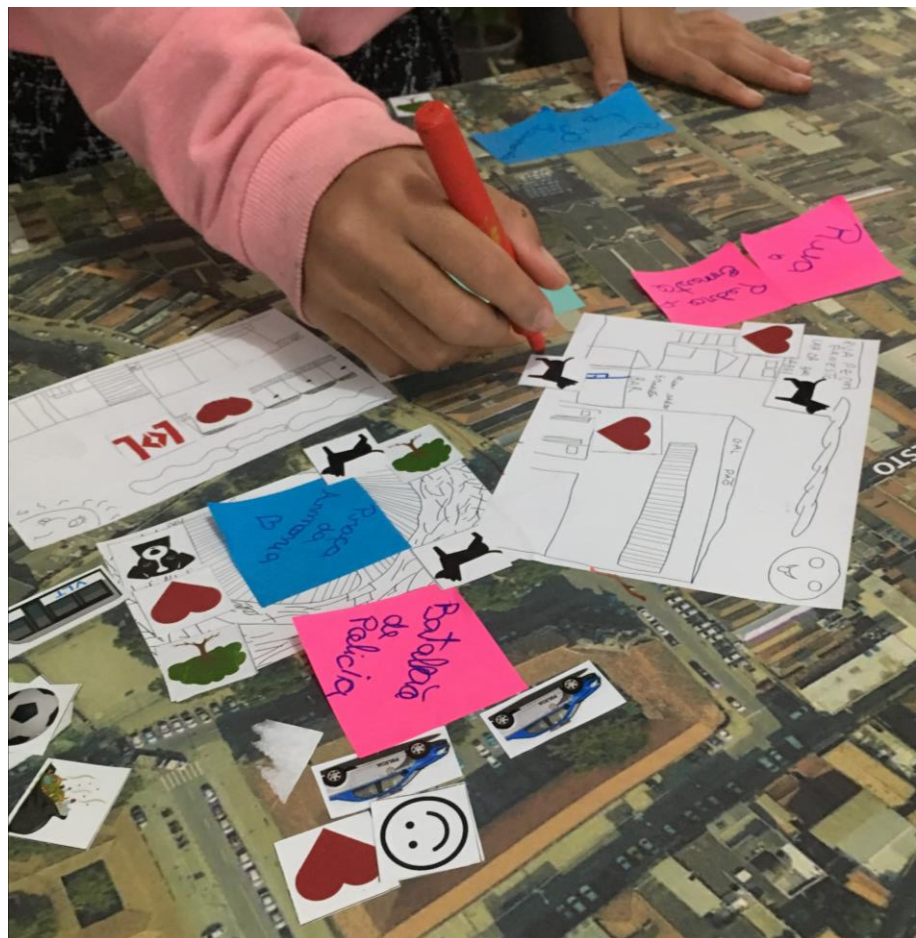


Figura 5: Crianças na atividade de mapeamento. Fonte: arquivo pessoal da autora.

Assim, mesmo sem corresponder a uma estrutura de jogo, essa atividade promoveu um diálogo usando elementos lúdicos. Pudemos perceber que elementos interativos como os adesivos ou a brincadeira de descobrir lugares no mapa contribuíram para engajar as crianças na atividade. Esses elementos também serviram de suporte para que questões sociais e até pessoais surgissem por meio do lúdico. Nesse sentido, acreditamos que os jogos podem ser uma plataforma para revelar relações e ativar a imaginação dessas crianças com a cidade.

Essa atividade de mapeamento foi essencial para orientar a estrutura do jogo a ser desenvolvido. O contato com a imagem de satélite estimula as crianças e apresenta um novo olhar sobre o tecido urbano, mas ele não funciona se elas não conseguem identificar seus pontos de referência. Isso nos fez pensar em um tabuleiro que correspondesse ao recorte de cidade que elas dominam e onde os percursos tivessem relação com os caminhos que elas percorrem a pé e que parece ser a sua maneira de vivenciar esse território.

O JOGO DA CIDADE

Assim como as atividades na Lanchonete são atravessadas pela cidade, acredito que a vida urbana dessas crianças é afetada pelo que acontece na Lanchonete; bem como, a relação que elas têm com a cidade e com o que é público pode ser um reflexo das suas relações pessoais. O comunicar-se por meio da violência e a dificuldade em dividir podem ser frutos das inúmeras violências que sofrem e, ao mesmo tempo, geradores do egoísmo e da indiferença com os bens públicos. A Lanchonete, nesse sentido, exerce um papel de lugar semipúblico, onde as coisas são compartilhadas entre os que a frequentam e o espaço é mantido e cuidado por aqueles que o utilizam, sejam crianças ou adultos. Assim, aos poucos, elas vão aprendendo a gerir e a cuidar desse espaço que é de todas elas. Dessa maneira, espera-se que a Lanchonete funcione como um simulacro do espaço público e que elas consigam aos poucos aprender a cuidar da sua cidade também.

O desafio de incentivar a gentileza, inclusive a urbana, e desenvolver um espírito de coletividade foi o que moveu o desenvolvimento de um jogo sem vencedores únicos, onde todos ganhassem ou perdessem juntos. Além de não haver ganhadores únicos, trocas e cooperações podiam estar no leque de ações do jogo como artifício para estimular a participação urbana.

Optamos por seguir a estrutura clássica de um jogo de tabuleiro, com caminhos, peão, cartas e dado. Sendo a cidade o tabuleiro, os desenhos da região feitos pelas crianças guiaram a escolha de percursos. Para abordar questões do contexto delas e para contribuir com os princípios da Escola Por Vir que estava se formando, a temática das cartas seguiu dados do cotidiano das crianças dentro e fora da Lanchonete: as plantas, a alfabetização, as comidas naturais, a música, o *skate* e as pessoas e lugares do bairro.

O uso do *skate* pelas crianças nos chamou atenção desde o início do processo de aproximação. Sentimos a necessidade de colocá-lo no jogo, não só pela identificação que as crianças têm com ele, mas também por representar uma outra maneira de se locomover pela cidade em relação aos meios de transporte mais usuais, como ônibus, metrô e carro. As crianças usam o *skate* e a bicicleta mais como brinquedo do que como transporte. O caminhar é o principal meio que elas usam para circular, mas, como alternativa aos transportes pagos, elas poderiam, a partir do jogo, começar a ver o *skate* como um meio de transporte mais acessível. Os percursos no jogo são, portanto, realizados de *skate*, o que também funciona como um atrativo lúdico.

Para tornar o jogo mais complexo, pensamos em três possibilidades de percursos. Como incentivo a decisões coletivas e não individuais, os jogadores devem escolher em conjunto qual percurso vão seguir a cada partida. Todos os percursos partem do galpão da Lanchonete <> Lanchonete – Escola Por Vir e vão até o mar, até a Praça da Baleia ou até o Teleférico do Morro da Providência. A escolha dos destinos foi baseada nos desenhos e no cotidiano das crianças.

O tabuleiro é redondo para que não haja hierarquia: sem uma frente definida, nenhum lado é superior em relação ao outro e todos podem se sentar ao redor do jogo em posição de igualdade. Assim como os desenhos estão dispostos em várias direções no mapa, podem ser vistos de diferentes ângulos. O material escolhido para o tabuleiro e as cartas do jogo foi o compensado de madeira (MDF), devido a sua durabilidade, na espessura 3 mm, para que seja leve. A imagem do tabuleiro foi impressa em vinil adesivo e colada em uma placa de MDF de 1,18 m de diâmetro. O seu tamanho é um convite para que ele seja jogado no chão, onde as crianças normalmente se sentem mais confortáveis e podem se posicionar ao seu redor de maneira livre, sem estarem orientadas pelo formato da mesa ou localização das cadeiras. A placa do tabuleiro foi cortada em formato de quebra-cabeça, fazendo com que o tabuleiro seja um jogo em si, sendo montado antes de começar o jogo com as cartas.

Seguindo a estrutura usual dos jogos de tabuleiro, para andar nos percursos, é preciso jogar o dado. O diferencial é que, nesse jogo, não há um peão para cada jogador, porque não há uma competição por quem chega primeiro no final do percurso. Há apenas um peão, que é um *skate* de dedo, com o qual cada jogador anda na sua vez, de acordo com os números que saírem no dado. O jogo termina quando o *skate* chega no final do percurso, mas como estão todos andando com o mesmo *skate*, não há a sensação de que apenas um jogador venceu, porque todos andam e chegam no final juntos.

Além do tabuleiro e do *skate* de dedo, também compõem os elementos do jogo as cartas e as fichas, feitas em MDF 3 mm (Figura 6). Cada jogador começa o jogo com sete fichas aleatórias na mão. As cartas são retiradas a cada jogada e apresentam no texto uma situação a ser resolvida. O jogador usa as fichas para reagir às cartas de acordo com o texto de cada uma. O jogo começa, portanto, com a montagem do quebra-cabeça e o entendimento do mapa a partir da identificação dos pontos de referência. Em seguida, cada jogador recebe sete fichas vermelhas. A partida tem início com o *skate* no começo do percurso, na Lanchonete <> Lanchonete – Escola Por Vir. Cada jogador joga o dado e retira uma carta. Para prosseguir no percurso, é preciso reagir à carta com uma ficha. Ao longo do percurso será preciso escolher uma das três opções de destino.

No percurso, ao retirar as cartas, o jogador pode ter que cantar uma música, pintar a quadra da praça, ajudar um cachorro atravessar a rua, pegar uma carona de bicicleta, regar uma planta, soletrar o nome de uma árvore, dar uma solução para o lixo acumulado ou para o mau cheiro etc. As cartas demandam reações, porém não há uma resposta certa, o texto estimula a criança a pensar numa resposta possível. Algumas cartas indicam que se volte ou avance uma casa, apontando que certas situações trazem vantagens e outras trazem desvantagens. Por exemplo, pegar uma carona de carro quando o trânsito está congestionado

faz com que o jogador volte uma casa, já emprestar a bola de futebol que não está em uso faz avançar três casas.



Figura 6: Tabuleiro, blocos, cartas e fichas do Jogo da Cidade. Fonte: arquivo pessoal da autora.

Após pegar uma carta e ler, o jogador deve reagir de acordo com o que ela pede. Para isso, pode usar uma das fichas vermelhas. As fichas possuem nove desenhos diferentes produzidos digitalmente pela autora: carinha feliz, carinha triste, árvore, cachorro, *skate*, bicicleta, coração, o símbolo da Lanchonete (L<>L) e duas pessoas lado a lado. Sendo assim, é possível reagir com alegria ou tristeza, com amor, com alguma sugestão que envolva a natureza. Como as fichas vermelhas são distribuídas aleatoriamente, por vezes o jogador pode querer usar uma ficha que não tem, por isso é sugerido que os jogadores troquem as fichas vermelhas entre si, quando quiserem. Essa ação de troca foi incorporada com uma intenção pedagógica de demonstrar que nem sempre temos aquilo que precisamos ou queremos, mas podemos trocar com amigos para conseguir.

O jogo foi testado durante duas semanas, em novembro de 2019, com as crianças; após fazer modificações de acordo com as observações e sugestões produzimos a versão final (Figuras 7 e 8). Durante os jogos, ao montar o mapa no começo, as crianças tentavam se localizar, encontrando onde estávamos e onde estão suas casas. O contato com o mapa gerou um misto de estranhamento e atração para

as crianças. Elas tiveram, inicialmente, dificuldade em se localizarem, sempre recorrendo às ruas e aos percursos que percorrem a pé para encontrar pontos de referência. Ao mesmo tempo, descobrir coisas no mapa parecia fascinar as crianças, como um jogo de detetive.



Figuras 7 e 8: Crianças jogando o Jogo da Cidade. Fonte: arquivo pessoal da autora.

Ao tirarem as cartas, começaram a surgir as soluções para as situações propostas. Mesmo cada um tirando uma carta na sua vez, já de início as respostas e reações às cartas eram coletivas. As fichas com desenhos de carinhas felizes e tristes se mostraram muito úteis ao decorrer do jogo, ajudando-as a identificar situações negativas e positivas.

As cartas que pedem que os jogadores façam uma mímica de algo triste e de algo engraçado que viram na rua, revelaram situações graves de violência e desigualdade que as crianças presenciavam na rua. O fato das cartas serem abertas quanto às reações não intimidou as crianças, pelo contrário, elas imaginaram cachorros gigantes que liberam o percurso, inventaram histórias para as perguntas que não sabiam, fizeram manobras com o *skate* e contaram à sua maneira o porquê do nome Pequena África: “porque tinha uma cidade que se chamava África e aqui é a Pequena África”. Outras apresentavam soluções criativas para os problemas urbanos, como plantar uma árvore bem cheirosa para disfarçar o mau cheiro.

A ideia de todos jogarem com apenas um *skate* gerou um estranhamento inicial. A lógica do jogo cooperativo foi questionada algumas vezes pelas crianças, mas, com o passar das rodadas, elas foram entendendo; em um diálogo, uma criança perguntou “qual *skate* é o meu?” e outra respondeu “todo mundo tem esse mesmo *skate*, finge que é um grupo”.

As trocas das fichas vermelhas, as quais imaginamos que pudessem gerar brigas, aconteceram com a maior naturalidade. Mesmo as crianças que possuem um comportamento mais difícil e violento fizeram negociações, escolheram com quem trocar e ofereceram a ficha que a outra queria. Esse comportamento, provavelmente, não tem relação com uma mudança súbita de atitude, mas, sim, porque as crianças perceberam que o importante nesse jogo não era cada um ter todas as variantes das fichas ou o maior número de fichas e, sim, dar continuidade ao andamento do jogo.

A CIDADE COMO UM JOGO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA

O Jogo da Cidade opera a partir de símbolos coletivos, com elementos visuais, personagens, fatos ou lugares que representam algo para seus jogadores. Assim, apresenta a cidade como uma construção coletiva, na qual os jogadores intervêm e que depende deles para existir. O jogo busca também trabalhar o pensamento de cooperação e de coletividade e estimular uma consciência cívica e democrática, reforçando o caráter lúdico do jogo democrático e a ideia da participação como um jogo de negociação e de conflito. Por ser um jogo cooperativo, em que os jogadores não disputam entre si, há um chamado à colaboração e à confiança interpessoal. Ou seja, por meio da cooperação e da temática urbana, os jogadores podem exercitar seus seres políticos, entender quais são os seus direitos e deveres e como contribuir e usufruir da cidade, além de praticar o diálogo com os demais agentes que a habitam e constroem. Nesse sentido, o jogo desenvolvido confirma seu potencial ao estimular, de fato, a participação popular a partir da representação de uma parcela da cidade: ao se colocarem no papel de tomadores de decisões sobre questões imaginárias ou fictícias, como em um simulacro, os

jogadores podem entender como se posicionar e agir diante de questões reais e mais amplas da cidade. Logo, por exercitar uma atuação participativa e democrática quanto à cidade, esse jogo também se define como formador de consciência urbana.

Ainda do ponto de vista da cultura cívica, o Jogo da Cidade foi desenvolvido em um contexto no qual as crianças apresentam dificuldade em dividir e cuidar dos objetos coletivos e se comunicam muitas vezes através da violência. O jogo cooperativo, nesse cenário, foi pensado como uma ferramenta pedagógica para demonstrar, a partir do lúdico, uma outra possibilidade de se relacionar com as demais crianças, com os espaços compartilhados e com a cidade. Observando as crianças jogando o Jogo da Cidade, percebemos que a mudança da lógica da competição para a da cooperação fez com que elas mudassem o comportamento que costumam ter: passando a trocar peças, a não se importar em ter mais ou menos peças que as outras e a se ajudar nas jogadas. Ao jogarem sob a lógica da cooperação, sua relação passou a ser de confiança e apoio mútuo, pois perceberam que se ajudando elas chegam juntas e mais rápido ao final do percurso. Dessa maneira, o Jogo da Cidade, por suas regras, acordos e caráter colaborativo, trabalha com as crianças a confiança interpessoal, identificada por teóricos políticos – como Almond, Verba, Putnam (1997) e Inglehart (1999) – como fundamental para uma democracia de qualidade.

O uso de elementos lúdicos, então, se mostrou como uma metodologia de comunicação alternativa capaz de ajudar no engajamento da população na participação e de revelar informações sobre o contexto. Ao se colocarem como uma ferramenta de diálogo, as práticas lúdicas podem reposicionar o papel dos arquitetos de uma postura autoritária ou missionária para uma busca pela equidade de vozes entre os agentes. O estímulo ao conflito os aproxima dos conflitos reais de uma democracia, ao invés da valorização romântica do consenso. O Jogo da Cidade, portanto, não tem como intuito a transmissão do saber técnico às crianças, mas, sim, estimular o debate e incentivar a imaginação, das crianças e dos arquitetos, sobre as diferentes vivências e possibilidades dos espaços urbanos.

REFERÊNCIAS

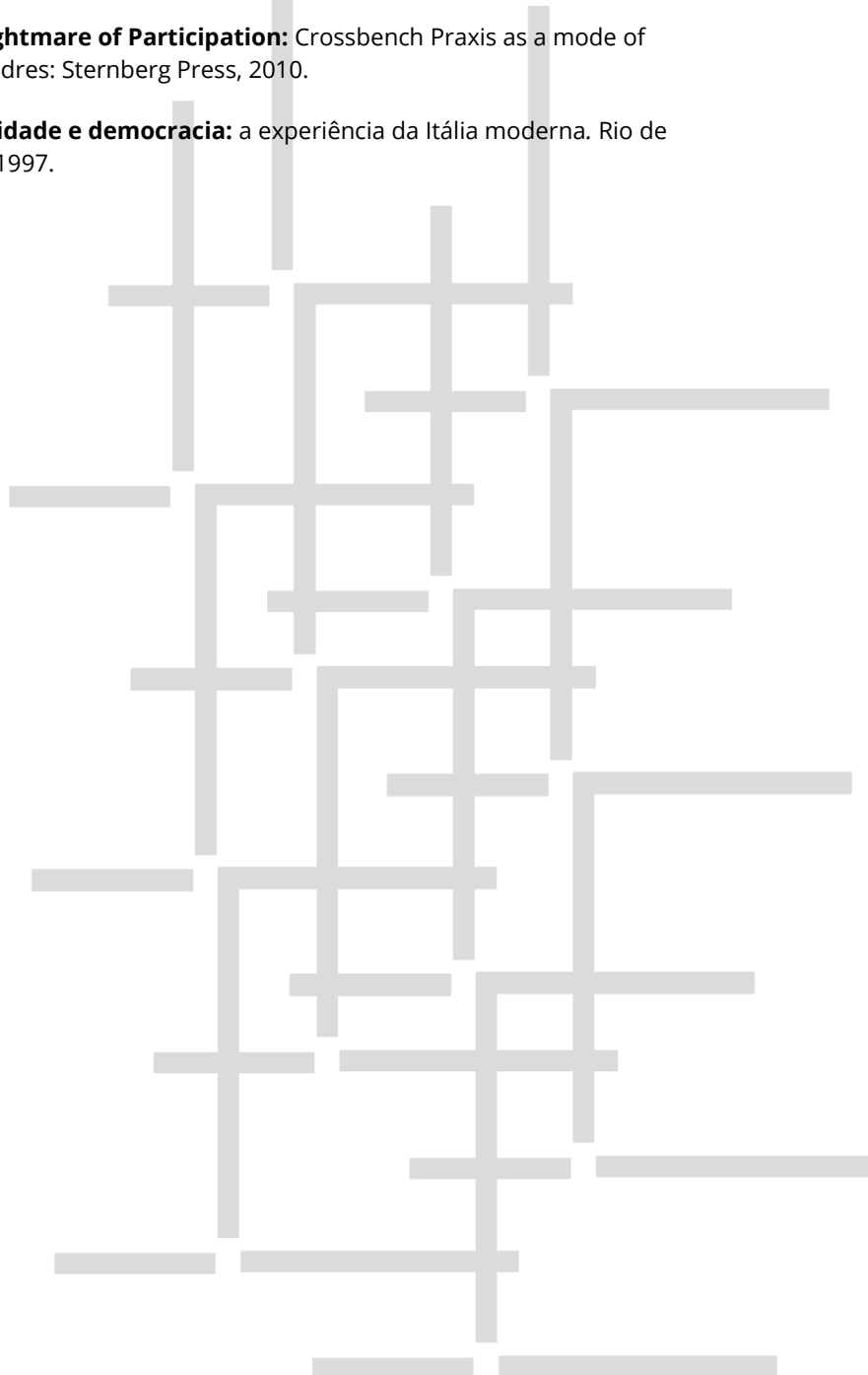
- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 121-140, 2001.
- ALMOND, G.; VERBA. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- ARNSTEIN, S. The Ladder of Citizen Participation. **Journal Of The American Planning Association**. s/l, p. 216-224. jul. 1969.
- CAILLOIS, R. **Os jogos e os homens**. Lisboa: Cotovia, 1990.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.
- HUIZINGA, J. **Homo ludens: O jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

INGLEHART, R. Trust, well-being and democracy. *In*: WARREN, Mark. **Democracy and trust**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ISER, W. **O fictício e o imaginário**: perspectivas de uma antropologia literária. Trad. Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

MIESSEN, M. **The nightmare of Participation**: Crossbench Praxis as a mode of criticality. Londres: Sternberg Press, 2010.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1997.



Processos Colaborativos de Microintervenção no Espaço Urbano

Collaborative Processes of Microintervention in Urban Space

Procesos Colaborativos de Microintervención en el Espacio Urbano

*Suzany Rangel Ramos, Mestre em arquitetura, Universidade Vila Velha.
E-mail: suzany.r@hotmail.com*

*Larissa Leticia Andara Ramos, Doutora em Tecnologia e Projeto para a Qualidade Ambiental na Arquitetura e na Cidade, Universidade Vila Velha.
E-mail: larissa.ramos@uvv.br*

Resumo

O contexto de produção do espaço urbano contemporâneo aponta, além de um déficit de espaços públicos qualificados, a existência de espaços residuais e ociosos dentro das cidades. O presente trabalho traz como discussão as microintervensões urbanas colaborativas que, estimuladas pelo ativismo social e anseio pela qualificação dos espaços públicos, promovem transformações que transcendem o espaço físico. Nesse sentido, o trabalho discorre sobre o papel social dos projetos de microintervenção urbana, considerando o processo colaborativo que envolve diferentes atores sociais. Para tanto, a revisão bibliográfica aborda temas como a produção alternativa do espaço contemporâneo e a relação entre pessoa e espaço. A análise envolve dois estudos de casos, realizados nos municípios de Vila Velha e Vitória, estado do Espírito Santo, com o intuito de compreender as transformações no espaço público e o envolvimento dos atores sociais nos diferentes contextos. A pesquisa evidencia que as microintervensões urbanas promovem transformações socioespaciais significativas, principalmente em contextos fragilizados, na medida em que oferecem novas possibilidades de vivência e interação social. O envolvimento e o engajamento comunitário, em todas as etapas do processo, foram compreendidos

como diferencial para o resultado final das propostas e como resposta ao papel social das microintervenções.

Palavras-chave: Espaços Públicos; Papel social; Microintervenções; Urbanismo Tático; *Placemaking*.

Abstract

The context of contemporary urban space production points, in addition to a deficit of qualified public spaces, the existence of residual and idle spaces within cities. The present work discusses the collaborative urban microinterventions, which, stimulated by social activism and yearning for the qualification of public spaces, promote transformations that transcend the physical space. In this sense, the paper discusses the social role of urban microintervention projects, considering the collaborative process that involves different social actors. Therefore, the literature review addresses topics such as the alternative production of contemporary space and the relationship between person and space. The analysis involves two case studies, performed in the cities of Vila Velha and Vitória, state of Espírito Santo, in order to understand the transformations in the public space and the involvement of social actors in different contexts. The research shows that urban microinterventions promote significant socio-spatial transformations, especially in fragile contexts, as they offer new possibilities for living and social interaction. Community involvement and engagement, at all stages of the process, was understood as a differential for the final result of the proposals and as a response to the social role of microinterventions.

Keywords: Public Spaces; Social Role; Microinterventions; Tactical Urbanism; *Placemaking*

Resumen

El contexto de los puntos de producción del espacio urbano contemporáneo, además de un déficit de espacios públicos calificados, la existencia de espacios residuales e inactivos dentro de las ciudades. El presente trabajo discute las microintervenciones urbanas colaborativas, que, estimuladas por el activismo social y el anhelo por la calificación de los espacios públicos, promueven transformaciones que trascienden el espacio físico. En este sentido, el trabajo discute el papel social de los proyectos de microintervención urbana, considerando el proceso de colaboración que involucra a diferentes actores sociales. Con este fin, la revisión de la literatura aborda temas como la producción alternativa del espacio contemporáneo y la relación entre persona y espacio. El análisis involucra dos estudios de caso, realizados en las ciudades de Vila Velha y Vitória, estado de Espírito Santo, con el fin de comprender las transformaciones en el espacio público y la participación de los actores sociales en diferentes contextos. La investigación muestra que las microintervenciones urbanas promueven transformaciones socioespaciales significativas, especialmente en contextos frágiles, ya que ofrecen nuevas posibilidades para la vida y la interacción social. La participación y el compromiso de la comunidad, en todas las etapas del proceso, se entendió como un diferencial para el resultado final de las propuestas y como una respuesta al papel social de las microintervenciones.

Palabras-clave: Espacios Públicos; Papel Social; Microintervenciones; Urbanismo Tático; *Placemaking*.

INTRODUÇÃO

A configuração fragmentada do tecido urbano e o contexto social, político e econômico que caracterizam a cidade contemporânea, apontam uma mudança na forma das pessoas se relacionarem com os espaços públicos urbanos. Tendo em vista um cenário de produção capitalista, em que os espaços públicos são substituídos por espaços edificados, discute-se, neste trabalho, a importância da reconquista destes em prol do bem coletivo.

A necessidade pela retomada da função tradicional dos espaços públicos de promover o convívio e a interação social estimula os ativistas e as organizações sociais a mobilizarem a sociedade civil e demais atores sociais para o desenvolvimento de práticas alternativas de transformação do espaço urbano.

Neste trabalho, essas práticas são denominadas “microintervenções urbanas colaborativas”, entendendo que são intervenções realizadas na microescala do planejamento urbano, em espaços residuais e ociosos com grande potencial de transformação, além de envolverem diferentes atores sociais num processo colaborativo.

Essas intervenções refletem uma preocupação com a vida coletiva urbana, na qual os próprios usuários se organizam para transformar e qualificar os espaços públicos a fim de tornarem lugares aptos à apropriação, encontros e trocas sociais. São intervenções que visam atender uma demanda urgente da população que, no cenário atual, não consegue ser suprida pelos espaços genéricos produzidos pelo planejamento urbano convencional.

A partir desse contexto, o presente trabalho¹ tem como objetivo discorrer sobre o papel social dos projetos de microintervenção urbana, considerando o processo colaborativo que envolve diferentes atores sociais. O trabalho evidencia dois estudos de casos, realizados nos municípios de Vila Velha e Vitória, no estado do Espírito Santo, a fim de compreender as transformações socioespaciais e as contribuições dos diferentes atores sociais envolvidos no processo, evidenciando a diferença de contextos em que se aplicam.

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada e de abordagem qualitativa com objeto de análise como fonte direta para coleta de dados e interpretação dos resultados. A pesquisa tem como recorte de análise os municípios de Vila Velha e Vitória, situados no litoral do estado do Espírito Santo, que fazem parte da Região Metropolitana da Grande Vitória.

A etapa inicial da pesquisa, destinada à fundamentação teórica, foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica relacionada aos seguintes temas: a) relação entre pessoa e espaço, tendo como referência principal os autores Tuan (1983), e Cavalcante e Elali (2011); b) produção alternativa do espaço urbano, evidenciando os conceitos de Lydon et al. (2011) sobre o Urbanismo Tático e *Project for Public*

1 Este trabalho é parte da dissertação de mestrado “A cidade humanizada e as microintervenções urbanas colaborativas”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação X da Universidade X, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES – PROCAP MESTRADO).

Space - PPS (2018) sobre o *Placemaking*; e c) atores sociais, discutido por Santos (1958) e Dagnino (2002).

A segunda fase da pesquisa destinou-se a identificação e mapeamento das Microintervenções Urbanas Colaborativas realizadas nos municípios de Vila Velha e Vitória, nos últimos três anos, que foram correlacionadas com dados socioeconômicos de densidade demográfica e renda *per capita* dos bairros, extraídos do Censo Demográfico do IBGE (2010). Os mapas foram desenvolvidos com o auxílio do Sistema de Informação Geográfica (SIG), um *software* de geoprocessamento chamado ArcGIS (versão 10.5).

Para o estudo de caso, foram delimitadas duas microintervenções, uma em cada município: o “Oásis”, no bairro São Benedito, em Vitória, e o “Espaço Multicultural”, em Itapuã, Vila Velha, entendendo que são referências práticas pela consistência do processo, pelo envolvimento dos atores sociais e por serem propostas de caráter permanente de transformação do espaço.

Foram analisados os processos colaborativos, principalmente no que diz respeito aos atores envolvidos e às etapas metodológicas para construção dos projetos, além dos resultados obtidos com as transformações em cada contexto. Para isso, foram interpretados documentos e registros dos processos, bem como realizadas entrevistas com representantes da sociedade civil, poder público, iniciativa privada e especialistas que participaram das propostas.

A RELAÇÃO PESSOA-ESPAÇO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

A produção contemporânea do espaço urbano reflete a importância do bom relacionamento entre as pessoas, os espaços em que vivenciam e o quanto isso interfere na qualidade de vida em meio urbano. Desse modo, na sequência, são apresentados conceitos fundamentais para a discussões acerca do papel social dos projetos de microintervenção urbana.

De acordo com Lefebvre (2001), a cidade se transforma e depende, dentre muitos fatores – sociais, econômicos e políticos –, das relações diretas entre as pessoas e seus espaços de interação. A cidade é a projeção da sociedade sobre um local e se manifesta duplamente por meio de seus aspectos materiais e sociais. Por isso, a importância da produção de espaços que sustentem essa interação, entre os diferentes grupos sociais, e abriguem a complexidade dessas relações.

Tuan (1983) afirma que o ser humano precisa de espaços qualificados para experienciar sua existência. Segundo o autor, a experiência é a capacidade de aprender a partir da vivência num determinado espaço, o que depende das percepções simbólicas e sensoriais de cada indivíduo. Essa experiência depende da intensidade com que se manifesta a relação pessoa-espaço e, por isso, demanda tempo. Trazendo essa reflexão para a cidade contemporânea, entende-se que as pessoas têm dificuldade de se relacionar com os espaços públicos e criar raízes, justamente porque seu ritmo de vida não permite experiências prolongadas.

Outro conceito importante é o apego ao lugar que, segundo Cavalcante e Elali (2011), está associado aos significados simbólicos e afetivos compreendidos pelos

indivíduos. O apego ao lugar gera pertencimento, na medida em que a pessoa se apropria e cria raízes num determinado espaço. É considerado, portanto, um vínculo positivo com o espaço.

Entretanto, na cidade contemporânea, a produção dos espaços públicos aponta para caminhos contrários. Augé (1994) apresenta o cenário com a expressão “não-lugares” que, segundo o autor, são espaços com grande poder de atração, mas que não despertam nenhum tipo de experiência afetiva e identidade, visto que seus usuários estão apenas de passagem. Koolhaas (2014) também contribui para a discussão trazendo o conceito de “cidade genérica”, caracterizada por ser uma estrutura superficial, estática, sem história e escassa de sentido e simbologia.

No contexto das microintervenções urbanas colaborativas, o pertencimento, a identidade, o apego ao lugar, as simbologias e as experiências são indicadores importantes a serem considerados durante todo o processo de concepção dos projetos. A população, seja ela moradora ou itinerante, tem suas relações de afeto com o espaço, e, dessa forma, anseia por espaços que acolham suas sensações.

As ações de microintervenção visam estreitar o relacionamento da pessoa com o espaço, que se mostra fragilizado no contexto de produção contemporânea do espaço devido a reprodução de modelos padronizados. Os projetos propõem transformações que revelam a personalidade dos grupos envolvidos no processo colaborativo e reforçam a noção de comunidade.

MICROINTERVENÇÕES URBANAS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

As microintervenções urbanas colaborativas surgem da necessidade de superar os desafios da cidade que não conseguem ser respondidos por meio do macroplanejamento urbano e dos grandes projetos de intervenção a longo prazo, gerenciados pelo poder público. Segundo Jacques (2011), as microintervenções urbanas colaborativas funcionam como microrresistências e têm como objetivo construir novas experiências urbanas e vivências que não são possibilitadas pelos espaços homogeneizados e genéricos implantados pelo poder público.

Cymbalista (2016) evidencia que grupos e organizações da sociedade civil passaram a assumir a responsabilidade e o direito de intervir nos espaços coletivos e a viabilizar as transformações. As intervenções são realizadas por meio de ações e eventos efêmeros, instalações temporárias e outras práticas que permitam o envolvimento e participação comunitária.

Nesse sentido, o Urbanismo Tático funciona como uma resposta à necessidade de transformação. Essa prática se destaca por constituir um microplanejamento estratégico e sugerir novas perspectivas acerca das questões urbanas. Segundo Lydon et al. (2011), é uma abordagem de ativação do espaço que age por meio de intervenções de baixo custo e rápida execução, funcionando como um teste para projetos maiores. É realizada num processo colaborativo entre governos, empresas, organizações e cidadão e estimula o potencial criativo e a interação social.

De acordo com Brenner (2016), não é uma abordagem que disponibiliza estratégias padronizadas. As possibilidades táticas são emergentes e podem ser

interpretadas e aplicadas de forma provisória e experimental na cidade, de acordo com o contexto em que se insere, para enfrentar os problemas urbanos locais.

Somado a essa ferramenta de desenho urbano, o *Placemaking* possui como objetivo a transformação do espaço urbano em pequena escala e, com isso, estimular mudanças maiores e permanentes. Além de intervenções físicas, o foco do processo é a participação comunitária, o planejamento e a gestão, unindo as pessoas em torno de uma visão ampla sobre o espaço.

Segundo a PPS (2018), a funcionalidade do espaço supera a sua forma e as pessoas são o maior recurso utilizado nas intervenções. Essa forma de intervenção permite que as pessoas criem vínculos estreitos com os espaços por meio da interação com outras pessoas, reforçando a ideia de que a coletividade e o compartilhamento criam identidade e fortalecem a evolução de qualidades espaciais.

Ainda sobre o *Placemaking*, vale destacar que essa é uma abordagem centrada na conexão entre pessoas e lugares, em que o espaço urbano é moldado coletivamente, de acordo com valores comuns, e envolve atividades que sustentam sua transformação física (CONEXÃO CULTURAL, 2016).

Quando aliados, o Urbanismo Tático e o *Placemaking* são capazes de transformar o espaço público tanto na esfera espacial (física) quanto social (atividades), importantes para o fortalecimento das comunidades. As intervenções pautadas nesses conceitos são capazes de garantir espaços diversos e multifuncionais, por meio de pequenas modificações que estimulam diferentes formas de apropriação.

Atores sociais do processo colaborativo

A partir da pesquisa teórica sobre as microintervenções urbanas colaborativas, identifica-se a presença ativa de alguns atores sociais nos processos de planejamento, projeto, gestão e execução dessas práticas, sendo, portanto, necessária a compreensão do seu papel e da contribuição desses atores durante todo o processo.

Dessa forma, parte-se da visão de Santos (1958) de que a sociedade é composta por grupos sociais e estes são agentes de desenvolvimento urbano. O autor distingue os atores sociais em três grupos: o governo (tratado neste trabalho como poder público), as empresas (iniciativa privada) e a população (sociedade civil).

Segundo Santos (1958), para que a cidade funcione é preciso que esses grupos compreendam seus papéis e os cumpram, acompanhando as consequências das transformações urbanas. O poder público possui a função de fazer cumprir a lei a iniciativa privada disponibiliza recursos financeiros para aplicar nas transformações e a sociedade civil deve assegurar seus direitos. Dessa forma, a cidade funciona de forma equilibrada, atendendo as diversas demandas sociais.

O processo de transformação do espaço urbano depende da constante interação entre esses grupos e os espaços, e cada um deles projeta sobre a cidade, considerando suas diferentes visões e interesses (NYGAARD, 2010). Por isso, para

que o sentido coletivo da vida urbana não se perca, é necessário um processo de cooperação e colaboração mútua.

Dagnino (2002) afirma que a convivência entre os atores socialmente diferentes promove o aprendizado do reconhecimento dos direitos do outro e reforça que o conflito faz parte de um processo democrático legítimo. No caso das microintervenções, essa colaboração é fundamental para que as demandas sejam atendidas de forma equilibrada, para que os conflitos de interesse não superem a iniciativa e nem prejudique a transformação do espaço e, também, para que as decisões sejam consensuais.

O cenário recente das microintervenções aponta certa limitação em relação ao envolvimento efetivo e ao equilíbrio entre as funções dos atores sociais, principalmente no que diz respeito à contribuição do poder público. Segundo Rosa (2011), essa é uma relação complexa, pois a agenda pública ainda é limitada acerca do tema, sendo uma novidade para o planejamento urbano convencional.

Andrade e Linke (2016) reforçam a baixa eficácia do poder público sobre o tema, porém ressaltam o surgimento de um novo modo de governança urbana dedicada à gestão do espaço público transformado pelo ativismo social no Brasil.

A sociedade civil conta com a ajuda de organizações e ativistas que conseguem mediar de forma mais coordenada essas interrelações entre os diferentes atores sociais. E, com relação à iniciativa privada, a atuação de forma não comercial ainda é uma questão no contexto das microintervenções.

MICROINTERVENÇÕES NOS MUNICÍPIOS DE VILA VELHA E VITÓRIA - ES

Os municípios de Vila Velha e Vitória (capital), estudados neste trabalho, estão localizados no litoral do estado do Espírito Santo e fazem parte da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Para compreender o cenário das microintervenções nos dois municípios, primeiramente, foi necessária a identificação e o mapeamento dos casos, de modo a compreender a distribuição socioespacial das microintervenções no contexto urbano. Em seguida, foram analisados dois estudos de caso, um em cada município, de modo a evidenciar o envolvimento dos atores sociais e das transformações espaciais ocorridas em cada contexto.

IDENTIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DAS MICROINTERVENÇÕES

Na cidade de Vitória, foram mapeadas nove propostas das microintervenções, dentre elas, sete fazem parte do “Território do Bem”, concentradas em áreas elevadas da cidade. O “Território do Bem” trata-se de uma região composta por oito bairros que se articulam por meio de um fórum de moradores para solucionar as demandas comunitárias locais. Já no município de Vila Velha, foram identificadas e mapeadas apenas quatro microintervenções. Tais práticas estão concentradas na Regional Central do município, de maior renda *per capita*. Em sua

maioria, foram organizadas por empresas ou instituições privadas e tiveram apoio da comunidade local.

Conforme ilustrado nos mapas das Figuras 1 e 2, que consideram o contexto socioeconômico em que as microintervenções estão inseridas, pode-se observar que, no município de Vitória, tais práticas criativas apresentam-se com maior frequência em bairros de alta densidade populacional (superiores a 100 hab/km²) e renda mais baixa, inferiores a três salários mínimos.

Além de serem bairros periféricos, possuem relevo acentuado e um cenário de problemas socioeconômicos latentes. Nesses contextos, as microintervenções funcionam como sinal de resistência, a fim de que o poder público consiga visualizar o potencial para criação de espaços livres de uso público formais e permanentes. A falta de investimentos públicos em serviços básicos e, principalmente, em infraestrutura de qualidade, faz com que a população dessas comunidades seja bastante articulada e engajada em prol da qualificação dos bens de interesse coletivo.

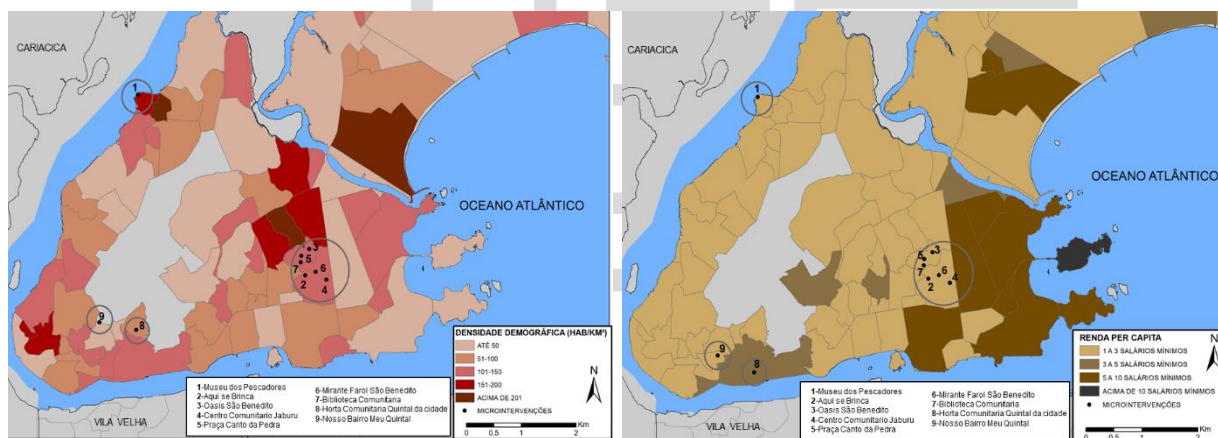


Figura 1: Mapeamento das microintervenções urbanas colaborativas do município de Vitória, ES no contexto socioeconômico – densidade demográfica. Fonte: Elaborado pelas autoras com o auxílio do software ArgGis, 2020.

Figura 2: Mapeamento das microintervenções urbanas colaborativas do município de Vitória, ES no contexto socioeconômico – renda per capita. Fonte: Elaborado pelas autoras com o auxílio do software ArgGis, 2020.

No município de Vila velha, ao analisar o contexto socioeconômico em que tais intervenções estão inseridas, observa-se que, na cidade, as intervenções encontram-se em bairros de alta densidade (superior a 100 hab/km²) e também alta renda *per capita* (Figuras 3 e 4).

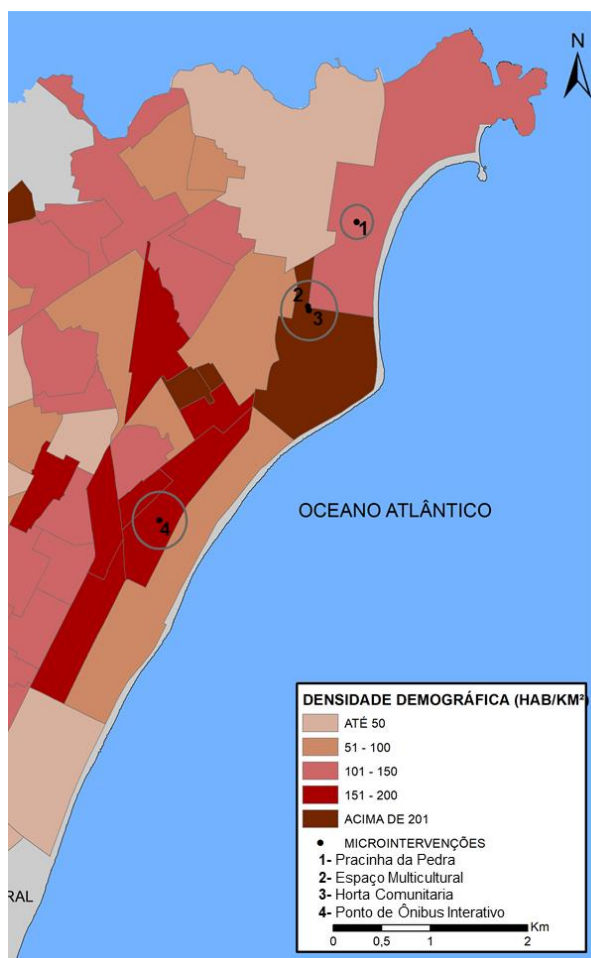


Figura 3: Microintervenções urbanas colaborativas do município de Vila Velha, ES, no contexto socioeconômico – densidade demográfica. Fonte: Elaborado pelas autoras com o auxílio do software ArgGis, 2020.

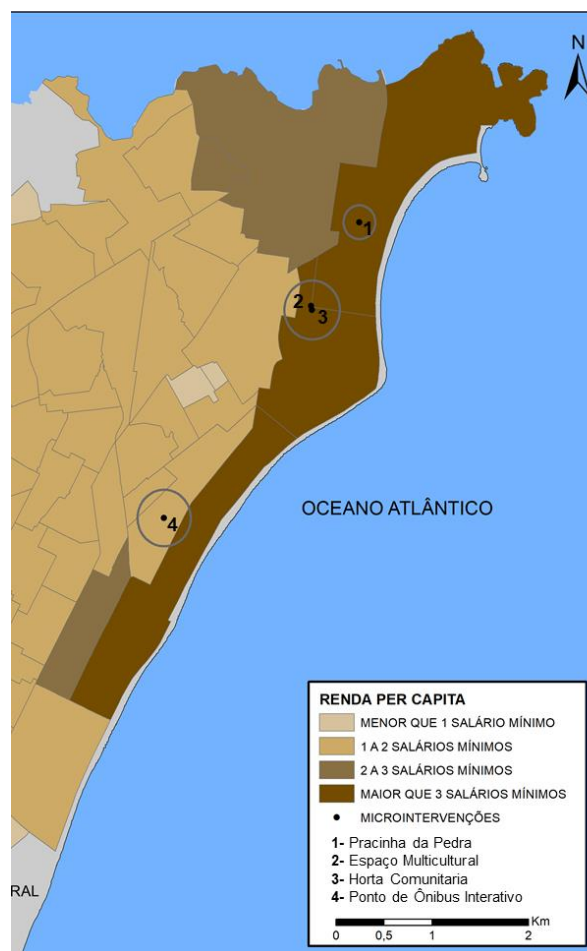


Figura 4: Microintervenções urbanas colaborativas do município de Vila Velha, ES, no contexto socioeconômico – renda per capita. Fonte: Elaborado pelas autoras com o auxílio do software ArgGis, 2020.

ANÁLISE DAS MICROINTERVENÇÕES

Para dar continuidade e aprofundamento ao tema, selecionou-se um caso em cada município, a fim de analisar as transformações e o envolvimento dos diferentes atores sociais em cada um dos contextos. Em Vitória, a microintervenção estudada foi o Oásis, no bairro São Benedito. Em Vila Velha, o Espaço Multicultural, no bairro Itapuã.

A microintervenção “Oásis”, em São Benedito – Vitória (Figura 5), é fruto de um longo e continuado processo de transformação de um terreno privado, ocioso, que foi identificado como potencial no bairro em 2011 por meio de pesquisas e fóruns comunitários da região. Desde então, o terreno, cedido à comunidade, vem recebendo ações de requalificação.

As ações, sempre com iniciativa comunitária, recebem auxílio de organizações e movimentos sociais, além de profissionais da arquitetura e urbanismo que

desempenham um importante papel no gerenciamento dos processos. Nesse caso, a mobilização também alcança a iniciativa privada, que atua por meio de programas de voluntariado e financiamento, e o poder público, por meio dos editais de financiamento.



Figura 5: Oásis, São Benedito, Vitória – ES. Fonte: Paleta Parque, 2018.

A microintervenção “Espaço Multicultural”, em Itapuã – Vila Velha (Figura 6), apesar de possuir um contexto socioespacial totalmente diferente, teve como referência os processos desenvolvidos em São Benedito, principalmente com relação à metodologia aplicada e às organizações envolvidas no gerenciamento das propostas. Foi uma intervenção iniciada por uma empresa privada que atua no estado, sendo parte do programa de relacionamento com a comunidade desenvolvido pela empresa.



Figura 6: Espaço Multicultural, Itapuã, Vila Velha – ES. Fonte: Acervo da autora, 2019.

Os dois casos de microintervenção são em espaços que já possuíam algum tipo de apropriação anterior pela comunidade local e, por isso, foram vistos como potencial para possíveis novas transformações de qualificação e humanização. São espaços com demandas reais da população, fato considerado essencial para ativar o sentimento de pertencimento, identidade e responsabilidade socioespacial.

As microintervensões “Oásis e “Espaço Multicultural” foram realizadas a partir de um processo colaborativo que envolveu a sociedade civil, o poder público e a iniciativa privada. Entretanto, a pesquisa revelou um quarto ator social para a discussão: os especialistas (arquitetos e urbanistas), que se mostram indispensáveis na coordenação e gerenciamento dos projetos. No contexto dos municípios estudados, são representados pela atuação dos escritórios de intervenção urbana “Paleta Parque”² e “Cidade Quintal”,³ que trabalham com processos criativos e participativos de intervenção na cidade.

Os processos de microintervenção são pautados numa metodologia interdisciplinar, que reúne visões diversificadas sobre os assuntos que regem o espaço urbano, por meio de um processo de escuta e imersão para a compreensão do contexto e levantamento de dados que facilitam o desenvolvimento das propostas. Esse processo também promove oficinas para a concepção das propostas e mutirões para execução dos projetos, sempre integrando a comunidade local e demais envolvidos.

O contexto socioespacial ao qual as microintervensões se inserem, principalmente no que diz respeito a classe social, mostrou um fator determinante para o desenvolvimento dos processos e para a apropriação final das intervenções. É nítido que o empenho e a produtividade dos voluntários em um contexto mais carente são mais efetivos que num contexto de classe média-alta.

Na microintervenção realizada no bairro São Benedito, em Vitória, que representa a comunidade de baixa renda, os moradores locais já possuíam uma organização estruturada em prol do bem coletivo e isso facilitou a organização e a realização dos mutirões. A articulação dos líderes comunitários e representantes de associações nesse caso também se mostrou fundamental.

Ao contrário, em Itapuã, no município de Vila Velha, se insere num contexto predominante de classe média alta. Os movimentos e organizações sociais, apesar de estarem presentes no processo, não foram tão efetivos na mobilização da população. Um agravante nesse cenário foi a existência de duas classes sociais conflitantes, o que reduziu o índice de participação popular no processo. O fato de a intervenção ter partido de uma iniciativa privada e não da própria comunidade, também foi entendido como um ponto negativo para o

2 O coletivo Paleta Parque possui uma política de processo participativo com instituições públicas, privadas com os moradores e líderes comunitários, trazendo um planejamento urbano simplificado e se importando em levar o pertencimento aos moradores das intervenções que são em pequena escala e a maioria delas são temporárias e com um baixo custo econômico.

3 O Cidade Quintal é um escritório de projetos que busca trazer intervenções que modificam os espaços por meio da arte, de pintura urbana, procurando potencializar e qualificar lugares. Eles executam por meio de abordagens e metodologias participativas a fim de criar uma relação entre a comunidade e o lugar.

desenvolvimento da proposta, uma vez que não houve um engajamento satisfatório da população.

De acordo com o estudo, foi possível compreender que o envolvimento da comunidade torna o processo em si mais proveitoso e rico que o próprio resultado final. A experiência de estar em uma rede de colaboração, empenhados em prol de um bem comum, traz à tona o sentimento de pertencimento, afetividade e identidade com o espaço.

Como afirmam Cavalcanti e Elali (2011), a relação criada entre a pessoa e o espaço transformado consiste num processo de apropriação. O lugar, ao ser apropriado, é coberto de marcas e referências que constroem a noção de identidade. A partir do momento em que a população entende o espaço como seu, as vivências e os vínculos com o espaço são aprofundados.

Ainda sobre a importância da rede de colaboração, durante o processo também são criados vínculos identitários, simbólicos e afetivos, que, segundo Cavalcanti e Elali (2011) permitem construir o sentimento de pertencimento ao lugar, à capacidade de se apropriar e se vincular ao espaço.

A partir das transformações realizadas, outras iniciativas passaram a acontecer de forma espontânea nas proximidades das microintervenções, tanto em São Benedito, quanto em Itapuã. Isso mostra que as iniciativas tiveram um importante papel transformador para aquelas comunidades. A própria população passou a enxergar os espaços públicos de forma diferente, entendendo a importância da existência de espaços humanizados e qualificados para o convívio em comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço urbano da cidade contemporânea é um tema que carrega consigo questões relevantes e amplas possibilidades de discussão, pesquisa e aprofundamento. A partir dessa noção, esse trabalho buscou contribuir na compreensão sobre a relação fundamental entre as pessoas e os espaços públicos da cidade contemporânea, abordando alternativas de intervenção para transformação e qualificação desses espaços a partir de processos colaborativos.

A revisão bibliográfica revelou a importância da produção de espaços acolhedores que promovem vínculos positivos, despertam boas sensações e possuem simbologias capazes de criar experiências intensas no espaço público. Essa experiência é capaz de interferir positiva ou negativamente na qualidade de vida em meio urbano e, consequentemente, nas questões socioespaciais que dinamizam a cidade. Ao contrário, a cidade contemporânea oferece espaços inóspitos, incapazes de despertar qualquer tipo de sensação, escassos de simbologia ou qualquer traço de personalidade que promova identificação.

Como possibilidade de reverter esse cenário, o trabalho apresenta uma alternativa aos projetos urbanos convencionais: as microintervenções urbanas colaborativas, baseadas em conceitos como o Urbanismo Tático e o *Placemaking*, que têm como objetivo transformar os espaços por meio do desenho urbano aliado às práticas humanas de apropriação e interação social.

As práticas são desenvolvidas por meio de processos colaborativos, que, segundo a revisão bibliográfica, são fundamentais para garantir uma transformação democrática do espaço coletivo urbano. O envolvimento de diferentes atores sociais (sociedade civil, poder público, iniciativa privada e especialistas), com suas diferentes demandas, enriquece o processo devido às contribuições fundamentais de cada um desses.

Foram realizados dois estudos de casos nos municípios de Vila Velha e Vitória, estado do Espírito Santo, a fim de entender o cenário das microintervenções urbanas colaborativas, o envolvimento dos atores sociais e, principalmente, o papel social desses projetos.

A reflexão sobre a correlação entre as microintervenções e o contexto socioeconômico traz como cenário a recorrência das ações serem realizadas em bairros com baixa renda *per capita*, cuja a população já possui a cultura do engajamento em prol de melhorias coletivas. O município de Vitória se destaca pela quantidade de microintervenções e apresenta um cenário de intervenções realizadas por iniciativa da própria comunidade. Já no município de Vila Velha, as microintervenções mapeadas estão localizadas em bairros de alta renda e têm como característica a iniciativa vinda da empresa privada como contrapartida social.

Os contextos em que se inserem as microintervenções revelaram, ainda, a importância do engajamento comunitário em todas as fases do projeto. Constatou-se que em comunidades mais carentes a população se mobiliza com mais entusiasmo para realizar as próprias benfeitorias, enquanto em comunidades de classe mais alta, esse processo não é natural.

A partir das reflexões acerca dos estudos de caso, entende-se que o projeto de microintervenção cumpre o seu papel social quando há o envolvimento satisfatório, principalmente, de quem irá de fato vivenciar diariamente esses espaços, ou seja, a própria população local. A intervenção cumpre o seu papel quando consegue oferecer um espaço que gere identidade e pertencimento aos seus usuários.

Esse trabalho é parte de uma dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade e possui outros desdobramentos importantes para a discussão da produção do espaço urbano contemporâneo, tendo como objetivo dar visibilidade às novas possibilidades de transformação desses espaços.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, V.; LINKE, C. C. **Cidades de Pedestres**: a caminhabilidade no Brasil e no mundo. Rio de Janeiro: Babilônia Cultural Editorial, 2017.
- AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994. 111 p.

CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. (org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011.

CONEXÃO CULTURAL. **Guia do Espaço Público**. 2a edição. 2016. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/guia-do-espaco-publico.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2019.

CYMBALISTA, R. São Paulo, microurbanismos. *In*: CYMBALISTA, R; NOGUEIRA, J. **Guia de Microurbanismos em São Paulo**. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/29786786/Guia_dos_Microurbanismos_em_S%C3%A3o_Paulo. Acesso em: 30 set. 2018.

DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2010. **Características da população e dos domicílios**: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

JACQUES, P. B. Microrresistências urbanas: por um urbanismo incorporado. *In*: ROSA, M. L. **Microplanejamento**: práticas urbanas criativas. São Paulo: Ed. de Cultura, 2011, p. 162-175.

KOOLHAAS, R. **Três textos sobre cidade**. Barcelona: Gustavo Gili, 2014.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LYDON, M.; BARTMAN, D.; WOULDSTRA, R.; KHAWARZAD, A. Tactical Urbanism 1: Short-term Action for Long-term Change. **The Street Plans Collaborative**, 2011. Disponível em: https://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol.1. Acesso em: 30 set. 2018.

NYGAARD, P. D. **Espaço da cidade, segurança urbana e participação popular**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010.

PROJECT FOR PUBLIC SPACES (PPS). **What is Placemaking**. Disponível em: <https://www.pps.org/article/what-is-placemaking>. Acesso em: 30 set. 2018.

ROSA, M. L. **Microplanejamento**: práticas urbanas criativas. São Paulo: Ed. de Cultura, 2011.

SANTOS, C. N. F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988. Disponível em: https://www.academia.edu/21048148/A_Cidade_como_um_Jogo_de_Cartas_SANTOS_Carlos_Nelson_F._dos_?auto=download. Acesso em: 7 jan. 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

ESPACIALIDADE URBANA VIVENCIADA: SENTIDOS, INTERPRETAÇÕES E RESSIGNIFICADOS

EXPERIENCED URBAN SPATIALITY: SENSES, INTERPRETATIONS AND NEW MANING

ESPACIALIDAD URBANA EXPERIMENTADA: SENTIDOS, INTERPRETACIONES Y (RE)SIGNIFICADOS

André de Souza Silva, Doutor em Planejamento Urbano e Regional, UNISINOS.

E-mail: silandre@unisinos.br

Julian Grub, Doutor em Arquitetura, UNISINOS.

E-mail: juliang@unisinos.br

Felipe Ferla da Costa, arquiteto e urbanista, UNISINOS.

E-mail: felipe-ferla@hotmail.com

Resumo

Pessoas tendem a interpretar o contexto socioespacial por onde se movimentam ou permanecem, seja ele tanto natural ou antrópico como positivo ou negativo. Tal sentido de afeição e aversão denota a condição de atribuir significado e interpretar qualidades espaciais intrínsecas. A presente pesquisa tem por objetivo compreender o movimento e o senso de permanência das pessoas no espaço urbano a partir da reflexão acerca

dos sentidos de consonância e dissonância espacial urbana, respectivamente. De cunho qualitativo-analítico, o método de pesquisa investiga a temática por meio de autores centrados na discussão em torno do espaço, lar e lugar. Os resultados sugerem que os espaços das cidades são repletos de condicionantes em potencial, cujos significados denotam o sentido de lar e lugar a diferentes pessoas.

Palavras-chave: Lugar; Espaço urbano; Movimento de pessoas; Espacialidade; Lar.

Abstract

People tend to interpret the socio-spatial context in which they move or remain, whether natural or anthropic, as positive or negative. Such a sense of affection and aversion denotes the condition of attributing meaning and interpreting intrinsic spatial qualities. The present research aims to understand the movement and the sense of permanence of people in the urban space from the reflection on the meanings of urban spatial consonance and dissonance respectively. With a qualitative-analytical nature, the research method investigates the theme through authors focused on the discussion around space, home and place. The results suggest that city spaces are full of potential constraints that tend to assign meaning that denote the sense of home and place to different people.

Keywords: Place; Urban Space; Movement of People; Spatiality; Home.

Resumen

Las personas tienden a interpretar el contexto socioespacial en el que se mueven o permanecen, ya sea natural o antrópico, como positivo o negativo. Tal sentido de afecto y aversión denota la condición de asignar significado y interpretar cualidades espaciales intrínsecas. La presente investigación tiene como objetivo comprender el movimiento y el sentido de permanencia de las personas en el espacio urbano a partir de la reflexión sobre el significado de acuerdo y desacuerdo espacial respectivamente. Con una naturaleza cualitativa-analítica, el método de investigación investiga el tema a través de autores centrados en la discusión sobre el espacio, el hogar y el lugar. Los resultados sugieren que los espacios de la ciudad están llenos de posibles limitaciones que tienden a asignar un significado que denota el sentido de hogar y lugar para diferentes personas.

Palabras clave: Lugar; Espacio urbano; Movimiento de personas; Espacialidad; Casa.

INTRODUÇÃO

Produto das relações socioespaciais e condicionados por características culturais, políticas, econômicas, históricas e ambientais, os espaços, sejam naturais ou antrópicos, tendem a ser interpretados pelas pessoas que os vivenciam como lugares positivos ou negativos (TUAN, 1990). Por estarem associados ao aspecto de apropriação e uso, lugares são aqueles que invariavelmente são vivenciados por quem os produz direta ou indiretamente. Tal condição descrita nesta pesquisa pelos conceitos de consonância e dissonância espacial urbana denotam os variados vínculos e reações singulares provenientes da interação entre as pessoas e o contexto espacial. Mediados por esses dois conceitos opostos, porém complementares, a ideia de percepção e interpretação espacial, no sentido da condição de atribuir significado e compreender as qualidades socioespaciais, contribui para que as pessoas desenvolvam o senso de pertencimento (consonância) ou não pertencimento (dissonância) para com lugares e espaços, respectivamente. Cabe destacar que nesta pesquisa será adotada a diferenciação entre lugar e espaço postulada por Tuan (1983, p. 83): “[...] quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”. Determinado espaço genérico, por vezes intangível, racional e objetivo se torna um lugar específico, repleto de subjetividades e simbolismos, na medida em que é experienciado e vivenciado (TUAN, 1983, p. 19). Lugares possuem características singulares dentro do espaço, “[...] são vistos como intermédio entre o mundo e o indivíduo”, corrobora Santos (2006, p. 212).

A pesquisa, de cunho qualitativo-analítico, foi realizada por meio da investigação da temática e a revisão bibliográfica de autores de acordo com a fundamentação conceitual adotada. Com base na releitura de conceitos postulados por Tuan (1983) e autores que o corroboram, a presente pesquisa tem por objetivo discorrer a respeito da noção de consonância e dissonância espacial urbana, de modo a compreender a influência dos elementos que constituem o tecido urbano no sentido de (não) pertencimento, movimento e permanência das pessoas em determinados espaços e lugares da cidade.

MOBILIDADE PEATONAL

Intrínseca à natureza humana, a mobilidade peatonal é o modo de deslocamento mais natural exercido por pessoas. Pelo fato de necessitar apenas de um ambiente adequado para tal, a mobilidade peatonal corresponde ao principal modo de movimento praticado por todas as sociedades (GHIDINI, 2015). Visto que é a partir do movimento de pessoas para e por entre espaços que elas percebem, concebem e vivem estes locais (LEFEBVRE, 2006), a mobilidade peatonal invariavelmente estabelece a “imagem” das cidades, ou seja, seu valor “cenográfico” como local onde certa realidade se faz presente (GHIDINI, 2015, p. 3).

Como atividade de caráter complexo e de certo modo randômico, a mobilidade urbana contemporânea, em particular a peatonal é, em diversos aspectos, a imagem contundente de uma época na qual informações de natureza

simultaneamente diversa e contraditória transitam sem barreiras aparentes em espaços ora artificiais, ora naturais. Tal fenômeno remete invariavelmente a explicações voltadas a questões relativas à pluralidade, ao rompimento de padrões (sejam eles sociais, políticos, culturais ou econômicos) e, principalmente, ao fato de que a própria definição de uma ou mais verdades, sejam elas absolutas ou idealizadas independente da área do conhecimento, é transitória, ou seja, um padrão constante de mudança.

A mobilidade peatonal, independentemente do ponto de origem ou do destino é uma experiência que abrange desde qualidades estéticas e sensoriais de um lugar específico até aquelas relacionadas ao modo como o lugar se criou e se desenvolveu a partir de prerrogativas analíticas. Trata-se de uma ação de entrar em contato com outras pessoas a todo e a qualquer momento. Estabelece uma relação que pode ser recíproca ou não sem qualquer tipo de aviso prévio, independente se tais são ou não conhecidas. A qualquer instante no espaço urbano, contatos podem ser iniciados, desenvolvidos e finalizados entre pessoas de diferentes e contraditórias intenções de modo praticamente proposital ou involuntário. Diferentemente de um conjunto de padrões informacionais pré-estabelecidos em constante reiteração, tal estrutura é estocástica.

Outro aspecto importante a ser considerado é o senso de permanência das pessoas no espaço (SILVA; TERIBELE, 2019). Edificações e espaços públicos desempenham importantes relações como pontos de encontros casuais ou intencionais. A maioria das atividades de permanência (estacionárias) são de natureza funcional, predominantemente breves, influenciadas pelo ambiente físico ou por circunstâncias momentâneas (GEHL, 1987, p. 148).

A RESSIGNIFICAÇÃO DO SENTIDO DE ESPAÇO, LAR E LUGAR

O entendimento da mobilidade peatonal está invariavelmente relacionado ao modo como as pessoas percebem, concebem e vivenciam seus espaços. Perceber um espaço é interpretá-lo como algo pertencente ao cotidiano e à rotina diária de um conjunto específico de pessoas. Conceber um espaço é criá-lo a partir de processos analíticos e racionais, como vivenciar um espaço é produzi-lo e utilizá-lo por meios criativos e derivados da imaginação particular (LEFEBVRE, 2006). Portanto, a prática espacial em si está ligada ao modo como as pessoas percebem seu espaço em um nível diário e relativo a sua rotina como integrantes de seu meio particular. Tal processo de reflexão pautado no cotidiano é análogo à prática espacial como descrita por Lefebvre (2006). O espaço produzido e a mobilidade peatonal resultante dele é o produto de um procedimento específico de percepção do meio onde as pessoas se encontravam e suas necessidades imediatas (LEFEBVRE, 2006, p. 36). A percepção nesse caso em particular é associada a produção de conceitos específicos, na medida em que perceber um espaço é pensá-lo por meio de conceitos variados que o expliquem e lhe garantam determinado sentido (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 13). Juntamente com essa compreensão socioespacial e seus fenômenos resultantes, isto é, a mobilidade

peatonal praticada, tal discernimento do espaço está subordinado ao modo como as pessoas percebem sua realidade como um todo.

O aspecto sensorial e perceptivo do espaço e a respectiva mobilidade peatonal que ele delimita foram elaborados de modo mais significativo no século XVIII por Immanuel Kant. Para Kant, “o espaço não é mais do que a forma de todos os fenômenos dos sentidos externos, isto é, a condição subjetiva da sensibilidade, única que permite a intuição externa.” (KANT, 2001, p. 92). O espaço é o elemento que, diferentemente de ser passível a experiências, propicia dimensão àquilo que as pessoas percebem seja em um nível físico ou abstrato. Tal definição de espaço, como um meio que pode ser compreendido a partir de sua percepção e não em termos estritamente analíticos, é relacionado com o modo como Kant define o movimento. Segundo o autor, “o movimento de um objeto no espaço não compete a uma ciência pura e, portanto, não pertence à geometria; só pela experiência, e não *a priori*, se pode conhecer que algo seja móvel” (KANT, 2001, p. 181). Os estudos de Kant (2001) provaram-se de grande influência para pesquisas posteriores acerca das temáticas relacionadas à espacialidade e ao movimento.

Tais significantes e conceitos de espaço e, conseqüentemente, de movimentos originários de um raciocínio voltado a características estruturais foram trabalhados de modo mais aprofundado no século XIX por diferentes geógrafos, visto que, em termos arquitetônicos, urbanísticos e artísticos em geral, o conceito de espaço e movimento nessas áreas passou a fazer parte importante da teoria delas apenas no período correspondente à passagem para o século XX (AGUIAR, 2006, p. 76). A espacialidade e o movimento nele contido, no caso específico da geografia (e da ciência como um todo) são produzidos socialmente como representações de espaço, ou seja, são ordenados a partir de toda uma linguagem particular à ciência e seus signos de hierarquização. Como descrito por Lefebvre (2006), o processo de representação de espaço e de sua respectiva mobilidade peatonal, diz respeito a uma ação por parte das pessoas de o conceber, segundo necessidades racionais e analíticas (LEFEBVRE, 2006, p. 36), por meio de sistemas discursivos e de proposições compreensíveis de uma determinada realidade.

Dois geógrafos em particular, cujas ideias acerca do espaço são simultaneamente opostas e complementares, definiram de modo decisivo o pensamento no final do século XIX: Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache. Friedrich Ratzel (*apud* Martins, 2001) desenvolveu suas ideias acerca do espaço a partir da política e do meio natural, influenciando respectivamente o desenvolvimento da geopolítica e do determinismo geográfico. Em toda a sua obra, o “sentido do espaço” (Raumsinn), ou seja, um conjunto de explicações mais aprofundadas do espaço que compreenda categorias além da simples descrição física é o conceito fundamental de seu pensamento (MARTINS, 2001). Segundo Ratzel (*apud* MARTINS, 2001), o ser humano possui uma base indispensável para sua vida, o chamado “espaço vital” (*Lebensraum*), sendo que os demais “espaços” em sua existência devem ser conquistados conforme seu “espaço vital” for se tornando limitado e inadequado para sua vivência, seja ela física ou política.

Diferentemente de Ratzel, cujas ideias de causas e efeitos estão invariavelmente pautadas na natureza (deterministas), ou seja, na interação das pessoas com o meio (*apud* SOUZA, 2014, p. 156), para Paul Vidal de La Blache, tais fenômenos são de caráter social, na relação entre as pessoas em si e, como essas, estando na atribuição de causas, modificam a natureza para seus fins particulares. Segundo

La Bache, pessoas são um componente intrínseco da geografia terrestre, sendo, portanto, impossível separar o meio natural do social; e o espaço seria, então, um meio onde esses dois elementos existem e coabitam em sua pluralidade. O movimento seria um elemento de caráter amplamente relacional entre aquele que o pratica (a pessoa) e o meio onde o movimento é praticado (a natureza), diferentemente de um ato que implique a sobrevivência em níveis diversos.

Na sociedade moderna, o espaço tornou-se sinônimo de *performance*, eficiência e trabalho por meio de uma função específica. Para Bachelard (1993) os valores atribuídos aos espaços habitados devem nascer dos afetos e desejos. O pertencimento, a proteção, o resguardo e o acolhimento são alguns dos sentimentos que atribuem sentido e favorecem a existência de agrupamentos, comunidades e sociedades. Assim, o resgate da memória afetiva do lar torna-se um importante dispositivo de aceitação ou negação sobre um determinado espaço. Em Bachelard (1993), o lar abriga o devaneio, protege o sonhador e o permite sonhar em paz. É o primeiro mundo do ser que habita. O valor do lar está no fato de hospedar, acolher o ser, a necessária proteção à vida. Para Bachelard (1993), o afeto sobre os espaços (da cidade em específico) está ligado à imagem familiar, reforçando o caráter identitário e o sentimento de segurança pelo resgate da memória por meio da ideia de lar.

Tuan (1983) afirma que por meio do lar se adquire uma proximidade, uma ligação afetiva da relação para com o espaço. Assim, pela experiência espacial do lar se passa da ideia de espaço (tridimensional) para a ideia de lugar (emocional). Logo, o espaço transforma-se em lugar na medida em que é experienciado dotando-o de valor (TUAN, 1983). Os atributos encontrados no lar têm como característica a ideia de pausa, confere segurança e é a referência e o ponto de parada.

Para Tuan (1983), a experiência pode acontecer por vários caminhos – direta e indireta, sempre mediada por símbolos. A experiência em forma de intensidades numa relação espaço/tempo acontece a partir da escala vivida e do tempo demandado para tal contato. A principal ferramenta da experiência como forma de conhecimento é aquela vivenciada pela pessoa por meio dos sentidos – tato, paladar, olfato, audição e visão.

A maioria das atividades humanas são propositais e não afetivas (TUAN, 1983). Espaços são delimitados (propostos e construídos) para alcançar uma determinada finalidade. Assim, inconscientemente espaços são interpretados com um fim funcional. Observa-se isso nos hábitos diários das pessoas, que procuram repetir padrões de movimentos cotidianamente. O espaço tornou-se base para essa execução de “tarefas diárias”. Repetidamente, o espaço resulta do hábito do movimento. A relação temporal entre passado, presente e futuro perde-se nesses movimentos diários centrados no trabalho.

Segundo Tuan (1983), se o espaço e o tempo são controlados numa ação planejada e intencional de movimentos funcionais recorrentes, a experiência torna-se restrita, pois não se constrói novos significados por meio de novos movimentos necessariamente. O autor cita que as pessoas devem buscar por mecanismos que ativem a subjetividade, cujo deslocamento tenha um propósito consciente, fazendo com que o objetivo final perca relevância ativando uma relação afetiva e emocional.

Para Tuan (1983), novos usos e interpretações devem resgatar o tempo histórico, retomando a memória, a ideia de origem, de um passado referencial, identitário e reconhecível. O conceito de lugar corresponde ao mundo de significados sensíveis e estáveis. Por vezes, flunar é o elemento que faz a conexão dos caminhos, em que deslocar-se é o componente que atribui sentido e sentimento aos espaços. Paradoxalmente, o novo e o desconhecido fazem parte da ideia de lugar. Associar a imagem de mobilidade com a sensação de lugar, logo, torna-se um desafio, é o movimento no lugar que denota afeto.

A partir do movimento das pessoas como forma de experiência sensorial, não se constrói por completo sentimentos de pertencimento, pois o movimento não confere tempo suficiente para conhecer um lugar, mas sim a permanência. A experiência não deve ocorrer pela qualidade visual do instante, mas vivenciada ao longo do tempo. Apenas pelo tempo prolongado percebem-se as mudanças e os acontecimentos que definem e atribuem sentido ao lugar.

O conceito de lar não pode resumir-se apenas a uma casa (localizada no espaço privado), mas pode ser representada em diversos lugares e situações por meio dos vínculos e circunstâncias com que o espaço é habitado. Elementos de infraestrutura como uma ponte ou um viaduto podem transformarem-se em lar por meio da forma de ocupação e a maneira como esses espaços são interpretados. Logo, a experiência espacial por meio dos sentidos torna-se elemento base na concepção dos espaços, refletindo nas questões emocionais e de significado.

Os espaços abertos da cidade devem ser acessíveis a todos, um forte elemento de (re)significação, que traz em si o sentimento de abrigo e afeição, a exemplo da casa postulada por Bachelard (1993). A categoria específica de espaço que, devido ao fato de dispor de sentido, estabelece uma orientação específica por demarcar onde o espaço e a pessoa estão, recebe o nome de lugar (CAVALCANTE, 2011, p. 92). O lugar, mais do que um ponto isolado entre outros com atributos semelhantes ou divergentes, “[...] é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS, 2006, p. 213), ou seja, um lugar está sistematicamente em contato com todos os demais lugares, portanto, a diferença entre lugar e mundo é tênue (SOUZA, 2006, p. 175). “Devido a essa diferença sutil e às contradições inerentes, o lugar em si é uma reprodução destas discrepâncias” (SOUZA, 2006, p. 172), pois cada lugar para cada pessoa representa algo distinto, tendo em consideração seus sentidos individuais.

Levando em consideração o fato de que cada lugar possui um significado particular para cada pessoa que dele se utiliza, e que, esses mesmos lugares estão em contato com outros de características que podem ser tanto semelhantes quanto divergentes, um lugar pode ser atrativo ou hostil. Isto é, um lugar, por exemplo um beco em um espaço urbano, representa para determinado grupo de pessoas um local de acolhimento, intimidade e confraternização, como para outro grupo esse mesmo local pode ser interpretado como um de pouca segurança, receptividade e de apreensão. O lugar é um espaço que é objetivo por ser de características físicas mensuráveis (altura, largura, comprimento etc.), mas também subjetivo, devido ao fato de que o lugar é de entendimento relativo à percepção individual das pessoas, ou seja, ser atrativo (filia) e/ou desagradável (fobia) está de acordo com as capacidades sensitivas da pessoa.

De um modo geral, as pessoas possuem um conjunto de relações específicas com o seu meio, seja ele natural ou antrópico. Essas relações e a origem delas incluem não apenas fatores, como aqueles relativos a práticas culturais ou políticas (costumes e ideologias, respectivamente), mas também os que dizem respeito aos sentidos humanos (tato, olfato, visão, audição e paladar) e às alterações trazidas ao longo da história (mudanças no ambiente e nos costumes das pessoas).

Como elemento comum a esses fatores (culturais, políticos, sensoriais e históricos), a relação entre determinada pessoa e o meio é invariavelmente oriunda da experiência direta. Portanto, as características relativas ao vínculo que uma pessoa mantém com certo espaço são delimitadas por sua presença e atuação no mesmo, sendo definidas por sua percepção, atitude e visão de mundo particular. Segundo Tuan (1990), o conceito de percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos quanto a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem. Já o conceito de atitude é primariamente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo, ao passo que a visão de mundo seria a experiência conceitualizada, parcialmente pessoal, em grande parte social (TUAN, 1990).

ESPACIALIDADE (DES)CONSTRUÍDA E O SENTIDO DE CONSONÂNCIA E DISSONÂNCIA ESPACIAL URBANA

A produção de espacialidades por parte das pessoas existe tanto se o meio onde elas são é o natural ou o socialmente elaborado (antrópico). A ideia do espaço aberto ao público deve ser desconstruída no seu entendimento atual, no qual o fragmento venha a tornar-se extensivo em outras formas de ocupação, possibilitando espaços de efetivo papel social, qualidades ambientais e comportamentais distintas e cambiáveis (BACHELARD, 1993). Espaços da cidade como potência de (des)construção de usos, mas principalmente de significados, propiciam novos sentidos ao espaço urbano. A (des)construção evidencia como o espaço delimitado por barreiras (por exemplo, muros e edificações) pode ser redimensionado como espaço da transgressão, voltado principalmente ao plano social.

Para Solis (2012), o termo desconstrução do espaço independe da percepção da pessoa. A desconstrução desloca, disjunta e desarticula. A partir de uma visão semântica, desconstruir é criar inúmeras e infinitas imagens metafóricas, multiplicando as possibilidades de novos significados. Sobre a desconstrução dos espaços no sentido de se tornar familiar, Bachelard (1993) postula a ideia do devir, da transformação constante em que mais vale viver no transitório e ideal do que no definitivo e real.

A interpretação de determinado lar ou lugar em um nível particular por parte da pessoa a partir de sua percepção, atitude e visão de mundo está invariavelmente associada a outros lares e lugares, isto é, a partir da experiência direta de locais diversos e o deslocamento nesses lugares realizado pela pessoa é que seu entendimento pode variar (HOLZER, 1999). Levando em consideração essa afirmação, os diferentes níveis de consonância e dissonância espacial urbana existentes entre determinada pessoa e variados lares e lugares são relativos também à sua memória, ou seja, como ela interpretou certo lar e lugar em

determinado período ou como algum lar e lugar lhe aparenta ao se encontrar em um alheio a ele.

Assim como a consonância espacial urbana diz respeito à relação de determinada pessoa com um lar e lugar em uma categoria que pode ser descrita como positiva, é possível que tal relação exista em um nível oposto ou mesmo inexistente, isto é, a dissonância espacial urbana corresponde a um tipo de relação negativa ou indiferente entre uma pessoa e um lar e lugar. Ao passo que a consonância espacial urbana abrange os aspectos referentes à relação profícua entre uma pessoa e um lar e lugar, tal situação nem sempre é aquela predominante entre pessoas e espaços; em outras palavras, é possível que exista uma certa dissonância entre as partes. Assim como a consonância, a dissonância espacial urbana tem procedência de seus mesmos fatores, ou seja, é oriunda de características culturais, políticas, sensoriais e históricas existentes tanto em um nível individual quanto coletivo derivadas de aspectos que estimulam o não pertencimento (TUAN, 1990). O sentimento relativo à discordância (dissonância espacial urbana) seria então definido como um conjunto de “experiências de espaços, lugares e paisagens que são de algum modo desagradáveis ou induzem ansiedade e depressão” (RELPH, 1979, p. 20), em oposição ao da concordância (consonância espacial urbana) que “é um sentimento direcionado para o lar, para o que é confortável, detalhado, diverso e ambíguo sem confusão e tensão [...]” (RELPH, 1979, p. 19).

Em termos contemporâneos, o sentimento de dissonância espacial urbana por parte das pessoas em relação aos diferentes espaços pode ser proveniente de uma série de aspectos relativos com relação às suas formas e às suas funções (NETTO, 2006). Quarteirões estruturados por edificações afastadas entre si e do alinhamento da calçada, construções com fachadas ou muros não permeáveis voltados para vias áreas constituídas funcionalmente por uma única atividade, praças ou parques sem uma infraestrutura apropriada (iluminação, acessos, equipamentos urbanos) etc., contribuem, atualmente, para a dissonância espacial urbana por parte das pessoas.

Juntamente com essas características formais e funcionais presentes no espaço urbano contemporâneo, é importante ressaltar o fato de que esse espaço tende a se constituir e se reconfigurar de modo constante a partir de novos e intrincados processos sociais, que de diferentes maneiras podem diminuir a relação das pessoas com o seu meio socioespacial. Esse distanciamento das pessoas entre si e de suas experiências, pensamentos e ideias, sistematicamente as estimulam a afastarem-se ou mesmo ausentarem-se por completo de determinados locais. Como resultado de tal fenômeno, pode-se argumentar que a realidade urbana se torna, assim, uma experiência muito menos variada, seja em termos interpessoais ou urbanísticos/edificados.

Levando em consideração esses aspectos, sejam relativos aos constituintes sociais ou edificações e espaços públicos contemporâneos, é importante notar que independente de apresentar determinadas qualidades negativas, em última instância é a interpretação individual da pessoa que define se determinados locais são atrativos (concordância) ou não (discordância) para ela. Portanto, é compreensível, por exemplo, que determinadas pessoas se sintam atraídas por praças ou parques de infraestrutura precária devido ao fato de que possam ter

algum significado afetivo profundo para elas devido a algum acontecimento passado ou presente (TUAN, 1990).

Os conceitos relativos à consonância e à dissonância espacial urbana, como percorridos até o momento, dizem respeito às interpretações particulares de cada pessoa sobre espaços distintos a partir de suas prerrogativas próprias (a percepção, a atitude e a visão de mundo). Juntamente com essas interpretações atinentes às respostas emocionais e intuitivas das pessoas em relação a ambientes diversos, as respostas estão ligadas às capacidades interpretativas específicas de cada pessoa em um nível espacial analítico.

Ao passo que a percepção, a atitude e a visão de mundo de determinada pessoa (seus aspectos emocionais) estiver em correspondência com os aspectos analíticos do espaço, o sentimento resultante será o de consonância espacial urbana. Entretanto, se os aspectos emocionais da pessoa não estiverem em concordância com os aspectos analíticos de determinado local, ou seja, quando suas crenças e experiências privadas estiverem em desacordo com uma realidade tangível, não compreensível espacialmente, o sentimento resultante será o da dissonância espacial urbana. A dissonância espacial urbana influencia a rejeição da pessoa a determinados espaços e lugares para que ela se direcione a outros mais convenientes a suas prerrogativas pessoais. Tal dissonância espacial urbana, por defrontar expectativas com realidades não congruentes entre si, estimula a pessoa a se adaptar ou a intervir nesses espaços e lugares (FESTINGER, 1957).

Em ambientes urbanos contemporâneos, esses três tipos de posturas para com um espaço dito dissonante podem ser exemplificados pelas reações individuais causadas por fenômenos tais como a inserção de edificações e espaços públicos de forma ou função não correspondente ao local onde foram dispostos (GEHL, 1987).

A mudança e/ou a renúncia completa para com um lugar pode ser proveniente da adição de novas edificações e espaços públicos em um local de características já estabelecidas. Contudo, a retirada ou falta de determinadas edificações e espaços públicos, cujas características já são familiares às pessoas, também é um fator determinante para a dissonância espacial urbana.

DO ESPAÇO AO LUGAR: ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS SENTIDOS DE CONSONÂNCIA E DISSONÂNCIA ESPACIAL URBANA

De natureza aplicada, o método proposto possui caráter qualitativo-interpretativo de análise subjetiva do técnico observador, porém suficientemente embasada nos conceitos de consonância e dissonância espacial urbana em termos da relação interpretativa atribuída ao espaço, lar e lugar. A título de experimentação da aplicação prática dos conceitos elencados numa determinada realidade vivenciada, as análises do estudo de caso seguem, de certo modo, narrativas etnográficas, devido ao caráter qualitativo, analítico e interpretativo proposto. Trata-se, aqui, de enunciar o objeto de análise como pretexto, cujo interesse está nas nuances da *promenade*, no flunar ao nível térreo da edificação e nas observações decorrentes do contexto. Desse modo, são realizadas as aproximações com as dimensões subjetivas individuais nas espacialidades internas e externas à Casa Mário Quintana, uma vez que são elas que explicam as

consonâncias e dissonâncias espaciais urbanas e, portanto, o nível de atratividade e/ou rejeição ao local.

Para delimitar o objeto de análise tem-se em vista o foco no espaço e em seu movimento relativo como forma de interpretar a realidade observada. Tomada como objeto de estudo, a Casa de Cultura Mário Quintana, um dos espaços culturais mais importantes do centro de Porto Alegre, localizada entre as Ruas Sete de Setembro e Andradas (Figura 1). Sua localização próxima a edificações e espaços públicos sugere simbolicamente, historicamente e socialmente um local cuja consonância e a dissonância espacial urbana atuam em particular proporcionalidade.



Figura 1: Entorno imediato à Casa de Cultura Mário Quintana. Fonte: Google Maps.

Caracterizado em si como uma edificação reapropriada para um uso não previsto inicialmente em sua concepção original (antigo Hotel Majestic que, durante anos, foi o lar do poeta Mário Quintana), ainda assim a edificação sugere uma interpretação direta, devido a suas características analíticas aparentes de inteligibilidade espacial urbana. Entretanto, seu entorno não é necessariamente de permanência prolongada, o que estimula a dissonância espacial urbana para com as pessoas em termos de elas se deslocarem para outros locais mais atrativos. Essa sensação de não pertencimento e de dissonância espacial urbana, por vezes causada pelo entorno imediato da edificação, varia de acordo com as prerrogativas particulares de cada pessoa.

A edificação (Figura 2) possui um átrio central que a atravessa tanto no sentido vertical quanto no sentido horizontal ao nível térreo. Tal percurso qualifica e transforma o espaço em lugar, disponibilizando às pessoas tanto a permanência no local quanto o deslocamento entre a Rua dos Andradas e a Rua Sete de Setembro. Trata-se de uma sucessão de espaços inteligíveis num eixo sequencial de movimento. Consiste num percurso que cumpre tanto o papel de marcar e

direcionar um eixo de deslocamento quanto de dinamizar a ocupação estacionária, ou seja, o senso de permanência. Estabelece limites e passagens, cujo arranjo espacial distribui e condiciona tanto o movimento quanto a permanência. Seu caráter público estimula nas pessoas um engajamento maior com tal lugar e suas prerrogativas particulares. Tais características sugerem um local cuja espacialidade é de acesso imediato e convidativo a todos, pois o lugar propicia às pessoas um senso de pertencimento e de interpretação direta, por vezes transpondo para o sentido de lar. Como a apropriação do espaço pelas pessoas em permanência transcorre num período maior de tempo (do que seria se simplesmente estivesse se deslocando), se presume que a ocupação estacionária do átrio central disponibiliza atrativos e condições particulares de conforto.



Figura 2: Vista da Casa de Cultura Mário Quintana a partir da rua dos Andradas. Fonte: Google Maps.

Notoriamente, a proximidade com a Rua Sete de Setembro e Rua dos Andradas, caracterizadas por seus estabelecimentos voltados tanto à permanência quanto à passagem, incita tais atividades por parte das pessoas que por ali se deslocam. Nesse contexto, é notável que a Rua dos Andradas apresente estabelecimentos comerciais em seus térreos e habitacionais nos demais pavimentos, que contribuem para a citada dualidade de consonância e dissonância espacial urbana, ou seja, permanência e passagem de pessoas por sua extensão em níveis semelhantes. Entretanto, em determinados dias da semana e em horários específicos (finais de semana e horários não comerciais), o entorno imediato da área se torna inóspito, o que estimula as pessoas à passagem e não à permanência, ou seja, sentimentos de dissonância espacial urbana.

Diante disso, a característica histórica que constitui a Casa de Cultura Mário Quintana contribui para com um sentimento de tempo e espaço, lugar e lar em específico. Tal sentimento, mesmo que não manifestado de forma palpável pelas pessoas que ali permanecem ou estão de passagem, agrega à edificação em si um

valor diferente daquele presente em outras edificações e espaços abertos públicos de seu entorno, ou seja, um senso de história coletiva da cidade. O vínculo da edificação com uma narrativa maior que aquela de seus habitantes em um nível individual, propicia um tipo de consonância espacial urbana compartilhada que está além da sensibilidade particular de cada pessoa.

A Casa de Cultura Mário Quintana é emblemática na medida em que permite às pessoas, por meio do átrio central, a articulação com o espaço aberto público de seu entorno imediato. É essa ordenação espacial, não a relação subserviente à sua condição estética e funcional, que atribui ao átrio central a necessária envolvente construída pela qual pessoas se movimentam e interagem. Tais condições e efeitos gerados pelo átrio central, como de descontinuidade e continuidade, de distanciamento e aproximação, de obstrução e permeabilidade física e visual, de segregação e agregação, de passagem e permanência, dentre outros, diante de um cenário pictórico e de descobertas, orienta espacialmente os encaminhamentos e os pontos focais de interesse e percepção visual.

Para além dos aspectos tão somente normativos, compositivos, construtivos e funcionais, a Casa de Cultura Mário Quintana possui efeitos socioespaciais passíveis de análise a partir dos conceitos de espaço e lugar em termos de consonância e dissonância espacial urbana, uma vez que possibilita reflexões a partir da vida cotidiana como a interface entre o coletivo e o individual (LEFEBVRE, 2006; SANTOS, 2006). Cabe destacar que a vida cotidiana é de recorrências e excepcionalidades, de rupturas no âmbito da dimensão social da cidade, ou seja, a possibilidade de atribuição de significados novos aos espaços é indissociável das relações sociais. Algumas determinações sociais mais amplas incluem aspectos simbólicos e valorativos sobre espaços urbanos específicos e genéricos, como estigmas que afetam as avaliações subjetivas de concordâncias (consonância), muitas vezes independentes das vivências pessoais e diretas dos indivíduos, influenciando em contraponto, portanto, as discordâncias (dissonância).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de interpretação apresentado na pesquisa traz a reflexão necessária sobre paradigmas, postulados, métodos e teorias em torno dos processos de observação e experiência, em específico as premissas da relação entre espaço e lugar.

Compreender a mobilidade peatonal diretamente relacionada ao modo como as pessoas interpretam, criam e utilizam o espaço consiste num sistema complexo de análise. A espacialidade advém da necessidade das pessoas se apropriarem do lugar, sendo que tais relações com esta, por exemplo, o movimento de pessoas, são estabelecidas e modificadas ao longo do tempo. A pesquisa analisou a mobilidade peatonal contemporânea a partir de princípios conceituais caracterizados respectivamente por seu caráter vinculado às realidades espaciais cotidianas.

Espaços, lares e lugares são atribuições de significados que visam estabelecer uma aproximação com a realidade vivenciada a partir da experiência sensorial de inteligibilidade espacial urbana. Parâmetros e atributos capazes de descrever e interpretar tais significados são necessários na medida em que é possível diferenciar o nível de consonância e dissonância espacial urbana de espaços e lugares, respectivamente.

O sentido de consonância e dissonância espacial urbana (afeição e/ou aversão) ao lugar é estabelecido e cada pessoa interpreta tais edificações e espaços abertos públicos de acordo com a sua experiência e expectativa. É fundamental considerar que essa condição pode conter ressignificações, provenientes da memória afetiva, em razão do constante processo de se deparar com uma circunstância cotidianamente.

Independentemente do quanto um determinado espaço possui a capacidade de se transformar num lugar, o importante é compreender que a subjetividade traz consigo a possibilidade de a cidade ser constantemente reinterpretada. O que em dado momento é um espaço dissonante e pode transformar-se em um lugar consonante, pois foi ressignificado a partir das novas perspectivas de percepção.

A partir do estudo de caso referente à Casa de Cultura Mário Quintana e seu entorno imediato, foi possível notar várias das características citadas, ou seja, locais onde aspectos interpretativos de consonância e dissonância espacial urbana atuam, sugerindo assim que locais de permanência e passagem podem atuar conjuntamente. A presença simultânea desses aspectos pode variar, visto que as categorias primeiramente estabelecidas, ou seja, a inteligibilidade espacial urbana e sua eventual consonância e dissonância espacial urbana de acordo com a interpretação subjetiva individual, pode alternar de pessoa para pessoa, tornando amplo o ato de passagem ou permanência na área relativa ao estudo de caso e seu entorno. Os locais abordados, devido às suas condições como espaços que podem invariavelmente tornarem-se lugares ou manterem-se como espaços por suas qualidades de consonância e dissonância espacial urbana (afeição ou aversão), estão abertos a experiências e entendimentos individuais daqueles que por esses mesmos locais os utilizam, seja pela primeira vez ou de modo periódico.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, D. V. Espaço, corpo e movimento: notas sobre a pesquisa da espacialidade na arquitetura. **Arquitexto**, n. 8, 2006. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_8/8_Douglas%20Vieira%20de%20Aguiar.pdf. Acesso em: 14 jan. 2020.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- CAVALCANTE, M. B. O lugar no mundo e o mundo no lugar: A geografia da sociedade globalizada. **Cadernos de Geografia**, v. 12, n. 40, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/16506/9215>>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.
- FESTINGER, L. **A Theory of Cognitive Dissonance**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1957.
- GEHL, J. **Life between buildings: using public space**. New York: Van Nostrand Reinhold Company, 1987.

- GHIDINI, R. Acessibilidade, autonomia, sociabilidade e habitabilidade como elementos estruturantes da mobilidade peatonal. **Mobilize**, 2015. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/elementos-estruturantes-da-mobilidade-peatonal.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2020.
- HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, ano IV, n. 7, p. 67-78, 1999.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- LEFEBVRE, H. **A produção social do espaço**. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 2006. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.
- MARTINS, L. L. Friedrich Ratzel. **GEOgraphia**, v. 3; n. 5, p. 89-91, 2001. DOI 10.22409/GEOgraphia2001.v3i5.a13402.
- NETTO, V. M. **O efeito da arquitetura**: impactos sociais, econômicos e ambientais de diferentes configurações de quarteirão. 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.079/290>. Acesso em: 5 mar. 2020.
- RELPH, E. As bases fenomenológicas da Geografia. **Revista Geografia**, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2006.
- SILVA, A. S.; TERIBELE, A. Dinâmica do Movimento de pessoas e copresença: passagens e permanências. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, v. 19, n.1, p. 62-78, 2019. DOI 10.5935/cadernosarquitetura.v19n1p62-78.
- SOLIS, D. **Jacques Derrida e a arquitetura**. 1.ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.
- SOUZA, M. D. A Filosofia na Antropogeografia de Friedrich Ratzel. **Caderno de Geografia**, v. 24, n. 42, p. 155-168, 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/viewFile/6466/6745>. Acesso em: 22 jan. 2020.
- SOUZA, M. A. A. A geografia da solidariedade. **Geotextos**, v. 2, n. 2, p. 171-178, 2006. Disponível em: DOI 10.9771/1984-5537geo.v2i2.3042.
- TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.
- TUAN, Y. F. **Topophilia**: A Study of Environmental Perception, Attitudes, and Values. New York: Columbia University Press, 1990.

SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES PARA DIÁLOGOS INTERCULTURAIS: PROCESSO PROJETUAL COLABORATIVO E VALORIZAÇÃO DO POVO KAINGANG¹

FREE SPACES SYSTEM FOR INTERCULTURAL DIALOGUES: COLLABORATIVE DESIGN PROCESS AND VALUING OF THE KAINGANG PEOPLE

SISTEMA DE ESPACIOS LIBRES PARA DIÁLOGOS INTERCULTURALES: PROCESO DE DISEÑO COLABORATIVO Y VALORACIÓN DEL PUEBLO KAINGANG

*Fernanda Machado Dill, Doutora em Arquitetura e Urbanismo,
Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: fernanda.dill@gmail.com*

*Vanessa Goulart Dorneles, Doutora em Arquitetura e Urbanismo,
Universidade Federal de Santa Maria.
E-mail: arq.vanessagdorneles@gmail.com*

Resumo

A população indígena Kaingang habita o espaço que compreende o centro no município de Chapecó, SC, desde antes da configuração formal da cidade. No entanto, devido ao processo de urbanização, tal comunidade teve sua trajetória histórica e sua relação com a cidade invisibilizadas por ações oriundas principalmente do poder público. Para contribuir na transformação desse contexto, foi elaborado, de

¹ A pesquisa que resultou neste artigo contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes), a quem as autoras agradecem pela bolsa.

forma colaborativa com a comunidade indígena, o projeto de um sistema de espaços livres para diálogos interculturais, que se propõe a contar a história da cidade a partir do olhar de seu povo tradicional por meio de intervenções espaciais em diferentes escalas. O presente artigo pretende explorar as possibilidades de valorização histórica e cultural por meio de intervenções urbanas, bem como apresentar as estratégias projetuais adotadas com o objetivo de valorizar a memória dos anciãos indígenas no processo de projeto, revelando o seu caráter educativo e social. Para tanto, apresenta-se o Povo Kaingang e sua relação com a construção histórica da cidade, apresentam-se as estratégias colaborativas utilizadas no processo de projeto, os resultados espaciais obtidos e sua relação com a valorização e visibilidade da cultura Kaingang.

Palavras-chave: Povo Kaingang; Sistema de espaços livres; Cultura; História da cidade; Projeto colaborativo.

Abstract

The Kaingang indigenous population inhabits the space that comprises the center in the city of Chapecó-SC, since before the formal configuration of the city. However, due to the urbanization process, such a community had its historical trajectory and its relationship with the city made impossible by actions originating mainly from the government. In order to contribute to the transformation of this context, a project for a system of open spaces for intercultural dialogues was elaborated, in a collaborative way with the indigenous community, which proposes to tell the history of the city from the perspective of its traditional people through interventions at different scales. This article intends to explore the possibilities of historical and cultural valorization through urban interventions, as well as to present the design strategies adopted with the objective of valuing the memory of indigenous elders in the design process, revealing its educational and social character. For that, the Kaingang People and their relationship with the historical construction of the city, the collaborative strategies used in the design process, the spatial results obtained and their relationship with the appreciation and visibility of the Kaingang culture are presented.

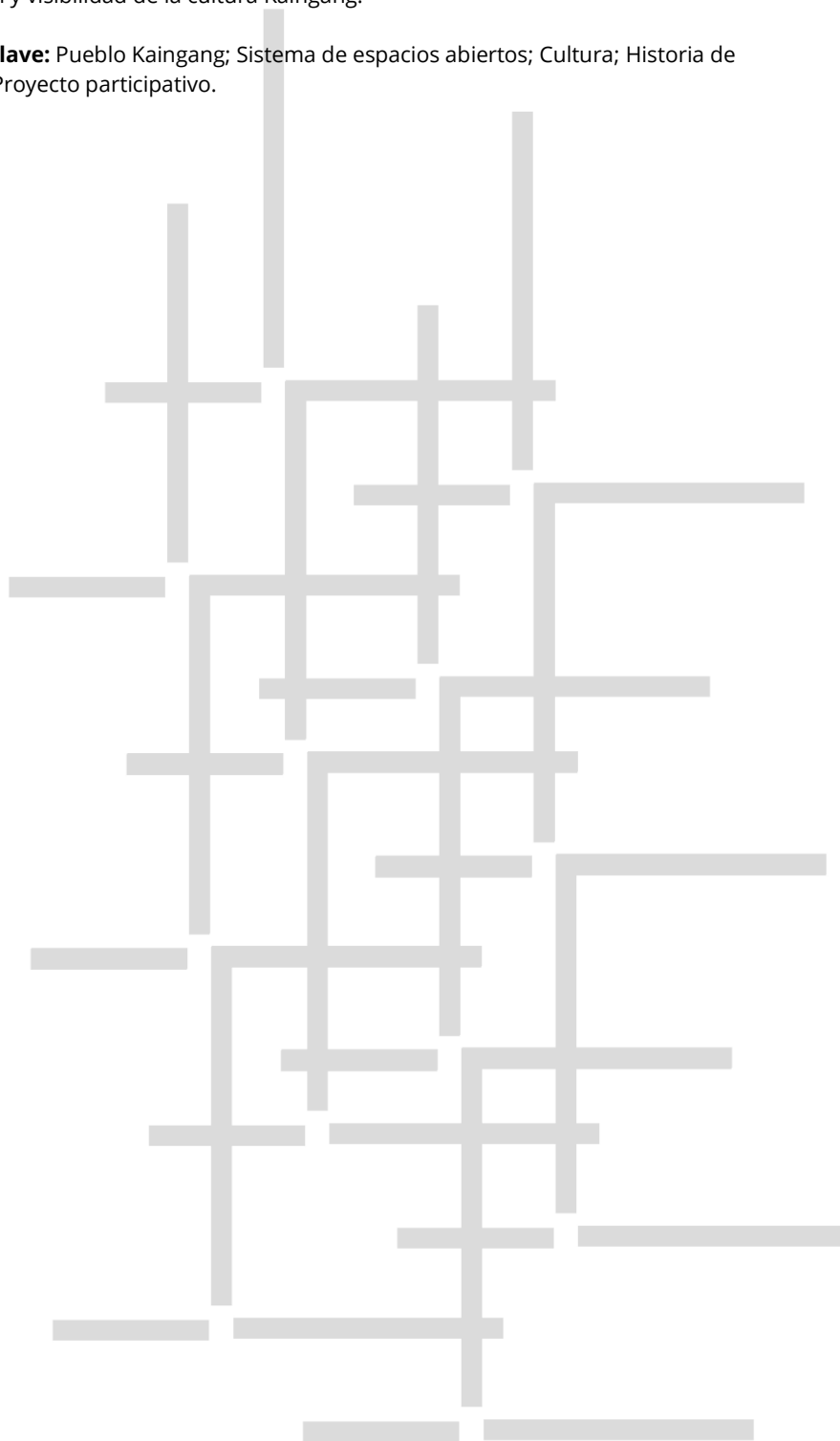
Keywords: Kaingang people; Free space system; Culture; City history; Participatory project.

Resumen

La población indígena Kaingang habita el espacio que comprende el centro en el municipio de Chapecó-SC, desde antes de la configuración formal de la ciudad. Sin embargo, debido al proceso de urbanización, dicha comunidad tuvo su trayectoria histórica y su relación con la ciudad se hizo imposible por acciones originadas principalmente por el gobierno. Para contribuir a la transformación de este contexto, se elaboró un proyecto para un sistema de espacios abiertos para diálogos interculturales, en colaboración con la comunidad indígena, que propone contar la historia de la ciudad desde la perspectiva de sus pueblos tradicionales a través de intervenciones a diferentes escalas. Este artículo pretende explorar las posibilidades de valorización histórica y cultural a través de intervenciones urbanas, así como presentar las estrategias de diseño adoptadas con el objetivo de valorar la memoria

de los ancianos indígenas en el proceso de diseño, revelando su carácter educativo y social. Para ello, se presentan las personas Kaingang y su relación con la construcción histórica de la ciudad, se presentan las estrategias de colaboración utilizadas en el proceso de diseño, los resultados espaciales obtenidos y su relación con la apreciación y visibilidad de la cultura Kaingang.

Palabras clave: Pueblo Kaingang; Sistema de espacios abiertos; Cultura; Historia de la ciudad; Proyecto participativo.



INTRODUÇÃO

A trajetória histórica do Povo Kaingang e as relações interculturais construídas desde o processo de urbanização de Chapecó, SC, afetam diretamente sua relação com a cidade. Atualmente, a população urbana chapecoense, em sua maioria, não reconhece o Povo Kaingang como habitantes nativos do município, desconhece sua cultura e desrespeita as especificidades do seu modo de viver, fazendo emergir um sentimento de discriminação e rejeição em relação aos indígenas, que buscam ainda hoje retornar às relações com sua terra de origem. Diante desse contexto e a partir de demandas da própria comunidade Kaingang, iniciou-se o diálogo e reflexões sobre uma possível intervenção espacial no município, com o objetivo de desenvolver, por meio de um processo colaborativo de projeto, um sistema de espaços urbanos livres que considerasse as bases da cultura Kaingang, ao mesmo tempo em que promovesse a interação entre os indígenas e a sociedade envolvente. Buscou-se, com propostas de intervenção espacial, proporcionar o conhecimento a respeito da história da cidade a partir do olhar de seu povo tradicional, o reconhecimento à diversidade e o respeito entre povos.

Este artigo pretende explorar as possibilidades de valorização histórica e cultural por meio de intervenções urbanas, bem como apresentar a metodologia adotada. O objetivo é ampliar o espaço de visibilidade da presença indígena no centro urbano, evidenciar a diversidade cultural, base da construção da cidade, e valorizar a memória dos anciãos Kaingang no processo do projeto, revelando seu caráter social. Para tanto, inicia-se com uma breve discussão teórica sobre cultura e identidade na perspectiva humana e espacial, bem como a conceituação dos sistemas de espaços livres, objeto do projeto. Na sequência, são explicados os recursos metodológicos adotados na pesquisa para compreender o Povo Kaingang e a relação da comunidade da aldeia Kondá com a cidade de Chapecó. Por fim, o projeto é apresentado a partir de seu potencial para a visibilização da cultura Kaingang e valorização das relações interculturais na cidade.

CULTURA E IDENTIDADE NA PERSPECTIVA HUMANA E ESPACIAL

Ao iniciar a discussão sobre o conceito de cultura, para que ele possa ser posteriormente articulado com a perspectiva espacial, percebe-se que não há consenso entre os pesquisadores sobre o tema. Por esse motivo, a pesquisa esclarece a linha conceitual considerada nos estudos.

A cultura precisa ser pensada, segundo Kuper (2002), como uma questão de ideias e valores, uma atitude mental coletiva. Os valores, cosmologia, princípios morais, modo de viver, organização espacial e estética, são expressos por meio de símbolos, caracterizando a cultura como um sistema simbólico. Na mesma linha, Edward Tylor (1958) define a cultura como um comportamento apreendido, ou seja, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética.

Considera-se, portanto, a cultura como um sistema complexo apreendido, no qual qualquer predisposição genética é superada pelas práticas vivenciadas e observadas cotidianamente. Percebe-se a cultura como um potencial instrumento de identificação coletiva, em que o modo de viver de um grupo estabelece fronteiras com outras sociedades. Essas interações produzem materialmente o espaço físico, reflexo e identidade do contexto cultural ao qual pertencem (DILL, 2019).

Esse caráter de identificação coletiva ligado à cultura faz com que a questão da identidade seja extensamente discutida, tanto na arquitetura e no urbanismo quanto na teoria social. Arquitetos como Amos Rapoport (1971) e Simon Unwin (2013), discutem o quanto os produtos arquitetônicos e urbanísticos carregam uma identidade e deveriam estar intimamente ligados à de seus usuários e/ou projetistas, revelando identificação com seu contexto cultural.

Ao pensar a identidade em termos de sociedades tradicionais, Giddens (2002) destaca que elas têm veneração pelo passado, em que os símbolos são valorizados por conterem experiências de gerações e a tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço. Dessa forma, a identidade de um povo está diretamente ligada à sua construção histórica.

Hall (2005) discorre sobre a identidade na contemporaneidade, questionando inicialmente sua crise: "[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, agora estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como unificado" (HALL, 2005, p. 53). Em função da estrutura das sociedades pós-modernas, as identidades estão sendo descentradas, ou seja, deslocadas e, em alguns casos, fragmentadas. Entende-se que essa constatação não pode ser entendida como um processo negativo, pois possibilita a construção de um mosaico identitário, no qual se identificam "as" e não "a" identidade, sejam elas coletivas ou individuais.

A identidade, assim como a cultura, é estabelecida na relação com o outro. A identificação na sociedade contemporânea aparece como a representação daquilo que se quer ser, aparentar ou integrar. O contraponto está no outro, no que se tem de diferente, no conflituoso e, por que não dizer, no oposto. Nesse contexto, do qual surgem regras para as relações humanas, é fundamental a compreensão do papel do lugar como palco dessas interações, por vezes compostas e contraditórias.

O lugar transcende as limitações do espaço geométrico na medida em que, por meio de relações sociais, os grupos atribuem valor a ele (TUAN, 1983). Assim, na interação com o espaço, diferentes grupos étnicos constroem significações e relações, que podem, por influência do lugar, amenizar ou reforçar fronteiras étnicas. Na construção desses significados, nasce a identidade do lugar. Em arquitetura e urbanismo, a identidade de lugar é definida como uma subestrutura da identidade humana, que incorpora as cognições sobre o mundo em que os indivíduos vivem, contemplando as memórias, ideias, relações sociais, sentimentos, atitudes, valores e preferências acerca dos diversos ambientes em que estão inseridos (PROSHANSKY, 1983).

A criação do lugar não é exclusividade do fazer arquitetônico ou urbanístico, pois as pessoas atribuem significados aos espaços ininterruptamente (UNWIN, 2013). No

caso das comunidades Kaingang, observa-se o protagonismo indígena nas reivindicações, não apenas pelo espaço mas, também, pela participação no processo de desenho, pautado pela intenção de fortalecimento cultural (ZANIN; DILL, 2016). Esses fatores facilitam a identificação do usuário com o lugar e “[...] talvez a ideia da participação coletiva seja o aspecto mais importante de pensar na arquitetura e o urbanismo como identificação de lugar [...]” (UNWIN, 2013, p. 23).

Intervenções nos espaços, independente dos grupos humanos envolvidos, expressam inevitavelmente intenções, sejam elas sociais, políticas, culturais ou ambientais dos mentores da proposta e, por isso, é fundamental que os protagonistas desse processo sejam pessoas da própria comunidade. A arquitetura é “influenciada pelas pessoas cujas atividades ela acomoda” (UNWIN, 2013, p. 25) e “os aspectos simbólicos, culturais e psicológicos podem ser, em algumas situações, tão ou mais importantes que os aspectos físicos” (RAPOPORT, 1971, p. 310).

Existe uma relação entre os lugares e as identidades culturais dos grupos que os ocupam. É possível observar o espaço e perceber por meio dele a representação cultural de seu povo. Com um olhar sensível e cuidadoso, podem ser percebidas marcas de apropriação ou abandono dos espaços e tais informações podem contar muito sobre a história de uma comunidade, seus espaços e sua cultura.

Não se pode pensar qualquer forma de intervenção espacial sem considerar de que maneira essa mudança altera a dinâmica social e cultural das pessoas envolvidas nesse espaço. Por meio dos lugares planejados, pode-se afirmar, valorizar e respeitar valores culturais de um povo ou, por outro lado, negar a uma comunidade inteira o direito de ser, estar e habitar o mundo a partir do modo de viver no qual acredita.

SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES

Por um lado, entende-se a cidade como um organismo vivo, construída e transformada a partir da lógica de sua sociedade, sob a influência das pessoas que a constroem e deixam nela marcas históricas ao longo do tempo. Por outro lado, uma vez que os lugares abrigam relações humanas, eles podem influenciar comportamentos e proporcionar experiências ligadas ao conhecimento e à valorização cultural.

Lynch (1997) destaca que esse processo pode construir um vasto sistema de referências para os seres humanos, fazendo com que os espaços ordenem as atividades, crenças e conhecimentos, uma vez que a pessoa não é apenas espectadora do espaço, mas parte dele. Portanto, compreender a cidade como um sistema articulado espacialmente e por significados, torna-se fundamental na medida em que a conexão entre o público e o privado se constrói, majoritariamente, a partir desses espaços livres de transição.

O espaço livre público é elemento primordial da estrutura e da paisagem urbana. Ele possibilita a relação entre a materialidade e a sociedade, buscando qualificar a interação social com o suporte físico existente (MAGNOLI, 2006, p. 241). Nesse sentido, é essencial compreender o sistema de ações que se desenvolve pelos

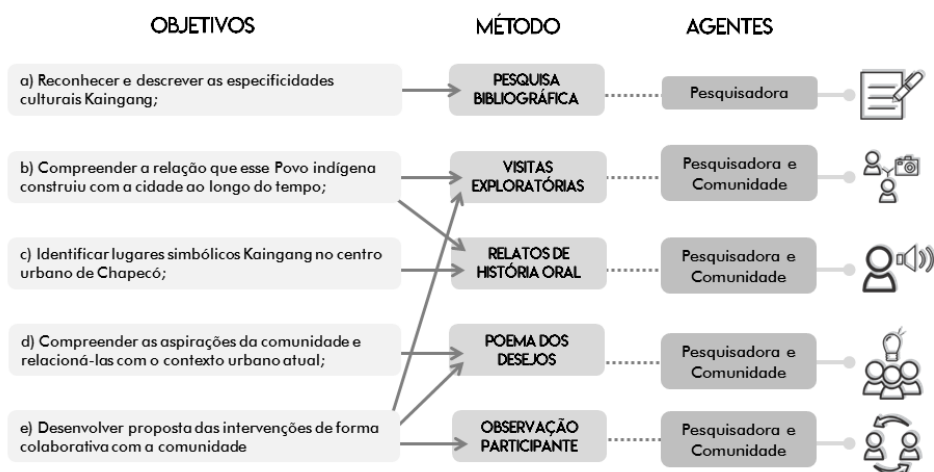
espaços, a participação dos diversos agentes sociais envolvidos e suas relações de poder (SANTOS, 1998). Ruas, largos, praças, pátios, quintais, jardins, parques, avenidas, entre os mais frequentes tipos de espaços livres, formam o sistema de espaços livres de cada cidade e é esse sistema que integra a cidade e faz a interface entre os lugares privados e a malha permeável urbana.

Segundo Preto (2009), o sistema de espaços livres públicos tem como potencial (re)valorizar áreas urbanas consolidadas, contribuindo para a melhoria do ambiente urbano, propiciando encontros públicos da forma mais diversa e ensejando um maior envolvimento da população com o seu espaço de vida cotidiana. Uma política pública voltada para esses objetivos deve considerar as características do local e da sociedade, procurando compreender a paisagem e os valores que estejam de acordo com a diversidade cultural que pretendem contemplar.

Assim, os espaços livres são entendidos como elementos estruturadores, que se constroem como significado, de forma sistêmica, e não se sustentam de forma isolada, mas em relação com os demais lugares que constituem a paisagem urbana. Destaca-se que os projetos de intervenção espacial urbana, principalmente na esfera pública, desempenham relevante papel social na medida em que carregam as intenções de seus projetistas, bem como se comprometem com o grupo para o qual se projeta.

RECURSOS METODOLÓGICOS

Considerando a complexidade que envolve a análise da cultura de um grupo e as suas relações com os espaços, essa pesquisa adota a abordagem qualitativa para



Quadro 1: Objetivos do projeto e métodos de pesquisa adotados. Fonte: Elaborado pelas autoras.

a compreensão e explicação da dinâmica das socioespaciais. O Quadro 1 define os objetivos específicos propostos para o projeto e as estratégias metodológicas consideradas para alcançá-los.

Pesquisa bibliográfica: foi realizada com o objetivo de oferecer o aporte teórico para análise dos dados de campo, compreensão e descrição da cultura tradicional Kaingang, bem como da história do município de Chapecó.

Visitas exploratórias: representam as primeiras aproximações com o objeto de estudo e podem ser registradas por meio de desenhos, anotações e fotografias (REINGHANTZ, *et al.*, 2008). O objetivo foi compreender a relação estabelecida entre os indígenas e a região do centro da cidade e, posteriormente, viabilizaram a participação das comunidades na elaboração da proposta de intervenção espacial. Para o desenvolvimento desse projeto, foram realizadas três visitas exploratórias entre os meses de dezembro de 2016 e fevereiro de 2017, registradas por meio de cadernos de anotações e fotografias tiradas após a autorização das lideranças da comunidade. Nessas interações iniciais, por meio de passeios pela aldeia e conversas informais, principalmente com um casal de professores e um ancião, colaboradores da pesquisa, foi possível perceber a relação dos indígenas com suas marcas tribais e os referenciais espaciais apontados sobre o centro da cidade de Chapecó, identificando aquele espaço como sua terra tradicional.

Relatos de história oral: consiste em uma prática de apreensão de narrativas por meios eletrônicos destinados a recolher testemunhos e promover análises de processos sociais do presente. Com base em um projeto inicial e na escolha do grupo a ser pesquisado, os registros tornaram-se documentos pautados da história do tempo presente ou história viva (MEIHY, 1996). O foco foi a identificação dos lugares simbólicos para a comunidade no centro da cidade e a compreensão das especificidades culturais Kaingang. Para tanto, foram colhidos cinco relatos entre os meses de março e abril de 2017, sendo dois anciãos com 65 e 70 anos, um casal de professores indígenas da educação básica, ele com 35 anos e ela com 32, além de uma liderança da comunidade, um homem de 50 anos. As falas foram gravadas e posteriormente transcritas. As histórias contadas principalmente dos anciãos e da liderança tornou possível a identificação de lugares tradicionais no centro da cidade de Chapecó. Os mais jovens, no papel de professores, expuseram que contam as histórias dos anciãos para as crianças com o objetivo de gerar um sentimento de identificação com a cidade e de valorização de suas terras e dos processos de luta protagonizados pelos anciãos da comunidade.

Poema dos desejos: desenvolvido por Henry Sannof (1991), o poema consiste em uma dinâmica de grupo em que o pesquisador solicita aos usuários de um determinado local que descrevam verbalmente ou expressem por meio de desenhos suas necessidades, sentimentos e desejos relativos ao edifício ou ambiente analisado. O método foi utilizado com enfoque nos espaços idealizados, assim, apresentou-se uma ficha aos participantes contendo uma frase aberta “nossa aldeia ideal seria assim...” que responderam de forma espontânea por meio de desenhos e escrita. A interação foi realizada na escola da Aldeia Kondá em abril de 2017 e contou com a participação de 56 crianças entre 10 e 14 anos, duas professoras e um professor. Os elementos mais recorrentes foram: a presença da mata e dos animais, a padronização das moradias com materiais naturais e o resgate de brincadeiras tradicionais da cultura Kaingang. Assim, elementos espaciais observados na representação da aldeia ideal, puderam ser contemplados nas propostas espaciais para o centro da cidade.

Observação participante: parte da premissa de que a apreensão de um contexto social específico só pode ser concretizada se o observador puder imergir e se mesclar com o grupo social investigado. Segundo Mann (1970, p. 23), é uma "[...] tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tornando-se o observador um membro do grupo de modo a vivenciar o que eles vivenciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles". Nesse momento, pode-se compreender a relação, no cotidiano, entre os espaços e os significados atribuídos pelo grupo. Para a imersão na comunidade, foram considerados os períodos de preparação e realização da semana cultural. O primeiro de 10 a 21 de abril de 2017 e o segundo entre os dias 9 e 20 de abril de 2018. Nessas oportunidades, a comunidade mobilizou-se para a organização da semana cultural e, por isso, foi possível acompanhar a fabricação intensa de artesanato, a preparação de comidas tradicionais, a organização e decoração da escola para receber os visitantes e a construção de estruturas externas feitas de madeira e cobertura de taquara para abrigar a venda do artesanato e as danças tradicionais.

Dessa experiência, além do próprio projeto construído coletivamente, surgiram informações e conhecimentos além dos esperados, dados que sem a convivência, possivelmente, não seriam descobertos e que são fundamentais para se pensar espaços com caráter intercultural. Para a elaboração do projeto, o primeiro passo foi a localização dos principais lugares de intervenção no centro da cidade, cujo mapeamento foi apresentado em reunião com a comunidade e aprovado para que fossem elaboradas as propostas de intervenção. Nessa reunião, surgiram sugestões de equipamentos públicos, brinquedos, totens de identificação dos lugares e outras ideias que foram contempladas na etapa de elaboração da proposta. A primeira proposta foi apresentada por meio de maquetes e modelos digitais 3D para discussão e refinamento com a comunidade indígena. As sugestões de alteração lançadas foram contempladas e a partir delas foi gerado o projeto apresentado neste artigo.

OS KAINGANG DA ALDEIA KONDÁ E A HISTÓRIA DA CIDADE

Os índios Kaingang habitam as regiões sul e sudeste do Brasil, desde o Estado de São Paulo até o Rio Grande do Sul, e fazem parte do tronco linguístico Macro-Jê, juntamente com os Xokleng, que habitam outras áreas desse mesmo estado, formam o grupo dos Jê-Meridionais (JUNIOR, 2010).

Tommasino e Fernandes (2001) descrevem os Kaingang como um grupo primordialmente estabelecido a partir de uma organização social dualista, patrilinear, exogâmica e matrilocal. Isto é, existiriam dois grupos de linhagens de parentesco, transmitidas pelo pai aos descendentes, onde as alianças matrimoniais sempre se dão entre indivíduos pertencentes às metades opostas e, após o casamento, o noivo vai morar com os pais da noiva.

No mito de origem coletado por Telêmaco Borba (1908), encontra-se uma versão resumida da cosmologia dualista Kaingang. Nesse mito, os heróis culturais Kamé e Kairu produzem não apenas as divisões entre os homens, mas também a divisão entre os seres da natureza.



Figura 1: Grafismo Kaingang – Kamé e Kairu. Fonte: DILL, 2019.

Os membros das metades se diferenciavam também por meio das marcas ou pinturas corporais (Figura 1). Como coloca Nimuendanju (1913), os Kamé se representavam por meio de marcas compridas, riscos verticais e os Kairu possuíam marca redonda. “[...] Os dos Kamé é feito com lascas de pinheiro queimadas e depois umedecidas. Os do grupo Kairu são feitos como madeira de sangria” (KRESÓ, 1997 p. 82). Dessa forma, a coloração dos grupos fica assim definida: Kamé-preto, Kairu-vermelho.

Sobre o contexto local, sabe-se que a cidade de Chapecó foi ocupada, por um curto período, pelos Guaranis. Posteriormente, em função de disputas inter étnicas, tiveram que ceder as terras para os Kaingang que ocupam a região até hoje (SCHIMITZ; BEBER, 2011).

Logo após a emancipação política do município de Chapecó, intensificou-se o processo de perseguição aos índios, impedindo que eles ocupassem a cidade. A partir de 1927, algumas autoridades locais começaram a solicitar novas medições dessas áreas de terra e, quando o espaço já estava sob a jurisdição de Santa Catarina, a posse dessas áreas também começou a ser reivindicada por autoridades que agiam em causa própria (CAMPOS, 2004).

O SPI (Serviço de Proteção aos Índios) passou a se caracterizar como “Serviço de Perseguição aos Índios”, segundo a crítica de um jornal: “[...] mas fiquem certos: isso não será impunemente, [...] será com o nosso protesto, pela imprensa e por todos os meios que estejam em nosso alcance” (CAMPOS, 2004, p. 67). A partir disso, os indígenas ficaram à mercê dos desmandos do governo e da justiça branca e, cada vez mais, foram desapropriados de suas terras originais, obrigados a “civilizar-se”, isto é, adaptar-se à sociedade colonizadora envolvente.

Em meados do século XX, com o processo de construção da cidade de Chapecó, os indígenas continuaram sendo desrespeitados e expropriados de suas terras. A cidade abrigava uma vasta população indígena, constituída por dois grupos principais distintos: o primeiro, composto pelas famílias que residiam em bairros da cidade adaptados a nova cultura imposta na época e tornaram-se quase invisíveis; o segundo grupo, mais extenso, era composto pelas famílias que

resistiam e estabeleciam uma relação de parentesco baseada na preservação da cultura, dessa forma, constituíam as aldeias na cidade (TOMMASINO *et al.*, 1998). Esses últimos eram visíveis e provocavam reações mais variadas da população urbana, acionando todos os preconceitos acumulados contra os índios, constituindo-os como um problema social.

Em 1998, essa população representava um total estimado de 64 famílias e 212 pessoas. Os mapas representados na Figura 2 mostram a localização das áreas de concentração das famílias Kaingang na cidade de Chapecó nesse período e o detalhamento da aldeia Kondá no bairro Palmital. Vale destacar que esse bairro se localiza próximo ao centro e era ocupado por população de classe média alta na época.



Figura 2: Mapa dos Bairros de Chapecó com posicionamento da Aldeia Kaingang. Fonte: Adaptada pelas autoras a partir de Tommasino *et al.* (1998) e dos mapas disponibilizados pela Secretaria de Planejamento urbano da Prefeitura municipal de Chapecó.

Os Kaingang descrevem a cidade de Chapecó como sua terra tradicional, onde caçavam, coletavam e enterravam seus mortos (TOMMASINO, 1999). A terra de seus avós, conforme relatos dos anciãos da comunidade, coincide com o atual centro da cidade, revelando por que os Kaingang da Aldeia Kondá insistem que a cidade de Chapecó é a sua terra tradicional.

Com base nos relatos dos Anciãos da Aldeia Kondá, foi elaborado o mapa a seguir (Figura 3), no qual se observa o centro da cidade em 2019 como área original Kaingang. O Rio Passo dos Índios, atualmente canalizado, representava um importante local de reunião do grupo, o primeiro grande assentamento, onde, atualmente, se localiza a Igreja Matriz e a Praça Coronel Ernesto Bertaso e o Cemitério Kaingang, situado em um importante hotel da cidade.



Figura 3: Terra tradicional Kaingang no centro da cidade de Chapecó. Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos relatos de história oral dos anciãos da comunidade da Aldeia Kondá, fotografias de acervo próprio e mapa base fornecido pela Secretaria de Planejamento urbano da Prefeitura municipal de Chapecó.

Com base nas pesquisas realizadas, considerando as preexistências no centro urbano da cidade e contando com a participação da comunidade da Aldeia Kondá, foram estabelecidas diretrizes projetuais. Posteriormente, foi elaborada a proposta de intervenção no local, que pretende valorizar a história da cidade e permitir diálogos interculturais na contemporaneidade.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO CENTRO URBANO

A partir das pesquisas realizadas, foram identificadas as demandas da comunidade e os lugares simbólicos para os indígenas no centro da cidade. A partir das análises dos espaços públicos do centro do município e do Plano Diretor, foram localizadas as áreas verdes, as praças e os vazios urbanos que foram considerados áreas de potencial intervenção.

O projeto considerou quatro escalas de intervenção, constituindo uma rota etno-histórica no centro urbano, conforme ilustra a Figura 4. A rota/percurso é sinalizada por pavimentação diferenciada, que tem como inspiração as metades tribais Kaingang. A menor escala considerada caracteriza-se pela implantação de marcos conectores – totens de comunicação visual urbana que orientam sobre a direção das próximas intervenções e contam a história de cada uma das paradas com textos explicativos. Na sequência, as intervenções pontuais abrangem a escala do mobiliário urbano, seguidas pela intervenção linear, que considera um pequeno parque urbano. Por fim, a maior escala considerada é a da edificação,

denominada lugares estruturadores. As cores demarcam as diferentes escalas de intervenção pensadas a partir da rota definida, conforme descrito a seguir.

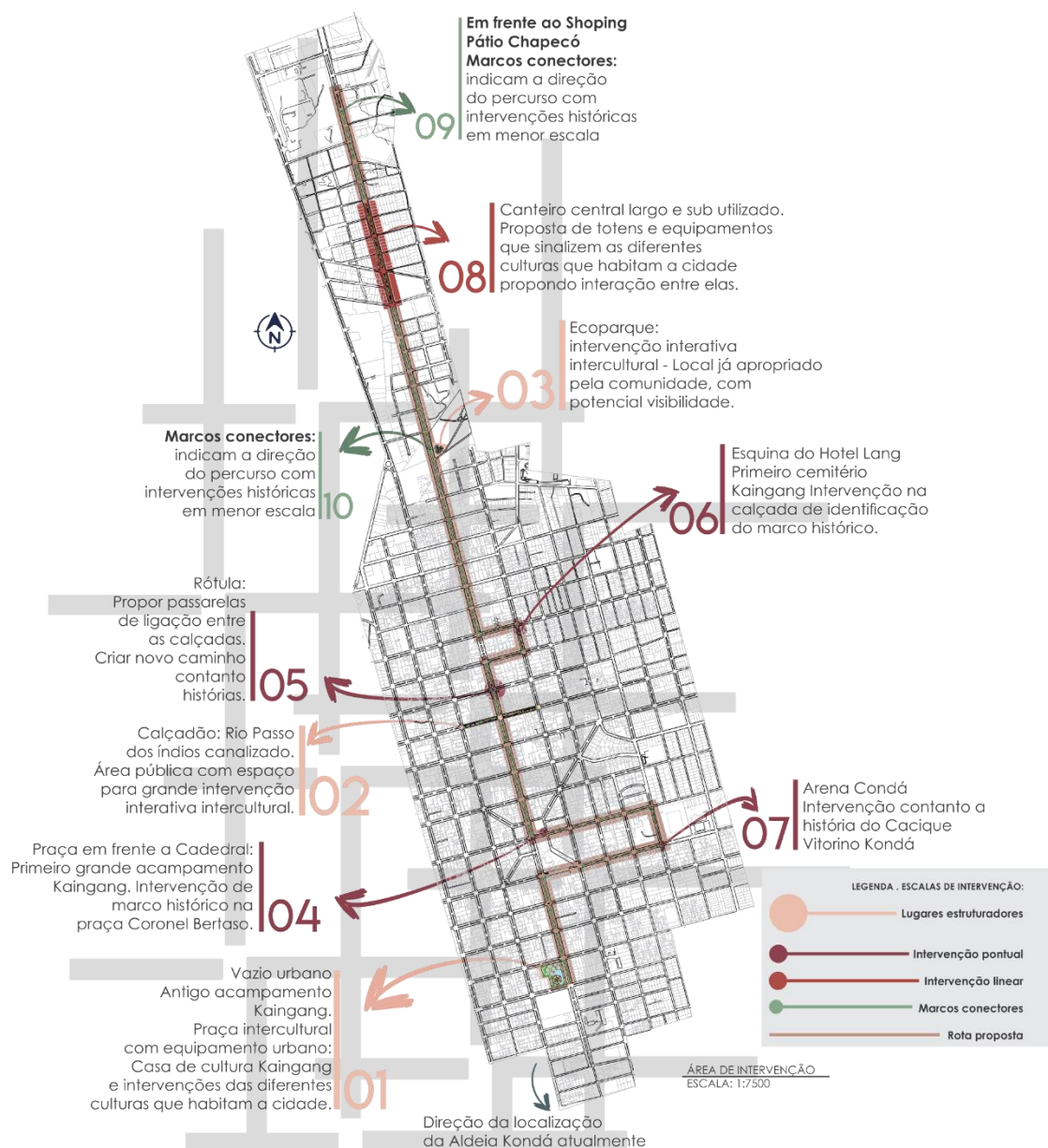


Figura 4: Proposta de intervenção – Sistema de Espaços Livres. Fonte: Elaborada pela autora com base no Mapa fornecido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Chapecó.

O percurso/rota tem como base a Avenida Getúlio Vargas e dois desvios, detalhados na sequência. A composição formal de todas as escalas de intervenção tem como base a forma geométrica hexagonal, a escolha dessa figura geométrica deu-se na intenção de equilibrar os traços retos (elementos de identificação da

metade tribal Kamé) e os círculos ou formas fechadas (elementos de identificação da metade tribal Kairú), contemplando a dualidade complementar Kaingang.

Para a demarcação da rota, foi proposta uma pavimentação de sinalização. O desenho do piso foi inspirado nas metades tribais do Povo Kaingang, conforme detalhado na Figura 5.

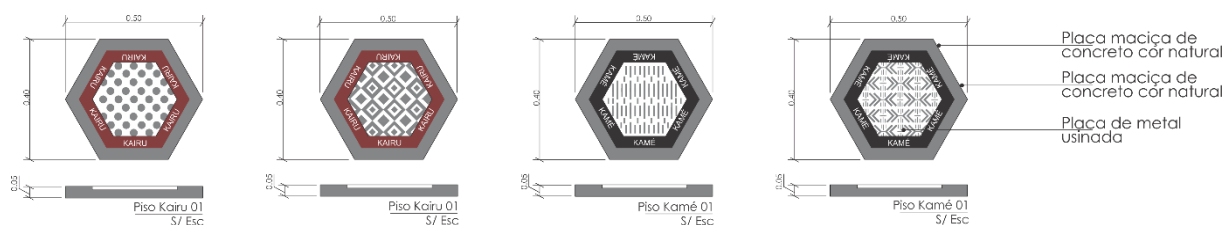


Figura 5: Pisos de demarcação da rota. Fonte: Elaborada pela autora.

Para cada tipo de via foi definida a posição do piso de acordo com a largura da calçada e a disposição definida para o piso tátil no Plano Diretor.

Marcos conectores

Representam a menor escala de intervenção e se caracterizam pela comunicação visual urbana. Têm o papel de orientar sobre as mudanças de direção e as próximas intervenções encontradas no percurso, feitas por dez totens posicionados majoritariamente nas esquinas. Como exemplificação, a Figura 6 ilustra o totem e um dos textos informativos.

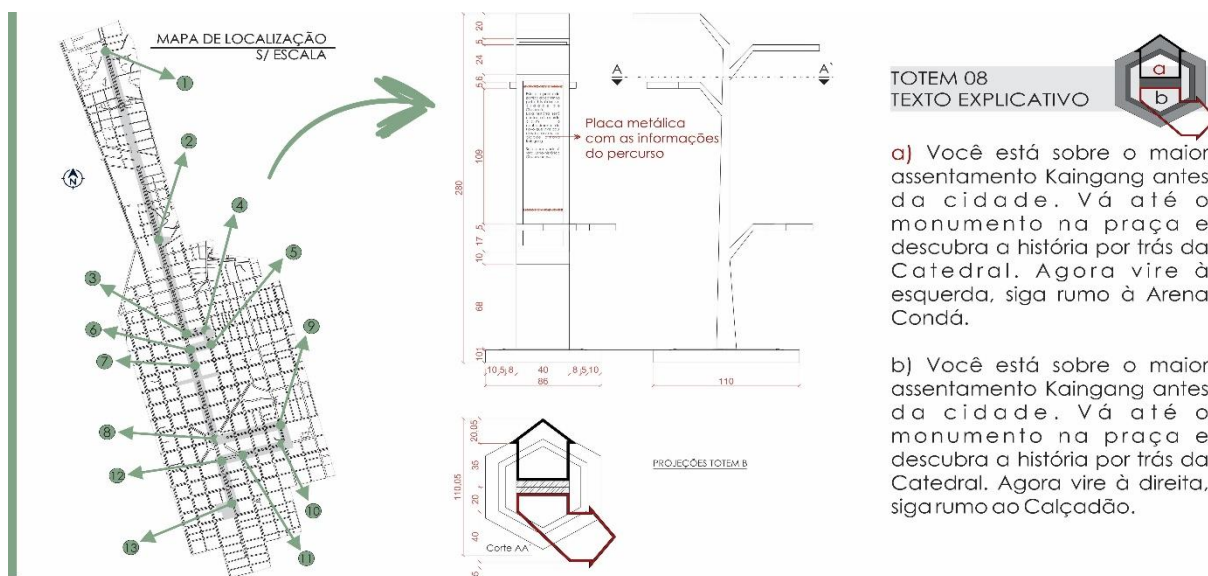


Figura 6: Totens – marcos conectores. Fonte: Elaborada pelas autoras.

As informações comunicam momentos históricos e lugares cujo significado é relevante para a valorização do povo nativo da cidade.

Intervenção pontual

Lugares simbólicos, fundamentais para a compreensão da história da cidade, saem da invisibilidade e ganham o destaque por meio de brinquedos, monumentos e comunicação visual urbana. Um desses lugares é identificado pelo ponto 4 da Figura 4. O lugar onde se encontra a Praça Coronel Bertaso e a Igreja Matriz, constituía o primeiro assentamento Kaingang. Contam os anciãos que "a Igreja foi construída com o ouro que os Jesuítas roubavam das índias". Assim, propõe-se para essa praça, um brinquedo que faz referência à inocência das índias, que confiavam nos padres, trazendo uma menção à infância indígena e às brincadeiras nos galhos das árvores.

No ponto 5, uma das rótulas de maior movimento de veículos da cidade, é proposto um conjunto de passarelas, referenciando as pontes que os indígenas construíam para atravessar rios ou lugares perigosos. O objetivo foi oferecer aos usuários uma nova experiência de travessia, considerando uma parada para contemplação. Os materiais propostos contemplam a matéria-prima natural das antigas construções indígenas, priorizando revestimentos em madeira e a utilização de algumas espécies de cipó.

Por fim, nos pontos 6 e 7 são propostos monumentos. O ponto 6 localiza a Arena Kondá, cujo monumento deve representar as famílias indígenas, que resistem até hoje apesar de terem inclusive membros de seu povo se voltando contra ele em favor de interesses econômicos e políticos. No ponto 7, está enterrado o primeiro Cacique do Povo Kaingang da região. Como a localização indicada é exatamente o local onde hoje é o Hotel Lang Palace, a intervenção proposta é um monumento que faça referência à importância da ancestralidade para o Povo Kaingang, localizado no canteiro central da avenida localizada em frente ao hotel.

Intervenção linear

Propõe-se um parque linear em plena avenida central da cidade (ponto 8), local já consolidado e apropriado pela população que, com a intervenção, amplia a interação social e o conhecimento histórico para os moradores. A qualificação dessa área por meio do paisagismo, do desenho de mobiliário urbano e da comunicação visual transforma a paisagem, ganhando canteiros arborizados, espaços de convivência com bancos e com vegetação que permitem o sombreamento das áreas.

Lugares estruturadores

Essa é a maior escala de intervenção planejada. Ela compreende obras arquitetônicas e, na escala urbana, a criação de espaços livres, mobiliário e comunicação visual. Estão pontuados três lugares estruturadores.

No Eco Parque (ponto 3), sugere-se a construção de um Museu de História Indígena, construído a partir de três estruturas hexagonais em forma de torre. Cada uma das torres é responsável por abrigar um tempo histórico da cidade a partir do olhar do Povo Kaingang. A Torre 1 abriga os artefatos arqueológicos das

populações indígenas da região. A Torre 2 conta a história do processo de urbanização da cidade, no qual os indígenas que ocupavam toda a área urbana central, tiveram seu território devastado e sua área reduzida a menos de um quarteirão da cidade. Por fim, a Torre 3 trata da cultura Kaingang contemporânea e sua relação com a cidade na atualidade. Para tanto, abriga artefatos do artesanato e utensílios utilizados pela comunidade da Aldeia Kondá.

No calçadão da Rua Benjamim Constant (ponto 2), onde fica localizado o Rio “Passo dos Índios”, hoje canalizado, tem sua existência referenciada em um espelho d’água que conduz o percurso do calçadão. São criados lugares de interação social, realização de feirinhas ao ar livre e contemplação, trazendo para o centro urbano, um espaço onde as pessoas passam e permanecem em contato com a natureza. Por meio da comunicação visual é possível conhecer um pouco mais da história da cidade.

Finalmente, o vazio urbano (ponto 1) dá lugar a uma praça aberta a toda comunidade que abriga uma casa de passagem e o Centro Cultural Kaingang (Figura 7). A arquitetura de ruptura com o entorno resgata o saber tradicional, utilizando estruturas semissubterrâneas, cobertura com trama de palha trançada e fogo de chão, características da arquitetura Kaingang (DILL, 2019).



Figura 7: Corte esquemático da Casa de Passagem, Centro cultural e Praça. Fonte: Elaborado pelas autoras.

Essa área responde diretamente à demanda da comunidade da Aldeia Kondá e proporciona aos indígenas um ponto de apoio da cidade. Aos visitantes, a oportunidade de conhecer comidas típicas, danças tradicionais, ensinamentos dos índios mais velhos, conhecimento da língua e da cultura Kaingang e, sobretudo, a possibilidade da construção do respeito à diversidade por meio do conhecimento e da educação.

A proposta foi construída em parceria com a comunidade e apresentada para outras lideranças indígenas da região que, por sentirem-se representadas nos espaços criados, abraçaram o projeto e lutam para a viabilização da materialização dele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação das principais características desse projeto, o processo colaborativo e o foco na valorização de uma comunidade tradicional, historicamente marginalizada, permitem equilibrar os espaços urbanos, até então marcados apenas por intervenções que simbolizam os colonizadores e as culturas europeias.

Os produtos espaciais concebidos por arquitetos e urbanistas podem e devem valorizar o contexto cultural no qual se inserem e a comunidade que pretendem atender, assumindo sua relevância e responsabilidade social. Encontra-se em processos projetuais colaborativos, que consideram métodos interdisciplinares e horizontais de criação, uma possibilidade de afirmar, a partir dos espaços planejados, a diversidade cultural, sua aderência com um contexto local e o comprometimento com futuros cada vez mais marcados pela pluralidade.

A partir da experiência deste trabalho, percebeu-se que a participação dos usuários no processo de projeto é uma estratégia fundamental, tanto para compreensão do modo de viver do grupo quanto para a proposição de materialidades por meio das quais a comunidade se sinta representada. No entanto, promover interações colaborativas e diálogos com foco em projeto junto a um grupo culturalmente diferenciado mostrou-se tanto fundamental quanto desafiador. Nesse sentido, as demandas das profissionais envolvidas referentes a prazos, lugares para conversar e projetar e mesmo algumas propostas, precisaram ser constantemente revistas durante o processo, possibilitando uma transformação que impactou além do projeto a forma de pensar de quem projetou.

Foi necessário equilibrar o desapego a algumas convicções construídas ao longo da formação de arquitetos e urbanistas, abrir espaços para uma nova forma de pensar, construída a partir de outra lógica cultural, sem abandonar as orientações técnicas fundamentais para garantir a viabilidade do projeto. Entende-se, ainda, que a estratégia adotada se mostrou adequada nesse contexto, na medida em que a comunidade abraçou e aprovou o projeto e se sentiu representada nele. No entanto, cada comunidade, em tempo e contexto específicos, necessita de uma metodologia de concepção própria pois, na medida em que muda o grupo de pessoas, os profissionais precisam flexibilizar o método e contemplar a diversidade de olhares e de formas de pensar. Acredita-se que, se os profissionais que estiverem gerindo o processo estiverem dispostos a ouvir, compreender os anseios do grupo envolvido e priorizar as necessidades dos usuários, em detrimento de suas ideias preconcebidas, os projetos produzidos tendem a caminhar no sentido de soluções mais adequadas, contextualizadas e assertivas. Um bom projeto é aquele que produz espaços responsivos às necessidades de seus usuários.

REFERÊNCIAS

- BORBA, T. **Actualidade indígena**. Curitiba: Typ e Lytoga a Vapor impressora Paranaense, 1908.
- CAMPOS, S. **A voz de Chapecó**: Artigo de Antonio Selistre de Campos - 1939-1952. Centro de Memória do Oeste Catarinense (org.). Chapecó: Argos, 2004
- DILL, F. M. **Linguagem Socioespacial**: A dimensão espacial do modo de viver Kaingang. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)—Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

- HALL, S. Quem precisa de Identidade? *In*: SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** (p. 103-133). Petropolis: Vozes, 2005.
- JUNIOR, A. G. **Estudo Etnográfico sobre Alcoolização entre os Índios Kaingang da Terra Indígena Xaçecó: das Dimensões Construtivas à Perturbação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- KRESÓ, P. O Kiki permanece. *In*: TORAL, A. **EG JAMEN KY MU: textos KAINGÁG**. Brasília: APBKG/MEC/PNUD, 1997, p. 80-87.
- KUPER, A. Cultura, diferença, identidade. *In*: A. KUPER. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Tradução de Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru: EDUSC, 2002, p. 287-318.
- LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. Tradução Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MAGNOLI, M. Em Busca de "Outros" Espaços Livres de Edificação. **Revista Paisagem Ambiente: Ensaio**, São Paulo, n. 21, p. 141-174, 2006.
- MANN, P. H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MEIHY, J. C. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- NIMUENDAJÚ, C. **Etnografia e indigenismo: Sobre os Kaingang, os Afaié-Xavante e os índios do Pará**. Campinas: Unicamp, 1993.
- PRETO, M. H. de F. **Sistema de Espaços Livres Públicos – uma contribuição ao planejamento local**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009.
- PROSHANSKY, H. M. **Place-identity: Physical world socialization of the self**. *Journal of Environmental Psychology*, v. 3, n. 1, p. 57-83, 1983.
- RAPOPORT, A. Hechos y Modelos. *In*: G. BROADBENT. **Metodologia del Diseño Arquitectónico**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1971, p. 297-323.
- RHEINGANTZ, P. A. **Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para o trabalho de campo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- SANOF, H. **School Design**. New York: John Wiley & Sons INC, 1994.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SCHIMITZ, P. I.; BEBER, M. V. Em busca dos antepassados Kaingang. *In*: **Antes do Oeste Catarinense: Arqueologia dos povos indígenas**. Chapecó: Argos.2011.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO. **Mapa do perímetro urbano de Chapecó**. Prefeitura Municipal de Chapecó, 2018.

TOMMASINO, K. *et al.* **Relatório I: Eleição de área para os Kaingang da Aldeia Kondá.** Chapecó: Funai, 1998.

TOMMASINO, K. *et al.* **Relatório II: Eleição de área para os Kaingang da Aldeia Kondá.** Chapecó: Funai, 1999.

TOMMASINO, K.; FERNANDES, R. C. **Povos indígenas no Brasil.** São Paulo: Educ, 2001.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TYLOR, E. **Primitive Culture.** Londres: John Mursay & Co, 1958.

UNWIN, S. **A análise da arquitetura.** Tradução Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2013.

ZANIN, N. Z.; DILL, F. M. **Educação escolar indígena manifestada em intervenção arquitetônica:** reflexões a partir de uma escola Kaingang. Anais do XVI Encontro Estadual de História da ANPUH-SC. 2016.

Anotações sobre o Plano e Projeto em Favelas

Notes on the Plan and Design in Slums

Notas sobre el Plan y el Proyecto en Barriadas

*Pedro da Luz Moreira, Doutor em Urbanismo,
Professor Adjunto Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF.
E-mail: pedroluz@id.uff.br*

Resumo

O presente artigo aborda as complexas relações entre a sistematização científica e acadêmica e a epistemologia do plano e do projeto nas áreas em que existe precariedade de instalações de infraestrutura, como favelas e loteamentos irregulares nas cidades do Brasil, nas áreas sem previsibilidade das nossas cidades. Apoia-se na ideia de que as ações de plano e projeto demandam uma interação entre a subjetividade e objetividade que precisam ser contempladas no discurso científico das academias. A redução do processo de plano e projeto a um procedimento burocrático, que bloqueia a expressão auto biográfica, não apenas do projetista, mas dos seus interlocutores, leva a uma desvinculação entre conhecimento e interesse. Esse vínculo é o próprio motor da pré-figuração do plano e do projeto, no qual o nivelamento entre projetista e demandante (cliente) gera uma prática incerta e contingente, em que o esclarecimento compartilhado mira a inclusão de todos. Essa compreensão do plano-projeto como a crítica operativa do real, no qual as vertentes da operação se adequam a uma atitude comprometida com a mudança. O texto percorre sete pontos, que devem ser considerados pelo processo de plano-projeto. Em primeiro lugar, a delimitação correta do campo da Arquitetura e do Urbanismo por meio dessas ações. Em segundo lugar, a delimitação e identificação do demandante. Em terceiro, a questão do espaço, como dimensão especular da sociedade. Em quarto, o particular e o cosmopolita na epistemia do plano-projeto. Em quinto, o neoliberalismo, como ideologia hegemônica do contemporâneo. Em sexto, o local e o global. E, por último, o distanciamento apolíneo das Academias. Ao final, o artigo oferece uma dimensão apenas reflexiva, distanciando-se de uma conclusão

dogmática, mas investindo na afirmação da processualidade. Por fim, pretende-se apontar um plano-projeto contra hegemônico, que mude a inércia de desenvolvimento das cidades brasileiras nas quais historicamente apenas uma minoria foi contemplada com as efetivas infraestruturas urbanas.

Palavras-chave: Plano; Projeto; Favela; Teoria do Projeto; Neoliberalismo.

Abstract

The following text addresses the complex relationships between scientific and academic systematization and the epistemology of the plan and the project, in areas where there is precarious infrastructure facilities, such as slums and irregular subdivisions in Brazilian cities, in areas without predictability in our cities. It is supported by the idea that the actions of the plan and project demand an interaction between subjectivity and objectivity, which need to be considered in the scientific discourse of the academies. The reduction of the plan and project process to a bureaucratic procedure, which blocks the autobiographical expression, not only of the designer, but of his interlocutors, leads to a disconnect between knowledge and interest. This link is the very engine of the prefiguration of the plan and project, in which the leveling between designer and clients generates an uncertain and contingent practice, in which shared clarification aims at the inclusion of all. This understanding of the project plan as the operational critique of the real, in which the aspects of the operation are adapted to an attitude committed to change. The text goes through seven points, which must be considered by the project-plan process. First, the correct delimitation of the field of architecture and urbanism, through the actions of planning and design. Second, the client's limitation. Third, the issue of space, as a specular dimension of society. Fourth, the private and the cosmopolitan in the epistem of the project plan. Fifth, neoliberalism, as the contemporary hegemonic ideology. Sixth, the local and the global. And, finally, the Apollonian distance from the Academies. In the end, the text offers only a reflexive dimension, distancing itself from a dogmatic conclusion, but investing in the affirmation of procedurality. Finally, it is intended to point out a project plan against hegemony, which changes the development inertia of Brazilian cities in which historically only a minority has been contemplated with the effective urban infrastructure.

Keywords: Plan; Design; Slums; Theory of Design; Neoliberalism.

Resumen

El siguiente texto aborda las complejas relaciones entre la sistematización científica y académica y la epistemología del plan y proyecto, en áreas donde existen precarias instalaciones de infraestructura, como tugurios y subdivisiones irregulares en ciudades brasileñas, en áreas sin previsibilidad en nuestras ciudades. Se sustenta en la idea de que las acciones del plan y el proyecto exigen una interacción entre subjetividad y objetividad, lo cual debe ser considerado en el discurso científico de las academias. La reducción del proceso de plan y proyecto a un trámite burocrático, que bloquea la expresión autobiográfica, no solo del diseñador, sino de sus interlocutores, conduce a una desconexión entre conocimiento e interés. Este vínculo es el motor mismo de la prefiguración del plano y el proyecto, en el que la nivelación entre diseñador y demandante (cliente) genera una práctica incierta y contingente, en la que el esclarecimiento compartido apunta a la inclusión de todos. Esta comprensión del plan del proyecto como la crítica operativa de lo real, en la que los aspectos de la operación se adaptan a una actitud comprometida con el cambio. El texto pasa por siete puntos,

que deben ser considerados por el proceso del plan del proyecto. Primero, la correcta delimitación del campo de la arquitectura y el urbanismo, a través de las acciones de planificación y diseño. En segundo lugar, la limitación del solicitante. En tercer lugar, la cuestión del espacio, como dimensión especular de la sociedad. Cuarto, lo privado y lo cosmopolita en el epistema del plan del proyecto. Quinto, el neoliberalismo, como ideología hegemónica contemporánea. En sexto lugar, lo local y lo global. Y, finalmente, la distancia apolínea de las Academias. Al final, el texto ofrece sólo una dimensión reflexiva, distanciándose de una conclusión dogmática, pero invirtiendo en la afirmación de la procedimentalidad. Finalmente, se pretende señalar un plan de proyecto contra la hegemonía, que cambia la inercia del desarrollo de las ciudades brasileñas en las que históricamente solo una minoría se ha contemplado con la infraestructura urbana efectiva.

Palabras clave: Plan; Proyecto; Barriadas; Teoría del Proyecto; Neoliberalismo.

INTRODUÇÃO

O texto aqui apresentado, parte da premissa de que as escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil ainda não formularam uma reflexão importante sobre as ações de plano e projeto, no campo das operações de urbanização de favelas, ou assentamentos populares, seja na conformação do espaço da cidade (urbanismo) ou da moradia (arquitetura). Essa constatação deve-se a participação recorrente em bancas de Trabalho Final de Graduação (TFG), nas dissertações de mestrado ou em teses de doutorado, em diferentes faculdades e programas de pós-graduação em instituições dedicadas ao ensino de Arquitetura e Urbanismo na cidade do Rio de Janeiro (RJ). De uma maneira geral, os trabalhos e as reflexões abordam o método, a adequação ou inadequação das propostas, a qualidade da participação, a sustentabilidade ou resiliência das propostas, o volume de recursos empregados, os processos pós-obra, entre outros. No entanto, nenhuma delas problematiza a especificidade e complexidade das ações de plano e projeto. Especificidade e complexidade, que estão no cerne da compreensão social, do que significa planejar e projetar, em áreas onde o desígnio premeditado – plano ou projeto – é muito restrito, inconsciente e ausente.¹

O fenômeno do plano e do projeto, enquanto antecipação das ações, que serão materializadas em obras, desde suas hipóteses iniciais até a eleição e consagração das intervenções, é um campo um pouco impermeabilizado pela academia em geral, no campo da Arquitetura e Urbanismo. Na verdade, plano e projeto são encarados como atividades empíricas nas quais os alunos, sejam de graduação ou de pós-graduação, são instados a experimentar diferentes temas e problemas, gerando pouca reflexão. Aqui, não nos restringimos aos processos de ensino-aprendizado, às experiências dos *ateliers* de plano-projeto, mas à compreensão socialmente compartilhada mais ampla da previsibilidade inerentes a essas ações. A ausência dessa reflexão deve-se ao caráter inerentemente subjetivo da processualidade do plano-projeto, em que a resposta às demandas objetivas é sintetizada de forma sensível-arbitrária e não exclusiva. Isto é, onde há uma carga sutil de crítica e operatividade, que não excluem adequação e arbitrariedade, que se somam num particularismo genérico, capaz de se materializar numa hipótese que convence diferenciados interlocutores. Paradoxalmente, a teoria do plano e do projeto, em sua genealogia é um campo pouco enfrentado pelas escolas de Arquitetura e Urbanismo, qualificadas como experiências em que a presença da subjetividade de cada agente ou conjunto de agentes não pode ser avaliada pela objetividade da ciência ou dos ritos de passagem acadêmicos.

Essa situação reflete na práxis geral da sociedade, que acaba não entendendo a importância da previsibilidade como um valor que deveria ser estendido a todos e não acessível apenas a uma minoria privilegiada. A hipótese aqui é como os limites do próprio campo não se apresentam delimitados pela própria academia

1 A questão da complexidade me parece central no fenômeno do plano e do projeto. MORIN (2000) menciona que o complexo é uma trama tecida por vários agentes e atores, o que é uma analogia potente com o plano e projeto. Nesse texto, apesar das claras distinções entre plano e projeto, elas não são aqui consideradas, pois o que miramos é o objetivo e a transformação sonhada por esses instrumentos.

ou pelo pensamento erudito, fazendo a compreensão social do arquiteto e urbanista ser incompreendida e confusa. Determinando a naturalização de situações espaciais e urbanidades desequilibradas em nossas cidades, que só podem ser compreendidas a partir da pretensão de extensão dessa previsibilidade para todos, mudando a inércia do plano-projeto em nossa sociedade. Nessa visão, as cidades no Brasil e as favelas ou precariedades são vistas como inseparáveis, modernidade e arcaísmo se exploram mutuamente, produzindo o desenvolvimento periférico e subalterno característico. Um lugar no mundo em que a produção da imagem moderna da nova capital, Brasília, se apropria do arcaísmo dos seus canteiros de obra, colocando de forma recorrente esse produtor anônimo nas periferias sem infraestruturas, negando o compartilhamento do desenvolvimento.²

2 Autores como Ferro, 1979, Santos, 1988, e Lefèvre, 2019, abordam a simbiose entre precariado e desenvolvimento, arcaísmo e modernidade no Brasil em diferenciados contextos



Figura 1: Planta da favela de parque Royal selecionada para a Exposição favela Up grading, na Bienal de Veneza de 2002, no Pavilhão do Brasil.

Aqui, cumpre destacar que planejar e projetar são entendidos como uma forma de conhecimento do real, uma forma específica de interação entre sujeito e objeto, que se baseia no contexto existente, nos recursos disponíveis, nas especificidades culturais e locais, mas que investe fortemente no dever-ser, nas possibilidades de reconfiguração do real para uma nova configuração. Desde tempos imemoriais a filosofia se dedica à Teoria do Conhecer ou do Conhecimento, que ao final envolve uma capacidade de descrição do real. Como podemos nos apropriar do que existe, vê-lo de forma precisa e convincente, descrevê-lo de forma aceitável e convincente, que na contemporaneidade corresponderia ao que denominamos; narrativas, lugares de fala, discursos. Platão 2019, a partir da Alegoria da Caverna, que está no livro VII da República, e sucede A analogia do sol e A analogia da linha dividida e descreve o processo de desvelamento do real, como uma sucessão de aproximações a partir de diferentes fontes de iluminação. Primeiro a fogueira no interior da caverna e depois o sol no

ambiente aberto e natural constroem uma sucessão de compreensões, que vão ao final desvendar o objeto do conhecimento. As perguntas; o que é exatamente conhecer? O que me autoriza a afirmar que realmente conheço um assunto? Quem me garante que o que sei, ou acho que sei, corresponde ao real? Por exemplo, coisas banais como uma cadeira podem ser conhecidas pela experiência ou pela empiria; sua cor, a maciez do assento, sua solidez, seu espaldar, sua materialidade de madeira, ou ferro, ou plástico, seu desenho, e sua estrutura, precisamos conhecer além da mera experiência. Para ir além da empiria, precisamos trilhar caminhos que nos exigem mais abstração teórica; como ela se relaciona com outras cadeiras, sua concepção, seu estilo, sua técnica produtiva, qual sua conexão com o tempo que a concebeu, entre outros. Esses desdobramentos das questões sensitivas imediatas, empíricas, até as abstrações teóricas, conectadas entre si, conformando todas uma experiência do conhecer, que sempre pode incorrer em equívocos de interpretação. Esses últimos, parecem mais fáceis de serem reconhecidos no momento inseguro do início da apreensão, mas se tornam mais difíceis de serem identificados, depois que a argumentação do conhecimento é construída, e colocada em pé pelo sujeito, inevitavelmente parcial. Onde se somam a empiria e os estudos teóricos, os fenômenos e as abstrações, havendo sempre a presença da subjetividade, que articula experiência e teoria a partir da particularidade da sua linguagem. Há sempre riscos de descaminhos, por isso um dos campos mais importantes da reflexão filosófica se materializou na Teoria do Conhecer ou do Conhecimento, que desvenda não apenas o objeto, mas também o sujeito. Certamente, o argumento mais convincente dessa construção venha exatamente do termo em grego para designar a ideia de verdade, "alétheia". Onde "a" é um prefixo que indica a negação, e "létheia" é ocultação, latência ou esquecimento. Na verdade, "létheia" é também da mesma raiz latina de "latere", que nós conservamos no português em "latente", como sinônimo de "oculto", principalmente no campo da psicologia.

A verdade, ou o conhecimento seria, portanto, um processo de desvelamento ou desocultação do real que só pode ser efetuado pela manipulação da linguagem, como ideia de articulação de conceitos e sensações. Dentro desse campo do conhecimento emerge o fenômeno do planejar e do projetar, como atividades que pretendem ir além da descrição do contexto, mas que a partir dele imaginam possibilidades de transformação e nova configuração do habitar e da existência. Importante salientar também, que esse processo muitas vezes não é personalizado num único sujeito, mas pode envolver a intersubjetividade coletiva da construção de argumentos de forma compartilhada.

Tal situação, que envolve todos os temas de plano e projeto se encontra ainda mais obstaculizada no campo das intervenções de cunho social em áreas precárias como favelas e loteamentos irregulares. Nessas áreas, há uma tendência à absolutização do discurso sociológico, que paradoxalmente bloqueia uma interação fundamental em qualquer plano e projeto, que é a interação igual e horizontalizada entre cliente e arquiteto. Um certo culturalismo simplificador que bloqueia a interação comunicativa horizontal deshierarquizada entre usuário e projetista, seja pela excessiva erudição ou pela paternalização sociologizante. Essa simplificação, da premissa da participação acaba gestando um pré-conceito às avessas, no qual o

acesso à arquitetura e ao urbanismo, considerados, aqui, como bens de conhecimento da humanidade, não podem ser fornecidos, pois as práticas e a cultura popular e precarizadas, com a qual o projetista agora dialoga, é de outra natureza, daquela em que foi treinado. Um embate simplificador e redutor entre a erudição e o popular, como se as duas esferas não se comunicassem, se retro-alimentando de forma constante e enriquecedora. A premissa fundamental, e de certa forma potencializadora de qualquer fenômeno de plano ou projeto, envolve o simples fato e cristalino do inusitado do processo a cada vez que se inicia. Ao final, uma constatação simples e objetiva precisa ser considerada, todo plano ou projeto, ao se iniciar não está pré-determinado ou pronto na prateleira, mas levará projetista e usuário a esclarecer suas próprias possibilidades num processo de auto formação, no qual, no início, nenhum dos agentes sabe aonde chegará. Essa premissa é o próprio cerne da fenomenologia do plano e do projeto que, principalmente na transformação de realidades urbanas precárias e fragilizadas, precisa ser considerada e contemplada, a fim de tentar promover a integração com o restante do tecido urbano e social, em que a obra irá anunciar, mas que apenas o tempo e a dissipação de estigmas arraigados conseguirão dissipar. Como processo de conhecimento, planejar e projetar envolvem uma dinâmica de auto-desvelamento ou desocultação, que pressupõe um complexo processo de persuasão e convencimento mútuo, entre usuário e projetista.

Aqui, percebe-se que a conceituação do plano e do projeto utilizada é a da *crítica operativa do real*, isto é, muito além da mera resolução de problemas, o que se busca é a própria elucidação e conscientização dos problemas e potencialidades atuais, que impulsionam e justificam uma mudança. É preciso passar a reconhecer que o raciocínio do plano e do projeto muito mais que analítico e descritivo de uma situação existente é prospectivo e investe fortemente no futuro e no vir-a-ser. Numa analogia banal com as ciências naturais e médicas, o plano e projeto não se restringem ao diagnóstico, mas formulam, investem e se arriscam num prognóstico como seu objetivo final. A dinâmica metodológica estabelecida e comportada indica que, para o prognóstico, devemos ter um diagnóstico da atual situação, no entanto, essas duas fases e etapas estão indissociavelmente imbricadas e misturadas. A expectativa que essa condição gera carrega usuários e projetista a uma outra disponibilidade mútua de pesquisa e de experimentação que, ao final, envolve um campo específico do saber e do pensamento: o da formulação, que é a própria limitação epistemológica do campo da Arquitetura e Urbanismo.

A partir desse momento, a reflexão aqui desenvolvida tenta apresentar quais seriam os pontos mais importantes para enfrentamento dessa carência de ausência de reflexão sobre o fenômeno do plano e do projeto como atividades centrais do campo da Arquitetura e do Urbanismo. Essa condição deve ser sintetizada em sete pontos concisos que são apresentados aqui como posições centrais para conformação de uma rede de pensadores da arquitetura e do urbanismo, que já estão engajados nesses aspectos de forma dispersa.

1. O campo da Arquitetura e do Urbanismo, definição e reconstrução

A primeira questão é relativa ao campo da Arquitetura e do Urbanismo,³ à definição de seus limites, responsabilidades e epistemologia como um campo do saber com seus aspectos científicos e artísticos inseparáveis. Assim, como se ensinam Artes Plásticas, Design, Literatura, Cinema, campos dotados de uma combinação específica que envolve arte e ciência, também o fazer arquitetônico e urbanístico possui suas particularidades.

Essas foram, desde a emergência da Academia na França do Iluminismo, sintetizadas em torno do exercício empírico de plano e projeto que representavam a operacionalização simulada dos conhecimentos de outras áreas como História e Teoria, Tecnologia e Construção e Desenho e Expressão. Os alunos e pretendentes a arquitetos treinavam ou se aparelhavam com os meios da história, da técnica e da expressão para a aplicação empírica na cadeira de projeto, em que esses ensinamentos eram operacionalizados e sintetizados. Interessante destacar que, nessa infância mais sistematizada do ensino de Arquitetura, os registros históricos assinalam uma certa autonomia da cadeira prática do projeto, que muitas vezes era operada por um profissional destacado e atuante, escolhido pelo livre arbítrio dos alunos, para formular o tema e o desenvolvimento do processo de Atêlier.⁴ Essa estrutura denuncia e reforça o caráter não exclusivo, mas marcadamente subjetivo do aprendizado de plano e projeto, que marca essa infância da didática do nosso campo no século XVIII.

De certa forma, essa independência fez com que as reflexões mais sistemáticas ou científicas do nosso campo se restringissem às áreas da história, da técnica e da expressão, mantendo a disciplina da operação – plano e projeto – presa a uma subjetividade de difícil sistematização e complexidade. Aqui, parece adequado reafirmar o argumento já apresentado da impossibilidade de subdivisão entre sujeito e objeto no processo de conhecimento. Tal situação engendrou dentro da tendência geral de subdivisão do trabalho social e especialização geral um esquecimento do campo do plano e projeto. Acabando por aparecer hoje como mau limitado e impreciso particularmente no contexto da Academia e da sistematização geral por uma dificuldade inerente ao científico de se aproximar do subjetivo, presente no plano e no projeto. Duas operações ou ações conformadoras do campo, que são menos objetivas e mais subjetivas, envolvendo componentes auto biográficos de expressão, metodologias de abordagem, processos lúdicos de aproximação que se aproximam do fazer artístico. Prática na qual o conhecimento é construído a partir de aproximações empíricas continuadas, em que o teste e o lúdico operam no pressuposto de que o experimento é único, mas sua continuada repetição opera um desvendamento da auto-consciência. Esse aprender fazendo é repetido até obter-se uma segurança

3 No sistema da Capes e CNPq, a Arquitetura e o Urbanismo são classificados como Sociologia Aplicada, uma categorização que afasta a Arquitetura e Urbanismo das Artes, mas a vincula fortemente à ideologia e à política.

4 PEVSNER 2006, menciona a contratação dos profissionais atuantes como professores de projeto na Academia da França, emprestando esse caráter autônomo a disciplina de projeto de arquitetura, desde sua instituição como um ensino sistêmico.

prática formadora do profissional, no qual as Escolas de Arquitetura estão estruturadas em torno do plano e do projeto e, que são, a nosso ver, fundamentais para a sua compreensão integral.

Há uma dimensão auto biográfica nessas ações, que se afastam de uma visão demiúrgica do arquiteto como portador de um traço genial, sintetizador do problema, mas que envolvem a coordenação e a instigação do processo por vários agentes. Como já assinalado aqui, o plano e o projeto não são produtos prontos na prateleira, mas são processos de auto esclarecimento, pois qualquer cliente ou arquiteto não sabem exatamente aonde o processo os levará. Invariavelmente, todos os agentes ao iniciar o processo de projeto não sabem definir aonde chegarão, apesar da formulação do programa, dos objetivos, das limitações de orçamento, não sabem para onde serão levados, mas no processo aperfeiçoam suas demandas e suas definições num processo de auto esclarecimento conjunto. O reforço da unicidade e especificidade de cada fazer deve ser enfatizado para que o aluno ou profissional introjete essa procura por um saber compartilhado e construído conjuntamente. Esse tipo de desenvolvimento demanda que todos os agentes estejam horizontalmente habilitados a participar, nas suas diversas responsabilidades e expertises para poder expressar seus desejos e vontades.

O filósofo alemão Habermas (2014) fala na construção da vontade a partir de uma "*racionalidade intersubjetiva*", que seria um discurso além da personalidade e do personalismo, como se os agentes acessassem uma maioridade cidadã plena, a partir da discussão do seu vir-a-ser, reconhecendo em cada agente a possibilidade de expressão do interesse. Repare que há uma especial preocupação com as responsabilidades que precisam ser claramente distribuídas e que nos parece ser o verdadeiro descuido da Academia, que não consegue debater, discutir e definir a atribuição do arquiteto frente o cliente, a favela, o Estado, o governo, a empreiteira, os peões, os grupos de interesse e outros. Habermas (2014) também fala da impossibilidade de alcance da "*neutralidade axiológica*" tão cara a Academia, pois diz literalmente que não há conhecimento sem interesse. A neutralidade axiológica significa a dissociação entre fatos e valores, combatendo a ideia enfática do ente interpretativo que sintetiza interesses, desejos e valores que não só lhe pertencem.

Entretanto, se compreendermos sob esse ponto de vista os impulsos e afetos com os quais os homens se envolvem na conexão de interesses através de uma práxis incerta e contingente, então a teoria pura recebe também um novo sentido, que promete precisamente a purificação desses afetos: a contemplação desinteressada assume assim manifestamente o sentido da emancipação. A desvinculação entre conhecimento e interesse não deveria purificar a teoria das perturbações da subjetividade, mas inversamente, submeter o sujeito a uma purificação extática das paixões (HABERMAS, 2014, p. 185).

Importante salientar que a teoria para Habermas (2014), membro da Escola de Frankfurt de Filosofia, é a teoria crítica da cultura, da sociedade, do Estado, do governo, da comunidade, da favela, entendidas como construções humanas, perpassadas por desejos e interesses. De certa forma, é a manutenção daquela ligação platônica entre a pura teoria e a práxis, que o mundo contemporâneo foi se separando, impedindo a ligação entre conhecimento e esclarecimento, gerando, ao mesmo tempo, um conhecer alienado e uma teoria empostada. Seria como a religação entre a metodologia e a ontologia, que se reconecta pelo sujeito cognoscente, que é disciplinado pela expressão dos interesses, desejos e aspirações de todos, conformando um novo vir-a-ser da comunidade ou da favela.

2. A definição do cliente, da interlocução, do agente demandante

A segunda questão a ser assinalada envolve o aspecto amplo da interlocução para quem se faz, se pensa e se autodetermina o plano ou projeto, que não se trata de um sujeito ou indivíduo isolado, no caso das áreas sub urbanizadas, nas quais sempre há operações do representado e do representante, uma vez que se trata de grupos sociais diferenciados, com relação aos seus desejos e interesses, dentro da qual está a complexa questão da concepção do Estado moderno, como representação da própria sociedade e que está implícita nela própria, quando legítima e democrática. Na visão dessa construção, não pode ser compreendida como a representação da vontade do coletivo, dos interesses gerais e do público, algo que soaria e parece ingênuo. O Estado é sempre a representação dos interesses de grupos sociais concretos que disputam as narrativas, os discursos e as ideologias e que possuem uma visão da favela, da cidade, dos arquitetos, dos empreiteiros, dos servidores públicos e outros agentes. No Programa Favela Bairro, no Renova São Paulo, nas mais diversas ações de urbanização pelo país, há uma concepção ideológica do projeto de cidade, notadamente nos governos municipais. Qualquer grupo que se articula no entorno de uma ideia explícita, uma determinada narrativa-ideologia que confere ou não protagonismo ao plano e ao projeto como ações distintas na sua definição e no tempo da própria cidade e não como se fossem atitudes discordantes, um mais concreto e palpável (projeto) e outro mais abstrato e longo (plano).

Uma atitude sintomática dos tempos contemporâneos, em que a incerteza parece ser celebrada como a grande agenciadora de negócios e transformações da lógica da hegemonia financeira. Nessa condição apressada, reflete-se uma certa ansiedade para se atingir uma outra urbanidade para a cidade, que envolve um compromisso maior com o tempo de curto prazo, assumindo incertezas com relação ao longo prazo. A celebração do novo planejamento estratégico envolve o declínio do plano moderno totalizante, comandado pelo Estado, transferindo essa responsabilidade para setores de pressão organizada da sociedade. Tal atitude, estava também profundamente articulada com a emergência do neoliberalismo nos anos 1990, que será abordado

adiante, e que também reafirmava de forma celebratória a autonomia da cidade, frente a políticas mais sistêmicas dos Estados Nacionais.

Mas desde o início, como Theodor W. Adorno e Max Horkheimer⁵ também teorizaram que o racionalismo, era uma mentalidade imediatamente apropriada e transmitida pelo alcance crescente e totalizador do capitalismo. De fato, o capitalismo não era simplesmente um processo de acumulação, mas um entendimento científico da inovação contínua desse sistema, sua revolução incessante de produção, consumo e finanças ...Para Hardt e Negri ⁶, o capitalismo atingiu um pico de desenvolvimento tal que não precisa mais de legitimidade nacional e se afirma como uma entidade imperial supranacional. No entanto, os mesmos meios que levaram a sua expansão precipitada - desenvolvimento tecnológico, trabalho "imaterial" ou pós-fordista e as técnicas subjugadoras do "biopoder" - também são as características de uma multidão dispersa que oferece uma forma de resistência política a essas entidades (AURELI, 2008, p. 7).

No Programa Favela-Bairro, que representa um efetivo paradigma no campo da urbanização de áreas precárias e desassistidas de infraestrutura, como as favelas e os loteamentos irregulares, percebe-se uma supremacia do projeto sobre o plano. . Assim como outras ações implantadas durante a última década do século XX, que pareciam se adequar ao declínio do capitalismo fordista e keynesiano, celebrando uma certa insegurança. Sem dúvida, a conquista do governo municipal do Rio de Janeiro, no primeiro governo César Maia e no governo que o sucedeu de Luiz Paulo Conde, significou a operacionalização de um certo protagonismo do projeto e declínio do plano nas políticas públicas. Essas práticas, no entanto, não conseguiram convencer o conjunto da sociedade de sua relevância e importância para a ampliação da participação democrática na construção da cidade no seu *vir-a-ser*. Na verdade, o que cabe aqui destacar é a centralidade da importância do convencimento e da persuasão de práticas antecipadoras como o plano e o projeto são fundamentais em nossa contemporaneidade para a radicalização da nossa democracia. Persuasão e convencimento pelo plano e projeto de parcelas expressivas da população em geral no Brasil e nas suas cidades é do que mais precisamos para que se intensifique o sentimento de coesão social. Enfim, de uma participação num plano-projeto comum de cidade, em que ninguém deve ser deixado para trás, na qual sua espacialidade é pesquisada por essas atividades

5 Theodor W. Adorno e Max Horkheimer são também autores alinhados com a Escola de Frankfurt, assim como Jürgen Habermas, que o antecederam na construção da crítica cultural, típica dessa linha filosófica. Os dois autores criticaram fortemente a racionalidade sistêmica do capitalismo tardio, o que contrasta com as posições de Habermas, que de certa forma opera recuperando uma outra razão ligada ao debate e a construção inter subjetiva.

6 Michael Hardt e Antonio Negri são autores contemporâneos que criticam as novas formas de operar do capitalismo a partir dos conceitos de Império e Multidão.

antecipadoras, cooptando e multiplicando seus agentes, que acabam por se constituir como cidadãos nesse movimento.

Nesse sentido, a definição, delimitação e compreensão do interlocutor do plano e do projeto é fundamental para o sucesso e controle das operações de transformação espacial que as operações antecipadoras realizam. Grande parte do declínio do planejamento totalizante e sistêmico moderno advém de sua incapacidade de objetivamente identificar os agentes interessados na mudança. E, por um outro lado, a contínua ampliação de mega metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, geraram territórios abstratos, nos quais a identidade usuário-lugar se esgarçou pela segmentação e fragmentação. A reconstrução dessa noção de coletividade deve ser também pensada pelo plano-projeto contemporâneo de forma a oferecer estruturas concretas sistêmicas que ampliem essa consciência de participar dessas mega metrópoles. As infraestruturas metropolitanas, tais como transportes, coleta de mananciais de água, estruturas de preservação ambiental, coleta de lixo, dentre muitas outras, possuem um imenso potencial de confirmação de consciência metropolitana. Por isso, sempre no tratamento da parte deve se contemplar o atendimento do todo, que muitas vezes transcende a esfera da municipalidade, envolvendo o conjunto metropolitano. Daí também a importância da identificação-qualificação da interlocução interessada na gestão do plano-projeto.

Afinal, nos últimos anos parece que recuamos muito após esse momento da década de 1990, de protagonismo do projeto, retrocedendo a uma luta corporativa redutora e simplista entre Sociologia e Espaço, que nos parece uma perversão muito grande, como um anti-esclarecimento. O "*componente social*"⁷ e de certa forma o orçamento, passaram a protagonistas por absoluta incapacidade nossa, de arquitetos e urbanistas, de delimitar nosso campo de forma mais precisa, pois parece fundamental reafirmar que, a partir das ações de plano e projeto é que será possível a ampliação e radicalização da democracia no que se refere a construção do nosso vir-a-ser, seja da metrópole, da cidade ou da comunidade. Sem o exercício da pré-figuração espacial, que o plano-projeto envolve, o desenvolvimento dos afetos da sociabilidade real e concreta acabam ficando represados, uma vez que a dimensão espacial, sua transformação e requalificação parece ser a dimensão mais concreta, em que a sociabilidade mais se engaja. Por isso, essa questão será aqui abordada como nossa terceira e próxima colocação do entendimento do plano-projeto, como uma forma específica de entender o real.

3. A questão espacial

A terceira questão é a espacial que, em tese, em nossa sociedade e, particularmente, no campo político, aparece muitas vezes sub valorada ou

⁷ *Componente Social* passou a ser a denominação e a regulação da qualidade e intensidade da participação social nos projetos de urbanização de favelas, na terceira fase do PROAP-Rio, mencionado por CARVALHO 2020, que nas duas primeiras fases do Favela Bairro estavam subordinadas a coordenação dos escritórios de arquitetura.

diminuída frente às posições de cunho sociológico reducionistas. Expressões como *"estética da pobreza"* ou *"projeto como registro de um momento"* ou, ainda, *"críticas à ênfase dada por estas políticas às melhorias físicas em detrimento do desenvolvimento econômico e social"*,⁸ parecem completamente equívocas, como se houvesse uma competição entre a morfologia urbana e a social, em que a espetacularização da primeira significaria um desdém pela segunda. Efetivamente, o campo da arquitetura e do urbanismo se envolveu numa espetacularização típica do neoliberalismo⁹ que, nas últimas décadas, envolveu as operações de transformações em interesses meramente financeiros e de valorização fundiária, esquecendo-se da dinâmica real da vida. O sistema de publicações internacionais, vinculado a uma espetacularização geral do ofício a partir de figuras de profissionais notabilizados por empreendimentos especulativos e afastados das demandas dos mundos da vida, o aprisionamento do campo espacial por uma lógica do valor de troca, mais do que do valor de uso, é típica de nossa contemporaneidade e deve ser apontada e regulada a partir dos mecanismos de aprisionamento das valorizações desmedidas. A função social do direito da propriedade privada, tão duramente conquistada pela sociedade, deve ser operacionalizada também nas áreas precárias e desassistidas, que recebem benfeitorias, gerenciando o espaço de forma a gerar inclusão.

Os instrumentos de leitura da espacialidade da cidade ou a respeito da gênese da forma no plano e no projeto constituídos em trabalhos tais como os de Christopher Alexander (1981), Kevin Lynch (1997), Aldo Rossi (2001), Afonso Corona Martinez (2000), Carlos Nelson dos Santos (1988), Rodrigo Lefèvre (1979), Sérgio Ferro (1979), Vittorio Aurelli (2013), Pedro Fiori Arantes (2012), dentre outros, nos mostram a fenomenologia do projeto, como também arquitetos atuantes que se dedicam a explicitar seu pensamento teórico e metodológico, tais como: Lucio Costa, Frederico de Holanda, Hector Viglieca, Zeca Brandão, Vinicius Andrade, dentre outros, nos mostram a epistemologia do plano-projeto como uma ação ao mesmo tempo sistêmica e artística. Apenas a respeito do tema do sistema viário, pode-se pensar em mudanças, tais que alcancem sua legibilidade geral e ampla, rompendo com as pré-existências enraizadas. O Programa Morar Carioca, que sucedeu ao Favela-Bairro, no município do Rio de Janeiro, pensava e refletia a questão das pré-existências, contrapostas a gestos integradores gerais, refletindo que os traçados das comunidades deveriam ter como premissa a manipulação da legibilidade geral e ampla. O que se configura aqui não é o registro de uma celebração tão veemente das pré-existências da favela, como elementos de celebração identitária a ser mantidos a qualquer custo, mas a identificação desses elementos como um conflito que devemos cotejar dentro da própria episteme do projeto, como uma decisão consciente, explicitada pelo desenho e pelas suas antecipações.

A questão, dada a sua complexidade, participa daquilo que deve ser considerado como a particularidade de cada local, sendo, portanto, um aspecto a ser

8 As expressões constam em CARVALHO 2020

9 JAMESON 2001 p.173 e ARANTES 2012 mencionam uma certa inconsistência da imagem e sua correspondente espetacularização, a partir da velocidade dos movimentos especulativos da hegemonia financeira do nosso tempo.

esclarecido pelo próprio processo de pensar o vir-a-ser da estrutura das vias. Um conceito da cultura arquitetônica culta, como a legibilidade de Lynch (1997), deve ser oferecido às comunidades precárias, não pela imposição, mas para o debate esclarecedor. Embora reconheça, que algumas identidades pré-existentes possam ter sido violadas por alguns projetos insensíveis, e essa elegibilidade seja das mais importantes e um critério para reconhecimento da qualidade da intervenção. Enfim, aqui nesse entendimento, o conceito desenvolvido por Kevin Lynch (1997), no livro *A Imagem da Cidade*, que se refere a "*legibilidade*" é um valor universal, muito além das políticas atuais de reforço das identidades, do tipo; comunidade, favelas etc.

[...] a hierarquização do tecido urbano, a circulação coerente com o transporte público, a localização das centralidades e a geografia, sempre subjacente ao solo urbanizado, formam um quarteto de reflexão, conjunto chave para estabelecer uma condição básica de inclusão física. Legibilidade significa precisamente a possibilidade de o indivíduo estabelecer mentalmente o mapa de sua localização no território. O reconhecimento dessa leitura contribui na reconstrução da cidadania, favorecendo a apropriação e a incorporação social e estabelecendo o sentido de lugar" (VIGLIECCA *apud* CARVALHO, 2020, p. 94).

[...]

Mas qual a largura ideal do sistema viário nas favelas para que se estabeleçam estas relações? Estariam os escopos dos programas de urbanização de favelas imbuídos em orientar projetos desta natureza? As orientações contidas nos escopos parecem indicar, como veremos no capítulo 2, ao contrário da ideia defendida por Vigliecca acima, o equilíbrio entre a preservação da morfologia típica das favelas, que trouxe identidade a estes territórios, e a dotação de melhorias urbanas que não pressupõem a reestruturação do tecido urbano da favela... Projeto é ainda o registro de um momento, um documento que marca um tempo específico, como se congelasse o contexto estudado para a representação de um futuro desejado (CARVALHO, 2020, p. 44-61).

Ao final, parece que a questão espacial da cidade no Brasil é a dimensão mais concreta da lógica da super exploração e exclusão existente na sociedade brasileira como conceitos de classe, estamento ou até grupos sociais que são abstratos e difíceis de ser compreendidos pelo conjunto de nossa população. A constituição física de nossa urbanidade é concreta e palpável. A espacialidade das cidades brasileiras é a dimensão mais concreta do plano e projeto de nossas elites para segregar e não incluir parcelas significativas da nossa população. Essa condição é perfeitamente compreensível pelo conjunto de nossa população e não

deve ser recalcada nos debates inerentes ao plano-projeto. Então, a importância da elaboração de projetos contra hegemônicos, como os de urbanização de favelas ou loteamentos irregulares que pretendem mudar a inércia de desenvolvimento da cidade brasileira. Se nos restringirmos ao exemplo do mercado imobiliário, percebemos que 30% de nossa população não acessa a produção habitacional, tendo de autoconstruir sua própria habitação.

Se cotejamos os investimentos e a leitura empírica da presença de infraestruturas, percebemos, por exemplo, o desnível existente entre áreas como São Gonçalo, na cidade metropolitana do Rio de Janeiro, e os bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon, onde o acabamento da cidade é visível. Se abordamos os sistemas de mobilidade urbana, percebemos o mesmo projeto perverso de exclusão da imensa maioria de nossa população, condenada a perder seu tempo de vida em deslocamentos pendulares intermináveis. A espetacularização das intervenções urbanísticas e arquitetônicas que nortearam projetos de requalificação ao longo do mundo, nos anos 1990 e na primeira década do século XXI, comandadas pelo capital especulativo financeiro não são análogas às integrações do Favela-Bairro ou dos projetos de urbanização de favelas no terceiro mundo. A exposição na Bienal de Veneza no Pavilhão do Brasil em 2002, das diversas experiências no país, que incluíram Parque Royal e o Complexo do Sapê, e que ganharam o nome pomposo de *Favelas up grading*,¹⁰ são simbolicamente importantes e desmontam anos de indiferença do nosso campo a essas atuações, não podendo ser qualificadas como estetização da pobreza.

4. A especificidade cultural e o cosmopolitismo genérico; o local e o global

Uma quarta questão emerge a partir desse debate geral: a precariedade e a subalternidade celebradas como valores de especificidade cultural e impossibilidade de integração ao controle do nosso Estado ou da nossa Constituição Federal, relegando imensas parcelas da nossa população a uma celebração da marginalidade, num conceito denominado "*lógica da favela*"¹¹. Sem dúvida, o projeto de país e nação hegemônico envolve esse represamento a essa acessibilidade de amplas parcelas da nossa população à urbanidade. Por outro lado, isso não será alcançado apenas com os projetos de urbanização de favelas que, apesar de realizados, não removem o estigma presentes nas concessionárias, na manutenção da urbanidade, na atitude geral e no dia a dia. No entanto, a proposta não deve reforçar a identidade comunitária, frente uma identidade societária mais geral, como duas dimensões que não se aproximam. Os termos sociedade e comunidade expressam de maneira emblemática essa contradição em nossa língua, apontando como o discurso sistêmico da

¹⁰ *Favelas Up Grading* é o nome dado a Exposição de Arquitetura da Bienal de Arquitetura de Veneza em 2002, que teve como curadora a arquiteta Elizabeth França, na qual uma série de projetos de urbanização de favelas foram mostrados, inclusive Parque Royal e Complexo do Sapê dos escritórios Archi 5 arquitetos associados.

¹¹ Termo usado por CARVALHO 2020, que denota uma especificidade cultural que bloqueia as possibilidades de diálogo entre discursos, relegando subalternos a não participação efetiva. Numa lógica redutora da sociologia aplicada.

macroescala, do conjunto totalizante vem sendo enfraquecido frente a lógica local, da identidade específica da micro escala e do localismo. A crise da modernidade identificada por vários autores é, certamente, a força motriz dessa tendência, que claramente privilegia o local, frente a lógicas globais estruturantes, que, no entanto, seguem operando e determinando perversões e dominações. Uma proposição de uma identidade planetária, como o conceito de *Multidão* de Hardt e Negri, ou a reconstrução do *Comum* de Dardot e Laval aparecem, aqui, como antídoto:

A privatização e a mercantilização dos elementos vitais para a humanidade e para o planeta estão mais fortes do que nunca. Depois da exploração dos recursos naturais e do trabalho humano, esse processo se acelera e se estende ao conhecimento, à cultura, à saúde, à educação, às comunicações, ao patrimônio genético, aos seres vivos e a suas modificações. O bem estar de todos e a preservação da Terra são sacrificados pelo lucro financeiro de uns poucos. As consequências desse processo são nefastas. Elas são visíveis e notórias: sofrimento e morte dos que não têm acesso a tratamentos patenteados e são negligenciados pelas pesquisas voltadas para o lucro comercial, destruição do meio ambiente e da biodiversidade, aquecimento climático, dependência alimentar dos habitantes dos países pobres, empobrecimento da diversidade cultural, redução do acesso ao conhecimento e à educação em razão do estabelecimento do sistema de propriedade intelectual sobre o conhecimento, impacto nefasto da cultura consumista (FSM Belém *apud* DARDOT; LAVAL, 2017, p. 117)

Além disso, o cosmopolitismo kantiano segue sendo um verdadeiro antídoto a essa posição, que parece excessivamente contaminada pelas políticas identitárias e são hegemônicas em nossa contemporaneidade. É interessante notar que o filósofo Immanuel Kant nunca saiu de sua cidade natal Königsberg, na antiga Prússia, atual Rússia, mas declarava a importância da construção de laços de identidade entre os diferentes povos, culturas e civilizações. Via essa identidade cosmopolita como didática, na domesticação das dominações, trazendo-nos ao aperfeiçoamento, pelo convívio da diferença. É claro que a conceituação hoje, também amplamente compartilhada, que envolve a ideia de "*Sul Global*", também abarca essa questão, a qual também deve-se cotejar, principalmente frente um eurocentrismo dominante. A questão parece muito mais vinculada a um gradiente correto, em que as identidades local e global precisam e devem ser dosadas para romper a dominação. Sem dúvida, há uma potência nas favelas, na sua resposta a ausência de uma política habitacional estruturada, por parte de nosso Estado. No entanto, a precariedade e a subalternidade não devem ser consideradas como independentes da lógica do desenvolvimento perverso brasileiro, mas devem ser colocadas diante da absoluta necessidade de construção de um projeto contra hegemônico para o país mais inclusivo e, por fim, uma construção de uma identidade mais geral e

planetária, que reúna os despossuídos urbanos, que permanecem sendo a maioria em nossa contemporaneidade. A integração das nossas imensas metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, em suas diversidades e complexidades, representam de forma emblemática o cosmopolitismo kantiano, que deve ser pensado e debatido a partir do plano-projeto.

5. O neoliberalismo

Uma quinta questão que emerge de toda essa reflexão é a necessidade de um claro posicionamento, ainda que breve, sobre o **neoliberalismo** e suas consequências para a estruturação do Estado, da Sociedade Civil, dos escritórios de arquitetura, dos funcionários públicos, do papel do plano e do projeto, uma vez que, no período dos anos 1990, a nossa contemporaneidade, que envolve uma absoluta hegemonia dessa forma de estruturar o nosso pensar. Frente à recorrência de um endemonizamento do Estado em contraposição a uma celebração da Empresa privada, estão os manifestos que seguem operando sem abalos, apesar das constantes crises e solavancos, a que o sistema nos condena. Nesse sentido, a partir da pandemia do Covid-19, que agora nos assola, parece emergir um outro discurso ou narrativa, em que a estruturação das ações humanas parece ganhar argumentos que declinam da ordem competitiva, passando a celebrar uma maior solidariedade. O momento parece cobrar vigilância e a defesa de uma narrativa de contribuição e solidariedade, que nos mostre de forma clara o papel do interesse comum. Nada está garantido, e, é claro aqui o risco de um otimismo generalizado, pois nossa própria história demonstra como as crises vem enfatizando as formas de funcionamento do neoliberalismo, portanto aguardemos vigilantes os desdobramentos.

Este é o ponto principal da questão: como é que, apesar das consequências catastróficas a que nos conduziram as políticas neoliberais, essas políticas são cada vez mais ativas, a ponto de afundar os Estados e as sociedades em crises políticas e retrocessos sociais cada vez mais graves? Como é que, há mais de trinta anos, essas mesmas políticas vêm se desenvolvendo e se aprofundando, sem encontrar resistências suficientemente substanciais para colocá-las em cheque? [...] A sociedade neoliberal em que vivemos é fruto de um processo histórico que não foi integralmente programado por seus pioneiros; os elementos que a compõem reuniram-se pouco a pouco, interagindo uns com os outros, fortalecendo uns aos outros... Na concepção marxista o capitalismo é, antes de tudo, um modo de produção econômico que, como tal, é independente do direito e gera a ordem jurídico-política de que necessita a cada estágio de seu autodesenvolvimento... O inconsciente dos economistas, como diz Foucault, que é na verdade o inconsciente de todo economicismo, seja liberal, seja

marxista, é precisamente a instituição, e é justamente a instituição que o neoliberalismo, em particular em sua versão ordoliberal¹², quer reconduzir a uma posição determinante (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 15-25).

Por fim, não proclamemos vitória de antemão, pois o sistema vem demonstrando uma enorme capacidade de renovação inusitada, justamente a partir das crises mais dramáticas. Afinal, a crise de 2008, que parecia colocar em xeque a hegemonia do capital financeiro e especulativo, representou seu fortalecimento, apesar da ampliação sem precedentes da concentração de renda. Parece, então, que a abordagem crítica do neoliberalismo só será possível na medida em que a ordem concorrencial seja questionada pela solidariedade. E o *Comum*,¹³ que sempre existiu e sempre existirá, deve resistir ao seu cercamento, principalmente no que se refere aos recursos ecológicos e esgotáveis do planeta, que já sinalizam uma outra crise ambiental sem precedentes.

6. A questão da escala, localismo e globalismo

Uma sexta questão já abordada, mas de suma importância, deve ser mais bem explicitada. Ela se refere ao **localismo e ao pensamento sistêmico** nos programas de urbanização de favelas sob uma ótica mais geral das cidades como um todo. Essa questão, como já mencionado, deve ser abordada a partir do Cosmopolitismo Kantiano e pode ser problematizada de maneira emblemática, pela menção ao caso de Medellín, na Colômbia, que deve ser celebrado. A superação alcançada pela metrópole colombiana veio da maior articulação entre urbanização de favelas e interesses, operações, planos e projetos gerais da metrópole e da sociedade como um todo. A referência e o suporte aos problemas e fragilidades de nossas mega metrópoles é fundamental para construção de um plano-projeto que inclua todos dessa escala, que é a mesma do global ou do sul global. Parece fundamental registrar que um dos motivos maiores do sucesso da política do Favela-Bairro tenha sido justamente a escala de sua operação, que, na verdade, atuou sobre todo o território do município, de maneira a sinalizar que todo assentamento urbanizável deveria ser enfrentado e que trouxe a mensagem clara e territorialmente expressa de forma transparente de que o projeto era para todos e incluía seus diferentes espaços e especificidades.

Toda cidade é resultado do trabalho e da fantasia dos homens ao longo do tempo. Os espaços são construções coletivas: todos participaram, e participam, de algum modo de sua urdidura. Consolidar uma vida urbana orientada pela

12 Ordoliberais corrente do neoliberalismo nascida na Alemanha, que sempre deu ênfase a ordem constitucional e procedural. Segundo os mesmos autores citados; "Duas grandes correntes vão se esboçar a partir do Colóquio Walter Lippmann, 1938: a corrente do ordoliberalismo alemão, representada por Walter Eucken e Wilhelm Röpke, e a corrente austro-americana representada por Ludwig von Mises e Friedrich A Hayek." DARDOT e LAVAL 2016 P. 33

13 O *Comum* é o conceito utilizado por Dardot e Laval (2017) para denominar os patrimônios compartilhados de forma conjunta que o capitalismo possui uma certa dificuldade de cercar e privatizar, como os oceanos, as reservas naturais, a água, o patrimônio construído etc.

equidade e pela inclusão das diferenças é, portanto, um empreendimento amplo, que tem de envolver obrigatoriamente os governos, as instituições e a sociedade civil (CONDE; MAGALHÃES, 2004, p. 38).

Por fim, a escala da metrópole possui uma profunda identidade com a mesma da escala do global ou do sul global e, na busca da equidade, está presente o Cosmopolitismo Kantiano das diversidades de identidades. Afinal, a identidade pode ser a pluralidade de formas de vida, presentes nessas megacidades de forma expressiva.

7. Presença do Positivismo Filosófico

Por último, a questão da presença de um certo **Positivismo Filosófico**, que se resguarda de fazer política, pois perderia sua precisão científica, uma constante em nossas bancas acadêmicas. Há um profundo vínculo no Brasil entre Academia e Positivismo, no que diz respeito a sua abordagem da ciência como algo independente da compreensão e do conhecimento socialmente compartilhado. As arguições que identificam reflexões, dissertações e teses, como "*teses militantes*" diz muito sobre essa questão, pois qualquer engajamento é percebido como um declínio do cientificismo. Aqui, o discurso deve ser o de vigília sobre essa questão, evitando sempre a simplificação ideológica reducionista, mas as reflexões não podem excluir o sujeito pensante que, na verdade, é uma máxima também do filósofo alemão já mencionado, Immanuel Kant. A impessoalidade da reflexão científica é uma abstração na verdade inalcançável, principalmente para o campo do plano-projeto. A reclusão positivista vem condenando o ambiente acadêmico a um isolamento apolíneo da ciência que, na verdade, nos afasta dos temas relevantes para amplas parcelas da população. No campo do gerenciamento do espaço, que envolve a política e a disputa dos discursos pelo convencimento de todos, é também um ponto de grande complexidade, ligado à aglutinação de mentalidades em torno a planos projetos de transformação.

Na cidade do Rio de Janeiro, o momento emblemático da confrontação entre ciência e política pode ser identificado na chamada Revolta da Vacina, em 1906, com as Reformas de Pereira Passos, que foram o embrião da geração da primeira de nossas favelas e envolvia um pseudo-embate entre ciência e manifestações políticas. O livro de Benchimol (1992), Pereira Passos, um Hausmann Tropical, menciona uma série de historiadores que discordam dessa denominação (Revolta da Vacina), que parece tratar de um outro tipo de rebelião contra a exclusão recorrente de parcelas significativas de nossa população. Conforme já mencionado, plano e projeto de nossas elites, nunca procuraram incluir o conjunto de nossa população, pois não se apresentava como compreensível para ela mesma. A realidade é que, em 1906, com a recente implantação da república e as profundas mudanças na cidade do Rio de Janeiro,

com seu marcado acento higienista, havia uma forte vertente de exclusão e desenho da cidade para poucos. A Paris nos trópicos, como ficaria conhecida as reformas de Pereira Passos na cidade, tinham uma vertente excludente e elitista, travestida de cientificismo e higienismo.

Havia uma clara vertente autoritária baseada na ciência médica e na salubridade, que se hegemonizava frente a outras narrativas, típica do Positivismo de Auguste Conte. É claro também, que não se trata de corroborar com um anti-cientificismo igualmente limitado e redutor, nem com um relativismo paralisante, mas de uma premissa fundamental de inclusão e promoção de coesão social, possíveis pelo projeto e pela política (MOREIRA, 2020).

O engenheiro é o grande sacerdote e intérprete da natureza. O engenheiro, sempre em contato com a natureza, conhecedor de seu caráter, do seu hábito, chegou pela aplicação de sua força intelectual, a vencê-la e dominar sua força bruta, desviando, corrigindo, dominando sua força bruta, desviando, corrigindo, dominando essa força para servi-lo. A engenharia pode fazer tudo isto; dominando a superfície e as entranhas da terra, as ondas e o fundo dos mares e acaba de transpor os domínios da águia e da andorinha veloz (BRITO *apud* MOREIRA, 2010, p. 47).

O eixo central da avenida foi inaugurado em 7 de setembro de 1904, em meio a grandes festas, já com serviço de bondes e iluminação elétrica. A derrubada de cerca de 640 prédios rasgara, através da parte mais habitada da cidade, um corredor que ia da prainha ao Passeio Público. Parte dos escombros ainda cobria os lados da avenida, facilitando seu uso para as barricadas. A inauguração se dava diante de um cenário de guerra e de terra arrasada, pouco convincente do ponto de vista celebratório, imagético e simbólico... A demolição dos velhos casarões, àquela altura já quase todos transformados em pensões e cortiços, provocou uma crise de habitação que elevou os aluguéis e pressionou as classes populares para os subúrbios e para cima dos morros que circundam a cidade. A implantação da modernidade no Brasil parecia querer excluir parcelas importantes da sua população, que assim como hoje se sustentam por pequenos biscates e não possuem vínculos fixos de trabalho¹⁴. A modernidade assumia um caráter parcial e não era disponibilizada para todos, combinando aquilo que será a face perversa de nossa modernização incompleta e

¹⁴ É conhecido o fato, e de certa forma folclorizado, de que parte desse precariado começou a criar ratos para conseguir prover seu sustento, uma vez que Oswaldo Cruz instituiu uma remuneração em dinheiro para quem os entregasse aos Serviços Sanitários da Capital Federal, no seu combate a Peste Bubônica.

combinada, que sempre manteve o arcaico, para dele se beneficiar e super explorar (MOREIRA, 2020).

Parece fundamental compreender, que uma das formas de operar do discurso da ciência é atingir e conquistar a linguagem comum, dos mundos da vida fazendo-se presente no cotidiano e na práxis do dia a dia, usando da estratégia da persuasão e do convencimento, e não da imposição autocrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, não podemos deixar de registrar nossa discordância com relação à celebração de uma tese compartilhada hoje no Brasil da **especificidade do projeto em favela**, pois acredito que não haja projeto genérico, cada experiência projetual é única e precisa ter como premissa a valorização dessa mesma condição. Como já afirmado, não há plano-projeto pronto na prateleira, mas, sim, processo fundante de conclusões inusitadas e sempre novas, que não podem ser governadas pelo cientificismo desinteressado ou pelo positivismo simplificador. Os termos de referência, editais e escopos, seguem tentando nivelar essa experiência que, na verdade, precisa ter sua remuneração modulada e regulada pelo seu próprio desenvolvimento particular e específico. É claro, também, que, diante da dinâmica da autoconstrução presente nas favelas, o projeto precisa declinar do rigor da precisão de suas pré-definições, operando a partir de tendências, deixando se contaminar pela imprecisão do plano e pela gestão direta do canteiro de obras. Mantendo uma etapa privilegiada e inacessível à Academia, que todo projeto deve contemplar, seria a de acompanhamento de obra, em que as adequações e compatibilizações são realmente realizadas. Consideramos, ainda, que o ensino de Arquitetura não deva pautar por suas temáticas apenas, tais como favelas, restauro, edificações de saúde e outros, mas, sim, pela compreensão da essência do que significa o ato de planejar e projetar. Ao final, uma forma de compreender e interagir com o real, que abarca ao mesmo tempo uma generalidade de método e uma particularidade da razão, de cada caso, reconhecendo essas especificidades, mas não tergiversando com relação ao que significa planejar e projetar, atividades humanas essenciais de grande complexidade, que podem nos levar a uma maioria cidadã, a uma compreensão identitária. Nesse sentido, o texto de Gramsci (1999) esclarece sobre a forma de raciocínio do plano-projeto, que se afasta do dogmatismo e enfrenta as inevitáveis surpresas inesperadas, que são disparadas pelo processo, que não se furta ao romantismo e à utopia.

[...] a filosofia da práxis, por um lado, destrói e ridiculariza todos os conceitos estaticamente unitários, por outro mantém um comportamento sempre crítico, e nunca dogmático, um comportamento em certo sentido romântico, mas de um romantismo que, conscientemente, procura seu

caráter clássico. Portanto, como filosofia que se sabe expressão ideológica, de uma sociedade atravessada de contrastes... O filósofo atual pode afirmar isto, sem poder ir mais além; de fato, ele não pode se evadir do terreno atual das contradições, não pode afirmar, a não ser genericamente, um mundo sem contradições, sem com isso criar imediatamente uma utopia (GRAMSCI, 1999, p. 187).

O plano e o projeto são práticas incertas e contingentes, que conectam interesses e desejos, purificando subjetividades pela empatia que se generaliza. Na verdade, há, nas ações de plano e projeto, quando comandadas como práxis incertas e contingentes, exatamente o potencial de efetiva realização de um aprofundamento da democracia e alcance da maioria por parte da cidade, das favelas e de seus agentes. Afinal, projetar e planejar são ações intrinsecamente humanas e, portanto, mobilizadora de racionalidade e afetividade entre seus produtores no sentido do compartilhamento de um objetivo comum. Por fim, consideramos que essas formulações foram suscitadas pela profundidade do tema, do plano-projeto em favelas e áreas de loteamento irregular, nos quais precisamos vencer a abordagem isolada que a Academia apresenta.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. F. **Arquitetura na Era Digital-Financeira**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- AURELI, V. **The Project of Autonomy: politics and architecture within and against Capitalism**. Nova York: Princeton Architectural Press, 2008.
- BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Hausmann tropical**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.
- CONDE, L. P.; MAGALHÃES, S. **Favela-Bairro: uma outra história da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Vivere, 2004.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo, ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- FERRO, S. **O Canteiro e o Desenho**. São Paulo: Editora Projeto, 1979.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum, ensaio sobre a revolução do século XXI**. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

HABERMAS, J. **Técnica e Ciência como "ideologia"**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CARVALHO, S. **Entre a Ideia e o Resultado: o papel do projeto no processo de urbanização de uma favela**. 2020. Tese (Doutorado em Urbanismo)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

JAMESON, F. **A cultura do dinheiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

KOURY, A. P. (org.). **Arquitetura Moderna Brasileira: uma crise em desenvolvimento**, textos de Rodrigo Lefèvre. São Paulo: Edusp, 2019.

KROFF, C. **Integração Favela-Cidade Oficial: reflexões mais de duas décadas após o programa Favela-Bairro em Parque Royal, na cidade do Rio de Janeiro**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MERQUIOR, J. G. **Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamim: ensaio crítico sobre a escola neohegeliana de Frankfurt**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

MOREIRA, P. da L. **Cidade, moradia, salubridade, consciência, narrativas e pandemia do Covid-19**. Disponível em: <https://arquiteturacidadeprojeto.blogspot.com/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MOREIRA, P. da L. **Projeto, Ideologia e Hegemonia: em busca de um conceito operativo para a cidade brasileira**. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

MOREIRA, F. D. **Saturnino de Brito e o plano de saneamento de Recife**. Recife: Nectar, 2010.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. Brasília: Cortez, 2000.

PEVSNER, N. **Academias da Arte, passado e presente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PLATÃO. **O Mito da Caverna**. São Paulo: Le Books, 2019.

SANTOS, C. N. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo: Editora EDUFF; Projetos Editores, 1988.

COMPLEXOS HABITACIONAIS INTROSPECTIVOS E VITALIDADE URBANA: O CASO DE PRAIA DE GAIVOTAS - VILA VELHA, ES

INTROSPECTIVE HOUSING COMPLEXES AND URBAN VITALITY: THE CASE OF PRAIA DE GAIVOTAS – VILA VELHA, ES

COMPLEJOS DE VIVIENDA INTROSPECTIVOS: EL CASO DE PRAIA DE GAIVOTAS – VILA VELHA, ES

*Fernanda Rozo Maranhão, Mestre em Arquitetura e Cidade, Universidade Vila Velha.
E-mail: fernandarozo@yahoo.com.br*

*Larissa Leticia Andara Ramos, Doutora Tecnologia e Projeto para Qualidade Ambiental na
Arquitetura e Cidade, Universidade Vila Velha.
E-mail: larissa.ramos@uvv.br*

*Luciana Aparecida Netto de Jesus, Doutora em Engenharia Civil, Universidade Federal do
Espírito Santo.
E-mail: luciana.njesus@gmail.com*

Resumo

Os complexos habitacionais introspectivos, segregados do contexto urbano, fechados por muros altos e com pouca relação com o exterior, resultam em um entorno não convidativo à vitalidade urbana e vulnerável às ações antissociais. Nota-se um crescimento desse modelo na cidade de Vila Velha-ES, a exemplo do bairro Praia das Gaivotas, que despertou interesse em decorrência da implantação, nos últimos anos, de complexos habitacionais isolados. Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar os efeitos dessa tipologia arquitetônica na vitalidade urbana de um bairro residencial. Trata-se de uma pesquisa aplicada, exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, envolvendo as etapas de contextualização, definição de

critérios qualitativos de análise, levantamento físico, aplicação de questionário e análises. Na pesquisa, é evidenciado que a harmonia dos espaços, quadras curtas, diversidade dos usos e atrativos visuais são condições essenciais para qualificar o espaço urbano. Ressalta-se que fachadas ativas, com comércio próspero, possibilitam dinamismo e rompem a monotonia. Evidencia-se, ainda, a necessidade de calçadas acessíveis, iluminação direcionada ao pedestre, infraestrutura de transporte público e disponibilidade de espaços livres. Observa-se a importância do trabalho para o despertar de políticas públicas de uso e ocupação do solo, com vistas na construção de cidades com maior vitalidade urbana.

Palavras-chave: Vitalidade Urbana; Morfologia Arquitetônica; Complexos Habitacionais; Segurança Pública.

Abstract

Introspective housing complexes, segregated from the urban context, closed by high walls and with little relation to the outside, result in an environment that is not inviting to urban vitality and vulnerable to antisocial actions. There is a growth of this model in the city of Vila Velha-ES, such as the Praia das Gaivotas neighborhood, which aroused interest due to the implementation, in recent years, of isolated housing complexes. In this context, this paper analyze the effects of this architectural typology on the urban vitality of a residential neighborhood. It is an applied, exploratory and descriptive research, with a qualitative approach, involving the steps of contextualization, definition of qualitative analysis criteria, physical survey, questionnaire application and analysis. In the research, it is evidenced that the harmony of the spaces, small squares, diversity of uses and visual attractions are essential conditions to qualify the urban space. It's noteworthy that active façades, with prosperous trade, allow dynamism and break the monotony. It also highlights the need for accessible sidewalks, lighting for pedestrians, public transport infrastructure and the availability of free spaces. It's possible to observe the importance of work for the awakening of public policies for land use and occupation, with a view to building cities with greater urban vitality.

Keywords: Urban Vitality; Architectural Morphology; Housing Complexes; Public security.

Resumen

Los complejos de viviendas introspectivos, segregados del contexto urbano, cerrados por altos muros y con poca relación con el exterior, dan como resultado un entorno que no invita a la vitalidad urbana y es vulnerable a las acciones antisociales. Hay un crecimiento de este modelo en la ciudad de Vila Velha-ES, como el barrio Praia das Gaivotas, que despertó interés debido a la implementación, en los últimos años, de complejos de viviendas aisladas. En este contexto, la investigación tiene como objetivo analizar los efectos de esta tipología arquitectónica en la vitalidad urbana de un barrio residencial. Es una investigación aplicada, exploratoria y descriptiva, con un enfoque cualitativo, que involucra las etapas de contextualización, definición de criterios de análisis cualitativos, encuesta física, aplicación y análisis de cuestionarios. En la investigación, se evidencia que la armonía de los espacios, el tamaño de los bloques, la diversidad de usos y las atracciones visuales son condiciones esenciales para calificar el espacio urbano. Es de destacar que las fachadas activas, con un comercio próspero, permiten el dinamismo y rompen la monotonía. También destaca

la necesidad de aceras accesibles, iluminación para peatones, infraestructura de transporte público y la disponibilidad de espacios libres. Se observa la importancia del trabajo para despertar políticas públicas de uso y ocupación del suelo, con miras a construir ciudades con mayor vitalidad urbana.

Palabras Clave: Vitalidad Urbana; Morfología Arquitectónica; Complejos Habitacionales; Seguridad Pública.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea está presenciando o enclausuramento habitacional e comercial no contexto urbano das cidades. Um modelo arquitetônico com unidade absoluta da forma está sendo replicado em áreas urbanas. São edificações focadas em públicos específicos, funcionalmente e socialmente segregadas do entorno, onde o espaço é utilizado como forma de restringir o contato com outras classes sociais.

Caldeira (2011) entende que esses processos de mudança social nas cidades têm sido impulsionados pela violência e pelo medo gerando, assim, novas formas de segregação espacial e discriminação social. Diversos grupos sociais, especialmente das classes mais altas, têm usado o medo da violência e do crime para justificar sua exclusão social, retirando-se de bairros tradicionais das cidades e recolhendo-se em condomínios residenciais isolados. Tais grupos, por se sentirem ameaçados, optam pelos “enclaves fortificados” para morar, trabalhar, divertir-se e consumir.

O termo “enclaves fortificados” é utilizado por Caldeira (2011, p. 211) para explicitar os exageros das estratégias de autoproteção dos centros comerciais, conjuntos empresariais e, principalmente, dos condomínios residenciais. Segundo a autora, o discurso sobre o medo ajuda a reproduzir a sensação de medo e insegurança, mas também incorpora preocupações raciais e étnicas, preconceitos de classe e referências negativas em relação aos menos favorecidos e marginalizados.

Para Bauman (2009), viver numa cidade é uma experiência ambivalente, pois os mesmos aspectos da vida urbana que atraem também repelem. O autor assegura que a cidade é um espaço em que as pessoas desconhecidas (por ele chamadas de “estrangeiros”¹) existem e se movimentam em estreito contato. Bauman (2009) ainda afirma que, no curso da história, a onipresença de “estrangeiros” é um traço que permanece constante, sempre promovendo uma inquietação nos habitantes da cidade. Essa presença, que só se consegue evitar por um período, é uma fonte inexaurível de ansiedade e agressividade.

O aumento da violência urbana nas últimas décadas, segundo Lira (2014), influenciou as estruturas e as novas formas urbanas das principais cidades brasileiras. As classes média e alta passaram a adotar o enclausuramento como estilo de vida, buscando residir em condomínios excessivamente autoprotégidos. Lira (2014) afirma, ainda, que o medo do crime impulsiona os proprietários a adotarem medidas funcionais em suas moradias, a fim de prevenir danos à sua integridade, família e patrimônio, com elementos de autoproteção associados à arquitetura do medo, como monitoramento por meio de câmeras, muros altos, portões e cercas elétricas.

Netto (2017, p. 12) também complementa que as escolhas dessa tipologia arquitetônica são amparadas no medo, na insegurança e no *status*. Não só a promessa de forte segurança, como também a vontade de diferenciação e a busca de satisfação aliadas ao “estilo de vida exclusivo” que esse tipo de edificação

1 O estrangeiro de Bauman (2009) é alguém cuja ação é guiada por intenções que ninguém conhece. Para o autor “o estrangeiro é considerado a variável desconhecida no cálculo das equações quando chega a hora de tomar decisões sobre o que fazer. Assim, mesmo quando os estrangeiros não são abertamente agredidos e ofendidos, sua presença no campo de ação sempre causa desconforto” (BAUMAN, 2009, p. 37).

proporciona. Essa preferência emerge de “baixo para cima”, na atuação de produtores e consumidores de espaço, buscando a diferenciação e satisfação comprando um estilo de vida (NETTO, 2017, p. 10).

O referido contexto também é presente na cidade de Vila Velha, no estado do Espírito Santo. O município tem vivenciado transformações urbanas nos últimos anos, em especial no bairro Praia das Gaivotas, por implantar empreendimentos habitacionais isolados e introspectivos que provocam uma ruptura na morfologia da cidade. Apesar de ser um bairro consolidado, ainda possui terrenos vazios possíveis de serem ocupados pelo mercado imobiliário e que tendem a replicar o modelo arquitetônico citado.

Desse modo, o presente estudo apresenta reflexões sobre as relações entre a forma urbana e a vitalidade no entorno dos complexos habitacionais introspectivos presentes no bairro Praia das Gaivotas, apontando efeitos sociais que tal tipologia arquitetônica pode causar no dinamismo do bairro. Procura, ainda, evidenciar sobre como o medo social vem influenciando na escolha dos consumidores pela arquitetura isolada e as consequências da fixação desse modelo na parcela urbana estudada. Resultado que poderá contribuir com os próximos processos de revisão da política de uso e ocupação do solo do município de Vila Velha-ES.

CIDADE CONTEMPORÂNEA E OS COMPLEXOS HABITACIONAIS INTROSPECTIVOS

Além da relação pessoal com o edifício e das escolhas que motivam sua existência e usos, a forma arquitetônica e urbanista tem interferência direta com a relação na cidade. Netto (2017) classifica os edifícios em dois tipos: isolado e contínuo. Segundo o autor, os edifícios de tipo isolado desconectam-se do seu entorno por possuírem uma tipologia definida pela ausência de afastamentos frontais e laterais e, também, por limites marcados por muros ou grades, que rompem e fragmentam com a continuidade do espaço urbano. Os edifícios isolados dificultam a apropriação urbana do pedestre, gerando maior dependência veicular e, consequentemente, menos pedestres caminhando pelas vias. Já os edifícios de tipo contínuo reduzem os afastamentos laterais a fim de aproximar as fachadas e reduzir áreas ociosas. Os edifícios de tipo contínuo tendem, ainda, a criar formas capazes de aumentar o acesso às pessoas, contribuindo para maior diversidade de usos (NETTO, 2017).

Netto (2017) também associa a segregação social, ocasionada pelos edifícios isolados, como vontade de se manter próximo a pessoas socialmente semelhantes, medo da violência, necessidade do *status* ou, até mesmo, preconceito de raça e classe. Dessa forma, o autor destaca que as cidades têm se configurado, cada vez mais, em espaços segregados socialmente, com tipologias arquitetônicas que não contribuem para a integração entre o ambiente interno e a vida pública, além de promoverem o esvaziamento das calçadas e, consequentemente, um ambiente propício a incidência de crimes violentos.

Bauman (2009, p. 25) referindo-se ao contexto de isolamento complementa que “quanto mais nos separamos de nossas vizinhanças imediatas, mais confiança depositamos na vigilância do ambiente” e ainda crítica que, em muitas cidades, a forma urbana não contribui para continuidade do espaço urbano e a integridade nas comunidades. O autor enfatiza que o planejamento arquitetônico e urbano deve adotar uma estratégia oposta: difusão de espaços públicos abertos, convidativos, acolhedores, onde todo tipo de cidadão teria vontade de frequentar e compartilhá-los voluntariamente.

Caldeira (2011) reforça que nas duas últimas décadas, especialmente as classes mais altas, têm usado o medo da violência e do crime para justificar novas tecnologias de exclusão social e sua retirada dos bairros tradicionais das cidades. Para a autora, a violência e o medo estabelecem processos de mudança social nas cidades, reproduzindo diferentes formas de discriminação social e segregação espacial. Os grupos que se sentem ameaçados com o cenário da violência urbana, constroem “enclaves fortificados” para sua residência, trabalho, lazer e consumo.

O termo “enclaves fortificados” é utilizado por Caldeira (2011) para denominar as formas arquitetônicas que rompem com o espaço público e que são fisicamente marcadas por muros opacos. Podendo ser de uso privado e, muitas vezes, de uso coletivo, esses empreendimentos - impulsionados pelo mercado imobiliário-vendem, quase sempre, a “sensação de segurança” e sua existência na cidade tende a contribuir para o aumento da violência urbana.

A segregação social e espacial é uma característica presente e preocupante na evolução das cidades. As regras que organizam o espaço urbano atual das cidades brasileiras são essencialmente padrões de diferenciação social e de separação que variam cultural e historicamente, revelando os princípios que estruturam a vida pública e indicando como os grupos sociais convivem no espaço da cidade. Ainda segundo Caldeira (2011), esse novo modelo de segregação socioespacial, caracterizado como “separado por muros”, contribui para a formação de uma cidade mais dispersa e fragmentada socialmente.

Além de serem distantes, segregados e contarem com uma ideia de segurança baseada no isolamento e monitoramento, supõem-se que os condomínios fechados sejam um universo à parte para os moradores (CALDEIRA, 2011). São arquiteturas voltadas para o interior e não para a rua, por isso dialogam pouco com a calçada e o espaço público. Sendo assim, perde-se a ideia de vitalidade urbana e de caminhabilidade na cidade por desvalorizarem o que é público e aberto para, assim, supervalorizar o que está dentro do empreendimento.

Gehl (2014, p. 99) afirma que, se a vida na cidade for potencializada de modo que as pessoas passem mais tempo caminhando e permanecendo nos espaços comuns, haverá também um aumento vitalidade urbana e também da segurança, na medida que a presença dos “outros” aumenta a vigilância estimulada pelos “olhos para ruas” e “olhos sobre as ruas”. O autor ainda ressalta que o projeto do térreo² das edificações impacta diretamente na vitalidade urbana. Se os térreos ou as fachadas das edificações forem abertas e ativas, ou seja, com muitos acessos, variedade de funções, sem nenhuma unidade cega, bons detalhes e

2 Os térreos são considerados a parte frontal dos edifícios que é visualizada quando as pessoas caminham (GEHL, 2014).

material, elas serão rodeadas de atividade humanas e ocupadas por usuários em até sete vezes mais que em fachadas fechadas, monótonas, opacas ou inativas (GEHL, 2014).

Jacobs (2007) e Speck (2016) também afirmam que a vitalidade urbana e a caminhabilidade nas vias públicas dependem de diversos fatores, dentre eles mesclar os usos do solo urbano de modo a reestabelecer um equilíbrio adequado entre as atividades. Netto (2017) complementa que edificações com tipologias e usos distintos contribuem para gerar movimento de pedestre em vários turnos, pois aumenta a co-vigilância nas ruas e diminui os riscos de crimes violentos. Todavia, para que pessoas circulem pelas ruas também é necessária acessibilidade que, segundo Saboya (2016), é definida pela maior ou menor facilidade com que os locais são acessados pela população.

Jacobs (2007) também analisa as condições para a “diversidade urbana” e cita como principais responsáveis o uso combinado da edificação (uso misto), a necessidade de quadras curtas e edifícios antigos mesclado aos novos e concentração. Defende as quadras curtas como um dos elementos geradores de permeabilidade e continuidade da malha urbana. A configuração com quadras de dimensões menores suscita alternativas de percursos e possibilita que os fluxos se distribuam pelas ruas. Saboya (2017) também corrobora que as quadras longas dificultam o acesso de pedestres pelas vias vizinhas, resultando em ruas pouco movimentadas e outras vazias, mesmo aquelas próximas. O autor também defende que as quadras curtas pela possibilidade de permitirem acesso a várias direções e ampla possibilidade no movimento de passagem, dentro de limites razoáveis de distância.

MATERIAIS E MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa aplicada, exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa e tem como estudo de caso o entorno dos complexos habitacionais situados no bairro Praia das Gaivotas, município de Vila Velha-ES, Brasil. As atividades desenvolvidas foram definidas nas etapas metodológicas de contextualização, definição de critérios qualitativos de análise da vitalidade urbana, levantamento físico, aplicação de questionário com moradores e com usuários e uma análise dos dados coletados, que será melhor detalhada na sequência.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O bairro Praia das Gaivotas, situado no município de Vila Velha, ES (localização ilustrada na Figura 1), foi fundado na década de 1990, por meio da parceria de uma cooperativa de trabalhadores, a Coopgranvit, e o Instituto de Orientação das Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo (INOCOOP/ES).

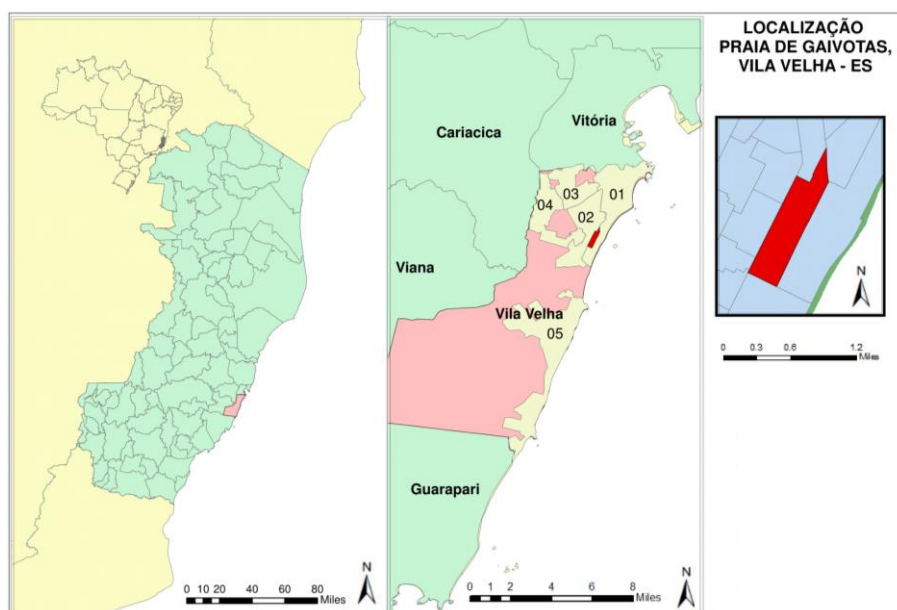


Figura 1: Mapa da localização do bairro Praia das Gaivotas. Fonte: Elaborado pela equipe do Grupo de Pesquisa Paisagem Urbana e Inclusão, 2018.

Nas últimas décadas, além das habitações unifamiliares de até dois pavimentos, muitos complexos habitacionais isolados foram implantados na região (evidenciados nas Figura 2). O limite da área de estudo, destacado pela linha verde na Figura 2, considerou como ponto central os novos condomínios que estão sendo construídos na região próxima aos grandes vazios existentes.

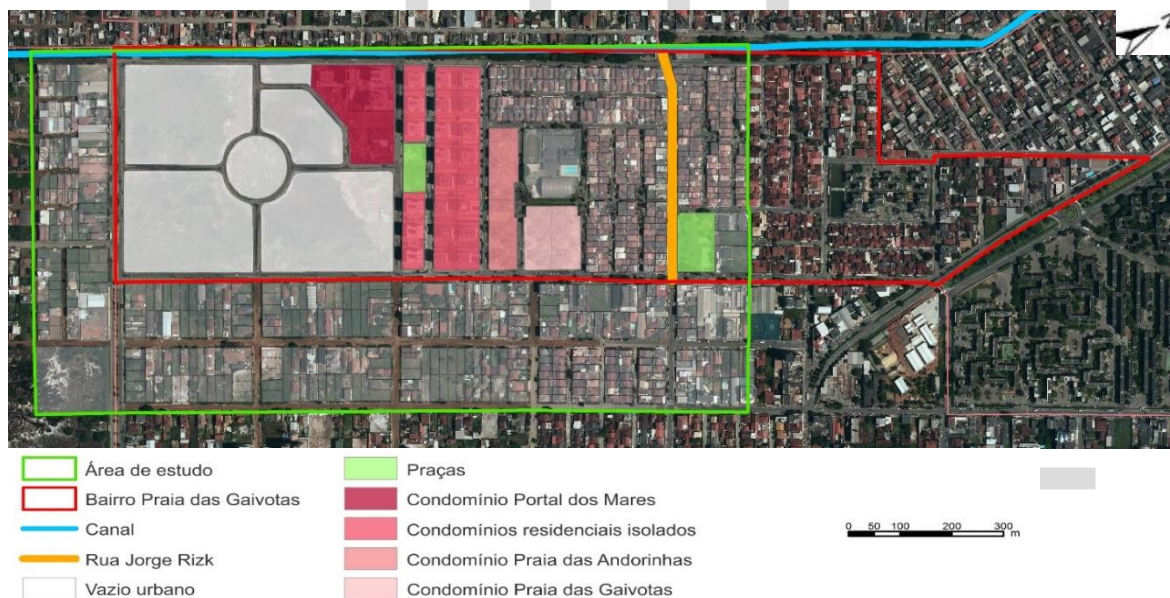


Figura 2: Mapa de análise do Bairro Praia das Gaivotas. Fonte: Elaborada pelos autores no programa ArcGIS, com base cartográfica fornecida pela Prefeitura Municipal de Vila Velha, 2019.

De acordo com a Lei complementar n. 65/2018 (VILA VELHA, 2018), que institui a revisão decenal do plano diretor municipal, o bairro Praia das Gaivotas está situado na Zona de Ocupação Prioritária C (ZOP-C) que determina uma taxa de ocupação de 50% e coeficiente de aproveitamento (mínimo 0,2; básico 3,0 e máximo 4,0) que estimulam a verticalização na área, a ocupação de grandes lotes e a reprodução de modelos de empreendimentos isolados.

CRITÉRIOS QUALITATIVOS DE ANÁLISE DA VITALIDADE URBANA

Para melhor compreender o recorte urbano selecionado dando ênfase à Vitalidade Urbana, foram definidos critérios qualitativos. O desenvolvimento dos critérios, basearam-se em referenciais teóricos, nomeadamente: Bauman (2009); Caldeira (2011); Gehl (2014); Jacobs (2007); Lira (2014); Netto (2017) e Speck (2016), além da ferramenta “Índice de Caminhabilidade” (ITDP BRASIL, 2018). Sendo assim, no âmbito deste trabalho, serão apresentados seis dos 14 critérios influenciadores da vitalidade urbana (evidenciados em cinza no Quadro 1). Esses critérios, para melhor compreensão e análise, foram agrupados em quatro categorias: Morfologia Urbana, Mobilidade, Ambiente e Segurança, organizados conforme o Quadro 1, a seguir.

CATEGORIA	CRITÉRIOS	INDICADORES
MORFOLOGIA URBANA	Uso do solo	Tipo de uso e assentamento predominante
	Turno de funcionamento	Uso Diurno e/ou Noturno*
	Gabarito	Número de Pavimentos
	Afastamentos	Frontal e Lateral
	Fachadas	Fachada Ativa *
		Fachada Inativa*
		Fachada Permeável Visualmente*
MOBILIDADE	Quadras	Dimensão das laterais das quadras*
	Calçada	Condições da pavimentação dos pisos
		Faixa livre de circulação (Atendimento a ABNT NBR 9050)
	Transporte	Distância a pé ao Transporte Público* Condições das vias para Rede Cicloviária*
AMBIENTE	Sombra e abrigo	Arborização nas vias
		Mobiliário Urbano
	Poluição sonora	Nível de Ruído do ambiente*
SEGURANÇA	Limpeza urbana	Periodicidade da coleta de lixo
	Iluminação	Localização, tamanho e direcionamento dos pontos de iluminação (vias, cruzamentos e calçada)
	Fluxo de pedestres e ciclistas	Fluxo Diurno e/ou Noturno de ciclista e pedestre*
	Sensação de segurança	Percepção dos Moradores e Usuários

* Indicadores utilizados conforme parâmetros do ICam 2.0 (ITDP, 2018)

Quadro 1: Síntese dos critérios influenciadores da vitalidade urbana a serem analisados. Fonte: Elaborados pelos autores com base em Bauman (2009); Caldeira (2011); Gehl (2014); Jacobs (2007); Lira (2014); Netto (2017), Speck (2016) e ITDP (2018).

Entende-se por categoria o tema geral de análise compreendido pelo conjunto de critérios utilizados para avaliar a vitalidade urbana; por critério, o princípio ou elemento a ser utilizado na avaliação, mensurável por meio de indicadores; e por indicador, a informação detalhada. Foram também elaborados parâmetros, ou seja, estratégias utilizadas para avaliar os critérios estabelecidos.

Após o levantamento físico dos dados no local, realizado em dias e horários diferentes, foram elaborados mapas, no programa de georreferenciamento ArcGIS, para ilustrar as informações coletadas.

Por fim e para melhor descrever os efeitos dos complexos habitacionais introspectivos na vitalidade urbana, foi realizada uma análise comparativa entre duas áreas do bairro Praia das Gaivotas, destacadas na Figura 3. São elas: a área compreendida pelos complexos habitacionais introspectivos (Área 1 – hachura vermelha) e a área predominantemente ocupada por residenciais unifamiliares, uso misto e comercial (Área 2 – hachura azul).

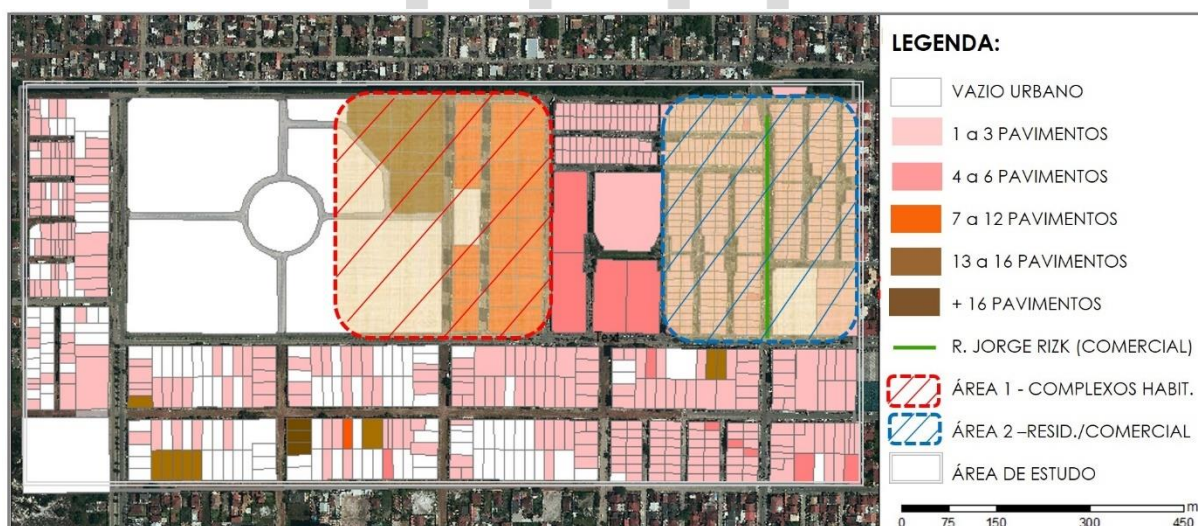


Figura 3: Mapa com a identificação das áreas de análise. Fonte: Elaborada pelos autores no programa ArcGIS, com base cartográfica fornecida pela Prefeitura Municipal de Vila Velha, 2019.

Ressalta-se que para análise da segurança pública foi considerada a percepção dos moradores e usuários quanto aos efeitos causados pelos empreendimentos habitacionais no espaço público. Para isso, foi aplicado um questionário cujos participantes indicavam, no entorno dos empreendimentos, a qualidade das calçadas, a iluminação pública, a oferta de transporte público, as áreas de lazer, comércio e serviços, bem como pontuaram em um mapa do bairro locais considerados perigosos e qualificaram imagens de trechos do bairro, previamente selecionados pelas autoras.

VITALIDADE URBANA NO ENTORNO DOS COMPLEXOS HABITACIONAIS DO BAIRRO PRAIA DAS GAIVOTAS

A primeira categoria analisada foi a **Morfologia Urbana**. Nessa categoria estão presentes critérios relacionados às características do espaço urbano que potencializam a atração de pedestres. São analisados o uso do solo urbano, o gabarito do bairro, os afastamentos frontais e laterais das edificações, o uso diurno e noturno dos estabelecimentos comerciais/institucionais e as fachadas.

Jacobs (2007) e Speck (2016) defendem a diversidade de usos de modo a contribuir para a vitalidade urbana do lugar. Estabelecimentos comerciais variados permitem a circulação de pessoas contribuindo para vigilância natural e maior sensação de segurança no local. Com base nos efeitos que os diferentes **usos do solo** podem gerar numa região, foram identificados e ilustrados no Mapa da Figura 4, a predominância de uso residencial no bairro e uma concentração das edificações comerciais e de uso misto na Rua Jorge Rizk e Avenidas Muqui e Cel. Pedro Malta de Carvalho.

Nas ruas onde estão implantados os complexos habitacionais (Área 1) inexistem áreas comerciais ou com uso misto, o que poderia dinamizar a vitalidade da área uma vez que esse tipo de edificação atrai e intensifica o movimento de pessoas, aumentando as possibilidades para diferentes públicos e turnos de funcionamento, conforme corroboram os autores Jacobs (2007), Netto (2017), Rogers (2005) e Speck (2016).



Figura 4: Uso do Solo Urbano. Fonte: Elaborada pelos autores no programa ArcGIS, com base cartográfica fornecida pela Prefeitura Municipal de Vila Velha, 2019.

Na sequência, a Figura 5 ilustra as características morfológicas do bairro, englobando indicadores da **permeabilidade das fachadas** e **gabarito**. O indicador permeabilidade de fachadas está fortemente relacionado à atração que as fachadas proporcionam à caminhabilidade e à permanência no local. Foram considerados para análise, com base em Gehl (2014), os parâmetros “fachadas ativas”, “fachadas permeáveis fisicamente e/ou visualmente” e “fachadas inativas”.

As “fachadas ativas” são aquelas que possuem muitas possibilidades de acesso livre do pedestre (10 a 15 portas a cada 100 metros), caracterizadas por comércio e serviços voltados para rua e que proporcionam diversidade de atividades e funções. As “fachadas permeáveis” são caracterizadas por uma extensão da face da edificação que permite contato visual externo com as atividades internas do edifício, visual ou física, seja por meio de vidros ou grades. As “fachadas inativas” são aquelas sem nenhuma variação visível de função, unidades passivas ou cegas onde há presença de muros opacos que inibem a conexão visual e física com o interior da edificação (GEHL, 2014).



Figura 5: Mapa indicador permeabilidade das fachadas e gabarito. Fonte: Elaborada pelos autores no programa ArcGIS, com base cartográfica fornecida pela Prefeitura Municipal de Vila Velha, 2019.

Por meio dos dados coletados, percebe-se a predominância de “fachadas inativas” que não estimula a apropriação do pedestre na área ocupada pelos complexos habitacionais e de “fachadas ativas” concentradas nas ruas predominantemente comerciais (Figura 5). Segundo os autores Gehl (2014), Saboya (2017) e Speck (2017), a “fachada ativa” incentiva a vitalidade urbana pois o térreo ativo intensifica as possibilidades de interação da rua com o edifício e minimiza as distâncias percorridas.

Em relação ao gabarito, percebe-se que a região tende à verticalização. A Figura 6 ilustra a forte relação entre o número elevado de pavimentos e a presença das fachadas inativas, cercadas por muros, contribuindo para caracterizar, além da ruptura da malha viária, o isolamento dos novos empreendimentos multifamiliares presentes no bairro e, consequentemente, a insegurança no entorno da área.



Figura 6: Condomínio Portal dos Mares, Praia das Gaivotas, Vila Velha-ES. Fonte: Acervo dos autores, 2019.

Ao comparar as áreas 1 e 2, proposto inicialmente, percebe-se que a Área 1 (dos complexos habitacionais) não possui diversidade de usos (apresentando apenas o uso residencial), bem como a inexistência de edificações com variedade nos turnos de funcionamento (noturno e diurno). O gabarito é predominantemente alto (acima de dez pavimentos), não atendendo a escala humana sugerida por Gehl (2014). Ademais, a área dos complexos habitacionais não possui fachada ativa e nem continuidade de fachada devido aos afastamentos, tanto frontais quanto laterais, dificultando a apropriação do pedestre ao espaço público.

Já a área 2, atende aos critérios relacionados à “Morfologia Urbana”, possuindo diversidade de usos bem como a existência de edificações com variedade nos turnos de funcionamento. O gabarito é predominantemente baixo e a existência de fachadas ativas e continuidade das fachadas facilita a apropriação do pedestre ao espaço público.

Em relação à categoria **Mobilidade**, foram consideradas as dimensões das quadras, as condições físicas do percurso em relação aos deslocamentos a pé, acesso ao transporte coletivo e a existência de condições seguras para circulação em bicicleta. Neste trabalho, serão apresentados com mais detalhes os resultados referentes as dimensões das quadras. Demais critérios serão citados somente na comparação entre as áreas 1 e 2.

Assim, em relação à **dimensão das quadras**, observa-se que a implantação os complexos habitacionais ocupam quadras de grande extensão (Figura 7). Muitas dessas quadras possuem comprimento superior ao exigido pela Lei n. 6.766/79 - Parcelamento do Solo Urbano (BRASIL, 1979) e o PMV (VILA VELHA, 2018); além dos edifícios ocuparem praticamente todo o lote com ausência de afastamentos frontais e laterais, não condizendo com o que defende Jacobs (2007), Netto (2017) e Saboya (2016) sobre a permeabilidade urbana e ampla possibilidade no movimento de pedestre garantida pelas quadras curtas.



Figura 7: Mapa ilustrando a extensão das quadras. Fonte: Elaborada pelos autores no programa ArcGIS, com base cartográfica fornecida pela Prefeitura Municipal de Vila Velha, 2019.

Ao analisar os critérios relacionados à “Mobilidade”, observa-se que a área 1 não atende ao tamanho das quadras, sendo, em sua maioria, superior a 200 m. As calçadas são pavimentadas, porém com interrupções e obstrução da faixa livre de circulação de 1,20 m em vários pontos. A distância dos complexos habitacionais até ao ponto de ônibus existente é superior a 200 m e a rede cicloviária é inexistente. Com relação à área 2, observa-se o atendimento do tamanho das quadras (dimensão inferior a 200 m) e a presença de pontos de ônibus. No entanto, as calçadas são irregulares, com interrupções e a rede cicloviária é inexistente, assim como na área 1.

Para a categoria “**Ambiente**”, foram considerados os critérios relacionados à **Sombra e Abrigo**. Nota-se, conforme ilustrado na Figura 8, a presença de arborização nas áreas residenciais unifamiliares (área 2), de lotes menores e baixo gabarito, ao passo em que, no entorno dos complexos habitacionais (área 1), o número de árvores é inferior, principalmente, próximo aos edifícios de maior gabarito e aos terrenos vazios.



Figura 8: Mapa ilustrando a arborização e gabarito no bairro Praia das Gaivotas. Fonte: Elaborada pelos autores no programa ArcGIS, com base cartográfica fornecida pela Prefeitura Municipal de Vila Velha, 2019.

Em relação à categoria **“Segurança Pública”**, baseada na concepção dos moradores e usuários locais, o resultado do questionário também aponta que as áreas mais seguras e, consequentemente, com maior vitalidade urbana são aquelas onde predominam as fachadas ativas, o uso misto e o comércio (área 2). E, aquelas apontadas como inseguras, com menor vitalidade urbana, são as que se encontram nos vazios urbanos ou as áreas introspectivas e muradas do entorno dos complexos habitacionais, sem atratividade e que não permitem a vigilância natural (área 1).

Em relação à iluminação, apesar dos postes serem distribuídos uniformemente, a iluminação é exclusiva das vias e cruzamento, destinados aos automóveis, com ausência de postes no nível do pedestre (baixos e direcionados para as calçadas). Esse resultado também pode ser apontado como negativo, uma vez que a iluminação adequada das calçadas inibe a incidência de crimes violentos.

Ainda na ótica da segurança, percebe-se que o não cumprimento de alguns critérios contribuem para a violência na região compreendida pelos complexos habitacionais isolados. Critérios como inexistência de fachada ativa, pouca variedade de usos e turnos, juntamente com a iluminação inadequada das calçadas, colaboram na inibição do fluxo de pessoas e ciclistas pelo local, propiciando assim o cenário ideal para os crimes violentos como o uso de arma de fogo e tentativa de homicídio, mapeados nas proximidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades contemporâneas presenciam uma modificação em seu contexto urbano, tendo em vista a reprodução de modelos arquitetônicos de habitações multifamiliares focados em públicos específicos, funcionalmente e socialmente distanciadas das demais, que, além de fragmentarem o espaço urbano - na

medida que se se desconectam de seus entornos -, prejudicam a apropriação do pedestre ao espaço público.

Essas transformações urbanas também têm sido reproduzidas, nos últimos anos, no contexto do município de Vila Velha-ES, em especial no bairro Praia das Gaivotas. Apesar de ser um bairro consolidado, ainda possui terrenos vazios possíveis de serem ocupados pelo mercado imobiliário e que tendem a replicar modelos arquitetônicos habitacionais isolados.

Com a pesquisa, após a compreensão de alguns efeitos físicos, sociais e ambientais que os complexos podem gerar, foi possível identificar fatores que contribuem para a vivência na cidade, a fim de torná-la mais convidativa, confortável e segura. A vitalidade urbana depende de diversos fatores, dentre eles, aspectos ligados à morfologia urbana (uso do solo, turno de funcionamento, gabarito e fachadas), à mobilidade urbana (dimensão das quadras, condições das calçadas, distância ao transporte público, rede cicloviária), à ambiência (sombra e abrigo, poluição sonora, limpeza urbana) e à segurança (iluminação, fluxo de pedestres e ciclistas, incidência criminal).

Considerando a realidade do bairro Praia de Gaivotas no município de Vila Velha, objeto de estudo desta pesquisa, faz-se fundamental apontar a importância do estudo para o estabelecimento de diretrizes para novas implantações, visto que podem reduzir problemas de violência que são recorrentes e, ainda, considerar as áreas potenciais vazias existentes para a implantação de edificações que contribuam para a dinamização da vitalidade da área.

Apesar do mercado imobiliário incentivar a reprodução dos complexos habitacionais introspectivos, rotulados como “seguros”, percebe-se, ao observar o resultado dos questionários com os moradores e usuários, uma leitura inversa deste modelo. Uma vez que a população consultada aponta como inseguras e desagradáveis as áreas próximas aos complexos habitacionais do bairro, nota-se que usuários e moradores possuem ciência dos efeitos negativos que tais complexos habitacionais isolados resultam na vitalidade do bairro Praia de Gaivotas.

Por fim, é de fundamental importância a compreensão dos dinamizadores da vitalidade urbana para que a elaboração de planos e projetos para as áreas habitacionais nas cidades contemporâneas. Espera-se que este tipo de pesquisa possa despertar um novo olhar para o zoneamento urbano das cidades impedindo que complexos residenciais isolados como os evidenciados neste trabalho não venham a ser reproduzidos causando impactos negativos na qualidade de vida urbana, afetando diretamente a segurança, acessibilidade, permeabilidade, integração e convívio dos habitantes.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050:

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2015. Rio de Janeiro, 2015.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

- BRASIL. Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Palácio do Planalto, Brasília, 1979.**
- CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** 3. ed. São Paulo, SP: Edusp: Editora 34, 2011.
- GEHL, J. **Cidades para pessoas.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- ITDP Brasil. **Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento.** Índice de Caminhabilidade. Rio de Janeiro, 2018.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LIRA, P. S. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas.** Vitória: GSA, 2014.
- NETTO, V. Efeitos da Arquitetura: os impactos da urbanização contemporânea no Brasil. In: NETTO, V. M.; SABOYA R. T., VARGAS, J. C.; CARVALHO T. (orgs.). **A cidade como resultado: consequências das escolhas arquitetônicas** (pp. 25-49). Brasília: FRBH, 2017.
- SABOYA, R T. de. **Fatores morfológicos da vitalidade urbana.** Parte 1: Densidade de usos e pessoas / Renato T. de Saboya. ArchDaily Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/798436/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-1-densidade-de-usos-e-pessoas-renato-t-de-saboya>. Acesso em: 11 maio 2017.
- SPECK, J. **Cidade caminhável.** São Paulo: Perspectiva, 2016.
- VILA VELHA. **Lei complementar n. 65 de 9 de novembro de 2018.** Institui a revisão decenal da lei municipal n. 4575/2007 que trata do Plano Diretor Municipal no âmbito do município de Vila Velha e dá outras providências. Vila Velha, Prefeitura Municipal, 2018. Disponível em: <http://www.vilavelha.es.gov.br/legislacao/Arquivo/Documents/legislacao/html/C652018.html>. Acesso em: 15 jul. 2019.

HABITAR, OCUPAR, PRODUZIR: HIPÓTESES PROJETUAIS NA CIDADE DESIGUAL

INHABIT, OCCUPY, PRODUCE: DESIGN AND PLANNING HYPOTHESIS IN UNEQUAL CITIES

HABITAR, OCUPAR, PRODUCIR: HIPÓTESIS DE PROYECTOS EN LA CIUDAD DESIGUAL

*Luísa Ferreira Martins, Arquiteta e Urbanista, Universidade Presbiteriana Mackenzie.
E-mail: luisafermartins@gmail.com*

*Débora Sanches, Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie.
E-mail: debora.sanches@mackenzie.br*

Resumo

Este artigo visa apresentar a interrelação entre a formulação da proposta de projeto de habitação de interesse social realizada como Trabalho Final de Graduação (TFG) e a vivacidade urbana e reciprocidade. O caminho percorrido apresenta um método de projeto baseado no tripé: habitar, ocupar e produzir, tratados como dimensões fundamentais na conquista do direito à cidade e no enfrentamento da desigualdade socioespacial denunciada pela precariedade habitacional. A pesquisa retrata o cotidiano das atividades de uma ocupação de moradia na região central e a luta dos moradores pelos direitos básicos, entre eles a moradia digna. O relato das experiências de extensão universitária reforça a importância da integração entre universidade e sociedade, com enfoque na troca de saberes. Conclui-se com a integração entre a Extensão Universitária e Assessoria Técnica de Habitação de

Interesse Social (ATHIS), que elucidam a importância da capacitação dos discentes, docentes e dos agentes do território como protagonistas das transformações em prol da redução das desigualdades socioespaciais, fortalecendo os processos populares na construção das políticas públicas.

Palavras-chave: Precariedade habitacional; Extensão universitária; Direito à cidade; ATHIS.

Abstract

This article aims to present the interrelation between the development of the social housing proposal as the Final Graduation Project and the urban vivacity and reciprocity. It presents a design method based on the tripod: inhabit, occupy, produce, taken as fundamental dimensions in the conquering of the right to the city and in fighting socioespacial inequalities highlighted by housing precariousness. The research tells the day-to-day of an occupied building in São Paulo's central region and the inhabitant's fight for basic rights, among them dignified housing. The narrative of experiences of university extension reinforces the importance of integrating university and society, focused on the knowledge exchange. By looking at the integration between University Extension and ATHIS, the article concludes the importance of capacitating alumna, professors and territorial agents as actors of the transformations aimed at reducing socioespacial inequalities, strengthening the popular processes in the construction of public policies.

Keywords: Housing precariousness; University extension; Right to the city; Technical advisory on social housing projects.

Resumen

El presente artículo tiene el objetivo de presentar la interrelación entre la formulación de la propuesta de proyecto de vivienda de interés social ejecutada como Proyecto Final de Graduación y la vivacidad urbana y reciprocidad. El camino seguido presenta un método de proyecto basado en el tripé: habitar, ocupar, producir, tomado como dimensiones fundamentales en la conquista del derecho a la ciudad y en la lucha contra la desigualdad socioespacial, destacada por la precariedad habitacional. La pesquisa cuenta el cotidiano de un edificio ocupado en la región central de São Paulo y la lucha de los residentes por derechos básicos, entre ellos vivienda digna. La narración de experiencias de extensión universitaria refuerza la importancia de integrar universidad y sociedad, con foco en el intercambio de conocimiento. Este artículo conclui por mirar la integración entre la Extensión Universitaria y ATHIS, que una vez más destaca la importancia de capacitación de estudiantes, profesores y agentes del territorio como protagonistas de transformaciones que tienen el objetivo de reducir desigualdades socioespaciales, así fortaleciendo los procesos populares en la construcción de políticas públicas.

Palabras clave: Vivienda precaria; Extension universitaria; Derecho a la ciudad; Asesoramiento técnico sobre vivienda social.

HABITAR: A PRECARIEDADE HABITACIONAL NAS CIDADES BRASILEIRAS

A precariedade habitacional é um problema tanto do campo prático da arquitetura como de sua formulação como política pública. São muitas formas de precariedade e vulnerabilidade observadas nas cidades brasileiras: favelas e assentamentos em áreas de risco, população vítima de remoções devido a grandes obras de infraestruturas e famílias vivendo em edifícios ocupados na região central da cidade. Não há uma resposta única a todos estes contextos, mas há um denominador comum a elas: a segregação socioespacial.

A segregação socioespacial observada nas metrópoles brasileiras é resultado de um modelo de produção de cidades perpetuado há muitas décadas no urbanismo brasileiro. A partir da década de 1980, observou-se uma acentuação na desigualdade social no país (MARICATO, 2003). A falta de investimento em políticas sociais e o aumento do desemprego impactaram a paisagem dos centros urbanos por meio da expansão das favelas, aumento da população em situação de rua e da violência urbana. Paralelamente e como consequência desse cenário, observa-se um processo sistemático de genocídio da juventude negra, pobre e periférica. A ocupação da chamada cidade ilegal (MARICATO, 2003) está ligada à falta de opção condicionada pela lógica fundiária. Isso se soma a outro problema: muitas vezes nem os próprios aparatos legislativos a contemplam. São exemplos a falta de parâmetros urbanísticos para construção em favela, a ausência de endereço formal e a falta de abastecimento de serviços básicos como água e esgoto.

Tal processo é perpetuado não só por meio de ações do poder público (ou de sua ausência), mas pela própria lógica capitalista. Em seu livro *O direito à cidade*, Lefebvre (2001), descreve um processo de mercantilização do território, observando o espaço da cidade como produto. Reflexos desse processo podem ser claramente observados em São Paulo, cujo território foi desenhado por meio da lógica imobiliária, movida por interesses das classes altas.

Historicamente, o movimento de moradia desempenha papel fundamental na conquista de moradia digna e nas discussões pelo direito à cidade. O termo cunhado por Lefebvre (2001) e, posteriormente, abordado por Castells (1978) e Harvey (2008), respectivamente, é trazido para discussão nacional por Jacobi (1986) e Ermínia Maricato (1987). Naquele momento, os movimentos sociais se debruçavam em torno das pautas fundiárias, como o direito à terra. Mas, Maricato (1987) utilizou-se do conceito de Lefebvre (2001) para ampliar a luta pelo direito à cidadania (MARICATO, 1987 *apud* TAVOLARI, 2016). No Brasil, a ideia do direito à cidade tornou-se mote para diversas lutas sociais urbanas. Em 1969, estabeleceu-se a proposta de emenda constitucional sobre a Reforma Urbana, trazendo, pela primeira vez, a ideia de direitos urbanos. Os movimentos sociais reivindicavam o consumo coletivo dos bens essenciais à reprodução social e que estes fossem produzidos pela via do Estado, pautando o acesso à educação, saúde, políticas habitacionais, entre outros (informação verbal).¹ Um conceito de abordagem tão ampla poderia observar um esvaziamento, mas, mais recentemente, o

¹ Fala de Bianca Tavorali no curso Introdução ao Direito à Cidade, Instituto Pólis em 02 jul. 2020

movimento Passe Livre, de 2013, foi fundamental para pontuar o direito à cidade como denominador comum às diversas lutas urbanas, integrando-as. Afinal, era um movimento pelo direito de experienciar e desfrutar da cidade, tendo como obstáculo, naquele momento, o aumento da tarifa.

O impacto da Covid-19 sobre os grupos em situação de vulnerabilidade social

A pandemia do Covid-19, enfrentada, atualmente, esbarra na problemática do planejamento urbano. Conforme levantam Kohara e Vieira (2020), como podemos dizer “fique em casa” se, só na cidade de São Paulo, aproximadamente 25 mil pessoas vivem em situação de rua? Como orientar a população a reforçar as medidas de higiene estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), se na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) estima-se que mais de 1 milhão de pessoas não tenham acesso a rede de água (WHATELY, 2009)? Como forçar uma pessoa doente ao isolamento, se atualmente existem cerca de 280 mil domicílios com três pessoas ou mais habitando um único dormitório (IBGE, 2010)? A segurança durante a pandemia está em casa, mas moradia digna é privilégio de poucos. Uma grande parcela da população luta diariamente para ter o seu direito à moradia digna e ao saneamento básico garantidos conforme a Constituição Federal (CF) de 1988.

A ausência de políticas públicas dirigidas a grupos socialmente vulneráveis é um processo histórico, agravado pela pandemia atual. Tem se observado o impacto derradeiro do vírus não só sobre a população pobre periférica, mas também sobre os bairros do chamado “centro pobre” (BALZA, 2020). Isso ocorre devido à alta concentração de cortiços, pensões e ocupações nesses bairros, tipologias que favorecem a disseminação do vírus, devido à coabitação familiar, ao uso coletivo de instalações sanitárias, entre outros.

Somado a esse cenário, é importante notar que muitas das pessoas nessa situação são trabalhadores informais, que devido à pandemia sofreram redução ou suspensão da sua renda. Os modos de trabalho também são condicionados pela segregação socioespacial. Exemplo disso é a determinação pela lógica capitalista de um sistema hierárquico em que os trabalhadores informais de baixa renda ocupam muitos dos chamados serviços essenciais durante uma pandemia.

Em um país em que a “morte de CNPJs” (SAKAMOTO, 2020) preocupa mais a elite do que vidas pobres, demanda-se uma estrutura que impeça a paralisação econômica. Nesse sentido, o abastecimento das classes média e alta em isolamento social depende da tal estrutura de trabalhadores informais que devem continuar operando, expondo a si e às suas famílias ao vírus. Com isso, a renda que essas famílias têm contabilizado neste período é revertido para alimentação, deixando pouco para incrementar a compra de produtos de higiene e limpeza.

Com isso, como as medidas propostas para esse período de enfrentamento da pandemia do Covid-19 são democráticas e solidárias à população de baixa renda? Poderíamos citar uma série de fatores que indicam um enfrentamento desigual da pandemia e das dificuldades decorrentes dela entre as famílias de baixa e alta renda. Conforme demonstrado anteriormente, a susceptibilidade da população a

uma menor qualidade de vida e especialmente a uma série de riscos de saúde, aqui relacionados à pandemia do Covid-19, depende de uma série de fatores estruturais ligados aos modos de vida, em especial de trabalhar e habitar, decorrentes da organização socioespacial nas cidades.

OCUPAR: a luta além da moradia

A mobilização do conceito do direito à cidade no Brasil e a observação do cenário descrito acima reforça a necessidade de pensar nesse conceito como um conjunto integrado de políticas públicas, uma ideia que está presente na articulação proposta pelo movimento de moradia. A ocupação dos edifícios na área central não é em vão - está ligada não só à oferta de empregos nessa região, mas também à utilização de tudo que a vida urbana deve oferecer - o fácil acesso à rede de transporte e aos equipamentos públicos, incluindo os de lazer.

Os esforços de integração da ocupação enquanto entidade coletiva e de seus moradores com o território são evidenciados por meio das ações propostas pelas lideranças dos movimentos. Um exemplo é a Ocupação Mauá, situada à rua de mesmo nome, no bairro da Luz. Os benefícios de morar nesse edifício, vazio desde os anos 1990, podem ser discutidos a partir de duas perspectivas: primeiramente, em relação às melhorias na qualidade de vida dos moradores e, depois, em relação ao impacto positivo no entorno. Sobre essa segunda percepção, de acordo com Ivanete Araújo (2019), coordenadora do Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ), um dos três movimentos que coordenam a Ocupação, a abertura de espaços comerciais na fachada antes murada trouxe mais segurança à região

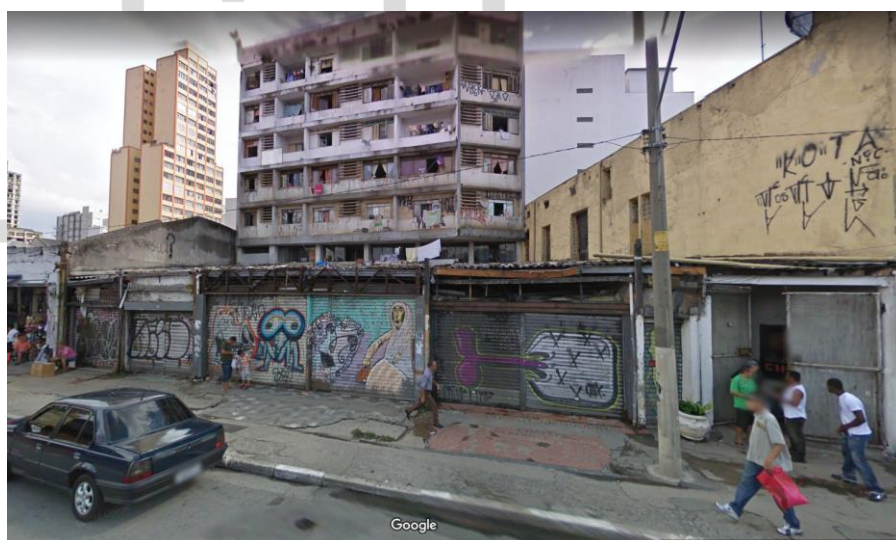


Figura 1: Rua Mauá, 340. Imagem de 2010. Fonte: GoogleStreetview.

e aos pedestres. Além disso, os espaços comerciais empregam e/ou pertencem a moradores da própria Ocupação (Figuras 1 e 2).

Para compreender o impacto da Ocupação sobre a vida dos moradores, é importante conhecer um pouco de seu cotidiano. A aproximação com a

comunidade e com o edifício ao longo de 2019, junto ao desenvolvimento da pesquisa de TFG, permitiu conhecer os aspectos que fortalecem a ocupação enquanto ferramenta-chave no processo de conquista do direito à cidade. Importante considerar os dois aspectos essencialmente arquitetônicos da questão — o edifício e as pessoas, ambos intrinsecamente ligados de modo que não poderiam ser sem um ao outro. Se por um lado, a ocupação exerce um papel chave na vida das pessoas como lugar de vida, de oportunidade, de acolhimento, por outro, as pessoas são igualmente importantes para o edifício — trouxeram vida a um lugar que há mais de 20 anos só conhecia a escuridão.



Figura 2: Rua Mauá, 340. Imagem de 2017, após anos de ocupação. Fonte: GoogleStreetview.

Segundo Ivanete (de apelido Neti), após 13 anos de ocupação, vivem na Mauá 237 famílias, em sua maioria migrantes como ela, vinda de Guariba (interior de SP). Junto com os outros coordenadores, ela é responsável por manter um cadastro interno dos moradores, compartilhado com a prefeitura. Os moradores, por sua vez, devem seguir o regulamento interno discutido e aprovado nas assembleias realizadas mensalmente, com regras, assim como em um condomínio formal. Nas assembleias, também se discute a agenda mensal da ocupação e a organização dos mutirões de limpeza. Ocasionalmente, são discutidos os serviços de manutenção necessários, que são de extrema importância já que adequam o edifício às normas e às solicitações da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros. As crianças e os adolescentes da comunidade podem contar com aulas de reforço escolar e, ocasionalmente, alguns cursos, como dança, automaquiagem, entre outros. Toda a programação é possível graças aos esforços conjuntos da coordenação e de uma equipe de voluntários, que dedicam tempo e carinho às atividades da ocupação.

Os esforços do movimento pela inserção dos moradores da ocupação no território central e para que tenham acesso às oportunidades da vida urbana é um processo incessante. A Frente de Luta por Moradia (FLM), em conjunto com um dos grupos temáticos do BrCidades, no ano de 2019, promoveu uma

discussão em um encontro de mulheres para discutir “a cidade que queremos” (Figura 3). O encontro evidenciou que, apesar de morarem na área central, muitas famílias ainda são privadas de acesso aos equipamentos públicos da região devido à alta procura e, algumas vezes, são privadas dos serviços básicos, por meio de cortes no abastecimento de água e energia. A partir do tema do encontro, levantaram-se demandas para melhorar a qualidade de vida dessas mulheres e, além dos pontos supracitados, foram mencionadas questões como segurança, acesso a uma alimentação saudável, entre outros. Portanto, as experiências relatadas pelas mulheres e por moradores, voluntários e lideranças da Ocupação Mauá reforçam a necessidade de continuarmos lutando pelo direito à cidade como conceito amplo, sendo a moradia em área dotada de infraestrutura uma peça importante, mas não a única.



Figura 3: Formação com mulheres da FLM, março de 2019. Fonte: Martins, 2019.

PRODUZIR: POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO NA CIDADE REAL

Os três pilares que estruturam o presente artigo também nortearam todo o processo de pesquisa do TFG (Figura 4). Habitar, ocupar e produzir são tidos como dimensões primordiais na conquista de direitos e exercício da cidadania.

O habitar, elemento primário da nossa existência, foi discutido como um dos direitos humanos fundamentais. Foram realizadas revisões bibliográficas a respeito do conceito e uma revisão histórica, a fim de compreender as transformações observadas na provisão pública habitacional no país.

O segundo pilar, ocupar, diz respeito à ocupação da cidade não só como local de moradia, mas como um lugar que pode e deve prover oportunidades da vida urbana. Nesse segundo pilar, o enfoque foi em relação ao território da área central de São Paulo e à forma como ele vem mudando devido às inúmeras disputas que o cercam. Para estruturação desse bloco, foi fundamental a vivência

no território e o contato com diferentes agentes responsáveis que vivem o seu cotidiano e conjuntamente o transformam.

O terceiro e último pilar, produzir, discute a produção do território. O urbanismo brasileiro vem, há décadas, sendo desenhado pelas classes mais favorecidas. A falta de representatividade na política e ausência de políticas públicas dirigidas à população pobre impulsiona a articulação popular, que deve ser legitimada não só devido aos seus resultados, mas também pelos próprios processos. A estrutura organizacional dos movimentos sociais, nesse caso demonstrado pelo movimento de moradia, indica caminhos possíveis para a construção política, com capacitação e empoderamento dos próprios moradores que acabam tornando-se agentes importantes na luta pelos direitos coletivos e individuais do habitar.

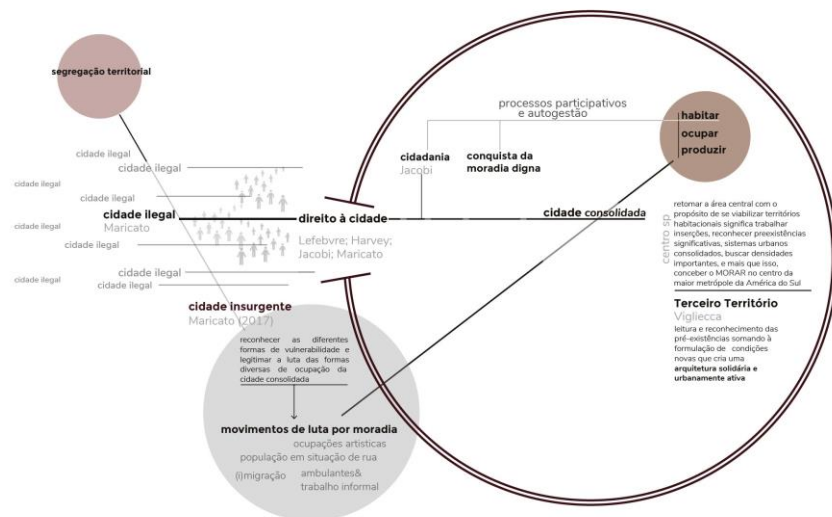


Figura 4: Mapa conceitual desenvolvido na disciplina Fundamentação e Crítica como hipótese inicial de articulação dos conceitos, março 2019. Fonte: MARTINS, 2019.

O direito à cidade é, ao mesmo tempo, o conceito inicial e a síntese da reflexão realizada nos três blocos. O acesso à moradia digna é central no processo de conquista do direito à cidade, mas não pode ocorrer de forma isolada. Nesse sentido, a escolha do movimento de moradia pela ocupação dos edifícios subutilizados na área central é crucial, dada a sua carga simbólica e estratégica. Mais do que isso, a articulação realizada pelas lideranças, de maioria feminina, é fundamental para ampliação do exercício da cidadania daqueles que tomam parte nas ocupações, ao mesmo tempo em que estimulam e auxiliam o acesso às oportunidades da vida urbana. A luta não é só pela moradia, mas pela construção de políticas públicas habitacionais que contemplem as ocupações e que legitimem as formas de provisão de moradia de articulação popular.

Os conceitos e experiências descritos acima deram aporte ao desenvolvimento do TFG. Tal metodologia permitiu não só que no campo teórico fosse feita uma reflexão, crítica e propositiva, mais alinhada com as demandas da cidade real, mas

também que o exercício projetual se desenvolvesse coerente às necessidades e possibilidades da população em situação de vulnerabilidade e da legislação que abrange a provisão habitacional pública. Apesar da discussão a respeito dos edifícios ocupados e a possibilidade de provisão habitacional a partir de *retrofits*, a atividade de Projeto na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), da Universidade Presbiteriana Mackenzie (PM), ainda está muito pautada pelo construir — e parece não considerar as múltiplas possibilidades de construção de espaço que tangem o ofício do arquiteto urbanista, tampouco as demandas da atuação na cidade real.

Concluiu-se, ao fim desta pesquisa, a importância de diversificarmos os mecanismos de provisão habitacional, a fim de enfrentar consistentemente o *déficit* habitacional e de legitimar as ocupações realizadas pelo movimento de moradia como uma forma permanente de acolhimento, tal qual o próprio movimento deseja.

Dessa forma, seria importante adquirir mais receptividade aos graduandos que se propõem a intervir sobre um desses edifícios, o que também seria uma forma de discutir as múltiplas possibilidades de atuação que tangem o ofício do arquiteto urbanista. Fica o desejo para que dentro da própria universidade, espaço onde somos qualificados para a nossa atuação como profissionais e cidadãos, sejam consideradas formas de atuação coerentes com as cidades reais. Assim, faz-se necessário adequar as atividades de projeto, sobretudo, nos Trabalhos Finais de Graduação (TFG) com aporte dos conceitos da Extensão Universitária que será tratado no item a seguir deste artigo.

Como resultado da troca de saberes entre a comunidade e o processo do TFG, desenvolveu-se o projeto de um edifício de uso misto de habitação de interesse social (HIS) em terreno público pertencente à Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP). O programa de necessidades do edifício (Figura 5) foi elaborado a partir da vivência na Ocupação Mauá e das demandas levantadas por mulheres da FLM. Esse processo de diálogo e observação trouxe novas informações e desmontou algumas ideias preconcebidas. Por exemplo, a convicção de que no território central há uma saturação de equipamentos públicos de saúde e educação, uma ideia refutada pelas mulheres que o utilizam, que relataram uma dificuldade com o baixo número de vagas disponíveis em creches para bebês com poucos meses. Além disso, a vivência na ocupação Mauá, em especial com as crianças, ressaltou a necessidade de se pensar em espaços de uso comum para recreação e lazer somados aos espaços de reunião, fundamentais na estrutura do movimento de moradia. A aproximação com os espaços do habitar que abrigam o movimento de moradia e com seus agentes foi fundamental no desenvolvimento do objeto arquitetônico.

No âmbito legislativo, o estudo dos processos correntes de produção de HIS mostrou que um dos grandes entraves é o custo da terra localizada em áreas consolidadas. Com isso, a escolha por um terreno público se dá pela possível doação dele e pela consequente redução dos custos implicados aos moradores. Dessa forma, o edifício poderia integrar o programa de locação social, uma via de provisão habitacional pouco utilizada, mas que, devido às mudanças no cenário econômico nacional, precisa ser mais explorada. É uma das estratégias colocadas

no Plano Municipal de Habitação, que desde 2016 aguarda aprovação na Assembleia Legislativa.

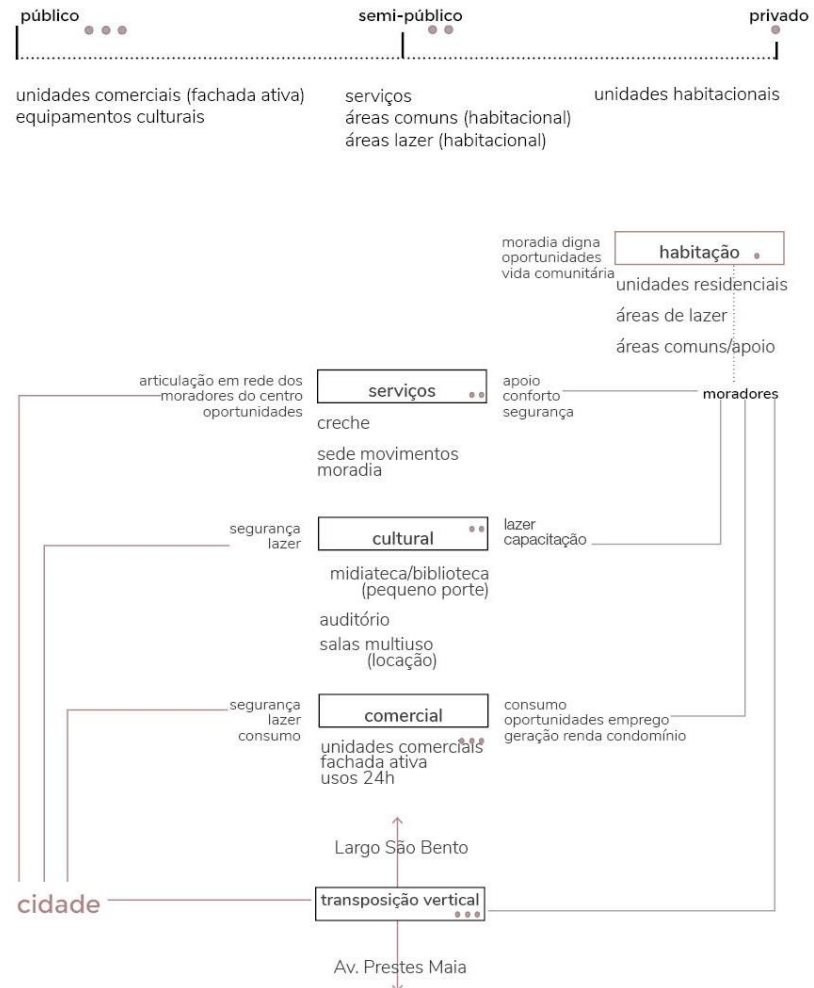


Figura 5: Diagrama com programa de necessidades para projeto de edifício de uso misto com HIS.
Fonte: MARTINS, 2019.

Outra possibilidade é que se realizasse uma Parceria Público Popular (PPPop), uma articulação entre poder público e movimentos sociais cuja formulação foi iniciada contemporaneamente ao processo de TFG e que foi inspiradora para discutir e fortalecer a construção de políticas públicas a partir dos agentes populares. Vale destacar, também, a participação no BrCidades, um fórum multidisciplinar presente em inúmeras cidades brasileiras que, por meio de diversos eixos temáticos, visa construir uma nova agenda urbana, mirando cidades mais justas, diversas e sustentáveis.



Figura 6: Proposta de projeto de edifício de uso misto com HIS situado na área central, ao lado do Vd. Santa Ifigênia. Fonte: MARTINS, 2001.

Dessa maneira, é urgente relacionar a Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) e a Extensão Universitária nas Instituições de Ensino Superior no Brasil, com base na premissa de articular a relação entre universidade e sociedade por meio do processo educativo, cultural e científico pronunciado pelo Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, conforme dispõe o artigo 207 da CF de 1988. Assim, a hipótese da atividade de extensão apreende efetividade quando vinculada ao método de formação no ensino dos estudantes e na geração de conhecimento conectado à pesquisa.

A indissociabilidade dos três pilares — ensino, pesquisa e extensão — coloca os estudantes tanto como protagonistas no processo de sua formação cidadã quanto como agentes de garantia de direitos, deveres e transformação social para gerar conhecimento e ajudar na construção de respostas às necessidades das demandas sociais urgentes. Desse modo, as Instituições de Ensino Superior vinculadas com a sociedade geram conhecimento e trocas no eixo pedagógico tripartite “aluno/professor/comunidade” e têm como suporte as metodologias participativas, baseadas na investigação/ação com a participação no diálogo dos diferentes atores sociais da cidade.

A formulação histórica da Extensão Universitária remonta desde o início do século XX. As práticas de Extensão Universitária coincidem com a criação do Ensino Superior e as manifestações de ações são registradas desde os cursos da antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa na década de 1920, influenciadas por universidades da Inglaterra e dos Estados Unidos. Os movimentos culturais e políticos da União Nacional dos Estudantes (UNE), no final dos anos 1950 e início dos anos 1960,

fomentaram o compromisso social para realizar a atuação interprofissional a partir de metodologias reflexivas sobre a sua prática (FÓRUM, 2012).

Nesse contexto, uma referência importante a se destacar no Estado da Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro) foi um exemplo de atuação de estudantes de Arquitetura e Urbanismo na Favela Brás de Pina. Tendo como cenário a ditadura militar instaurada em 1964, a atuação do Estado em relação às precariedades habitacionais e urbanas nas grandes cidades tinham como premissas a limpeza urbana, com remoções das favelas e, em alguns casos, a construção de conjuntos habitacionais massificados em áreas distantes do local de origem (SANCHES; MENEZES, 2015).

Conforme aponta Santos (1981), os moradores da Favela Brás de Pina tinham uma organização interna com forte atuação da associação, que era politizada e empoderada de seus direitos (que recebiam ajuda com a formação das comunidades eclesiais de base). Em protesto contra a remoção em meados de 1960, conseguiram a manutenção da favela e 2/3 das famílias (892) permaneceram no local. Na etapa seguinte, a associação local convidou estudantes de Arquitetura e Urbanismo para serem “assessores para assuntos urbanísticos e habitacionais”. Com isso, Carlos Nelson F. Santos e outros estudantes viabilizaram o plano de urbanização que se tornou um importante instrumento de negociação com o poder público, esse apoio técnico auxiliou na luta pelo direito à urbanização da favela e o direito à cidade. Tal esforço resultou na regularização fundiária da posse da terra, execução de infraestruturas urbanas e organização do espaço em lotes individualizados nos quais, mais tarde, os jovens arquitetos desenvolveram de forma participativa os projetos das casas. (SANCHES; MENEZES, 2015).

Segundo Nogueira (2005), a troca de saberes acadêmico e popular acima relatada vai ao encontro do fortalecimento da retroalimentação, em que as comunidades carentes deixam de ser objeto para se reverterem em sujeito da ação extensionista.

Ressalta-se que esses são princípios debatidos pelo educador brasileiro Paulo Freire (1981),² que reflete sobre a educação problematizadora. O ensino deve se basear na necessidade do entendimento dos contextos e histórias de vida na formação dos sujeitos, incitando a consciência crítica da realidade e a postura ativa de estudantes e professores no processo ensino/aprendizagem com a estratégia ação/reflexão/ação. Dessa forma, o professor adquire o importante papel de questionar, mas sobretudo de saber ouvir a diversidade das realidades e contextos dos estudantes, utilizando o diálogo como a principal ferramenta de ensino. No processo de redemocratização do país na década de 1980, o fortalecimento do movimento pela reforma urbana nas cidades brasileiras agregou agentes para a revisão da CF Cidadã (1988), em que se estabeleceu que propriedade deve cumprir a sua função social, defendendo o direito coletivo à cidade. Dessa forma, diferentes profissionais, principalmente arquitetos(as) e urbanistas constituídos em entidades denominadas Assessorias Técnicas, deram

² Patrono da Educação Brasileira em 2012 (Lei no 12.612, de 13 de abril de 2012).

suporte a inúmeras comunidades organizadas pela luta ao direito à cidade e à moradia digna (SANCHES; RUBIO; PETROCIONIO, 2019).

Os esforços para o atendimento à população socialmente vulnerável com projetos de arquitetura e urbanismo resultou na Lei Federal n. 11.888/2008 (ATHIS - Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social, Assistência Técnica Pública e Gratuita), que assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para elaboração de projetos, construção, reforma e ampliação das habitações, como pautado desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e na CF de 1988, que afirmam que todo cidadão tem direito à moradia digna.

A Extensão Universitária foi, por sua vez, regulamentada como atividade obrigatória dentro dos cursos nas IES em 18 de dezembro de 2018, com as Diretrizes das Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira, devendo ser implementadas até dezembro de 2021. Dando cumprimento à Lei n. 13.005/2014, para atender o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), as atividades de extensão necessitam compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação e devem fazer parte da matriz curricular dos cursos. A base teórica tem assento com os educadores Paulo Freire e Boaventura Souza Santos que dialogam com a comunidade em um processo de troca, de cumprimento da função pública da educação.

Em um contexto mais recente, vale destacar a experiência pioneira promovida pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), a partir de uma residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E). Em sua quarta edição, o Programa de Pós-Graduação fundado em 2011 responde às demandas sociais, ao mesmo tempo em que capacita os profissionais da área para uma atuação coerente ao enfrentamento das problemáticas urbanas no país, edificando e sistematizando o vínculo entre academia, profissionais e sociedade civil (RESIDENCIA AU+E, 2020). Os resultados positivos do Programa indicam a possibilidade e a necessidade de se pensar em sua replicação nacional, fortalecendo o cenário de ATHIS nacionalmente e ampliando a formação cidadã do profissional arquiteto urbanista. Essa importante experiência já está sendo replicada nas Universidades Federais da Paraíba e de Pelotas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente aos desafios das cidades desiguais, é necessário preparar futuros arquitetos e urbanistas para trabalhar com ATHIS na produção de moradia digna e na implantação de infraestrutura urbana, uma grave questão nacional, conforme dados previamente apresentados.

A implementação da Extensão Universitária é urgente. O ensino de Arquitetura e Urbanismo deve basear-se na necessidade do entendimento dos territórios e dos cidadãos que sofrem com as precariedades habitacionais e urbanas, incitando a consciência crítica da realidade e a postura ativa de estudantes e professores no processo ensino/aprendizagem com a estratégia ação/reflexão/ação, conforme conceitos de Paulo Freire (1981).

A inspiração e a confiança nos processos populares na construção das cidades e na luta por moradia é possível graças à aproximação do território e seus agentes, responsáveis por transformá-lo diariamente. Retomar a dimensão humana no campo do urbanismo é fundamental. Nesse sentido, os processos são tão ou mais importantes quanto os resultados. Para isso, tais experiências de aproximação devem ser estimuladas não só durante o processo do trabalho final de graduação, mas durante toda a formação acadêmica do estudante de Arquitetura e Urbanismo e do futuro profissional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. A extensão universitária no Brasil: processos de aprendizagem a partir da experiência e do sentido. **Diversités REcherches et Terrains**, n. 7, 2015. Disponível em: www.unilim.fr/dire/692. Acesso em: 28 maio 2020.
- ATau+ e UFPB. **Especialização em assistência técnica nas áreas de arquitetura, Urbanismo e Engenharia** (1200 horas). Facebook: ATau+e UFPB, 9 dez. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/100802058015606/photos/a.135042227924922/135039841258494>. Acesso em: 28 jul. 2020
- BALZA, G. **Oito dos dez bairros com mais mortes por Covid-19 estão no centro 'pobre' de São Paulo**. G1, São Paulo. 27 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/27/oito-dos-dez-bairros-com-mais-mortes-por-covid-19-estao-no-centro-pobre-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 27 maio 2020.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em: HYPERLINK "%20" <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 27 maio 2020.
- HARVEY, D. The right to the city. **New Left Review**, Londres, n. 53, set-out. 2008.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Brasil, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>. Acesso em: 5 abr. 2019.
- JACOBI, P. **A cidade e os cidadãos**. Lua Nova, v. 2, n. 4, 1986.
- KOHARA, L.; VIEIRA, M. A. da C. **População em situação de rua e o direito à moradia em tempos do Covid-19**. Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. 20 abr. 2020. Disponível em: <http://gaspargarcia.org.br/noticias/populacao-em-situacao-de-rua-e-o-direito-a-moradia-em-tempos-de-covid-19/>. Acesso em: 27 maio 2020

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, E. Conhecer para resolver a cidade ilegal. *In*: CASTRIOTA, L. B. (org.). **Urbanização Brasileira**: Redescobertas. Belo Horizonte: Editora Arte, 2003.

MARTINS, L. **Habitar, Ocupar, Produzir**: narrativas alternativas para a política pública habitacional. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo)— Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019. 139 p.

NOGUEIRA, M. D. P. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102551-pces608-18/file>. Acesso em: 26 maio 2020.

RESIDÊNCIA AU+E. Site Institucional. Disponível em: <https://residencia-aue.ufba.br/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

SAKAMOTO, L. **Covid**: elite vai ao STF mais preocupada com "morte de CNPJs" do que de CPFs. UOL. São Paulo, 7 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/05/07/covid-elite-vai-ao-stf-mais-preocupada-com-morte-de-cnpj-do-que-de-cpf.htm>. Acesso em: 23 maio 2020.

SANCHES, D.; MENEZES, M. To the inclusive architecture: bridges between SAAL in Portugal and participatory processes in Brazil. *In*: MONIZ, G. C.; BANDEIRINHA, J. A. (org.). **74-14 saal and architecture**. 1 ed. Porto: University of Coimbra Centre for Social Studies Fundação de Serralves, 2015, v. 1, p. 273-280.

SANCHES, D.; RUBIO, V. M.; PETROCIONIO, L. P. ATHIS e Extensão Universitária: Passado, Presente, Futuro. **Encontros Nacionais sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ENSEA) e o Congresso da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (CONABEA)**, Rio de Janeiro, 2019.

TAVOLARI, B. **Direito à cidade**: uma trajetória conceitual. Novos estudos *CEBRAP*, v. 35, n.1, p. 93-109, 2016.

WHATELY, M. **Água e esgoto na grande São Paulo**: situação atual, nova lei de saneamento e programas governamentais propostos. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.

A CONSTRUÇÃO DAS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: O CASO DA COMUNIDADE CRISTO RESSUSCITADO, EM MANACAPURU, AM

THE CONSTRUCTION OF SPATIAL CONFIGURATIONS OF THE RIVERSIDE COMMUNITIES OF THE BRAZILIAN AMAZON: THE CASE OF THE CRISTO RESSUSCITADO COMMUNITY, IN MANACAPURU, AM

LA CONSTRUCCIÓN DE CONFIGURACIONES ESPACIALES DE LAS COMUNIDADES DE RIBEIRIN DE LA AMAZONÍA BRASILEÑA: EL CASO DE LA COMUNIDAD CRISTO RESSUSCITADO, EN MANACAPURU, AM

Maria Cristina Celuppi, Doutora em Engenharia, Universidade Presbiteriana Mackenzie.
E-mail: mariaceluppi@hotmail.com

Célia Regina Moretti Meirelles, Mestre em Arquitetura, Universidade Presbiteriana Mackenzie.
E-mail: morettimeirelles@gmail.com

Resumo

O ribeirão da região Amazônica enfrenta problemas para adquirir documentos de propriedade da terra, pois vive em áreas de proteção ambiental. A inclusão dos ribeirinhos dessa região, como da comunidade tradicional dos povos do Brasil, foi um avanço adquirido ao reconhecer que, se organizados de modo coletivo e sustentável podem conseguir documentos que estabelecem o direito de moradia nessas áreas.

Esta pesquisa tem por objetivo geral analisar as configurações espaciais das comunidades ribeirinhas e, como objetivos específicos, avaliar o modo de vida, a divisão do território em termos dos equipamentos comunitários e as técnicas construtivas tradicionais. Como método, aplica-se o contexto da revisão da literatura e o estudo de caso da comunidade Cristo Ressuscitado em Manacapuru, AM. As ferramentas foram visitas de campo com fotos e mapas dos equipamentos e habitações. A pesquisa conclui que a divisão do território sofre influências do ambiente, definindo o momento e o tipo de plantio. Já a divisão coletiva da terra da várzea é definida por relações de confiança e vínculos familiares. Os principais equipamentos da comunidade Cristo Ressuscitado são a casa de farinha, a escola, a quadra coberta e o campo de futebol. A comunidade apresenta grande parte das edificações em palafita por meio das técnicas construtivas tradicionais em madeira.

Palavras-chave: Configuração construtiva; Madeira; Ribeirinhos; Comunidades tradicionais; Cultura tradicional.

Abstract

The riverside of the Amazon region faces problems to acquire documents of land ownership because they live in areas of environmental protection. The inclusion of the riverside dwellers in this region as part of the traditional community of the peoples of Brazil was a step forward when recognizing that, if organized in a collective and sustainable way, they can obtain documents that establish the right to housing in these areas. The general objective of the research is to analyze the spatial configurations of the riverside communities and, as specific objectives, the specific ones are to assess the way of life, the division of the territory in terms of community facilities and traditional construction techniques. As a method, the context of the literature review and the case study of the Cristo Ressuscitado community in Manacapuru AM are applied. The tools were field visits with photos and maps of the equipment and rooms. The research concludes that the division of the territory is influenced by the environment, defining the timing and type of planting. The collective division of the várzea land is defined by relationships of trust and family ties. The main facilities of the Cristo Ressuscitado community are the flour mill, school, indoor court and soccer field. The community presents most of the buildings on stilts using traditional wooden construction techniques.

Keywords: Constructive configuration; Wood; Riverside; Traditional communities; Traditional culture.

Resumen

La ribera de la región amazónica enfrenta problemas para adquirir documentos de propiedad de la tierra porque viven en áreas de protección ambiental. La inclusión de los habitantes de la ribera en esta región como parte de la comunidad tradicional de los pueblos de Brasil fue un paso adelante al reconocer que, si se organizan de manera colectiva y sostenible, pueden obtener documentos que establezcan el derecho a la vivienda en estas áreas. El objetivo general de la investigación es analizar las configuraciones espaciales de las comunidades ribereñas y, como objetivos específicos, evaluar la forma de vida, la división del territorio en términos de

instalaciones comunitarias y técnicas de construcción tradicionales. Como método, se aplica el contexto de la revisión de la literatura y el estudio de caso de la comunidad de Cristo Resuscitado en Manacapuru, AM. Las herramientas fueron visitas de campo con fotos y mapas de los equipos y salas. La investigación concluye que la división del territorio está influenciada por el medio ambiente, definiendo el momento y el tipo de plantación. La división colectiva de la tierra várzea se define por relaciones de confianza y lazos familiares. Las instalaciones principales de la comunidad Cristo Resuscitado son el molino harinero, la escuela, la cancha cubierta y el campo de fútbol. La comunidad presenta la mayoría de los edificios sobre pilotes utilizando técnicas tradicionales de construcción en madera.

Palabras Clave: Configuración constructiva; Madera; Orilla; Comunidades tradicionales; Cultura tradicional.

INTRODUÇÃO

As comunidades ribeirinhas do sistema Solimões, no Amazonas, convivem com as constantes cheias dos rios, adaptando-se às transformações anuais, detendo um conhecimento que define sua sobrevivência.

Enfrentam problemas de mobilidade, de durabilidade da edificação, bem como de saneamento básico. Becker e Stenner (2008) observam que as dificuldades de acesso e transporte cotidianos dificultam a formação básica da concepção da arquitetura dessas comunidades, gerando um tempo mais longo de reconhecimento dos valores incorporados à cultura local.

Grande parte das comunidades ribeirinhas da região vivem em área de várzea, que se apresenta, segundo Fraxe, Pereira e Withoski (2007), como “uma alternativa de recursos se comparada aos ambientes de terra firme”, no entanto, em contraponto, constitui-se como um *habitat* de grande vulnerabilidade em vários aspectos, como a fragilidade frente às variações climáticas sazonais que transformam o território, por exemplo, o depósito de solo do Rio Solimões e a elevação da cotas máximas de inundações de nove para três anos e como observa Meirelles *et al.* (2019).

Na região amazônica, as várzeas dos rios tornam-se espaço de moradia e subsídio para subsistência dos moradores locais por meio do plantio e da criação de animais (FRAXE; PEREIRA; WITHOSKI; 2007). Da mesma forma, Lira e Chaves (2016) afirmam que grande parte das comunidades ribeirinhas praticam a exploração da área para sua sobrevivência, visto que dependem da pesca e do plantio, gerando uma exploração de baixo impacto ambiental e que, conforme as autoras, pode ser considerada como uso sustentável do ambiente.

Com base no exposto, a presente pesquisa tem por objetivo geral analisar as configurações espaciais da comunidade ribeirinha Cristo Ressuscitado, no município de Manacapuru, no estado do Amazonas.

Método de análise

Para que a análise supracitada seja realizada, fez-se uma revisão da literatura sobre o tema, bem como um estudo de caso sobre a estruturação comunitária da referida comunidade.

Entre as ferramentas de análise, foram aplicadas:

- Vista em campo e redesenho dos mapas com auxílio do Google Earth.
- Análise dos equipamentos comunitários do local.
- Análise das técnicas construtivas vernaculares das edificações.

RESULTADOS

Caracterização da área de estudo

Localizado às margens do Rio Solimões e originado a partir de uma aldeia de índios Muras, o município de Manacapuru (Latitude: 03° 17' 59" S, Longitude: 60° 37' 14" W) foi fundado em 1786, mas é em 1984 que o município é elevado à categoria de "Vila" e desmembrado de capital amazonense, Manaus. Segundo o último censo do IBGE (2010), Manacapuru-AM (Figura 1) tem uma população de 85.141 pessoas e população estimada, no ano de 2017, de 96.460 pessoas, com área territorial de 7.336.579 km² (IBGE, 2016).

Manacapuru possui um PIB per capita de R\$ 14.054,42 (IBGE, 2014). Considerando a população total do município, apenas 5,7% das pessoas são ocupadas e a média mensal de salário é de 1,8 salários mínimos. Com relação à educação, a taxa de escolarização é de 92,3%, entre crianças e adolescentes de 6 a 14 anos. Em relação ao saneamento, apenas 23,7% das habitações apresentam condições adequadas de esgotamento sanitário (IBGE, 2010), o que reflete diretamente na qualidade de vida e saúde dos manacapurueses.

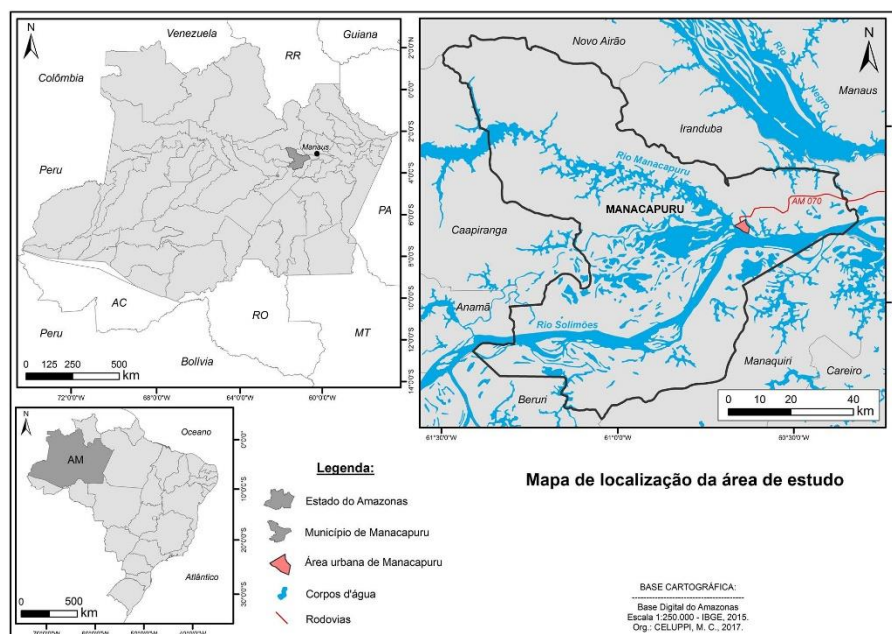


Figura 1: Mapa de localização do Município de Manacapuru. Fonte: Celuppi et al. (2019).

De acordo com Pereira (2011), a várzea do rio Amazonas foi a primeira fronteira de expansão da colonização europeia na floresta amazônica, onde o rio serviu de rota para a conquista da Amazônia, permanecendo ainda como fronteira entre a vida rural e urbana. “Normalmente, considera-se como várzea do rio Amazonas, a planície inundável de depósitos holocênicos, diferindo da terra firme, que são as proporções mais elevadas nunca inundadas pelo rio [...]” (PEREIRA, 2011, p. 13). As cheias fluviais no Amazonas são um fenômeno natural que faz parte da dinâmica dos rios da Amazônia (CRPM, 2017) e a alternância das fases entre secas e cheias, devido às variações do rio, é um fator que limita a vida nas várzeas dos rios, tendo consequências sobre a vegetação e a vida animal.

Neste complexo contexto de várzea, os moradores locais constituem seu lar, que é delimitado pelo regime de águas. No período de 1970 a 1996, a amplitude entre seca e cheia foi de 15 metros em Manacapuru (FILIZOLA *et al.*, 2002) e essas amplitudes anuais têm reflexo direto no *habitat*. Para Pereira (2011), as inundações periódicas tornam a várzea uma paisagem anfíbia, tendo em vista que, durante uma parte do ano, essa paisagem encontra-se submersa e em outro período, faz parte da vida terrestre. Ainda para o autor, a falta de sincronização entre o regime fluvial e o pluvial confere quatro “estações climáticas” no ecossistema de várzea, sendo elas: enchente (subida das águas), cheia (nível máximo das águas), vazante (descida das águas) e seca (nível mais baixo das águas).

A vida ribeirinha e suas contextualizações

A vida no Amazonas é imposta pelos ritmos das águas. A bacia Amazônica possui uma vasta gama de ecossistemas, bem como uma rica diversidade biológica e

étnica. Possui mais de 5 milhões de km de floresta tropical – a maior do mundo – e abriga, aproximadamente, um quarto das espécies vegetais e animais do planeta (MARENGO; NOBRE, 2009).

Dentro desta vasta biodiversidade, escondem-se problemas de ordem política. O pequeno investimento do poder público em políticas de infraestrutura relaciona-se com a divisão socioterritorial do trabalho capitalista, que produz espaços visando o lucro, o que denota precariedade habitacional quase que absoluta. Em contrapeso a isso, a arrecadação orçamentária dos municípios da região amazônica é baixa, o que reflete em pouca capacidade de condução de políticas sociais, fazendo com que os moradores locais tenham, muitas vezes, condições precárias de vida (SANTANA, 2012).

Nesse cenário, a população instala-se às margens dos rios, o que significa facilidade para locomoção, por meio de barcos e canoas, conferindo ao rio o caráter estruturador da ocupação humana na floresta e sua principal fonte de subsistência e renda (OLIVERA JÚNIOR, 2006). Para o ribeirinho, o rio representa transporte, fonte de alimento, divisão do calendário, período de plantio e colheita, assim como o cenário de sua história (BRUGNERA, 2015). Todavia, ao pensar-se em cultura regional, o ribeirinho é evocado como identidade amazônica, em que se destaca sempre a importância do rio, que reflete em sua organização espaço-temporal e cultural (SILVA; DÓRIA, 2012). O habitante da várzea herdou a cultura indígena e constitui a maior parte da população rural da Amazônia (PEREIRA, 2011), habitando sobre as águas e fazendo suas próprias intervenções territoriais.

A forma de habitar em palafitas, características da região, não denota um problema, mas, sim, o modo de viver de pessoas que moram às margens do rio. A problemática nesse cenário dá-se no entorno da aplicação de políticas habitacionais de forma articulada a outras políticas, que devem priorizar pela disponibilidade de solo para habitação nas áreas alagáveis, com a finalidade de construir moradias adequadas a tal realidade.

Perdigão e Gayoso (2012, p. 121) afirmam que

a experiência de quem usa e produz o espaço construído sem códigos profissionais da arquitetura pode ser decodificada nos precedentes espaciais e pela consulta direta aos usuários, oportunizando a inserção das referências vernáculas e as respectivas implicações dos significados subjacentes ao espaço produzido.

Percebe-se, dessa forma, que as questões ambientais e culturais preconizam a construção das habitações na região amazônica e, a partir dessa biodiversidade ambiental e cultural, o caboclo ribeirinho constitui seu lar, sendo ele na várzea, em terra firme ou no rio.

Para Brugnara (2015), a paisagem cultural que constitui a calha dos rios do Amazonas, onde se insere a moradia do ribeirinho, é um ponto de tradição entre a casa, o trabalho e o lazer do caboclo. As casas são quase sempre cercadas pela vegetação e o ambiente é utilizado não somente como recurso, mas como base e

meio para toda a realização (NOGUEIRA, 2016). “[...] A paisagem é formada pela morfologia do espaço, pelas suas características topográficas, hidrológicas e de vegetação. É formada, também, por seus sons, texturas e cores” (BRUGNERA, 2015, p. 82). Observa-se que a casa do ribeirinho é o fruto de uma relação direta com o meio ambiente, desde a construção de sua casa, até a constituição de seu lar.

A casa de várzea dos rios alagáveis, compatibiliza-se com as oscilações dos níveis de água e por isso, grande parte das habitações ribeirinhas do Amazonas é construída com sistema de pilotis devido a tal oscilação (OLIVEIRA JÚNIOR, 2006) e nesse contexto, dois tipos de casa são predominantes no Amazonas: a palafita e a casa flutuante (Figura 2).



Figura 2: A. Casa de várzea Palafita; B. Casa de várzea Flutuante. Fonte: Celuppi et al. (2019).

As palafitas (Figura 2A) são casas de madeira, suspensas por esteios, ou seja, estacas de madeira que sustentam a construção (NOGUEIRA, 2016; SAMPAIO; LENCIONE, 2013). Encontram-se nas encostas dos rios e são construídas desta forma para que não inundem na estação de cheia. De acordo com Oliveira Júnior (2006), os fechamentos das paredes são, geralmente, executados em prancha de madeira e as coberturas variam entre palha de palmeira ou coqueiro, que atualmente estão sendo substituídas por coberturas feitas com telhas metálicas (CELUPPI et al., 2019). Essa última opção de cobertura, embora signifique ambientes muito mais quentes, é utilizada devido à facilidade de transporte, leveza, pouca manutenção, bem como pelo *status* de prosperidade relacionado a tal uso. O rio influencia diretamente no interior das palafitas que se modificam por meio de marombas (um novo piso sobre o piso antigo), onde os moradores elevam o piso de suas casas a um nível máximo possível, até que sejam obrigados a desmontar sua casa e montá-la em outro lugar.

Já a casa de várzea flutuante (Figura 2B) fica ao lado da várzea, no curso das águas, e tem as mesmas características da palafita, porém, é construída sobre toras, o que confere a elas a possibilidade de deslocamento de seus locais originais e a sua flutuação com a variação do curso das águas. Sua maior característica é a possibilidade de oferecer maior flexibilidade, quando comparada a uma habitação estática nas margens do rio visto que pode ser rebocada por barcos nas épocas de cheia possibilitando-a ocupar lugares mais produtivos para o morador.

As comunidades ribeirinhas se organizam nas áreas de várzea de forma que a maioria das casas tenha fácil acesso ao rio, constituindo ainda um pequeno núcleo

em que se encontram igrejas, escolas e comércio (OLIVEIRA JUNIOR, 2009; CELUPPI *et al.*, 2019). É comum que a comunidade ribeirinha se empenhe como um todo para a realização de atividades pertinentes ao desenvolvimento da região, como a construção de casas, espaços comunitários, plantio e colheita das roças (CELUPPI *et al.*, 2019). Com base na experiência do habitar ribeirinho, pode-se perceber que a noção de casa perpassa todas as culturas e tradições, refletindo a própria cultura que a criou.

Percebe-se, dessa forma, que a vida do ribeirinho no Amazonas é imposta por diversos fatores. É influenciada pelas raízes do caboclo, passadas de geração em geração, pelo rio, pela floresta, pelo clima, pelas enchentes e pelas vazantes, pelos materiais disponíveis e pela falta de aplicação de políticas públicas, fatores que os levaram a adaptabilidade de suas vidas às condições impostas pelo local.

Organização sócio espacial da comunidade Cristo Ressuscitado

De acordo com Meirelles *et al.* (2017), a Costa do Canabuoca situada em Manacapuru, contempla oito comunidades denominadas: Pesqueiro, Marrecão, Canabuoca 1, Canabuoca 2, Canabuoca 3, Vila do Jacaré, Nova Canaã e São Geraldo. Essa última faz divisa com o município de Ananás.

As comunidades Canabuoca 1 e Canabuoca 3 localizam-se em uma larga faixa de planície de inundação, diferentemente de outras comunidades onde essa faixa é estreita, por exemplo, a Comunidade Pesqueiro. As comunidades mais distantes ou aquelas que passam meses isoladas do centro urbano, devido às transformações sazonais do território, em geral, apresentam características sócioterritoriais diferenciadas, especialmente, para moradia e plantio bem como a localização dos equipamentos comunitários. A Figura 3 apresenta a localização da comunidade Cristo Ressuscitado, também conhecida como Canabuoca 3, em relação ao município de Manacapuru.

Em visita à comunidade, verificou-se que grande parte dos ribeirinhos não possuem documento de propriedade, visto que vivem em área de várzea, ou seja, em área de proteção ambiental. Em 2007, definiu-se a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, no entanto, devido ao fato de que poucas comunidades ribeirinhas haviam solicitado o reconhecimento dessa legislação, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) editou, em 2016, uma cartilha ilustrada, denominada de “o ribeirinho e o território tradicional, regularização fundiária em terras da União” que visa atuar em três frentes: auxílio aos ribeirinhos para que se identifiquem como comunidade tradicional, direito de uso da terra pública (desde que esse uso seja feito de modo sustentável) e a organização do uso de modo coletivo.

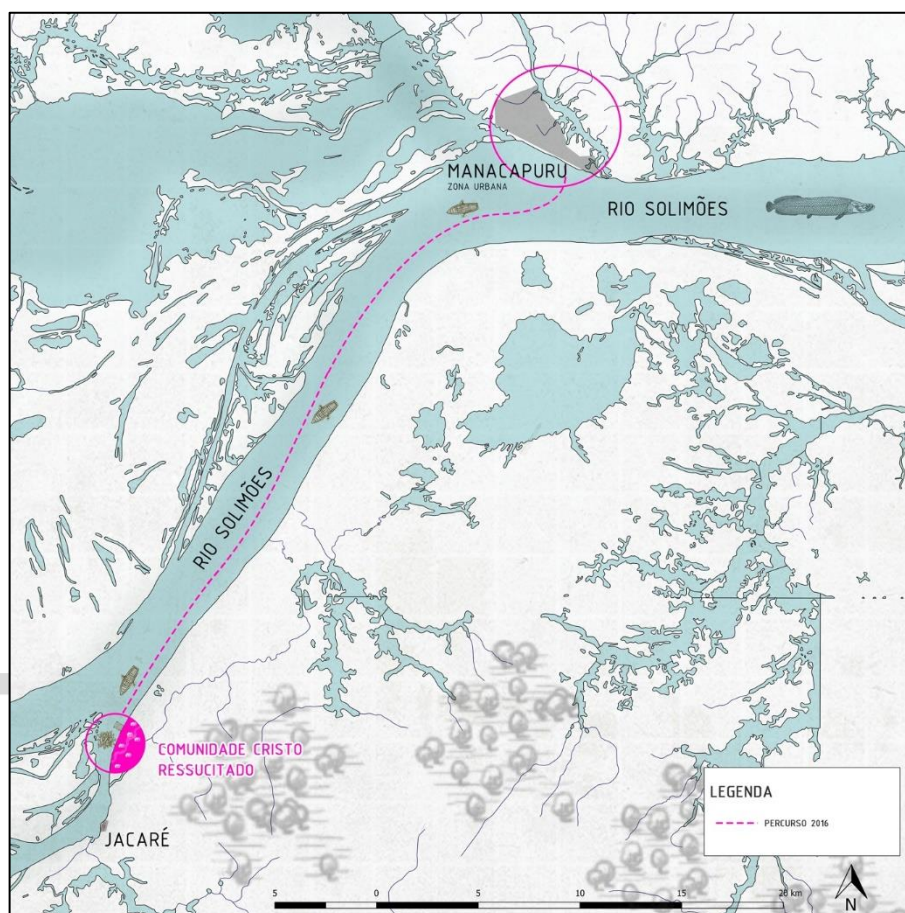


Figura 3: Localização da comunidade Cristo Ressuscitado (Canabuoca 3) - Manacapuru. Fonte: Elaborado pelos autores.

Nesse contexto, cada comunidade organiza-se para buscar os documentos de seu reconhecimento como uma comunidade tradicional e, em geral, especificamente na comunidade Cristo Ressuscitado, elegeu-se um líder a partir do qual estabelecem-se os contatos governamentais necessários. Da mesma forma é escolhido um local para os principais equipamentos da comunidade, como igrejas, escolas, posto de saúde e quadras esportivas que também são utilizadas como sede para reuniões comunitárias. Geralmente, tais equipamentos comunitários são estrategicamente situados em pontos mais altos, com vistas ao regime de cheias, conforme as Figuras 4 e 5, que apresentam a localização dos equipamentos comunitários da comunidade “Cristo Ressuscitado”, visão geral da localidade em época de cheia e imagens de tais equipamentos. As visitas ao local permitiram observar também, conforme já destacado por Lira e Chaves (2016), que essa configuração é definida pelos saberes culturais, em bases comunicativas e cooperativas dos ribeirinhos, pelo estabelecimento das suas relações sociais e de trabalho, bem como nas relações de parentesco e “compadrio”.



Figura 4: Configuração espacial da comunidade ribeirinha “Cristo Ressuscitado” – Manacapuru. Fonte: Elaborado pelos autores.

Nessa mesma configuração comunitária, a casa de farinha é destacada como um dos equipamentos mais tradicionais e é encontrada em todas as comunidades ribeirinhas de Manacapuru, tendo em vista que se apresenta como uma das principais produtoras da base alimentar do povo local (além do pescado), sendo assim, um equipamento tradicional, fortemente enraizado na cultura ribeirinha. Na Figura 5, pode-se observar também a manipulação da farinha pelos ribeirinhos.

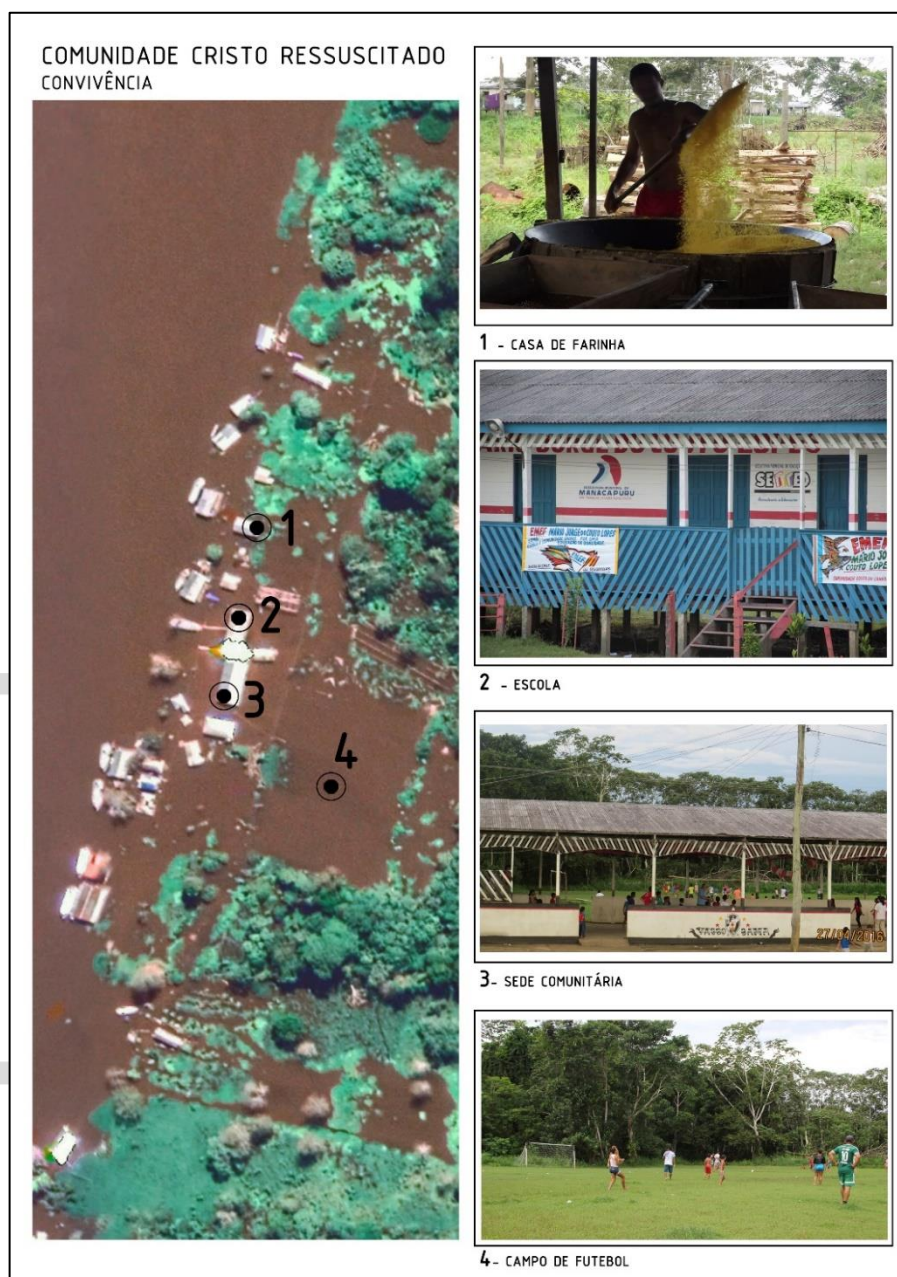


Figura 5: Equipamentos comunitários de convivência da comunidade ribeirinha “Cristo Ressuscitado” – Manacapuru. Fonte: Elaborado pelos autores.

Quanto à educação nessas comunidades, especialmente as localizadas em zona rural, como a comunidade Cristo Ressuscitado, é oferecido aos estudantes a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA); no entanto, para que tenham acesso ao Ensino Médio é necessário o deslocamento pelo rio, usando como meio de transporte o barco, o que denota a grande dificuldade, à qual os estudantes são submetidos quando buscam o acesso à educação.

Ainda como apresentado na Figura 5, pode-se observar o uso comunitário da quadra e do campo aberto, localizados junto à sede da comunidade e aos edifícios escolares, ambos utilizados para atividades comunitárias como treinamentos esportivos, reuniões de gestão da comunidade e seus festejos religiosos. Segundo Fernandes (2016), esses espaços servem para reforçar as tradições, bem como os fins políticos e econômicos.

Observa-se também nas Figuras 5 (2), a técnica construtiva da escola local, construída em palafita (elevada do chão), principal técnica utilizada na referida comunidade. A técnica aplicada pode ser considerada como uma tradicional nas comunidades ribeirinhas locais, definida pela edificação apoiada no solo por barrotes, que internamente tem o espaço definido pela tesoura de madeira apoiada em pilares, chamados de esteios. As vedações externas são definidas por tábuas de madeira posicionadas na vertical e no guarda corpo de proteção são aplicados elementos tramados em azul, que definem a identidade das escolas em Manacapuru, conforme visitas feitas ao local pelos autores.

No ano de 2017, identificou-se na comunidade Cristo Ressuscitado, 35 edificações das 53 famílias cadastradas como moradoras do local. Observou-se que 80% das edificações existentes na comunidade foram construídas na tipologia palafitas devido à larga várzea existente nesta região e as 20% restantes construídas na tipologia flutuante. Pode-se observar na imagem apresentada na Figura 5 (à esquerda), a situação da várzea em época de cheia com os equipamentos situados em área alagável, justificando, portanto, o uso de construções em palafitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacou-se neste trabalho a importância das legislações que integram as comunidades ribeirinhas como uma população tradicional, desde que organizados de modo coletivo e sustentável, evitando a vulnerabilidade destas comunidades.

Observou-se que é o meio ambiente que impõe alertas aos ribeirinhos com seu regime sazonal de cheias e vazantes, fazendo com que os mesmos configurem de modo coletivo a gestão da vida na várzea por meio do conhecimento tradicional das condicionantes locais, definindo o modo de produção alimentar. Da mesma forma, a colaboração comunitária e as relações familiares, são fatores de relevância na divisão territorial.

Os principais equipamentos encontrados nas comunidades são a casa de farinha, igrejas, mercearias, postos de saúde, escolas e equipamentos esportivos. As escolas são de grande relevância para permitir o entendimento dos ribeirinhos em relação a biodiversidade e a fatores da identidade cultural como comunidade tradicional, permitindo que o jovem defina um maior reconhecimento do uso dos materiais e das técnicas construtivas de modo sustentável. Os equipamentos esportivos como quadras auxiliam na valorização da cultura e a integração comunitária.

A comunidade Cristo Ressuscitado em Manacapuru, situada em larga faixa de inundação na calha no Solimões, pode ser tratada e definida como comunidade tradicional, desde que se comprove a gestão socioterritorial de modo coletivo e

sustentável. Naquela localidade, aplicam-se técnicas construtivas tradicionais em madeira nas moradias e equipamentos, em que, em média, 80% das edificações são construídas na tipologia em palafita e 20% na tipologia flutuante, técnicas consideradas vernaculares desta população.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B.; STENNER, C. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de texto, 2008.
- BRASIL. Lei n. 6040 de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 10 jun. 2019.
- BRUGNERA, A. C. **Meio Ambiente cultural da Amazônia Brasileira: Dos Modos de Vida a Moradia do Caboclo Ribeirinho**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)— Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.
- CELUPPI, M. C.; MEIRELLES, C. R. M.; CYMROT, R.; BORST, B. A.; GOBO, J. P. A. Preliminary Approach to The Analysis of Climate Perception and Human Thermal Comfort for Riverside Dwellings. *In: The Brazilian Amazon. Journal of Building Engineering*, v. 23, p. 77-89, 2019.
- FERNANDES, U. R. V. et al. **Festejos de Santo Antônio do bairro da Terra Preta Manacapuru-Am**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia)— Universidade Estadual da Amazônia, Manaus, 2016.
- FILIZOLA, N.; GUYOT, J. L.; MOLINIER, M.; GUIMARÃES, V.; OLIVEIRA, E. E FREITAS, M. A. Caracterização hidrológica da bacia Amazônica. *In: RIVAS, A. A. E.; Freitas, C. E. C. (orgs.). Amazônia: uma perspectiva interdisciplinar*. Manaus: EDUA, 2002.
- FRAXE, T. de J.; PEREIRA, H. dos S.; WITHOSKI, A. C. **Comunidades ribeirinhas amazônicas modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.
- IPEA. Guia ilustrado. **O ribeirinho e o território tradicional, regularização fundiária em terras da União**. Brasília: IPEA, 2016.
- LIRA, T.; CHAVES, M. P. S. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: Organização sociocultural e política**. Interações, Campo Grande, v. 17, n. 1, 2016.
- MARENGO, J. A.; NOBRE, C. A. Clima da Região Amazônica. *In: CAVALCANTI, I. F.A.; FERREIRA, N. J.; SILVA, M. G. A. J.; DIAS, M. A. F. S. Tempo e Clima no Brasil*. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

- MEIRELLES, C. R. M. *et al.* **Processo Construtivo em habitação em Madeira.** Interfaces e rebatimentos nas populações ribeirinhas do Amazonas. Relatório técnico Científico, São Paulo: Mackpesquisa, 2017.
- MEIRELLES, *et al.* A problemática da urbanização na região amazônica: bairro da Correnteza em Manacapuru. *In:* PASQUOTTO, G. B; GULINELLI, É. L. (Orgs.). **Desenho Urbano.** Tupã: Anap, 2019.
- NOGUEIRA, R. L. B. Arquitetura Vernacular e Paisagem Amazônica: um Caminho na Busca pelo Habitar Poético. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. XXII, n. 2, p. 171-180, jul-dez, 2016.
- OLIVEIRA JÚNIOR, J. A. **Arquitetura Ribeirinha sobre as águas do Amazonas – O habitat em ambientes complexos.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, 2006.
- PERDIGÃO, A. K. A. V.; GAYOSO, S. Interpretações sobre a casa para produção de moradia. *In:* SANTANA, J. V.; HOLANDA, A. C. G.; DE MOURA, A. S. F. **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia.** Belém: Editora UFPA, 2012.
- PEREIRA, M.S.; WITKOSKI, A. C. **Construção de paisagem, espaço e lugar na várzea do rio Solimões-Amazonas.** Novos Cadernos NAEA, v. 15, n.1, p. 273-290, jun. 2012.
- SAMPAIO, M. R.A.; LENCIONE, S. **Casas do Brasil: Habitação Ribeirinha na Amazônia.** São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2013.
- SANTANA, J. V. Pequenas cidades na Amazônia: Desigualdade e seletividade no investimento da infraestrutura habitacional. *In:* SANTANA, J. V.; HOLANDA, A. C. G.; DE MOURA, A. S. F. **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia.** Belém: Editora UFPA, 2012.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem ao Fundo Mackenzie de Pesquisa (MackPesquisa) pelo auxílio financeiro que propiciou o desenvolvimento do presente estudo e aos moradores da comunidade ribeirinha Cristo Ressuscitado de Manacapuru AM, pelo acolhimento aos pesquisadores.

CATIA 1100 - Sistema de Equipamientos Comunitarios

CATIA 1100 - Community Facilities System

CATIA 1100 - Sistema de Equipamentos Comunitários

Gabriel Visconti Stopello, arquitecto, aga estúdio.

E-mail: hola@aga-estudio.com

Resumen

Catia 1100 es un proyecto interesado en la construcción social del entorno, empleando estrategias de intervención física integrada, participativas e impulsadas por la demanda de sectores de población que componen una red, diversa y abierta, de identidades colaborativas en acción sobre el territorio. Este sistema de proyectos es, sobre todo, una propuesta para desarrollar nuevas-otras perspectivas sobre un más allá de la planificación normativa dominante, de pensar las condiciones y formas de actuar en común, y hacer de estas operaciones de organización, prácticas culturales locales e integración de conocimientos, protocolos reconocibles y utilizables de urbanismo abierto, ampliando el contexto social que nos conforma a través de reforzar el protagonismo ciudadano en la producción urbana.

Palabras-clave: Ciudad; Territorio; Regeneración urbana; Derecho a la ciudad; Derecho al territorio.

Abstract

Catia 1100 is a project interested in the social construction of the environment, using strategies of integrated physical intervention, participatory and driven by the demand of sectors of the population that made a network, diverse and open of collaborative identities in action on the territory. This system of projects is, above all, a proposal to develop new-other perspectives beyond the dominant normative planning, to think about the conditions and ways of acting in common, and make of these organizational operations, local cultural practices and integration of knowledge, recognizable and usable protocols of open urban planning, expanding the social context that shapes us through reinforcing the role of citizens in urban production.

Keywords: City; Territory; Urban Regeneration; Right to the city; Right to territory.

Resumo

Catia 1100 é um projeto interessado na construção social do meio ambiente, utilizando estratégias de intervenção física integrada, participativa e impulsionada pela demanda dos setores da população que compõem uma rede, diversificada e aberta, de identidades colaborativas em ação no território. Este sistema de projetos é, acima de tudo, uma proposta para desenvolver novas e outras perspectivas sobre um planejamento além do normativo dominante, para pensar sobre as condições e formas de agir em comum, e para tornar estas operações de organização, práticas culturais locais e integração de conhecimento, protocolos reconhecíveis e utilizáveis de urbanismo aberto, expandindo o contexto social que nos molda através do fortalecimento do protagonismo cidadão na produção urbana.

Palavras-chave: Cidade; Território; Regeneração urbana; Direito à cidade; Direito ao território.

En Caracas, como en muchas ciudades de la región, la producción social del hábitat tiene entre sus características generar territorios con escalas y tipologías propias, que en Venezuela llamamos *Barrio* (favela). Complejas entidades urbanas con autonomía, términos de gobernabilidad y procesos organizativos que soportan un entramado de particularidades que escapan desde su origen a la noción institucional (normada, dominante y hegemónica) de hacer ciudad. En contraste a la lógica institucional, el barrio es un ensamblaje de ciudadanía, infraestructuras y dispositivos auto-producidos que se han constituido desde formas altamente adaptadas de ocupación del suelo, saberes empíricos y socialización de estos, legitimidades y sobre todo redes abiertas para la autogestión y la toma de decisión distribuida; signando fuertemente la construcción emergente de sectores completos de ciudad.

Es este tipo de lógica dinámica y coproducida del territorio, la que nos permite participar en una intervención para el reordenamiento del tejido físico y social de los asentamientos barriales Canaima y Los Frailes de Catia, una comunidad de dos sectores, solapados con el Parque Nacional Waraira Repano, a partir de las acciones que el Instituto Nacional de Parques Nacionales y organizaciones de vecinos iniciaran para desafectar un sector poblado dentro de la geografía del Parque Nacional, aplicando la normativa que reglamenta el uso de las áreas protegidas naturales, indicando la cota 1100 m.s.n.m como el nivel máximo de construcción en el mismo.

La intervención lleva por nombre CATIA 1100, y propone acciones para impulsar el empoderamiento de la comunidad en la producción social del hábitat, a través de una intensa agenda de trabajo basada en metodologías de gestión y diseño de participación abierta permanente, generando protocolos de ocupación y acuerdos de activación-convivencia social. Lo anterior a partir de la acción transversal entre las potencialidades de la comunidad (vocería, saberes constructivos y fuerza de trabajo), las capacidades logístico operativas de las instituciones públicas (acompañamiento instrumental y material) y las herramientas de algunas disciplinas aplicadas al fenómeno urbano (arquitectura, sociología, geografía y artes): intentando en todo momento ajustarse al tiempo de las necesidades, exigencias y capacidades del barrio.

CATIA 1100 soporta las complejidades y los paradigmas del contexto donde se inserta. Es un proyecto determinado a caracterizar, comunicar y gestionar múltiples recursos de tipo tecnológico, tectónico, estético, organizativo y significaciones espaciales de los involucrados. La conexión de todos esos elementos y la gestión que se hace de ellos, genera una nueva materialidad, prototipada y fabricada en función de potenciar lógicas existentes, en distintos niveles de visibilidad y/o fuerza de interacción social, desde formatos sociales de intercambio establecidos e instituidos, como una reunión de asociación civil o la celebración de fiestas tradicionales, hasta situaciones sociales de carácter informal que surgen espontáneamente y mantienen temporalidades difusas, como las dinámicas recreativas de práctica deportiva y los encuentros cotidianos para el afecto. Esto nos dirigió a identificar lugares de proximidad y de coexistencia concreta, con cualidad tanto para compartir costumbres recíprocas derivadas de la vecindad, como para edificar.

Se consolidó un conjunto integrado de equipamientos para lo colectivo (comunes urbanos), la renovación de viviendas, espacios públicos y la actualización de las infraestructuras de servicios desactivadas, en función del mejoramiento barrial y la recuperación del entorno natural-urbano; todo articulado por un *Corredor Vecinal*, eje que vincula las veredas peatonales de los barrios Canaima y Los Frailes con el grupo de equipamientos, asociando y fortaleciendo éstos a su ubicación en el territorio urbano habitado por las comunidades con el Parque Nacional Waraira Repano (Figura 1).



Figura 1: Vista territorial del Parque Nacional Waraira Repano y el barrio; i - La Plaza; ii - La Ceiba; iii - La Canchita; 1100 - m.s.n.m. Autor: José Bastidas. Fuente: Gabriel Visconti Stopello.

El primero de estos lugares (Figura 2), ha servido desde antes de la intervención como lugar de paso y reposo de los habitantes del barrio en el tránsito cotidiano. Es una superficie entendida como estación de descanso y plaza al mismo tiempo. Esta condición se ha fortalecido desarrollando una serie de mejoras para la movilidad y consolidar un patio común a las viviendas acondicionando el lugar preexistente, lo que orientó en llamarlo *Plaza Estacional* (Figura 3). En simultaneo se ha procurado desarrollar una experiencia formativa y productiva a partir de fomentar una relación de aprovechamiento sostenible con los elementos que proporciona el terreno, al estar ubicado hacia la parte menos urbanizada de la comunidad y en función de la tradición agrícola que tiene esos sectores próximos al Parque Nacional. Un huerto gestionado por familias vecinas, que a su vez aprovecha un muro de estabilización construido a partir de la técnica de permacultura. La idea ha sido utilizar el espacio como un taller-escuela de formación en el manejo de ecosistemas al interior del barrio, incluyendo la protección y preservación del Parque Nacional.



Figura 2: La Plaza. Lugar de paso y reposo. Vista previa a la intervención. Autor: José Bastidas. Fuente: Gabriel Visconti Stopello.



Figura 3: La Plaza. Se observa el patio común a las viviendas. Vista posterior a la intervención. Autor: José Bastidas. Fuente: Gabriel Visconti Stopello.

El barrio Los Frailes contaba con una magnífica porción de terreno sin ocupar en un sector llamado *La Ceiba* (Figura 4), nombre que toma por la presencia de un árbol preexistente. Este vacío sin construir, que no es común en los barrios caraqueños, fue reservado por los propios habitantes durante más de veinte años,

con la expectativa de construir un lugar de gestión colectiva a futuro. Toda vez planteada la posibilidad de intervenir este espacio, la comunidad propuso y sostuvo el concepto de parlamento abierto, más que una edificación comunitaria, impulsando un carácter más político y participativo para el futuro espacio. Que se convirtiera en tribuna para deliberar y afrontar los asuntos públicos, una sala para el cuidado y la atención social, un espacio público para celebrar la convivencia y relacionarse con otros (Figuras 5 y 6); uno y todos los programas de uso, un equipamiento *multifuncional*. El terreno presentaba un desnivel pronunciado, sugiriendo la configuración de varias plazas en una parcela que ya de por sí presentaba las características de múltiples terrazas. El resultado mantiene y potencia esta lógica de sitio.



Figura 4: La Ceiba. Espacio en resguardo. Vista previa a la intervención. Autor: José Bastidas. Fuente: Gabriel Visconti Stopello.



Figura 5: La Ceiba. Se observa la configuración de múltiples terrazas. Autor: José Bastidas. Fuente: Gabriel Visconti Stopello.



Figura 6: La Ceiba. Se observa la sala para el cuidado y la atención social, y el espacio público para celebrar la convivencia y relacionarse con otros. Vista posterior a la intervención. Autor: José Bastidas. Fuente: Gabriel Visconti Stopello.



Figura 7: La Canchita. Superficie autoconstruida. Vista previa a la intervención. Autor: José Bastidas. Fuente: Gabriel Visconti Stopello.

El lugar practicado más relevante es el territorio compartido por ambos barrios, llamado por los vecinos *La Canchita* (Figura 7); una superficie autoconstruida como instalación deportiva, precaria en lo constructivo, pero ejemplo de una narrativa posible desde la práctica recreativa del “3 x 3” o del “fútbolito” como modos propios, adaptados y en general fuera de las prácticas normadas de jugar básquet o fútbol sala. La intervención respalda la consolidación de este espacio autogestionado (Figura 8), priorizando el sentido lúdico y recreativo, despegado del modelo de competición y alto rendimiento. Tres niveles acoplan este polideportivo reducido con la veredera: una plataforma de juegos con balón, confinada entre la montaña y la celda transparente. Una superficie plegada con tribunas, depósito bajo las gradas y gimnasio para ejercicios de fuerza (Figura 9). Un plano de pin-pon y juegos de mesa. Por debajo de estas construcciones se conduce una infraestructura que permite descargar el agua de la montaña conectando con el sistema de drenajes. La pared de contención presenta perforaciones para el rebose de humedad abundante en esta geografía. El resultado es un *multideportivo* que como equipamiento no pretende dimensiones estándar o normadas, por el contrario, obedece a parámetros similares a los de su entorno: morfología irregular, orientación accidental, disposiciones no convencionales (Figura 10).



Figura 8: La Canchita. Se observa el nuevo equipamiento, un polideportivo reducido. Vista posterior a la intervención. Autor: José Bastidas. Fuente: Gabriel Visconti Stopello.

CATIA 1100 identificó qué espacios tenían la posibilidad de re-fundar el lugar, revitalizar lo existente y aplicar nueva energía a lo cotidiano, logrando conseguir que el desarrollo urbano-arquitectónico sea la consecuencia de un diálogo social que sirva de soporte y estímulo para la interacción social, por encima del logro de construir un grupo de equipamientos. En tal sentido entendemos el proyecto como una red de lugares significativos con formas y niveles de apropiación diferentes, un conjunto de comunes urbanos, con arquitecturas que soportan los procesos sociales de protección, lucha y unión que se resignifican en la medida en que esta red programa una secuencia de acciones que dinamizan el territorio, haciendo del proyecto una superficie de relación humana para desplegar acciones cotidianas. Es una intervención que reúne valores de complejidad orgánica y de autoría colectiva. Son proyectos-acuerdos para la activación y convivencia social, el empoderamiento local y el derecho al territorio, donde la arquitectura es un instrumento cualitativo que sirve para formalizar los aspectos tangibles.



Figura 9: La Canchita. Se observa las prácticas deportivas - recreativas en el espacio de dimensiones no estándar. Vista posterior a la intervención. Autor: José Bastidas. Fuente: Gabriel Visconti Stopello.



Figura 10: La Canchita. El equipamiento tras un proceso de actualización y mantenimiento. Vista posterior a la intervención. Autor: José Bastidas. Fuente: Gabriel Visconti Stopello.

CRÉDITOS

Proyecto:

Gabriel Visconti, Marcos Coronel, Stevenson Piña, María Isabel Ramírez, Ana Cristina Morales, Laura Di Benedetto, Rolando Campos, Comunidad del Barrio Canaima - Los Frailes (vocerías vecinales).

Colaboradores:

Arquitectura: Rodrigo Marín, Ricardo Sanz, Karina Domínguez.

Organización social: Ángel Chaparro, Nelyfred Maurera, Ruth Mora.

Activación cultural: Lusimar Marcó, Priscila Yépez.

Producción y logística de obra:

Joan Martínez, Adriano Pastorino, Williams Adjunta.

Construcción:

Brigadas de autoconstrucción vecinal.

Soporte institucional:

Vicepresidencia para el Desarrollo Territorial, Instituto Nacional de Parques, M.P.P. para las Comunas y Movimientos Sociales, G.M. Saber y Trabajo, Barrio Nuevo Barrio Tricolor, Corporación de Servicios del Distrito Capital, Corpoelec.

Fotografía:

José Alberto Bastidas.

Lugar:

Barrios Canaima y Los Frailes. Catia. Caracas. Venezuela.

Fecha:

2015 - en proceso.

A Moradia Estudantil da Unicamp (1990 – 1992): 30 anos depois

Unicamp Student Housing (1990 – 1992): 30 years later

Alojamiento estudiantil de la Unicamp (1990 – 1992): 30 años después

*Joan Villà, Mestre em Arquitetura, Universidade Presbiteriana Mackenzie.
E-mail: villa.joan@gmail.com*

Resumo

Reflexão sobre as relações entre Construção, Desenho Urbano e Arquitetura, e o processo participativo presente no projeto da Moradia Estudantil da Unicamp. A identificação e apropriação dos estudantes como resultado desse processo.

Palavras-chave: Projeto Participativo; Pré-fabricação Cerâmica; Quadras Abertas; Moradia Estudantil; Arquitetura de Cerâmica Armada.

Abstract

Reflection about the relations between Construction, Urban Design and Architecture and the participatory process present in the Unicamp Student House. The students identification and appropriation as a result of this process.

Keywords: Participatory Design; Prefabrication Ceramics; Open Courts; Student Housing; Armed Ceramic Architecture.

Resumen

Reflexión sobre las relaciones entre Construcción, Diseño Urbano y Arquitectura y el proceso participativo presente en el proyecto de la Residência de Estudantes de la Unicamp. La identificación y apropiación por parte de los estudiantes como resultado de ese proceso.

Palabras clave: Diseño Participativo; Prefabricación Cerámica; Canchas Abiertas, Vivienda para Estudiantes; Arquitectura Cerámica Armada.

A Moradia Estudantil da Unicamp é o resultado acumulativo de estudos e ensaios que se desenvolveram no Laboratório de Habitação, inicialmente no Centro Universitário Belas Artes de São Paulo – FEBASP, de 1982 a 1985, e posteriormente na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, de 1986 a 1999.

Ao longo dos 17 anos de trabalho continuado, sempre no âmbito da habitação e dos equipamentos urbanos, deu-se o desenvolvimento de uma técnica de construção com componentes pré-fabricados cerâmicos: o **sistema “CPC”**.

Marcado pela obra seminal do engenheiro uruguaio Eladio Dieste (1917-2000), que promoveu o desenvolvimento da cerâmica armada, buscou-se com o sistema CPC uma resposta de Arquitetura para atender às demandas do *déficit* habitacional e às condições socioeconômicas da realidade da época.

Por ser mais leve que o tijolo maciço, estar presente em quase todas as periferias urbanas, ser fabricado de forma disseminada em todo o território brasileiro, além do conhecimento prévio deste material pela população e do seu baixo custo, optou-se pela utilização do bloco cerâmico. Dadas suas qualidades, foi considerado o material mais apto à produção de componentes pré-fabricados.

Em diferentes momentos o **sistema “CPC”** foi submetido a testes e ensaios e teve seu desempenho analisado por:

- Col.llegi d’Arquitectes de Catalunya, COAC, Barcelona, 1991.
- I.A. Falcão Bauer/BNA, Engenheiros Consultores, São Paulo, 1992.
- IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas, São Paulo, 1993.

As razões que motivaram o seu desenvolvimento e aplicação foram as de permitir:

- a melhor qualidade da construção;
- a redução de seus tempos de execução;
- o aumento da produtividade;
- a eliminação do desperdício do material básico;
- a redução dos custos finais da obra construída;
- a incorporação intensiva de mão de obra não especializada;
- a capacitação da mão de obra no decorrer da própria construção;
- a extinção do trabalho parcelado, pela eliminação da presença dos trabalhadores especializados na obra e a consequente divisão entre oficiais e serventes, na medida em que todos os trabalhadores aprendem a executar todas as etapas da obra: produção de todos os componentes e suas ligações, até seu acabamento;

- a aplicação em escala, sem a obrigatoriedade de investimentos iniciais em decorrência da aquisição de equipamentos e ferramentas especiais para o processo industrial;
- a promoção gradativa e contínua do desenvolvimento tecnológico;
- e a promoção da qualidade arquitetônica como resultado final.

Até aqui, enumeramos um conjunto de razões de complexidades variáveis que foram ensaiadas numa sequência de protótipos.

Inicialmente dois, na Unicamp, sendo uma unidade térrea e outra assobradada, envolvendo exclusivamente serventes funcionários da universidade que se tornaram instrutores nos protótipos executados posteriormente: no bairro do Grajaú em São Paulo, em Recife, Maceió, Rio de Janeiro entre outros.

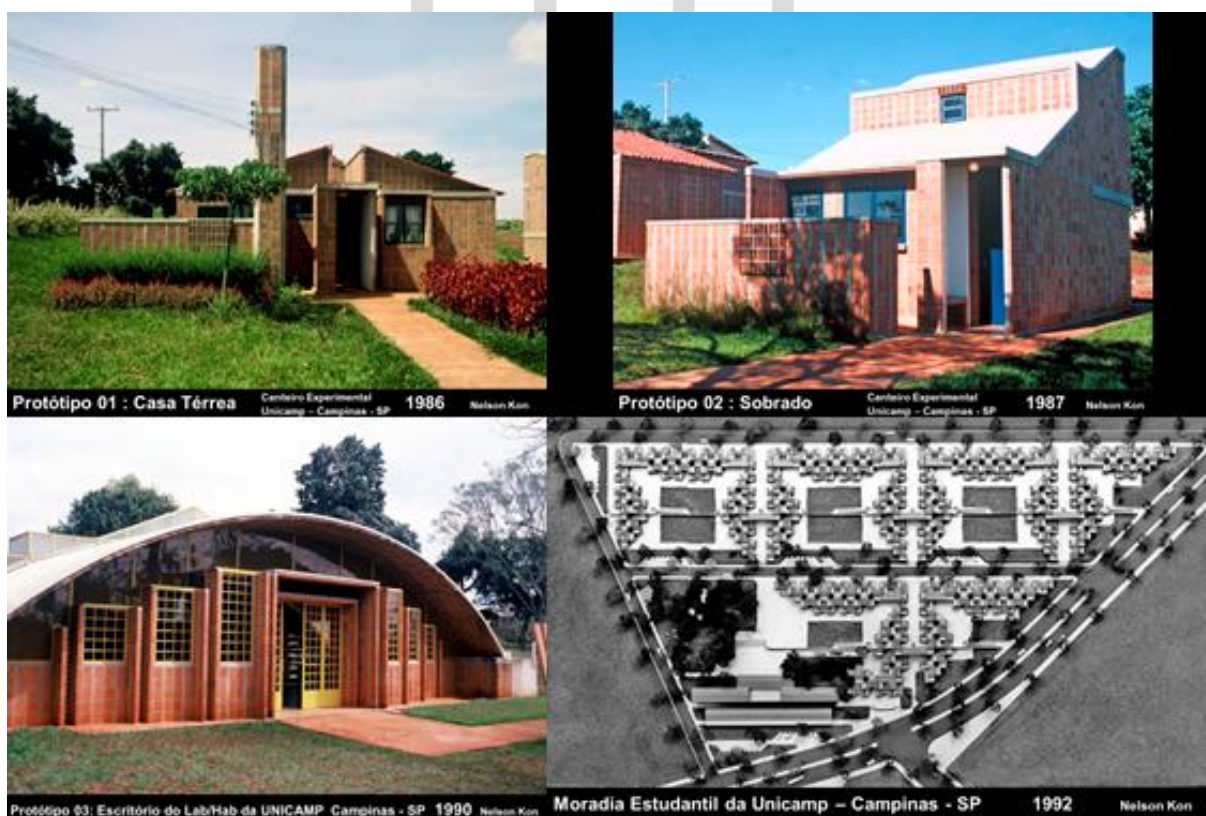


Figura 1: Protótipos aplicados ao sistema CPC.

Tais protótipos foram construídos por mutirão em diferentes locais, com a participação de mulheres e homens, na sua maioria, sem nenhuma experiência anterior em trabalhos de construção.

A participação dos instrutores, ex-serventes, revelou-se essencial na transmissão da nova técnica e na comunicação das novas formas de organização das pessoas na produção dentro do canteiro de obras.

Concluída a fase de construção de protótipos é que se deu início ao projeto e à construção de conjuntos residenciais, como resultado da demanda de governos municipais e de movimentos sociais; em alguns casos, associados, e, em outros, de forma independente. No início, conjuntos de pequeno porte, entre 40 e 80 unidades residenciais, o que de qualquer modo passou a exigir cuidados especiais na definição do projeto de desenho urbano, para o qual foi estabelecida uma pauta mínima, em grande parte, presente na Moradia Estudantil:

- reduzir o sistema viário de veículos para obter um melhor aproveitamento das áreas a urbanizar, com a consequente economia no custo da pavimentação e das redes de abastecimento de água e energia elétrica;
- desenvolver sistemas de vias diferenciadas para pedestres e veículos, constituindo uma malha de circulação que se conecta e se integra às áreas de estacionamento de veículos e às de paradas para o transporte coletivo;
- promover, a partir dessas áreas, percursos a pé de no máximo 40 m até as residências;
- possibilitar, nessas condições, as necessidades do dia a dia e, ao mesmo tempo, permitir a coleta do lixo, os trabalhos de manutenção das redes de serviços públicos e o atendimento de emergências (ambulâncias e bombeiros);
- e conquistar melhor qualidade no uso e fruição das áreas coletivas e equipamentos de lazer.



Figura 2: Vistas aéreas do conjunto.

Além dessas questões, a Moradia Estudantil, pela sua escala, evidenciou a necessidade de estabelecer áreas de dimensões importantes para acolher as **fábricas** de produção dos componentes.

Projetada para 300 unidades habitacionais (para acolher cerca de 1.200 estudantes) e envolvendo 400 trabalhadores, a **fábrica**, além da produção dos componentes, deveria também prever áreas para sua estocagem e a dos insumos necessários para a sua fabricação.

Apresentavam-se duas alternativas: uma única **fábrica** ou várias. Uma só, implicaria no transporte dos componentes a todas as partes do terreno. Ao contrário, várias **fábricas** – a opção adotada –, além de diminuir os percursos e seus tempos de transporte, possibilitariam a adoção de áreas menores de facilitada inserção no sistema viário.

Ainda, existia a possibilidade futura de transformar o espaço da **fábrica** numa praça: o ambiente do encontro e do lazer, conferindo ao espaço projetado qualidades que não respondem especificamente às necessidades dos estudantes, senão às necessidades das pessoas. Isto porque, no ambiente do Laboratório de Habitação, o projeto assumiu um caráter de ensaio para futura construção de um bairro popular.

Essa hipótese levou ao estudo das possibilidades propostas por **Ildefons Cerdà** (Espanha 1815-1876) no seu plano de 1860, para Barcelona e que deu origem ao desenvolvimento do que se entende por **quadra aberta**.

A ideia da quadra, nessas condições, consolidou-se assim como elemento fundamental na configuração do desenho urbano.

As quadras de 100 x 100 metros e vazio central de 60 x 60 metros têm construções em três dos quatro lados, onde foram implantadas as unidades habitacionais sem recuos e geminadas entre si. A decisão de não construir no quarto lado do quadrado foi orientada pelo fato de que o vazio central permitia a configuração de uma praça em dois níveis e que, a partir da cota mais alta, possibilitava a visualização do panorama aberto da região.



Figura 3: Detalhe quadra aberta.

Esta estratégia, geminação + pátios, possibilitou o estabelecimento de conexões e passagens de uma unidade a outra, flexibilizando as formas de ocupação mais diversas, desde as que acolhem quatro moradores até as que reúnem um número maior dentro da ideia da **república** como forma de convivência.

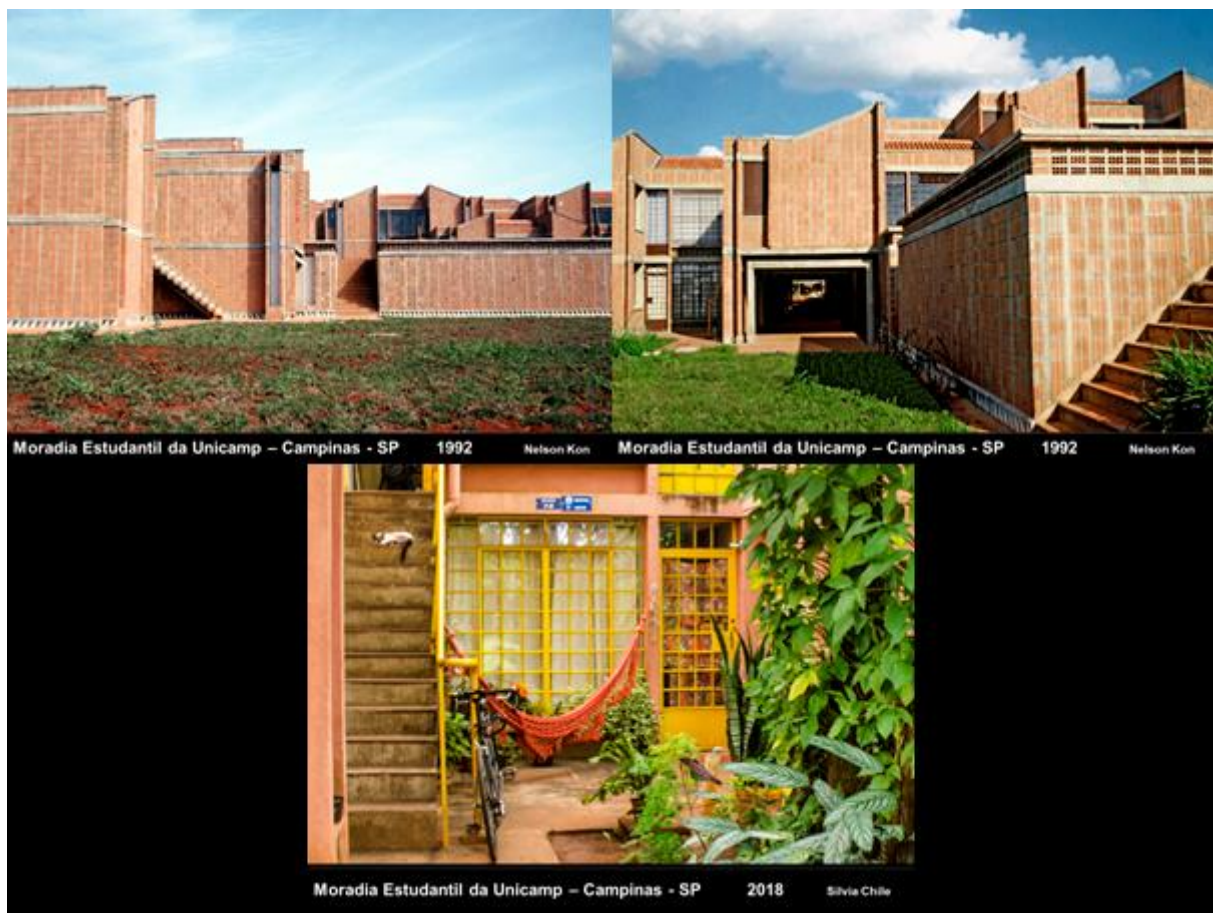


Figura 4: Vista das moradias.

Finalmente, cumpre destacar a importância da participação estudantil dentro do processo de desenvolvimento desse projeto. No movimento de luta por moradia organizado em torno do grupo Taba, que, em 1986, promoveu a ocupação por meses, dos edifícios do ciclo Básico, paralisando toda a Universidade. Esse episódio evidenciou a crise habitacional provocada pelo alto custo dos imóveis no mercado imobiliário, que atingia especialmente os estudantes de menor renda familiar.

Resultado de um acordo, a ocupação foi desativada e a Reitoria publicou um decreto criando a Moradia Estudantil.

Constituiu-se então um grupo de 60 representantes, de todas as organizações estudantis, DCE e Diretórios Acadêmicos, que, em reuniões semanais com a equipe técnica, durante três meses, refletiu e discutiu, numa longa pauta, muitas das questões aqui apresentadas.

Como resultado desse processo participativo, foi sendo consolidada a identificação dos estudantes com muitos dos aspectos e soluções presentes no projeto final da Moradia Estudantil, para a qual tiveram uma importante e por vezes decisiva contribuição.

Essa identificação foi se acentuando durante a construção do conjunto e culminou com sua inauguração em 1992.

A partir desse momento, teve início um processo, tanto individual quanto coletivo, de apropriação do espaço real com descobertas, experimentações e escolhas, ao mesmo tempo que foram sendo construídas as mais variadas formas de uso e de convivência oferecidas pela diversidade de situações e ambientes das mais variadas escalas:

- no pequeno pátio, a cada duas residências e junto ao seu acesso, no limite entre o privado e o público, surgiu o lugar do encontro da vizinhança mais próxima e cotidiana;
- pontes de ligação entre as quadras, espaços ocupados por salas de estudo, marcam em sua projeção a intersecção de dois percursos peatonais. Perpendiculares entre si, possibilitam o cruzamento do conjunto nos eixos longitudinal (sempre no mesmo nível) e transversal (vencendo a declividade do terreno);
- a grande praça em cada quadra, desenvolvida em dois níveis ligados por escada e rampa, conformam o Centro de Convivência. Nesse espaço, se desenvolvem diversas formas de uso: ensaios de música, de teatro, de dança, projeções de cinema, reuniões de moradores, inclusive, ações voltadas para o bairro, como: cursos de alfabetização de adultos, cursos pré-vestibular etc. Ao ar livre, na praça, os encontros permanentes. Dia e noite. Ou como dizia um grafite: **AMORADIA E NOITE...**

Vivências que ao longo dos 30 anos de existência foram acumulando memórias e narrativas, em que por vezes fatos se transformaram em lendas, e pessoas, em personagens. De qualquer modo, história: a da Moradia Estudantil da Unicamp.

MORADIA ESTUDANTIL DA UNICAMP

Barão Geraldo, Campinas (SP)

Área do terreno: 55.000 m²

Área construída: 28.000 m²

Número de unidades: 300

Área das unidades habitacionais: 64 m²

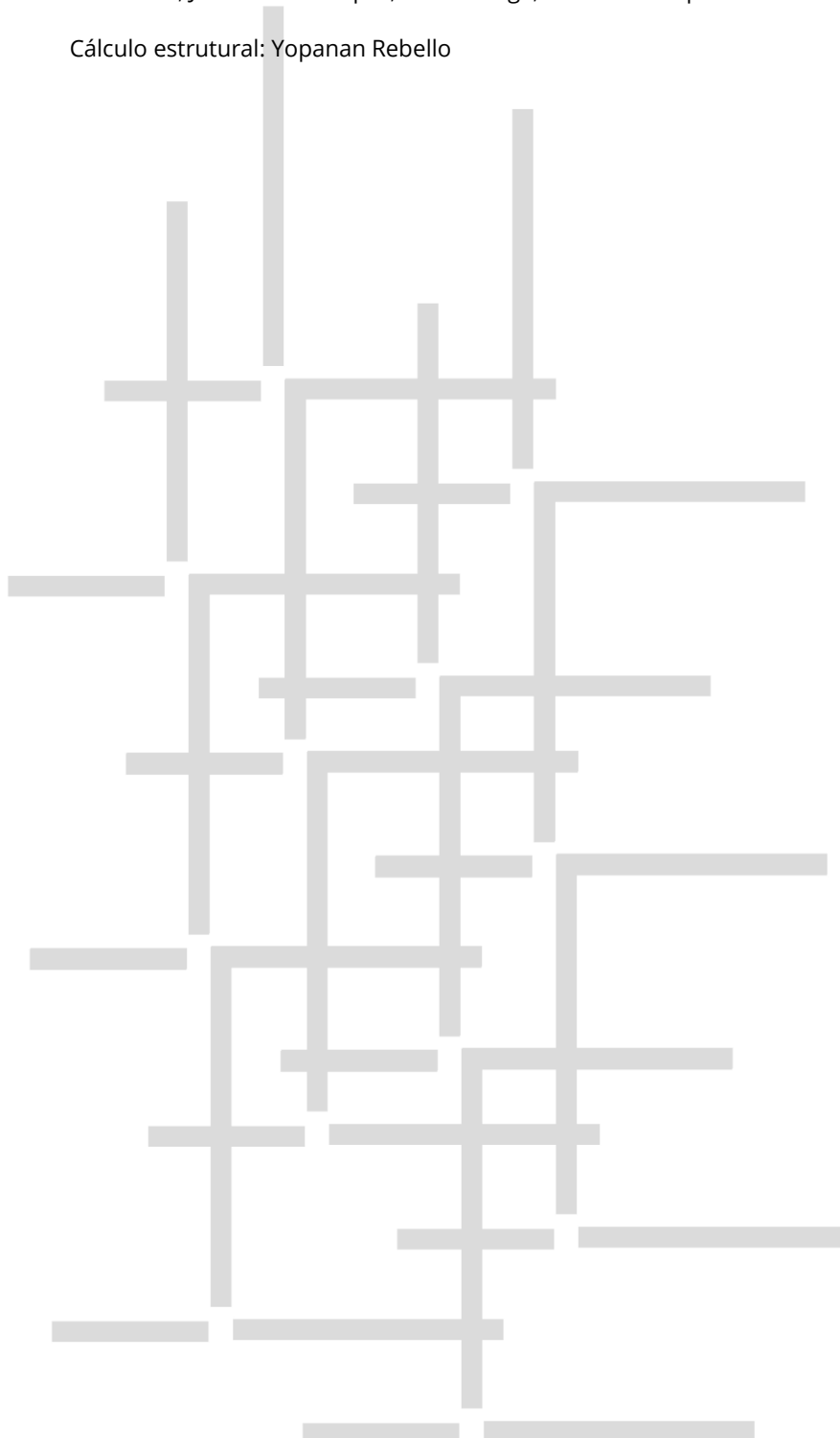
Projeto: 1987-1989

Conclusão da obra: 1992

Arquiteto Joan Villà

Colaboradores: Paulo Milanez, Ana Lúcia Müller, Débora Doukan, Edson Takahashi, João Marcos Lopes, Mário Braga, Roberto Pompéia

Cálculo estrutural: Yopanan Rebello



cadernos pós

cadernos de pós-graduação
em arquitetura e urbanismo

universidade presbiteriana mackenzie

